

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
Mestrado em História Econômica
Dissertação de Mestrado

Interpretações da Colônia

leitura do debate brasileiro de inspiração marxista

Orientador: Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Júnior
Autor: Carlos Alberto Cordovano Vieira

UNIDADE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Nº CHAMADA	V673i
V	EX
TOMBO BC	64560
PROC.	16.86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	7/7/05
Nº CPD	

CAMP

bilo - id 358495

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

V673i

Vieira, Carlos Alberto Cordovano.

Interpretações da colonia : leitura do debate brasileiro de inspi-
ração marxista / Carlos Alberto Cordovano Vieira. -- Campinas,
SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campi-
nas. Instituto de Economia.

1. Estado nacional – Formação. 2. Capitalismo – Formação.
3. Historiografia marxista. 4. Brasil – Historia – Período Colonial.
I. Sampaio Junior, Plinio Soares de Arruda. II Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

1506-18221

*A Waldemar Cordovano,
meu avô*

Agradecimentos

Presto agradecimentos. Ao professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior, orientador rigoroso e figura exemplar, na intransigência com que vincula a vida intelectual e o compromisso político. Agradeço-lhe pela orientação profunda e precisa, e sobretudo pelo estímulo ao enfrentamento das grandes questões, que são, enfim, relativas aos dilemas do Brasil contemporâneo. Ao professor Flavio Saes que, desde os tempos da graduação, orienta meus estudos, compartilhando seu conhecimento profundo dos problemas da história econômica. Acompanhou também este trabalho e lhe sou grato pelas preciosas sugestões. À professora Lígia Osório, cujo texto e seminário “feudalismo, capital mercantil, colonização” inspirou a dissertação, pelas observações ao longo do percurso, inclusive no exame de qualificação.

Presto agradecimentos. À minha família. À Nadiejda, que acompanhou de perto a jornada, desde o início. Aos meus amigos Thomaz e Daniel, com quem compartilho esta e outras liras. A outros tantos amigos. Aos colegas do Instituto. Compartilho com todos eles os eventuais méritos deste trabalho. Assumo a responsabilidade pelos problemas que certamente contém.

Presto agradecimentos. À Lina, que esteve ao meu lado, com muito carinho e paciência, durante o último ano.

E peço perdão pelas ausências, à companheira, que escrever é compromisso importante; e aos amigos de sempre, que a tese é moça muito ciumenta.

Sumário

Introdução.....	1
 Parte I: A colônia na transição do feudalismo ao capitalismo	
Nota introdutória.....	13
Capítulo I: Crise do feudalismo e desenvolvimento mercantil.....	27
Capítulo II: A sociedade do Antigo Regime e o substrato do Estado Absolutista.....	51
 Parte II: Interpretações da colônia	
Nota introdutória.....	85
Capítulo III: Sentido da colonização e antigo sistema colonial.....	91
Capítulo IV: Escravismo, feudalismo e formas híbridas	121
Capítulo V: Escravismo colonial.....	137
 Considerações finais.....	 171
 Bibliografia.....	 175

Resumo

A presente dissertação pretende discutir as interpretações da colônia elaboradas pelo pensamento brasileiro, referido aos marcos do materialismo histórico. O estudo organiza-se circunscrito em particular às obras de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Fernando Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender e procura considerar a questão à luz da problemática mais abrangente que diz respeito aos dilemas do Brasil contemporâneo. Nesse percurso, pretendemos discutir o modo de inserção do objeto, a saber, a estrutura e dinâmica da sociedade colonial, na totalidade histórica a que se refere, e para tanto procuramos investigar o modo como as interpretações mobilizam as categorias do materialismo histórico e o modo como enfrentam a problemática europeia da transição do feudalismo ao capitalismo.

“A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova”

Karl Marx

Introdução

O presente trabalho propõe uma discussão sobre as interpretações da colônia de historiadores brasileiros de fundamentação no materialismo histórico, quais sejam, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Fernando Novais, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. São historiadores que apresentaram grandes sínteses que se tornaram referências de caráter estrutural nos debates sobre o passado colonial da sociedade brasileira. Ademais, a inspiração marxista de suas obras conforma um campo comum no qual se pode estabelecer diálogos mais imediatos, não obstante a variedade de matizes que constituem o corpo do marxismo. São historiadores que buscaram a compreensão dos processos históricos em sua totalidade, embora, cada qual a seu modo, conferissem centralidade à história econômica. Assim, subjacente à diversidade de suas reflexões, há uma unidade que estabelece os marcos para um diálogo. Um diálogo, em certa medida, já sedimentado sob algumas décadas de historiografia, mas que continua a suscitar novas questões, que, de resto, referem-se aos dilemas do Brasil contemporâneo. Por essas razões, o presente trabalho apresenta um estudo das interpretações da colônia, circunscrito à leitura desses autores. Naturalmente, um estudo que não pretende esgotar discussão tão vasta, senão sistematizar os traços mais essenciais do debate, qualificando algumas posições e críticas.¹

O debate sobre a sociedade colonial é o debate sobre o sentido das transformações estruturais subjacentes ao desenvolvimento da sociedade brasileira. “A começar por José Bonifácio, passando por Alberto Torres e Oliveira Vianna, até autores modernos, como

¹ Portanto, uma gama de contribuições de diversos autores não será estudada de modo sistemático, embora algumas dessas leituras estejam presentes de modo menos explícito. Em primeiro lugar, grandes interpretações do Brasil, exteriores ao campo do marxismo ou da historiografia econômica, como por exemplo Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, Ignácio Rangel ou Celso Furtado, entre outros. Inclui-se nessa lista de ausências a contribuição de Florestan Fernandes, cuja leitura inspirou o presente trabalho na sistematização do debate, embora a necessidade de explicitar os diálogos entre suas influências marxistas e weberianas estivesse além das possibilidades desta dissertação. Também furtamo-nos de discussões explícitas sobre as contribuições de Luiz Felipe de Alencastro, Charles Boxer, Stuart Schwartz, João Fragoso ou Manolo Florentino, porque, posto o atual estado das artes do debate, sua incorporação exigiria um esforço de síntese, hoje, além de nossas possibilidades. Assim também, os trabalhos de Maria Sylvania de Carvalho Franco, Iraci del Nero da Costa, bem como do núcleo de estudos de demografia histórica da USP. Entre outras, justificamos a ausência de todos os trabalhos monográficos sobre o período colonial, pois que, o propósito dessa dissertação é a apreciação de trabalhos de síntese.

Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido, os pensadores que se debruçaram sobre os dilemas da formação ressaltaram basicamente os mesmos problemas. As dificuldades para a afirmação da nação decorrem das terríveis contradições de uma formação social marcada pelo genocídio da civilização pré-cabralina; pelo ultra-elitismo de uma sociedade incapaz de resolver suas pendências com o passado escravista; pelo caráter predatório assumido pela atividade econômica em relação ao meio ambiente; pela extrema vulnerabilidade do país às vicissitudes do capital internacional e ao arbítrio do sistema imperialista; pela inadequação da base produtiva para atender as necessidades do povo; pelos obstáculos encontrados para afirmar o domínio sobre um território continental, composto de regiões mal articuladas e desconexas entre si; pela falta de identidade nacional de um aglomerado humano recente, oriundo de diferentes partes do globo; pela precariedade das instituições administrativas e políticas que compõem o aparelho do Estado; e, finalmente, pelo arraigado colonialismo cultural de nossas elites.”² Sem postular uma teia de conexões imediatas, pode-se dizer que o debate de orientação marxista sobre a sociedade colonial constituiu-se, em sua origem, no interior do Partido Comunista, como parte dos debates sobre o sentido da revolução no Brasil.

No contexto da ascendência da orientação política e teórica dos soviéticos sobre os partidos comunistas, o VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, em Moscou, incluiu o Brasil na resolução acerca dos países dependentes, aos quais seria atribuída a vigência, no passado, de um modo de produção feudal ou asiático. Sabe-se, tal resolução implicava nas tarefas da revolução democrático-burguesa. Já em 1927, o Partido Comunista do Brasil incorporava, em seu III Congresso, a tese da economia brasileira *agrária, semifeudal e semicolonial*. Os problemas do tratamento dogmático e mecânico daquelas categorias são conhecidos e foram admitidos, mais tarde, inclusive por Astrogildo Pereira e Octávio Brandão. Mas, não obstante oscilações mais ou menos explícitas, o sentido geral daquelas concepções, práticas e teóricas, permaneceria como orientação aos comunistas. O debate marxista, objeto deste estudo, surge no interior do Partido Comunista,

² Plínio de Arruda Sampaio Júnior, “Os impasses da formação nacional”, in José Luís Fiori (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999, pág. 416. Ver também Octávio Ianni, “O ciclo da revolução burguesa no Brasil”, in *Temas de Ciências Humanas*, out. 1981.

nas interpretações de Werneck Sodré e Alberto Passos, e nas críticas de Caio Prado. Desenvolve-se, pois, nesse contexto político e teórico.³

Assim, nesse debate os problemas do atraso econômico, sobretudo no campo; do padrão de relação da economia brasileira com o capital estrangeiro; da posição da burguesia brasileira no desenvolvimento nacional; da miséria do povo guardavam profunda relação com as interpretações sobre o passado colonial. Werneck Sodré, de forma muito mais sofisticada do que lhe atribuem seus críticos, propõe interpretar o processo de revolução burguesa brasileira como um acúmulo progressivo e gradual de transformações que apontam no sentido da consolidação do capitalismo em bases nacionais, marcado pelo choque, latente ou aberto, contra obstáculos definidos. A imagem que oferece é de uma roda quadrada que vai se arredondando conforme rola. Esse movimento choca-se contra a resistência do latifúndio, aqui entendido como um elemento residual, conformado pelo modo de produção feudal que teria surgido, sobre o declínio do escravismo, como processo regressivo, desde os tempos coloniais. Essas formas arcaicas, expressas nas relações de produção, seriam um entrave à generalização de relações propriamente capitalistas, isto é, à generalização do trabalho livre e assalariado, e, sobre essa base, ao desenvolvimento das forças produtivas. Em paralelo, a tendência à extroversão do latifúndio, essencialmente exportador, representa motivo de instabilidade por conta, de um lado, da tendência à superprodução no mercado externo e, de outro, do estreitamento do mercado interno. O descolamento do latifúndio em relação à causa do desenvolvimento nacional estaria refletido no predomínio do capital estrangeiro sobre as linhas de comercialização e financiamento. O quadro da aliança entre imperialismo e latifúndio feudal, como entrave ao desenvolvimento nacional, torna-se mais complexo quando o capital estrangeiro avança sobre o processo de industrialização e embaraça o processo de acumulação, em virtude de uma capitalização dirigida para o exterior, em prejuízo dos recursos internos, aprofundando os desequilíbrios e o endividamento.

Nos passos da revolução burguesa, expressos na Independência, que possibilita a internalização da acumulação na economia cafeeira; na Abolição, que representa o

³ Edgar Carone. *O PCB*, 3 vols., São Paulo, Difel, 1982; José Antonio Segatto. *Breve história do PCB*, 2ª edição. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989; Michel Zaidan Filho. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo, Vértice, 1988; Michel Zaidan Filho. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo, Global, 1985.

predomínio do trabalho assalariado; nos acontecimentos de 1914 e 1929, que permitem intensificar a industrialização substitutiva de importações, assentada no mercado interno; e nos acontecimentos políticos de 1930 e 1937, a burguesia brasileira, aqui considerada portadora do projeto de desenvolvimento nacional, tende a tornar-se hegemônica. Nesse movimento, o atraso brasileiro será compreendido como resistência de elementos pré-capitalistas residuais, em convergência com as forças do imperialismo. E o sentido das transformações em curso na sociedade brasileira seria o choque das forças burguesas, portadoras do progresso capitalista contra os resíduos pré-capitalistas, feudais e semifeudais, em aliança com o imperialismo. No quadro dessa interpretação, as forças burguesas adquirem o conteúdo de uma burguesia nacional, cujo embrião mais remoto o autor encontra já no seio da economia colonial mineira, que haveria de se apoiar num campesinato empenhado na transformação de relações de produção arcaicas, e no proletariado, à espera de sua hora e vez. “Porque não é o proletariado, nem é o campesinato que está com sua sorte de classe em jogo. É a burguesia que está decidindo seu próprio destino.”⁴

Caio Prado, sabe-se, formularia o contraponto, dentro do partido, daquelas teses. Sobretudo nas páginas da *Revista Brasiliense*, reafirmando a crítica à ampliação do raio de ação do capital estrangeiro, desferia sua crítica à aproximação tácita dos comunistas a Juscelino Kubitschek. Mais adiante, fazia a crítica a João Goulart e ao movimento em torno das reformas de base, que classificava como produto de uma agitação superficial. Novamente, não poupava os comunistas que, não obstante as tensões, teriam também se aproximado de João Goulart. Mas consolidou sua crítica à política dos comunistas com a publicação de *A Revolução Brasileira*, em que atribui à política do partido e à expectativa em torno de uma certa ousadia da burguesia brasileira a derrota em 1964.⁵

A interpretação do sentido das transformações da sociedade brasileira identifica um processo de transição de uma sociedade colonial a uma sociedade nacional, ou seja, uma “economia colonial em transição”, em processo de diferenciação. Isso implica em estabelecer uma linha de continuidade que perpassa o processo de formação nacional, da

⁴ Nelson Werneck Sodré. *História da burguesia brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, pág. 379. Ver também Nelson Werneck Sodré. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

⁵ Jacob Gorender, “Do pecado original ao desastre de 1964”, in Maria Ângela d’Incao (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo, UNESP, 1989.

época colonial ao Brasil contemporâneo. Uma linha de continuidade que revela o caráter contraditório do movimento, porquanto a formação nacional afirma-se a partir da colônia e, ao mesmo tempo, em oposição à colônia. A conjuntura revolucionária emerge quando a contradição entre colônia e nação converte-se em antagonismo, ou seja, no momento de superação da contradição, a sociedade brasileira enfrenta o dilema entre a afirmação da sociedade nacional pela ruptura do passado colonial, ou a reversão neo-colonial.⁶ Assim, nessa perspectiva, trata-se de reconsiderar a idéia do choque entre forças portadoras de modos de produção distintos, o novo contra o arcaico, a burguesia nacional contra os resíduos feudais e semifeudais. Na verdade, esse choque evoca a idéia de Werneck Sodré de *contemporaneidade do não coetâneo*, isto é, da coexistência e diálogo, por todo o espaço geográfico, de realidades sociais diferentes que encarnam etapas históricas distintas, como um mosaico de formas desconexas. Enfim, a idéia de transição e diferenciação reorienta a interpretação. Pois aqui, a formação nacional e o passado colonial, o novo e o velho conformam uma contradição e portanto pressupõem uma unidade.⁷

Com efeito, no fundamento dessa crítica subjaz uma interpretação da colônia, já profundamente elaborada em *Evolução Política do Brasil*, de 1933 e, posteriormente, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942. Aqui, a sociedade colonial apresenta-se como peça organicamente integrada numa dinâmica sistêmica definida já nos marcos do capitalismo em formação. Imediatamente evidenciam-se nexos mercantis que conferem sentido à formação e ao desenvolvimento da colônia, como uma sociedade marcada pela precariedade e instabilidade da vida material e pela desestruturação e anomia social. Uma interpretação da colônia que lança raízes profundas na reorientação do debate. Pois, em contraste com sociedades milenares, que na aurora dos descobrimentos são tocadas pela civilização ocidental, as sociedades latino-americanas, e em particular a brasileira, são formadas pela expansão européia, como extensão de seus domínios. Nesse movimento, surgiriam sociedades conformadas pela expansão européia, nos marcos do capitalismo em formação, como pólo colonial, reflexo e complementar, cujo processo de formação nacional

⁶ Fernando Novais, “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”, in Reginaldo Moraes *et alli* (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986; Plínio de Arruda Sampaio Júnior. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.

⁷ Jaques d’Hondt. *Ideología de la ruptura*, trad. Esteban Inciarte. Ciudad de México, Premiá, 1983.

consubstancia-se num processo de diferenciação, a partir da condição colonial e em oposição a ela. A posição dessas sociedades nos marcos do imperialismo seria desdobramento, de certa forma, linear do seu processo de gênese. A especificidade de sua estrutura socioeconômica denotaria uma forma particular de estruturação do capitalismo no pólo, digamos, *colonial*, em contraste com a imagem das forças burguesas tolhidas pela resistência do arcaico em aliança com o imperialismo. Desse modo, a sociedade brasileira não poderia produzir uma burguesia portadora do projeto de desenvolvimento nacional, senão uma burguesia geneticamente vinculada ao capitalismo mundial, que reproduz, nessa forma específica de estruturação do capitalismo, a extroversão estrutural herdada do passado colonial. Naturalmente, esse diagnóstico implica na reformulação do arco de alianças dos comunistas, que exclui a burguesia brasileira, e na reelaboração do programa da revolução brasileira. Um programa de reformas estruturais, de controles sobre o capital estrangeiro, de reorientação da iniciativa privada e de melhoria da relação entre capital e trabalho, sobretudo no campo, que viria fundar as bases para a consolidação do Estado nacional. Estes seriam os marcos de uma revolução nacional que, no curso de seu desenvolvimento histórico, deveriam significar a primeira etapa de uma revolução mais profunda, de caráter socialista.⁸

A obra de Caio Prado teve ampliado o seu raio de influência quando o marxismo penetrou, com mais evidência, na Universidade. Em particular, para fazer referência ao diálogo sobre o sentido da colonização na obra de Fernando Novais, há que considerar a influência do grupo de estudos d' *O Capital*, de 1958. Naquele momento, o movimento comunista internacional enfrentava os abalos profundos produzidos pelas denúncias contidas no informe secreto de Nikita Khrushchev, no XX Congresso do PCUS, em 1956. Portanto, no contexto de crise da ortodoxia, o grupo procurava estabelecer um espaço de reflexão independente em relação ao partido e, naturalmente, às teses vindas da União Soviética. Provavelmente, as inclinações à heterodoxia das interpretações de Caio Prado ampliaram as possibilidades de diálogo. Fernando Novais propõe incorporar o sentido geral da interpretação da colônia de Caio Prado numa formulação mais abrangente, que situe o antigo sistema colonial como peça da acumulação primitiva de capital no quadro da transição do feudalismo ao capitalismo. Em que medida a reformulação do problema

⁸ Caio Prado Júnior. *A revolução brasileira*, 6ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1978.

implica necessariamente numa reorientação da interpretação geral de Caio Prado sobre o sentido do desenvolvimento da sociedade brasileira, não pretendemos responder neste trabalho – reunimos as duas contribuições no mesmo quadro interpretativo da colônia, a que chamamos interpretações sistêmicas. No entanto, numa breve referência ao período posterior à emancipação, Fernando Novais remete o leitor a Florestan Fernandes.⁹

Mais adiante, sua contribuição seria incorporada na interpretação d’*O Capitalismo Tardio*, de João Manuel, que propõe uma revisão crítica da tradição da CEPAL. Aqui, reorienta-se a problemática básica, da “antinomia entre a plena constituição da nação e uma certa divisão internacional do trabalho”, para o problema da “formação e desenvolvimento de um certo capitalismo”, o *capitalismo tardio*.¹⁰ Por certo, uma revisão crítica da CEPAL, que se afasta também da interpretação geral elaborada por Caio Prado. Isso, no momento em que começa a desestruturar-se a regulação do capitalismo internacional do pós-guerra, que permitiu certa autonomia ao desenvolvimento dos países periféricos, demarcando um contexto mais geral de fortalecimento das posições nacionalistas, por exemplo, no próprio PCB, ou no ISEB, de Werneck Sodré.

Enfim, fora do espaço da Universidade e depois de ter rompido com o PCB, que se fragmentou nos anos sessenta, Jacob Gorender elabora a interpretação do escravismo colonial. O livro *A burguesia brasileira*, embora não constitua um estudo sistemático, apresenta os traços mais gerais de uma interpretação do desenvolvimento derivado do escravismo colonial. O ponto central dessa concepção reside na transição do escravismo colonial ao capitalismo, demarcada pela Abolição, “(...) a *única revolução social jamais*

⁹ “Não queremos, evidentemente, com isso, dizer que, com o advento da emancipação política, tenha desaparecido o caráter dependente (‘colonial’) da vida econômica das antigas colônias: ele assume, porém, novas formas. Veja-se a análise das fases e formas de dominação externa, em Florestan Fernandes – *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (...). Também Hector Malavé Mota – ‘Reflexões sobre o modo de produção colonial latino-americano’ (...)” Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995, pág. 4, nota 4. Florestan Fernandes sintetiza o dilema latino-americano da seguinte forma: “Os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. (...) sob as condições históricas atuais, o novo padrão de imperialismo e a hegemonia dos Estados Unidos colocam uma questão dramática: podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica sociocultural e política através do capitalismo?” Florestan Fernandes. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, pág. 26.

¹⁰ João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. 9ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1998.

ocorrida na História de nosso País.”¹¹ Mas a transição ao capitalismo é quase um processo linear, de desobstrução, porquanto o escravismo colonial, como segunda variante na formação do capitalismo, engendra uma acumulação interna e possibilidades ao desenvolvimento posterior. Removidos os entraves constituídos pelas relações de produção escravistas, o capitalismo brasileiro pode desenvolver-se sem maiores percalços. Ou seja, a revolução burguesa, no Brasil, não existe. No curso do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, prevalece a dupla determinação entre condicionantes internos e externos, de modo que os resultados da introdução do capital estrangeiro numa economia dependeria sobretudo de suas estruturas internas. Na economia brasileira, não obstante verificarem-se tendências desestabilizadoras, o resultado seria potencializar as possibilidades de desenvolvimento. Assim, a articulação entre capital nacional e estrangeiro teria possibilitado a instalação de um departamento produtor de bens de produção, com predomínio do capital privado nacional. E, embora se reconheça a ausência de um capital financeiro brasileiro, assentado na fusão do capital industrial e bancário, chega-se a vislumbrar, em 1981, a possibilidade de um imperialismo brasileiro: “(...) o ovo da serpente está chocando. Se houver tempo, ainda veremos um imperialismo brasileiro”.¹²

Assim, o debate sobre as interpretações da colônia é parte dessa problemática mais abrangente, desenvolvida em contextos específicos. Essa perspectiva orienta enfim a estrutura da presente leitura, porquanto propõe certas questões fundamentais a serem discutidas. O trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, procuramos estabelecer as conexões entre o debate brasileiro sobre a colônia e o debate europeu sobre a transição, com a intenção de definir os marcos estruturais em que cada interpretação pretende situar o sistema colonial. Portanto, não se trata de uma sistematização exaustiva do debate europeu, mas de certos diálogos em torno de questões determinadas que estão postas para o debate brasileiro. Esta parte divide-se em dois capítulos, relativos às discussões sobre a crise do feudalismo e o desenvolvimento mercantil e sobre o conteúdo social e econômico do Antigo Regime, como substrato do Estado absolutista. Na segunda parte, pontuamos a leitura das interpretações da colônia, procurando qualificar certas posições e críticas. À luz

¹¹ Jacob Gorender. *A burguesia brasileira*. 3ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1990, pág. 21.

¹² *Idem*, pág. 107.

desta breve introdução, pensamos ser possível delimitar os marcos mais gerais em que se inscreve esta problemática.

Parte I

A colônia na transição do feudalismo ao capitalismo

Eppur, si muove

Galileu

Nota introdutória

Os debates sobre a crise do feudalismo e a transição ao capitalismo foram objeto de muitos estudos, e não pretendemos retomá-los numa síntese exaustiva, senão apenas discutir algumas questões fundamentais, presentes, de forma mais ou menos explícita, no debate sobre a sociedade colonial. Por certo, o problema da transição do feudalismo ao capitalismo, do caráter da sociedade europeia na época do Antigo Regime não aparece com o mesmo rigor ou a mesma insistência no conjunto das grandes interpretações da colônia de inspiração marxista, pelo menos aparentemente, porque estas refletiram o estado das artes do próprio debate europeu no momento em que foram construídas. Isto é, o problema estará mais presente nos debates mais recentes, quando as discussões europeias parecem, sob o peso de algumas décadas, mais sedimentadas. No entanto, a discussão da estrutura da sociedade europeia e a dinâmica da transição do feudalismo ao capitalismo é momento fundamental para situar a posição das colônias no quadro geral da época e a natureza de suas relações com o espaço metropolitano. A consideração do quadro histórico mais geral quase sempre está presente nos estudos da sociedade colonial em grande parte das interpretações. Assim, alguns temas do debate são passos fundamentais na discussão sobre a colônia: a crise do feudalismo, a estrutura da sociedade europeia e a dinâmica da transição, o caráter das monarquias absolutistas e a posição do capital mercantil. Naturalmente, o objetivo da primeira parte deste trabalho não será, como dissemos, reelaborar uma síntese exaustiva do debate europeu, mas tratá-lo somente em seus pontos fundamentais, como aparecem nas interpretações da colônia.

O debate brasileiro de inspiração marxista tem como eixo o problema do modo de produção como categoria explicativa das estruturas e dinâmicas em que está inserida a sociedade colonial. Em particular, compreender a colônia a partir de suas conexões mercantis sistêmicas ou de suas estruturas ditas internas implica, em última instância, em considerar de modo diverso a natureza dos nexos que vinculam espaços coloniais e metropolitanos e, portanto, a estrutura da sociedade europeia e a dinâmica da transição. A idéia de sistema colonial pressupõe uma articulação entre os dois pólos, como partes

organicamente integradas numa única totalidade, que não podem ser compreendidas em si mesmas, isoladamente. Ou seja, a estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial remete a uma compreensão da transição do feudalismo ao capitalismo e da acumulação primitiva de capital, que confere centralidade ao desenvolvimento do capital mercantil, em conexão com a afirmação das monarquias absolutistas. Assim, em última instância, trata-se de uma dinâmica orientada no sentido da acumulação de capital em sua forma mercantil. Mas as interpretações que procuram sublinhar a existência de uma dinâmica em parte situada nas estruturas internas ao espaço colonial deverão reconsiderar a idéia de unidade sistêmica e assim relativizar a centralidade do capital mercantil nesse processo. Vale dizer, a formação do capitalismo e a acumulação primitiva serão vistas sobretudo a partir dos movimentos situados no interior da sociedade européia, assim como a colônia apresentará seus elementos dinâmicos internos. Portanto, considerando as diversas possibilidades de gradações e ponderações que todo debate complexo apresenta, a questão central reside em compreender o capital mercantil como nexos fundamental de uma única totalidade sistêmica ou como vínculo mediador entre duas estruturas definidas em parte a partir de seus nexos internos. Com isso, desde logo, a discussão desloca-se para o debate europeu sobre a transição.¹³

A referência primeira que aparece nos debates sobre a crise do feudalismo e a transição ao capitalismo remete às interpretações consolidadas nos trabalhos de Henri Pirenne que, no debate brasileiro, ecoam com forte influência sobretudo nos estudos de Roberto Simonsen e Celso Furtado.¹⁴ Trata-se de compreender a crise e a dissolução dos laços feudais pela força dos desenvolvimentos mercantis, desde a abertura do comércio mediterrâneo. Nessa leitura, está implícita uma concepção da sociedade feudal situada, essencialmente, ao nível das relações econômicas de circulação, ou seja, a compreensão do

¹³ “Uma das dificuldades reside no peso que se atribui ao sistema colonial na definição das estruturas internas das colônias. Por sua vez, a interpretação do sistema colonial mercantilista dependerá, no essencial, de como se interpretar a natureza da economia da Época Moderna. (...) Não resta dúvida que, para os autores marxistas brasileiros a discussão da questão colonial começa na análise das transformações ocorridas na sociedade européia em decorrência da crise do feudalismo.” Lígia Osório Silva, “Feudalismo, capital mercantil, colonização”, in João Quartim de Moraes e Marcos del Roio (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, 4 vols., vol IV: *Visões do Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, pág. 20.

¹⁴ Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, trad. Lycurgo Motta. 6ª. edição. São Paulo, Mestre Jou, 1982; Roberto Simonsen. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª. edição. São Paulo, Editora Nacional, 1977; Celso Furtado. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Hucitec, 2001; Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 25ª. edição. São Paulo, Nacional, 1995; Celso Furtado. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

feudalismo como uma *economia fechada*. Uma economia auto-suficiente em que a produção e o consumo realizam-se nos limites das próprias unidades produtivas que, de resto, circunscrevem os marcos de todas as formas de sociabilidade – uma economia sem troca e sem moeda. O renascimento das relações mercantis seria suficiente para provocar a corrosão das bases da sociedade medieval, possibilitando o desenvolvimento mesmo do capitalismo.¹⁵ Nesse caso, muitas vezes, o próprio desenvolvimento mercantil seria identificado com o “capitalismo” e, portanto, a empresa colonial como negócio definido em marcos ditos capitalistas. Embora distante de um diálogo sem percalços no campo do marxismo, essa interpretação, também chamada “modelo mercantil”, exerceu forte influência no debate de orientação marxista, tanto no europeu sobre a transição quanto no brasileiro sobre a colônia, como, de resto, em toda a historiografia. Grande parte do debate brasileiro sobre a sociedade colonial, em particular quanto à posição das determinações sistêmicas, toma como referência o problema da incompatibilidade do chamado “modelo mercantil” com as categorias de Marx.

¹⁵ “Na Europa, o regime político do feudalismo era um entrave à expansão econômica. Os feudos quase se bastavam a si próprios e era numa limitada agricultura que se concentrava quase toda a atividade econômica. Era relativamente escasso o uso da moeda como instrumento de troca. Com a insuficiência dos meios de transporte, com a falta de garantias então existente e com o atraso dos processos de cultura, a produção era feita quase para consumo imediato. (...) A intensificação do comércio, o barateamento dos produtos e o crescimento das populações trouxeram um aumento no consumo, o que, por sua vez de tal forma estimulou a produção industrial, que em fins do século XVIII assistimos ao surto do seguinte período da época capitalista – a revolução industrial, com suas profundas repercussões no campo econômico-social e a formação do capitalismo industrial.” Roberto Simonsen. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª. edição. Col. Brasileira, São Paulo, Editora Nacional, 1977, págs. 25 e 28. “O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamiento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamiento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que lhe permitem o nível da técnica já alcançado.” Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 25ª. edição. São Paulo, Nacional, 1995, pág. 50. “(...) pode-se hoje, com alguma segurança, afirmar que, do ponto de vista sociológico, o feudalismo está ligado a um acentuado processo de isolamento cultural e que, no campo econômico, esse isolamento se traduz sempre em uma atrofia da circulação da riqueza. Pode-se, assim, facilmente, compreender a importância revolucionária que teve para a sociedade feudal a eclosão do comércio.” Celso Furtado. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Hucitec, 2001, pág 25. Noutra passagem, o autor qualifica esse tipo de concepção, mas preserva seus traços básicos: “Segundo a opinião corrente, a economia do feudo era um sistema fechado ou quase fechado. Mas não estava aí sua principal característica, e sim no fato de que era uma economia fechada de nível relativamente elevado de consumo.” Celso Furtado. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, pág. 131. E sobre o caráter da sociedade colonial, o autor afirma: “Parece-nos justo partir da realidade dos fatos, da realidade das capitânicas como empreendimentos capitalistas (...). É esse ponto de vista que nos leva a abandonar qualquer aproximação das instituições feudais com a realidade histórica brasileira. (...) As capitânicas eram simplesmente amplas concessões territoriais feitas a grandes capitalistas para que estes empreendessem a exploração agrícola do país.” Celso Furtado. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Hucitec, 2001, págs. 82 e 83.

As tensões que emergem do diálogo com a historiografia de orientação marxista remetem sobretudo a dois problemas profundamente imbricados. Em primeiro lugar, seguindo a leitura de Ellen Wood, o renascimento do comércio aparece como abertura de possibilidades para a realização de certos impulsos mercantis outrora tolhidos por entraves impostos à sociedade européia medieval. Ou seja, o feudalismo aparece como interlúdio, interrupção de um movimento milenar de desenvolvimento das tendências ao intercâmbio, que remonta à antigüidade clássica, senão a tempos mais remotos. E assim, o desenvolvimento do intercâmbio aparece menos como imposição violenta de uma racionalidade exterior aos indivíduos socialmente atomizados, constitutiva de estruturas de dominação, e mais como produto da escolha dos indivíduos, diante da possibilidade de realização das trocas. Ora, nesses termos, essa leitura poderia aproximar-se de uma tradição liberal porquanto em muitos casos tende a situar a análise na esfera da circulação, abstraindo a historicidade de determinadas relações fundamentais para o marxismo. Em casos extremos, está mesmo em pauta a idéia de propensões ao intercâmbio inscritas na natureza humana e, com isso, o risco da teleologia.¹⁶ Isso remete ao segundo problema, que diz respeito ao conceito de capital e à especificidade da relação-capital no modo de produção capitalista. Por certo, a leitura de Marx não permite identificar o predomínio do capital mercantil com o surgimento do modo de produção capitalista. Ou seja, identificar a acumulação mercantil com o processo de acumulação de capital como movimento auto-referido, e de autonomização relativa da esfera econômica, que preside o capitalismo em sua especificidade. Assim, a incorporação pela historiografia de orientação marxista das contribuições incontestes dessa tradição será preche de tensões e percalços. E, no entanto, sua influência estará presente.

O debate brasileiro de orientação marxista apresentará duas linhas básicas de interpretação do problema. Quanto à relação entre o renascimento do comércio e a crise do feudalismo, os autores, em grande medida, aproximam-se, incorporando a tese de Maurice Dobb acerca da necessidade de considerar a estrutura feudal sobre a qual se instalam os desenvolvimentos mercantis. Afastam-se, pois, de Paul Sweezy, em suas afirmações acerca do motor externo da transição. Afastam-se também da tradição de Henri Pirre porquanto

¹⁶ Ellen Meiksins Wood. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro; apes. Emir Sader. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

reconhecem a diferença entre a dinâmica capital mercantil e o movimento do modo de produção capitalista plenamente constituído. Entretanto, divergem quanto ao modo de compreender a estrutura e dinâmica da sociedade do Antigo Regime e, portanto, em certa medida, quanto ao processo de transição e formação do capitalismo. Nesse plano, pode-se captar a forma diversa de demarcar a posição do capital mercantil na Época Moderna e de definir os nexos estruturais que explicam, em última instância, o movimento da sociedade colonial. Parece possível organizar o debate, distinguindo uma interpretação que reivindica o carácter feudal do Antigo Regime. Um feudalismo em profunda transformação, em declínio, que ainda define a estrutura daquela sociedade, embora apresente certos traços embrionários de formas capitalistas em ascensão. Noutra pólo, uma interpretação que compreende a sociedade europeia como uma sociedade de transição, regida por uma dinâmica própria, que não poderia ser reduzida ao feudalismo ou capitalismo. O movimento secular de transição teria como força dinâmica o domínio do capital mercantil, em progressiva acumulação, em conexão com o processo de formação dos Estados nacionais. Por isso, definido como *capitalismo comercial*, nos termos de um predomínio formal do capital.

Werneck Sodré e Alberto Passos filiam-se à primeira tendência de interpretação e procuram definir o carácter essencialmente feudal da sociedade europeia. Werneck Sodré explica o desenvolvimento do capital mercantil, nos termos de Marx, referindo-se a um hiato entre a produção e a troca, isto é, compreendendo o capital mercantil como um elemento relativamente autónomo, exterior ao momento da produção, sem determiná-la. Portanto, trata-se da linha de força que estabelece um vínculo exterior entre dois pólos relativamente apartados, entre dois organismos, entre si, em certa medida, alheios. Isso posto, o desenvolvimento mercantil, na época de formação do mercado mundial, será insuficiente para explicar a dissolução das relações feudais e a formação do capitalismo, embora seja elemento constitutivo do processo de transição. Aqui, procura-se atribuir centralidade aos nexos internos ou aos processos endógenos, relativos aos movimentos impulsionados pelas contradições implícitas nas relações servis. Naturalmente, o capital mercantil é elemento do processo de transição e vincula-se à formação do capitalismo. Mas, nessa interpretação, seu potencial transformador é secundário e insuficiente. O capital comercial favorece o processo de formação do capitalismo ao potencializar a

mercantilização, alargando os horizontes da circulação mercantil, ampliando o mercado mundial e criando o sistema colonial. O capital usurário, ao incrustar-se no interior do modo de produção, mina suas bases, “tornando-o miserável”, porquanto arruina senhores e expropria pequenos produtores. Ambos contribuem para a centralização de grandes massas de riqueza, passo fundamental da acumulação primitiva. Mas em última instância, as transformações decisivas devem ser gestadas no interior do próprio modo de produção feudal, isto é, no âmbito das contradições que constituem as relações servis como processo endógeno. Assim, o centro dinâmico do processo de transição seria situado no nível da transformação das relações de produção, como desdobramento do conflito de classes e, com isso, a sociedade europeia seria interpretada sob o prisma do modo de produção feudal em declínio. “Sem distinguir com clareza o mercantilismo, processo peculiar ao tempo das descobertas, do capitalismo, processo e modo de produção posterior àquele tempo, o quadro permanecerá confuso e propício a deformações. (...) O processo de que surge o capitalismo é, pois, endógeno; ele surge de condições internas do país ou região em que se implanta; não surge de condições externas, não surge do capital comercial, como causa única e necessária. Surge na esfera da produção (...). Na época dos descobrimentos, pois, não há nenhuma razão para admitir a existência do capitalismo. A empresa das navegações é pertinente ao capital comercial.”¹⁷ Como discutiremos adiante, essa interpretação identifica-se diretamente com a posição de Maurice Dobb no debate europeu sobre a transição, em particular no que se refere ao papel do capital mercantil na dissolução das relações feudais e ao debate sobre as duas vias da transição.

A partir dessas observações sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, que se opera no continente europeu, os autores poderiam elaborar suas concepções acerca da sociedade colonial. Mas o fazem de forma diferente. Werneck Sodré compreende a formação da sociedade colonial como a elaboração de um modo de produção, enquanto Alberto Passos a compreende como transplante, em contexto específico, do modo de produção vigente na Europa. Assim, a interpretação sobre a transição opera de forma diferente nas duas formulações. No primeiro caso, a discussão acerca do capital mercantil como elemento exterior que vincula duas estruturas relativamente apartadas corrobora com

¹⁷ Nelson Werneck Sodré. *Formação Histórica do Brasil*. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pág. 22.

uma interpretação da sociedade colonial que toma em conta a dimensão de suas estruturas internas, como um modo de produção elaborado no espaço colonial, a partir de suas relações de produção. Noutros termos, trata-se de considerar a possibilidade do capital mercantil mover-se nos marcos de qualquer modo de produção e, enfim, da apreensão das estruturas determinantes a partir da esfera da produção, em particular, das relações de produção.¹⁸ Para Alberto Passos, de outro lado, a formação da sociedade colonial faz-se pelo transplante do modo de produção vigente na Europa e, portanto, nesse caso, as implicações são mais imediatas: o feudalismo português será transplantado para o espaço colonial. Mais precisamente a sociedade europeia seria caracterizada por um feudalismo em declínio e uma contraparte progressiva, dada pelo processo de mercantilização. Nesse caso, inscrito o processo no quadro de uma relação de dominação colonial, a metrópole portuguesa operaria um transplante somente dos elementos mais regressivos, referidos ao feudalismo em declínio, e precisamente isso possibilitaria o seu domínio.¹⁹

Jacob Gorender, noutro momento, embora reconheça o caráter limitado da compatibilidade entre o feudalismo e o desenvolvimento mercantil, também retomaria o argumento inspirado em Maurice Dobb para criticar as teses sobre o caráter capitalista da colonização, em crítica particular a Eric Williams e Fernando Novais: “(...) se se entende o capitalismo como um modo de produção cujo agente só pode ser o capital industrial, a categoria ‘capitalismo comercial’ carece de estatuto teórico. (...) O colonialismo contribuiu em grande proporção, sem dúvida, para a acumulação originária de capital e o conseqüente desenvolvimento capitalista no Ocidente europeu. Mas isto sucedeu somente naqueles

¹⁸ “Fiquemos, apenas, para limitar a controvérsia, no que diz respeito ao escravismo, aqui instalado desde o primeiro século de existência brasileira. Há quem negue a referida tese: não seria escravismo. As razões apresentadas são diversas. Muito bem, que teria sido, então? Capitalismo, respondem alguns. Não estou de modo algum de acordo com tal ponto de vista e creio que a maioria dos estudiosos não aceitará como capitalismo o modo de produção brasileiro quando nem havia capitalismo dominante no próprio Ocidente europeu. Teríamos sido capitalistas antes do capitalismo?” Veja Nelson Werneck Sodré. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, págs. 18 e 19.

¹⁹ “Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir – a ordem de produção peninsular no século da Descoberta – continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal. É certo que o feudalismo do Portugal seiscentista não guardava mais o mesmo grau de pureza dos primeiros tempos: já havia passado do estágio da economia natural para o da economia mercantil. Mas nenhuma mudança na estrutura econômica se dera em Portugal que pudesse justificar sua assemelhação a outro regime historicamente mais avançado. Eis porque falharam irrecusavelmente alguns historiadores e economistas notáveis ao classificarem como capitalista o regime econômico colonial implantado no continente americano.” Veja Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, págs. 24 e 25.

países cuja estrutura socioeconômica já vinha sendo antes trabalhada por fatores revolucionários *internos* conducentes ao modo de produção capitalista. Tais fatores internos é que são fundamentais no processo”.²⁰ Isso implica numa discussão conceitual acerca do feudalismo, em que Jacob Gorender procura partir de Maurice Dobb, mas reconsiderando sua tendência à redução do conceito às relações de servidão e propondo um conjunto de relações mais abrangentes. E este ponto parece ter particular importância no debate brasileiro pois, a partir dessa mesma observação, pode-se elaborar, como veremos, uma leitura crítica de Werneck Sodré. Assim, propõe incorporar na definição de feudalismo, além da coação extra-econômica, elementos como o caráter da propriedade da terra, o direito eminente do senhor dominial e direito usufrutuário do camponês; a identidade entre renda da terra e a totalidade do sobreproduto produzido pelo camponês; uma economia agrícola familiar e um pequeno artesanato independente, como formas de organização da produção; a posse comunal das pastagens e bosques, como complemento necessário à produção.

Na mesma linha, Ciro Cardoso compreende o processo de transição sugerindo a coexistência do modo de produção feudal ainda dominante com o modo de produção capitalista em ascensão não-linear.²¹ De um lado, procura relativizar a importância do capital mercantil no processo de formação do capitalismo e sua posição como núcleo dinâmico da transição, atentando para a possibilidade de haver funcionado como entrave. De outro, reconsidera os ecos da contribuição de Marc Bloch, criticando uma tendência à separação entre regime feudal e dominial que teria conduzido à certas definições do feudalismo situadas em dimensões sócio-políticas ou jurídicas. Assim, os processos de comutação e de centralização monárquica aparecem como novas formas de organização do modo de produção feudal, e menos como elementos de sua transformação estrutural, numa formulação semelhante, como veremos, às teses de Perry Anderson. Com isso, novamente, o movimento de acumulação primitiva e de formação do capitalismo teria como eixo fundamental os processos de proletarianização e expropriação internos à própria sociedade

²⁰ Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992, págs. 113 e 114.

²¹ Ciro Flamarion Cardoso, “Severo Martínez Peláez y el carácter del régimen colonial”, in Ciro Flamarion Cardoso, *et alii*, *Modos de producción en América Latina*. 2ª. edição. Córdoba, Passado y Presente, 1974. Noutra passagem, o autor acrescenta a esta duas forças uma “pequena produção mercantil”. Veja Ciro Flamarion Cardoso, “Sobre os modos de produção coloniais da América”, in Théó Santiago (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

européia. Ciro Cardoso, noutro estudo, desenvolve a mesma idéia referindo-se às contribuições de Robert Brenner e, acentuando o peso das contradições internas ao espaço europeu no processo de formação do capitalismo, estabelece explicitamente uma conexão entre esse tipo de interpretação e suas implicações para a análise dos espaços coloniais. “É falsa a crença de que as transferências de ‘excedente’ ao núcleo da semiperiferia e da periferia foram o fator central no surgimento do capitalismo. Ao identificar capitalismo e relações de mercado, a articulação centro-periferia coloca-se só em termos de circulação (troca desigual), e a consequência obrigatória disto é uma teoria que faz total abstração da estrutura e das lutas de classes nas definições básicas (e isto tanto no que diz respeito aos países metropolitanos quanto aos periféricos).”²²

Noutro pólo, situa-se o conjunto das interpretações sistêmicas. Aqui, a compreensão da sociedade colonial a partir de seus nexos mercantis sistêmicos pressupõe uma interpretação particular acerca da estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial e do processo de transição do feudalismo ao capitalismo. Ou seja, a economia colonial não seria um organismo relativamente autônomo estruturado a partir de suas relações internas, vinculado ao espaço metropolitano pela força do capital mercantil. Isso significa que o capital mercantil não apareceria na forma do elemento exterior à esfera da produção e nem o vínculo mercantil, comonexo exterior entre dois pólos. Ou seja, não seria elemento exterior e alheio ao movimento desses pólos, entre os quais flutuaria de forma autônoma. Na apreensão do processo de transição, as interpretações sistêmicas consideram o capital mercantil como força que cria e recria determinadas relações de produção, produz, reproduz e dinamiza a economia colonial e nesse sentido, pode-se dizer que concretamente penetra na produção. Desse modo, o espaço colonial não poderia ser compreendido como pólo relativamente autônomo, mas como uma parte organicamente integrada em um sistema, cujo nexofundamental situa-se ao nível do movimento do capital mercantil. Vale dizer, espaços metropolitanos e coloniais serão compreendidos no quadro de uma única totalidade orgânica, em que as partes somente adquirem sentido em sua relação com o todo. Isso implica em reconsiderar a estrutura e dinâmica do processo de transição do feudalismo ao capitalismo e de formação do capitalismo, acentuando a centralidade do desenvolvimento

²² Ciro Flamarion Cardoso. *A afro-américa: a escravidão no novo mundo*. 3ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1982, pág. 77.

do capital mercantil no espaço do mercado mundial, como momento fundamental, não único, da acumulação primitiva. Vale dizer, cumpre reconsiderar a posição do capital mercantil no quadro da transição e, portanto, reformular o modo de caracterizar o Antigo Regime.

Nesse movimento, aparecem, de certa forma, com mais evidência, as influências da tradição do chamado “modelo mercantil”, sobretudo em diálogos sobre colônia com Celso Furtado. No entanto, de modo algum as interpretações sistêmicas poderiam ser assimiladas de modo imediato àquela tradição. É verdade que Caio Prado não oferece uma discussão exaustiva e específica sobre a transição e não deixa explícita a influência, se de fato houve, do debate dos marxistas europeus, estimulado sobretudo a partir dos *Studies* de Maurice Dobb (publicados depois de *Formação do Brasil Contemporâneo*). Contudo, em suas referências, sugere o predomínio do capital, já utilizando a expressão *capitalismo comercial*, sobre o movimento de conjunto de formação do capitalismo, no quadro em que se inscreve a formação da sociedade colonial. Observa a centralidade dessa questão para a compreensão do desenvolvimento posterior da sociedade brasileira, mesmo depois da emancipação política.²³ Os desdobramentos posteriores dessa linha de interpretação viriam aprofundar a discussão sobre o significado da centralidade do capital mercantil no processo de transição ao capitalismo e, ao mesmo tempo, atestar com mais evidência a impossibilidade de sua assimilação ao “modelo mercantil”, não obstante o peso de sua influência.

Fernando Novais, em primeiro lugar, sem aprofundar a discussão, incorpora o argumento de Maurice Dobb quanto ao sentido da interação entre o desenvolvimento do

²³ “Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem, na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo.” Caio Prado Júnior. *A revolução brasileira*. 6ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1978, pág. 68. “Coisa muito diferente, está visto, ocorreu no Brasil, em cujo território descoberto e colonizado pelos europeus, se constituiu uma nacionalidade cujas raízes se situam no próprio complexo cultural que daria origem, mais tarde, ao imperialismo; e cuja organização econômica, social e política se plasmariam, por conseguinte, em função de circunstâncias e padrões que são os do mesmo sistema que daria, nos dias de hoje, no imperialismo. Em outras palavras, o processo de colonização brasileira de que resultou o nosso país e suas instituições econômicas, sociais e políticas, tem sua origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo. São assim as mesmas circunstâncias que plasmariam por um lado a nossa formação, e deram de outro no imperialismo. (...) O imperialismo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, e tem suas raízes no capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os seus elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram.” *Idem*, págs. 80 e 81.

comércio e as estruturas feudais, no contexto da crise do feudalismo.²⁴ No entanto, aqui, o marco estrutural em que se inscreve o movimento da sociedade européia e do sistema colonial no quadro da formação do modo de produção capitalista seria apreendido por uma dinâmica específica de transição, irreduzível ao feudalismo ou ao capitalismo. Uma interpretação que, em certo sentido, remete ao caráter relativamente autônomo do Estado absolutista. Trata-se de uma estrutura de transição definida pela relativa autonomia do Estado absolutista, diante de um processo contínuo de diferenciação de classes da nobreza e da burguesia, e do desenvolvimento de formas díspares de estratificação social. Ou seja, sobre certas formas de estratificação de caráter feudal, fundadas em relações pessoais de privilégio, e outras de caráter burguês, dadas pela introdução do princípio de rendas, o Estado assenta-se sobre o conflito entre forças feudais e burguesas. Nesse quadro, o elemento dinâmico da transição situa-se na relação entre o Estado absolutista e o capital mercantil, que revela o sentido da acumulação primitiva, sendo um de seus elementos decisivos. Vale dizer, revela um movimento de acumulação de capital em sua forma mercantil, dinamizado pela força extra-econômica, do qual o antigo sistema colonial é peça fundamental. “Contemporaneamente, assiste-se ao predomínio das formas políticas do Absolutismo, no plano político, e, no social, a persistência da sociedade estamental, fundada nos privilégios jurídicos, como elemento diferenciador. No universo da vida econômica, entre a dissolução paulatina da estrutura feudal e a eclosão da produção capitalista, com persistências da primeira e elementos peculiares da segunda, configura-se a etapa intermediária que já se vai tornando usual chamar-se *capitalismo mercantil*, pois é o capital comercial, gerado mais diretamente na circulação das mercadorias que anima toda a vida econômica. Estado absolutista, com extrema centralização do poder real, que de certa forma unifica e disciplina uma sociedade organizada em ‘ordens’, e executa uma política mercantilista de fomento do desenvolvimento da economia de mercado, interna e externamente – no plano externo pela exploração ultramarina – tais são as peças do todo que convém articular.”²⁵

²⁴ “Seria impraticável, nos limites que nos propomos, tentar aqui uma análise da crise do feudalismo. Digamos apenas, acompanhando as análises de M. Dobb, que, no conjunto, ela deriva não propriamente do renascimento do comércio em si mesmo, mas da maneira pela qual a estrutura feudal reage ao impacto da economia de mercado.” Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995, pág. 63.

²⁵ *Idem*, págs. 62 e 63.

Cumprido, pois, observar que as referências dessas interpretações sobre a época de transição não expressam uma indistinção em relação à especificidade histórica de forças produtivas constitutivas do modo de produção capitalista, edificadas pela revolução industrial, em favor da incorporação imediata do chamado “modelo mercantil”. Ou seja, não há, por certo, uma interpretação do capitalismo a partir da esfera da circulação, à maneira da tradição liberal. O que está em causa é definir a posição do capital mercantil como força dinâmica na formação do capitalismo, no quadro concreto de uma sociedade de transição, regida por um movimento específico. E aqui, o capital mercantil revela-se não como nexos exteriores entre organismos relativamente apartados, mas como força que penetrou na esfera da produção, determinando sua dinâmica e conferindo-lhe sentido. Mas isso, criando e recriando formas compulsórias de trabalho e, portanto, estabelecendo um domínio de caráter *formal*. O capital mercantil confere organicidade às distintas formas de produção estabelecidas no interior de uma sociedade segmentada, articulando-as segundo sua própria dinâmica. Ou seja, nesse momento, os organismos, entrelaçados pelas teias do mercado mundial, constituem, em geral, uma única totalidade definida pelo domínio formal do capital, pela subordinação formal do trabalho ao capital. Nesse sentido, também o espaço colonial, constituído pelas formas compulsórias e escravistas de trabalho, como parte organicamente integrada nessa totalidade, será objeto do domínio formal do capital.²⁶ Esse domínio formal do capital que define o caráter do antigo sistema colonial é tomado por João Manuel, na referência à seguinte passagem de Marx: “Na segunda espécie de colônias – as grandes fazendas (*plantations*) – destinadas desde o início à especulação comercial e com a produção voltada para o mercado mundial, verifica-se produção capitalista, embora formalmente apenas, uma vez que a escravatura negra exclui o

²⁶ “Se o Antigo Regime, uma estrutura de transição, está na Metrópole, mas, também, na Colônia, é forçoso admitir que se na Metrópole há capitalismo, porque o capital transfere-se para a esfera da produção, *subordinando formalmente o trabalho ao capital*, seja no ‘putting out system’, seja na manufatura, há, também, modo de produção colonial ou modos de produção coloniais (...). Não é o fato de a produção ser mercantil e de o lucro se constituir no motor da atividade econômica que imprime caráter formalmente capitalista ao regime colonial de produção. Nem, muito menos, o simples fato de *participar* a economia colonial do mercado mundial. Ao contrário, há, formalmente, capitalismo porque a escravidão é introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial.” João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. 9ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1998, págs. 43 e 44.

assalariado livre, portanto, o fundamento da produção capitalista. Mas são os capitalistas que fazem o tráfico negreiro. O modo de produção que introduzem não provém da escravatura, mas nela se enxerta. Nesse caso, capitalista e proprietário da terra são a mesma pessoa.”²⁷

Com isso, explicitam-se as linhas gerais do diálogo entre o debate europeu sobre a transição e o debate brasileiro sobre a sociedade colonial, e os traços mais importantes de suas implicações. As distintas formas de compreender o movimento da transição, o caráter geral da sociedade européia e, em particular, a posição de Portugal nesse quadro trazem implicações decisivas ao debate sobre a colônia e estão presentes, com maior ou menor evidência, em todos os autores. Isso posto, cumpriria retomar mais detidamente certos pontos do debate sobre a crise do feudalismo e a transição ao capitalismo, nos termos propostos pelo debate europeu. Este é o propósito da primeira parte do trabalho. Mas, insistimos, não se trata de uma síntese exaustiva de todo o debate, que abarque todas as suas contribuições, elaboradas ao longo de várias décadas, em bibliografia tão vasta. Muito menos de esgotar assunto tão complexo. Trata-se somente de pontuar, a partir dos autores europeus, as principais questões que aparecem no debate brasileiro e que são fundamentais para sua compreensão. Assim, os dois capítulos que se seguem estruturam-se em torno da discussão sobre a crise do feudalismo, em particular sobre as relações entre renascimento do comércio e dissolução dos laços servis e sobre o caráter do Antigo Regime, em particular a posição do capital mercantil e o conteúdo do Estado absolutista. Desvendar as possibilidades de interpretação sobre a estrutura da transição e o sentido de seu movimento, e dentro dessa problemática desvendar a posição do capital mercantil e do sistema colonial, constitui o objetivo fundamental da primeira parte e passo fundamental para a compreensão do debate brasileiro.

²⁷ Karl Marx. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, 3 vols, trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo, Difel, 1980, vol. II, pág. 730.

Capítulo I

Crise do feudalismo e desenvolvimento mercantil

Nos debates sobre a crise do feudalismo, nos séculos XIV e XV, a problemática da recomposição das relações de intercâmbio no espaço mediterrânico no quadro da vitória da cristandade sobre os muçulmanos, ou das influências e efeitos dos desenvolvimentos comerciais nos espaços exteriores à sociedade feudal, tornou-se referência recorrente e mesmo um paradigma explicativo, cristalizado nos trabalhos clássicos de Henri Pirenne, que viriam influenciar de forma decisiva o próprio debate marxista.²⁸ As dicotomias economia monetária *versus* economia natural, a cidade contra o campo são motivos insistentes na historiografia. Outras interpretações constituem-se, entretanto, para demonstrar que as relações entre a crise do feudalismo e o renascimento do comércio devem ser compreendidas à luz das contradições internas ao próprio modo de produção feudal, no curso de seu desenvolvimento e crise. Cumpriria, nesse caso, reconhecer e resgatar, à parte o peso dos desenvolvimentos mercantis, o movimento determinado pelas relações de dominação constitutivas do modo de produção feudal. Portanto, trata-se de estabelecer, como ponto de partida, o contraponto entre as concepções basilares do chamado “modelo mercantil” e as interpretações construídas a partir de uma estrutura e dinâmica internas ao feudalismo.

A idéia de uma tendência latente ao intercâmbio no espaço de confluência dos três continentes conforma aquilo que Henri Pirenne denominou *caráter mediterrâneo* da Europa Ocidental e constitui o ponto de partida de sua interpretação. Preservadas, as linhas de intercâmbio, substrato deste *caráter*, ainda após o declínio de Roma, começam a desfazer-se desde a eclosão do mundo islâmico, no século VII. Sob o domínio islâmico o mar deixa de ser o vínculo entre os mundos ocidentais e orientais, espaço milenar do intercâmbio

²⁸ “O mais controverso problema na polêmica entre Dobb e Sweezy refere-se à validade das teses de Pirenne sobre o papel desempenhado pelo comércio, em suas várias formas, no desenvolvimento e decadência da sociedade feudal.” Giuliano Procacci, “Uma sinopse do debate”, in Paul Sweezy *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pág. 129.

econômico e cultural, para se tornar barreira, espaço de confronto e antagonismos das duas civilizações, que isola a Europa Ocidental, para fazer do Império de Carlos Magno um império puramente terrestre ou continental, e de Bagdá o centro de todo o movimento econômico. O que emerge na Europa Ocidental em fins do século VIII é uma sociedade essencialmente agrária em que declinam as diversas formas de vida urbana, intercâmbio e comércio. Esta dimensão, qual seja, a dimensão do intercâmbio ou da circulação mercantil, será o eixo fundamental do conjunto das interpretações de Henri Pirenne e, portanto, o sempre referido estancamento das diversas formas de intercâmbio e em particular do intercâmbio mercantil ou o seu renascimento serão os movimentos fundamentais para a compreensão da emergência da sociedade feudal tanto quanto de sua crise.

Desse modo, a economia medieval será definida pelo autor em termos de uma *economia latifundiária fechada*²⁹, o que remete não apenas ao caráter em larga medida auto-suficiente das grandes propriedades, mas ao fato de que as formas de existência nesta sociedade estão assentadas unicamente na propriedade ou na posse da terra, o que terá implicações decisivas sobre as estruturas de poder³⁰. Essa dimensão parece ter importância particular porquanto a própria definição de feudalismo recai sobre a esfera jurídico-política, expressando a relação entre a relativa independência e autonomia dos feudos com a desintegração do poder público ao nível do Estado, em favor de uma classe de senhores cujas atribuições jurídico-administrativas não se dissociam das relativas ao seu próprio patrimônio. E sobre esta dimensão de fragmentação do poder, a Igreja emerge como poder superior e universal, para articular o conjunto da vida social, este conjunto de núcleos em grande medida independentes e autônomos, nos limites da cristandade ocidental. Em vista das considerações sobre a centralidade das relações de intercâmbio, cumpre observar que a

²⁹ Cumpre observar com alguma atenção o significado atribuído pelo autor à expressão *economia natural*. Aqui essa expressão indica somente a ausência de moeda nas relações de intercâmbio, em oposição à idéia de *economia monetária*. Nesses termos, a utilização da expressão para qualificar o feudalismo nesta interpretação poderia sugerir erroneamente que, nesta época, as trocas diretas em espécies substituíram a troca monetária – com efeito, durante a Idade Média, onde houve troca, houve circulação monetária. Na verdade, o declínio da circulação monetária estaria relacionado não com as supostas formas assumidas pelo intercâmbio, mas com o declínio do próprio intercâmbio. Somente com essas ressalvas poder-se-ia empregar, no quadro desta interpretação, a expressão *economia natural*.

³⁰ “Seja qual for o ponto de vista que se adote, pode-se dizer que a Europa Ocidental, desde o século IX, oferece o aspecto de uma sociedade essencialmente rural e na qual o intercâmbio e a circulação das utilidades se restringiram ao grau mais baixo a que podiam atingir. A classe mercantil desapareceu nas referidas sociedades. Determina-se, agora, a condição dos homens por sua relação com a terra”. Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, trad. Lycurgo Motta. 6ª. edição. São Paulo, Mestre Jou, 1982, pág. 17.

ideologia da cristandade pode ser compreendida em sua correspondência com as formas de organização da vida econômica medieval, na medida em que se privilegia um dos aspectos de suas concepções, qual seja, sua oposição ao comércio e à usura – o dinheiro afasta a alma de seus fins últimos e por isso constitui um perigo. Esta forma de considerar o papel orgânico que exerce a dimensão ideológica da cristandade na manutenção da sociedade revela o eixo fundamental da interpretação. Pois o quadro de uma sociedade fundada na auto-suficiência dos domínios rurais, em que apenas a extrema necessidade, e muitas vezes a fome, poderia fazer intensificar relações de intercâmbio e necessidades de empréstimos, tornava os homens daqueles tempos absolutamente vulneráveis a toda a forma de especulação e exploração, de modo que a usura e mesmo a exploração comercial conduziriam, no limite, ao esfacelamento daquelas formas de sociabilidade. Enfim, o comércio e o dinheiro dissolveriam a sociedade – a caridade e a esmola a preservariam. E, no entanto, foram precisamente as cruzadas, um movimento de caráter militar inspirado por razões econômicas e religiosas, que reabriram as portas do Mediterrâneo à Europa Ocidental, fazendo renascer o comércio e a vida urbana, principalmente a partir do século XII. Uma tendência, de certa forma, anunciada nas rotas comerciais desenvolvidas pelos escandinavos desde o mar do Norte e o mar Báltico, até a Rússia e o mar Negro, já no século X.

Considerada a sociedade feudal a partir da esfera da circulação, do estancamento das relações de intercâmbio, seria um desdobramento natural considerar o renascimento do comércio e das cidades, assim como o aumento da circulação monetária, como elementos fundamentais nas profundas transformações que se seguiram na Europa Ocidental. “A antiga organização senhorial, que convinha a uma época em que a falta de mercados exteriores obrigava a consumir os produtos do solo no próprio lugar onde eram cultivados, teria necessariamente que desmoronar quando se estabelecessem mercados permanentes que lhes garantissem vendas regulares. Foi isto o que aconteceu no dia em que as referidas cidades começaram a absorver, por assim dizer, a produção dos campos que assegurava sua subsistência.”³¹ O renascimento do comércio propiciou o desenvolvimento independente das cidades e de uma classe de gente desvinculada da terra e, portanto, sem vínculos orgânicos com o conjunto da sociedade feudal, dedicada às atividades do artesanato e do

³¹ *Idem*, pág. 82.

comércio, e que provavelmente provinha das camadas marginais da sociedade. Eram bandidos, vagabundos, andarilhos, uma gente errante, cujo espírito de aventura, a falta de escrúpulos e muitas vezes a sorte lhes permitia ascender à condição de burgueses, de habitantes da cidade. O desenvolvimento dessas relações entre a cidade e o campo, orientado pela especialização e pela divisão do trabalho, promoveria a transformação das relações de servidão, processo lento, desigual no quadro da geografia européia, e que fora mais intenso onde a influência do comércio foi mais profunda. Henri Pirenne sustenta que o reflorescimento do intercâmbio comercial e cultural, a recomposição do *caráter mediterrâneo* da Europa Ocidental, trouxe consigo uma tendência para a sofisticação do consumo da nobreza e, em consequência, a necessidade de ampliação da renda feudal. Diante disso, as formas de organização da vida econômica, nos limites das tradições, mostram-se precárias, restritas. No quadro daquelas relações, um progressivo aumento da renda feudal não poderia ocorrer sem violentas e imprevisíveis consequências econômicas e sociais, de tal sorte que aos nobres restava se afogar em dívidas ou promover transformações nas relações de servidão, o que neste caso significaria abrandar ou até dissolver os laços servis³².

O renascimento do comércio, vinculado sempre à expansão da circulação monetária, identifica-se, nestas interpretações, com a emergência do capitalismo. Todavia, posto que o terreno da semântica é movediço, o problema das definições e caracterizações exige certo cuidado. Desde logo, para Henri Pirenne, capitalismo é o alto comércio. Não se confunde com a atividade dos pequenos negociantes e artesãos, submetidos aos controles rígidos das cidades e das corporações – estes se ocupam somente de sua subsistência. O alto comércio

³² Neste ponto, acreditamos, torna-se explícito que o problema da crise do feudalismo é mais complexo do que poderiam sugerir as interpretações que se pretendem exclusivas, umas em relações a outras, explicações que privilegiam, como determinantes da crise, fatores externos ou internos à sociedade feudal. Pensamos que concepções unívocas e mesmo mecânicas não são suficientes para abordar este problema e que isto se torna explícito na própria leitura de Henri Pirenne. Antes o autor afirma: “Não se compreenderia como a Europa Ocidental, imobilizada em sua civilização agrícola, pudesse, por si só, iniciar-se, tão rapidamente, em uma vida nova, sem um estímulo e um exemplo vindos de fora”. *Idem*, pág. 53. Adiante, no entanto, aparecem referências ao que poderiam ser considerados condicionantes internos: “Nos lugares onde se difundia o comércio, nascia o desejo dos objetos novos de consumo que com ele se introduziam. Como freqüentemente acontece a aristocracia quis rodear-se de luxo, ou, pelo menos, das comodidades que convinham à sua condição social. (...) Sem dúvida os proprietários recebiam dos seus homens o necessário para continuar vivendo como antes, porém não como desejariam viver, então. Eram vítimas de um sistema econômico antiquado que lhes impedia tirar de seu capital fundiário uma renda proporcional ao seu valor. A tradição proibia-lhes a possibilidade e até a idéia de aumentar os censos dos seus dependentes ou as corvéias dos seus servos, consagrados por um uso secular e que se converteram em direitos que não poderiam ser modificados sem provocar as mais perigosas repercussões econômicas e sociais”. *Idem*, págs. 84 e 85.

de longa distância, que transcende o espaço das cidades como o *mar que estende as águas entre as ilhas*, que domina o espaço da grande navegação e as linhas do transporte terrestre, que controla o grande comércio de exportação e importação, provedor das grandes fortunas, esta é a esfera do capitalismo. Os altos lucros deste comércio – que, insistimos, é também o comércio de dinheiro – advém do monopólio, da especulação, da manipulação das distintas condições de compra e venda, da miséria de compradores ou vendedores vulneráveis às mazelas de uma vida econômica incerta. O *capitalista* viria firmar definitivamente seus vínculos com o príncipe nos séculos XIV e XV, quando os primeiros traços do mercantilismo e de uma política econômica nacional, contra os particularismos das cidades, começariam a se esboçar. Estes homens de grandes fortunas são imbuídos do espírito da aventura, da pilhagem, animados pelo lucro fácil e rápido; tipos desenraizados, errantes, emersos da marginalidade. No quadro dessas definições, Henri Pirenne não terá dificuldades de reconhecer *capitalismo* e *capitalistas* não apenas a partir do século XII, quando estes lhe parecem mais evidentes, mas, em maior ou menor grau de desenvolvimento, em todas as épocas da história³³.

As teses de Henri Pirenne, certamente clássicas, vieram inspirar, além de vasta bibliografia de história econômica, certas interpretações marxistas dos problemas da crise do feudalismo e da transição ao capitalismo, desenvolvidas, sobretudo, nos artigos de Paul Sweezy³⁴. À maneira das concepções de seu precursor clássico, estes procuram desvendar uma dinâmica interior ao espaço definido nos termos de uma *economia europeu-mediterrânea*, em que está imerso o feudalismo europeu ocidental. O feudalismo seria

³³ Aquilo que Henri Pirenne denomina *capitalismo* não está muito distante daquilo que Marx definiu como a dinâmica *capital mercantil*. Como veremos adiante, o capital que se valoriza na esfera da circulação valendo-se de mecanismos e circunstâncias extra-econômicas, algo essencialmente distinto das formas de valorização do capital no quadro do modo de produção capitalista plenamente constituído. Da mesma forma, o *espírito do capitalismo* de Henri Pirenne não expressa o processo histórico de racionalização da conduta que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo, como nas interpretações de Weber – para utilizar as expressões familiares, define-se muito mais na figura do *aventureiro* do que na do *trabalhador*. Para Henri Pirenne, no plano das definições, as expressões *capitalismo* e *capitalismo comercial* não se distinguem, aparecem como sinônimos. Portanto, entendemos que estas discussões, em princípio semânticas, trazem problemas que dizem respeito à própria historicidade do capitalismo e dificultam a compreensão do capitalismo como uma totalidade histórica específica. Como desdobramento desta idéia, o que o autor define como espírito do capitalista termina por ser remetido à natureza humana, em formulações que podem ressonar como ecos da *Riqueza das nações* e até conduzir aos caminhos perigosos da teleologia: “Não são estas as características desse capitalismo a respeito do qual certa escola fez tanto mistério, mas que, não obstante, se encontra com idêntico fundamento em todas as épocas, conquanto difira de uma a outra pelo grau de seu desenvolvimento, pois corresponde à tendência natural do homem em enriquecer-se?”. *Idem*, pág. 163.

³⁴ Paul Sweezy: “Uma crítica” e “Uma tréplica”, in Paul Sweezy *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonnet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

definido como um *sistema de produção para uso*, como antes fora definido como uma *economia latifundiária fechada*. Essa definição parece ser distinta da categoria *modo de produção*, porquanto mais do que a ampas articulações constitutivas de uma totalidade histórica, confere centralidade à esfera da circulação e às relações de troca. Neste caso, a característica fundamental desse *sistema* será a produção de valores de uso, isto é, a produção orientada e limitada pela satisfação das necessidades de consumo da sociedade. Decorre disso o referido imobilismo da sociedade feudal, sua tendência a preservar a vida estabelecida nos marcos das tradições e das rotinas; sua tendência a preservar as formas de organização da vida econômica, as técnicas e métodos de produção. Enfim, uma sociedade destituída de movimento próprio, cujos impulsos transformadores haveriam de brotar do exterior, com o reflorescimento do comércio – ainda que este possa ser considerado interno ao espaço mais amplo da *economia europeu-mediterrânea*.

Nesta linha, o renascimento do comércio e da vida urbana aparece relacionado com o desenvolvimento de um *sistema de produção para troca* que viria estabelecer vínculos com o sistema preexistente e enfim, transformá-lo. Retoma, pois, as discussões anteriores acerca do desenvolvimento das cidades como centros do comércio que progressivamente tomam feição própria, definindo-se como centros produtores de mercadorias e irradiando linhas de intercâmbio pelos domínios rurais circunvizinhos. Em curso, os progressos da divisão do trabalho e da especialização viriam imprimir formas mais racionais da produção, conduzindo para a órbita das trocas a economia dos domínios rurais. Portanto, o campo, diante do desenvolvimento das cidades, tende a se tornar cada vez menos auto-suficiente, mais especializado e adaptado à exploração econômica racional orientada para o lucro. Essa dimensão econômica apresenta seus reflexos ao nível psicológico, porquanto a ampliação da esfera da troca e da circulação monetária a ela vinculada torna mais racional (ou menos perecível) o acúmulo de riqueza, de tal sorte que a acumulação se converte em um fim em si mesmo, e aproxima a conduta dos nobres à dos homens de negócio – precisamente quando está em curso, por conta do mesmo movimento de ampliação do comércio, o já referido processo de sofisticação das necessidades de consumo da nobreza.

Esse impulso à acumulação pesaria sobre os camponeses. Mas o próprio desenvolvimento das cidades abre-lhes possibilidades reais de libertação do jugo dos senhores ou então, diante dessas possibilidades, imprime uma tendência a atenuar os laços

de servidão, entendida aqui como a comutação das prestações em serviços por prestações em dinheiro³⁵. Por isso, a própria reação dos camponeses pode ser explicada pela confluência de fatores internos, relativos às contradições do feudalismo e à própria luta de classes, e fatores externos, relativos ao renascimento da vida urbana. Essas considerações conduzem à conclusão de que o renascimento do comércio conformou uma esfera econômica orientada para a produção de mercadorias e que essa esfera em contato com o sistema preexistente orientado para a produção de valores de uso, tende a transformá-lo, a convertê-lo em um *sistema de produção para troca*, em que deverão ser removidas as velhas formas feudais de organização da vida econômica, precárias, limitadas pelos usos e tradições³⁶.

As implicações e os problemas implícitos nesta forma de estabelecer conexões entre a esfera das relações de intercâmbio e os processos históricos específicos parecerão mais profundos e complexos numa leitura mais atenta, quando levamos ao limite alguns

³⁵ O problema do caráter da comutação da prestação das obrigações servis trouxe certas polêmicas ao debate marxista. No conjunto, dois argumentos mais frequentes parecem delinear os contornos dentro dos quais se pode situar o debate, expressando formas distintas de fazer uso das categorias *sistema de produção* ou *modo de produção*, em vista do que se pretende enfatizar. Paul Sweezy, em interpretação muito comum, considera equivocado “(...) tratar a substituição de prestação de serviços ou pagamentos em espécie por rendas em dinheiro como principalmente uma questão de forma, desprezando o fato de que essa mudança só pode ocorrer em escala considerável com base numa bem desenvolvida produção de mercadorias”. Paul Sweezy: “Uma tréplica”, in Paul Sweezy *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonnet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pág. 105. Em contraposição, Rodney Hilton, como outros, argumentaria que “(...) o trabalho excedente poderia ser utilizado diretamente nos domínios do senhor, (...) ou seu produto poderia ser transferido sob a forma de renda em espécie ou em dinheiro, por parte da família serva, para o senhor. (...) Aceita esta definição geral de servidão como transferência forçada de trabalho excedente ou do seu produto, podem existir muitas formas jurídicas e institucionais diferentes de servidão (...) a história geral do feudalismo europeu mostra com clareza que a renda-trabalho não era um elemento essencial nas relações feudais de produção, ainda que o caráter coercitivo dessas relações transpareça talvez mais nitidamente na organização do trabalho obrigatório no domínio senhorial”. Rodney Hilton: “Introdução”, in Paul Sweezy *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonnet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pág. 13.

³⁶ Novamente, as relações entre os determinantes da crise, internos ou externos à sociedade feudal, não se apresentam de forma simples. Paul Sweezy, ainda que defina o desenvolvimento do comércio como o *agente motor* externo da crise, e demonstre parentesco próximo com a tradição do “modelo mercantil”, sugere que esta relação não deve ser automática: “(...) o triunfo da economia de troca não implicou necessariamente o fim da servidão ou da agricultura dominial. Essa economia é compatível com a escravidão, a servidão, o serviço do trabalhador independente autônomo ou o trabalho assalariado. A história é rica de exemplos de produção para o mercado mediante todas essas modalidades de trabalho”. Paul Sweezy: “Uma crítica” e “Uma tréplica”, in Paul Sweezy *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonnet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pág. 43. “Por que o desenvolvimento do feudalismo na Europa ocidental levou à crise e final? Se admitimos que um agente motor externo se encontra por detrás do processo de desenvolvimento, segue-se que a resposta a essa pergunta deve ser procurada no impacto dessa força externa sobre a estrutura do feudalismo. Como Dobb insiste com toda a razão, em outras palavras, o processo é de interação.” *Idem*, pág. 105.

argumentos e algumas conclusões dessas teses, sem prejuízo de toda sua riqueza inconteste e ressaltando que elas mesmas incorporam formulações mais sutis que procuram afastá-las desses limites. O problema está em saber quais as implicações para a compreensão do sentido próprio dos processos históricos, de situar em plano secundário as múltiplas articulações específicas que distinguem uma totalidade histórica particular. Ou, em que medida, a tradição do “modelo mercantil” pode seduzir àqueles que buscam traços comuns em distintas épocas da história que permitam captar repetições e mesmo estabelecer leis gerais e abstratas que, supostamente, governassem inexoravelmente os movimentos de conjunto das totalidades históricas, em qualquer momento, em qualquer circunstância. Nesse caso, cumpriria indagar em que medida uma interpretação dos processos históricos pode lhes privar de sua própria historicidade. Assim ocorre quando se considera de forma isolada a esfera das relações de troca, assentada nos progressos da divisão do trabalho, cujas leis abstratas e invariáveis impõem-se sobre o conjunto da vida social e econômica, este convertendo-se apenas em marco institucional dentro do qual estas relações são atenuadas ou acentuadas. Esse anacronismo provém da própria forma de considerar as relações de troca, isolada do conjunto, desconectada das outras esferas da existência, da totalidade histórica concreta em que está compreendida e, portanto, de seu sentido histórico concreto. Com isso, corre-se o risco de, no limite, como na tradição liberal, esvaziar o conteúdo histórico das próprias formas de consciência, transportando os homens do presente para o passado, seus valores e religiões, suas atitudes diante da vida, da morte e do dinheiro, suas percepções do mundo e de si próprios no mundo e, no limite, convertendo estes homens do presente em materialização da *natureza humana*. Nesse limite, a história adquire um sentido teleológico de tal sorte que o conjunto das formas de organização da vida, aquilo que aparecera apenas como marco institucional, converte-se em um conjunto de instituições artificiais ou naturais, nos termos propostos por Marx, referindo-se aos economistas clássicos.³⁷

³⁷ Nos termos de Smith: “Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria essa riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. Não é nossa tarefa investigar aqui se essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre o qual nada mais restaria dizer, ou se – o que parece mais provável – é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar”. Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, trad. João Baraúna, col. Os economistas. 2ª. edição.

Não é trivial compreender esta identificação entre uma dimensão da natureza e outra das sociedades, o natural e o histórico, esta busca pelo imutável, eterno, pelo que há de comum a todas as formas sociais; enfim esta tendência a dissolver e diluir o particular, o histórico, em misturas homogêneas; a suprimir toda a qualidade e a diferença. E, no entanto, como demonstra Marx, a historicidade emerge tão logo nos reportamos seja às longínquas comunidades primitivas, às civilizações antigas ou à cristandade medieval. Nessas sociedades o indivíduo está imerso nas relações de dependência, de domínio ou servidão direta, nas quais importa distinguir o conteúdo imediatamente social de sua atividade, de seu trabalho – e, sob as diversas formas de dominação ideológica, estas relações entre os homens e seus trabalhos aparecem-lhes explicitamente como o que de fato são: relações entre os homens. O comércio e o dinheiro não constituem fundamento essencial da reprodução da vida, mas permanecem em plano secundário, nos interstícios da vida social, nos intermúndios, *como os deuses de Epicuro*. A elevação da mercadoria e do dinheiro ao *panthéon*, como fundamento de toda a sociabilidade e como elemento essencial na reprodução da vida social, pressupõe a relativa autonomização do indivíduo em relação à sociedade, isto é, sua libertação das formas diretas de dependência e dominação. Isso significa que o trabalho individual se desprende do conjunto do trabalho social e somente pode tornar-se parte dele pela mediação das relações de troca e, portanto, não mais de forma imediata. Dessa forma, as relações entre homens, entre seus trabalhos particulares e entre estes e o conjunto do trabalho social somente aparecem nas relações entre coisas, entre objetos de troca, como forças exteriores às próprias relações sociais – e nisso consiste o caráter metafísico da mercadoria. O próprio valor aparecerá como expressão dos atributos físicos das coisas. Assim, o olhar sobre a história através destas lentes verá esfumaçarem as fronteiras entre o universal e o social, entre o natural e o histórico, e toda a particularidade, especificidade ou diferença serão suprimidas em favor das permanências. Essa informação se situa geneticamente no interior da mercadoria e das relações de troca que, na forma do

São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol 1, pág 49. Como contraponto, pode-se tomar a afirmação de Marx: “Os economistas têm um modo peculiar de proceder. Para eles há duas espécies de instituição, as artificiais e as naturais. As instituições do feudalismo são artificiais, as da burguesia, naturais. Eles igualam-se nisso aos teólogos, que também distinguem dois tipos de religião. Toda religião que não a sua própria, é uma invenção dos homens, a sua própria no entanto uma revelação divina. – Assim portanto houve história, mas agora não há mais”. Karl Marx. *O capital: crítica da economia política*, trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe, col. Os economistas. 3ª. edição. São Paulo, Nova Cultural, 1988. 5 vs, Livro I, vol I, pág. 77, nota 33.

trabalho abstrato, suprimem a dimensão qualitativa em favor da quantitativa, mesmo que, ao suprimi-la, obrigatoriamente, a pressuponha.³⁸

Na verdade, falar em esfera das relações de troca significa falar não apenas da troca simples, cuja finalidade encontra-se na relação entre valores de uso, mas principalmente do capital comercial (e seu *irmão gêmeo*, o capital usurário) como modo de existência mais primitivo, antediluviano, do capital. Vale dizer, mesmo o movimento de valorização do capital na esfera da circulação precede o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista e pode permanecer como elemento relativamente independente em relação à esfera da produção, nos poros das sociedades, constituindo-se como mediação entre distintos organismos socioeconômicos, sem necessariamente penetrar-lhes no âmago ou integrar suas articulações fundamentais. Os extremos ligados pelo capital comercial podem permanecer, para ele, como realidades exteriores. Mas podem também dominar a esfera da produção, conferindo-lhe sentido e ditando-lhe o ritmo, sem contudo transformar o conteúdo do processo de trabalho e, portanto, sem reproduzir, sobre relações tipicamente capitalistas, um movimento de acumulação autodeterminado. Trata-se, portanto, de um movimento incapaz de produzir, por si só, a autonomização da esfera econômica, que se consubstancia no processo de valorização do capital na esfera da circulação, assentado em circunstâncias e mecanismos extra-econômicos – na pilhagem e na especulação, no domínio direto e no monopólio, nos ganhos daqueles que podem comprar barato para vender caro (ou criar oferta excedente no mercado de compra e procura excedente no mercado de venda). “O capital comercial, quando em dominação preponderante, representa por toda a parte portanto um sistema de pilhagem, de modo que seu desenvolvimento nos povos comerciantes da Antigüidade como da época mais recente está diretamente ligado a pilhagem violenta, pirataria, roubo de escravos, subjugação nas colônias; assim em Cartago e Roma, posteriormente com venezianos, portugueses, holandeses, etc.”³⁹ Poderíamos, pois, desfiar a trama das várias ilustrações de tantas outras formas de coerção extra-econômicas ao longo da história, como demonstrou o clássico trabalho de Henri Pirenne e, no entanto, estaríamos mais próximos, agora, da compreensão de sua especificidade histórica. Porque se trata da valorização do capital na esfera da circulação, quando o capital ainda não

³⁸ Karl Marx. *O capital: crítica da economia política*, trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe, col. Os economistas. 3ª. edição. São Paulo, Nova Cultural, 1988. Livro I, vol 1.

³⁹ *Idem*, Livro III, vol 4, pág. 237.

promoveu a subordinação real do trabalho, e não reproduziu, sobre a base de relações especificamente capitalistas, o processo de acumulação auto-referido, relativamente autônomo, que cria as condições de sua própria reprodução. Ou seja, quando a esfera econômica não adquiriu sua relativa autonomia face às outras esferas de vida. Enfim, no âmbito dessa perspectiva, pode-se distinguir *capital* de *capital comercial* e *capitalismo* de *comércio*.⁴⁰

O desenvolvimento do comércio e do capital comercial está pressuposto no processo de subordinação da produção pelo capital, quando toma corpo o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, porquanto engendra a concentração de riqueza monetária, por um lado, e a generalização da produção para o comércio, por outro. O capital comercial desde logo impulsiona a produção orientada para o valor de troca, a expansão dos mercados e da circulação monetária, imprimindo, de qualquer forma, sua influência nas formas preexistentes de produção orientadas, em grande medida, para a produção de valores de uso. Mas isso não significa que, em qualquer circunstância, promova a dissolução dos antigos modos de produção, da mesma forma que ser pressuposto do desenvolvimento do capitalismo não significa engendrá-lo inexoravelmente. A forma como o desenvolvimento do comércio se articula com as distintas formas de organização da vida social na totalidade de seus aspectos, e quais as múltiplas possibilidades dos resultados destas articulações, tais são as considerações que conduzem ao bom porto da historicidade. “O comércio age por isso em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção, que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso. Até que medida, porém, ele provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, inicialmente, de sua solidez e articulação interna. E para onde esse processo de dissolução conduz, ou seja, que novo modo de produção entra no lugar do antigo, não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo antigo de produção. No mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital comercial resultavam sempre em economia escravista; conforme o ponto de partida, também na transformação de um sistema escravocrata patriarcal, voltado para a produção direta de meios de subsistência,

⁴⁰ Pierre Vilar leva ao limite essa distinção: “Não devemos empregar sem precaução a palavra burguesia e devemos evitar o termo capitalismo enquanto não se trate da sociedade moderna, onde a produção maciça de mercadorias repousa sobre a exploração do trabalho assalariado, daquele que nada possui, realizada pelos possuidores dos meios de produção”. Pierre Vilar: “A transição do feudalismo ao capitalismo”, in Theo Araújo Santiago (org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975, pág. 36.

num sistema voltado para a produção de mais-valia. No mundo moderno, no entanto, ele desemboca no modo de produção capitalista. Deduz-se daí que os resultados foram condicionados ainda por outras circunstâncias muito diferentes, do que pelo desenvolvimento do capital comercial”⁴¹.

Outras interpretações sobre o renascimento do comércio e das cidades no quadro da Europa medieval podem edificar-se sobre este solo, conferindo particular relevo à construção de Maurice Dobb.⁴² Isso implica, por suposto, em reconsiderar o enfoque do “modelo mercantil” e reorientar o olhar, dos movimentos de ruptura e renascimento das trocas no Mediterrâneo para as relações sociais, regentes da vida daqueles homens que vivem na terra firme dos domínios feudais e vêem nascer e renascer, no fluxo contínuo da vida cotidiana, suas plantações, colheitas e preces – relações sociais e históricas, produzidas nas relações recíprocas daqueles homens e que, no entanto, aparecem-lhes como relações eternas, regidas pelos costumes e tradições, expressões dos desígnios divinos. Nos marcos assim definidos, Maurice Dobb propõe interpretar o feudalismo à luz da categoria *modo de produção*, sua dinâmica e seu declínio acentuando a importância de suas estruturas internas fundamentais, de suas contradições próprias, mesmo que considere que os processos históricos concretos não apresentem a pureza das categorias, sendo eles sempre híbridos, muito mais produto de uma interação complexa de fatores internos e externos às estruturas. Serão, no entanto, os fatores internos os fundamentais, na medida em que determinam o sentido dos efeitos provocados pelas influências externas. Para Maurice Dobb, a servidão, em que a grande massa dos homens daqueles tempos estava imersa, figura como o nexo fundamental constitutivo da sociedade feudal, muito mais do que seus aspectos jurídicos e institucionais ou suas relações de intercâmbio. Define-se como uma obrigação, na forma de prestação de serviços ou taxas em espécie e dinheiro, imposta pelos senhores aos produtores pela força da coerção extra-econômica. Os servos são possuidores das condições materiais da produção de sua subsistência, terras e instrumentos de produção, mas submetidos a um conjunto de relações baseadas na dominação direta e imediata dos senhores, fundadas na desigualdade e na coerção extra-econômica, de tal sorte que aqueles homens da terra, em diferentes graus e intensidades, não são livres. O trabalho particular

⁴¹ *Idem*, pág. 237.

⁴² Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, trad. Manuel Braga. 9ª. edição. Rio de Janeiro, LTC, 1987.

integra-se ao conjunto do trabalho social de modo imediato, de tal sorte que a esfera da circulação, restrita às relações entre valores de uso e ao produto excedente, não figura no centro da reprodução da vida material em seu conjunto⁴³.

As contradições constitutivas das relações de servidão estarão no centro da crise do feudalismo, quando estas relações já não podem mais constituir o nexos fundamental da reprodução daquela sociedade, diante das crescentes necessidades de extração do excedente pela nobreza⁴⁴. Com efeito, ampliar receitas dos senhores implicava em intensificar os mecanismos de dominação e coerção extra-econômica, o que significava enfim, ampliação do aparato militar das casas feudais e da *subenfeudação*, de tal sorte que grandes parcelas do excedente seriam destinadas à reprodução das próprias relações servis. Portanto, crescentes necessidades de receitas da nobreza implicavam também em crescentes gastos, o que vale dizer, na base de formas absolutas de exploração do trabalho, que as crises econômicas crônicas constituíam a dinâmica própria da sociedade feudal. No outro pólo, ao servo restava pouco além do necessário a sua própria subsistência e, muitas vezes, nem isso. Quando se aumentavam as necessidades de receita da nobreza, a contradição básica se reproduzia de forma ampliada, isto é, implicava em maior pressão sobre os servos, o que significava aumento dos gastos e das necessidades de receita, e assim sucessivamente – está pressuposto que todo esse movimento se instalava nos marcos de uma sociedade fundada na dominação direta e na exploração em termos absolutos e, portanto, limitada na dinâmica de seu progresso técnico e no desenvolvimento de suas forças produtivas, vulnerável mesmo às pressões demográficas. No quadro dessas contradições, a pressão sobre os camponeses alcança níveis insuportáveis, conduzindo ao acirramento da luta de classes, rebeliões camponesas ou a simples fuga ou marginalização. Diante disso, em muitos casos,

⁴³ O nível baixo das forças produtivas e da divisão do trabalho, a fragilidade das relações de mercado e o caráter descentralizado e patrimonial do poder político e jurídico aparecem como elementos associados, em diversos graus, às relações de servidão e, no entanto, o autor não oferece um estudo exaustivo das formas de conexão entre estas dimensões. Isso nos conduz a um questionamento mais amplo, qual seja, em que medida torna-se restrita e mesmo insuficiente uma definição do feudalismo apenas em termos das relações de servidão, em prejuízo das múltiplas articulações, das múltiplas determinações recíprocas, que conformam o feudalismo como totalidade histórica concreta? Em que medida torna-se restrita a compreensão do modo de produção em sua dimensão estritamente econômica em prejuízo da categoria modo de produção como modo de produção da vida, em suas múltiplas dimensões? Dessa forma, a predominância da religião como elemento articulador fundamental da sociedade feudal, nos termos propostos por Marx na conhecida nota 33 d' *O Capital*, teria sua centralidade comprometida, legada a plano secundário.

⁴⁴ Com efeito, trata-se de uma compreensão do *modo de produção* feudal a partir de sua crise, sem consideração sistemática sobre sua gênese e seu desenvolvimento, o que limita, em alguma medida, o alcance da interpretação.

os nexos de servidão viriam a abrandar-se ou mesmo dissolver-se e o modo de produção feudal, ao cabo de um longo processo, desintegrar-se-ia – noutros casos, onde a luta de classes e o quadro econômico favoreciam os senhores, verificou-se, ao contrário, o recrudescimento das relações servis, como testemunha a Europa oriental dos tempos da *segunda servidão*. “(...) a ineficiência do feudalismo como um sistema de produção, conjugada às necessidades crescentes de renda por parte da classe dominante, foi fundamentalmente responsável por seu declínio, uma vez que essa necessidade de renda adicional promoveu um aumento da pressão sobre o produtor a um ponto em que se tornou literalmente insuportável.”⁴⁵

Somente no quadro dessas contradições constitutivas da crise do feudalismo, pode-se compreender os efeitos do renascimento do comércio e da vida urbana, como uma força em parte exterior, nos espaços marginais, circunvizinhos ao núcleo da vida social.⁴⁶ Conduzem, por um lado, ao aumento das necessidades de receita e de gastos das casas nobres, o que está vinculado ao aumento da pressão sobre os servos, ao mesmo tempo em que, por outro, abrem possibilidades mais amplas de resistência dos camponeses, no quadro de acirramento da luta de classes. As próprias cruzadas e o avanço da Idade da Cavalaria, com seu culto às extravagâncias, à *magnificentia*, o aparecimento das mercadorias

⁴⁵ *Idem*, pág. 51.

⁴⁶ O mesmo paradigma explicativo aparece nas interpretações da transição de Rodney Hilton. Em crítica a Paul Sweezy, o autor observa que o acúmulo progressivo de riqueza, ou o desenvolvimento das forças produtivas, é fato comum a qualquer sociedade pré-capitalista e não podem explicar a ascensão e declínio de um modo de produção específico. Isso conduziria à consideração de dinâmicas internas aos modos de produção e ao primado das relações de produção na apreensão do movimento de sociedades específicas, em particular o feudalismo. As necessidades de ampliação da renda e, conseqüentemente, o sentido concreto da expansão econômica e do desenvolvimento da sociedade feudal, sobre a base das relações de servidão, refere-se à dinâmica de ampliação do poder dos senhores, em prejuízo de senhores rivais ou da massa de explorados. A necessidade de ampliação da renda, na base da luta de classes, teria sido o motor interno da expansão econômica do feudalismo. Os servos respondendo às pressões dos senhores pelo aumento da produtividade ou pela expansão horizontal dos cultivos e os senhores alargando seu domínio sobre terras arrendadas ou inexploradas. Esse desenvolvimento teria impulsionado a produção de mercadorias, o crescimento da comercialização do produto excedente. Assim, o próprio renascimento do comércio e das cidades passa a ser interpretado como fenômeno, em última instância, interno ao feudalismo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do comércio, com a instituição dos privilégios dos comerciantes e com a ampliação da esfera de ação das trocas desiguais e da usura, fazia-se em prejuízo dos senhores, o que acirrava a exploração sobre os camponeses. Esse desenvolvimento teria produzido um processo de diferenciação, intensificado pelo alargamento do comércio, que potencializou a expropriação de parte do campesinato, acirrando a luta de classes e as revoltas camponesas, e conduzindo à crise geral. Precisamente essa nova camada de camponeses ricos, alheios à *magnificentia*, seria capaz de enfrentar a crise, engendrando novas formas de exploração, antecipadoras do capitalismo. Rodney Hilton: “Introdução”, “Um comentário” e “Capitalismo – o que representa essa palavra?”, in Paul Sweezy *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

fascinantes e exóticas vindas de paisagens tão remotas, seus tecidos, suas especiarias, tudo isso contribuía para o aumento das necessidades de consumo da nobreza, de seus gastos exuberantes e da pressão sobre os camponeses no sentido de ampliar a produção excedente a entrar no circuito do comércio. Ao mesmo tempo, o renascimento da vida urbana traria possibilidades maiores de resistência dos camponeses frente aos senhores, e imprimiria sua influência decisiva, sobretudo nas propriedades menores dos cavaleiros. Com efeito, os camponeses poderiam agora refugiar-se nos limites urbanos, incorporar-se nas fileiras do artesanato e do comércio, e respirar, longe dos grilhões da servidão, o ar livre das cidades. A atração das cidades, o êxodo rural agravam as contradições porquanto esvaziam os campos e conduzem ao acirramento das pressões sobre aqueles camponeses que ali permanecem, exigindo mais receitas, intensificando a exploração, provocando novos êxodos; enfim, reproduzindo em escala sempre ampliada os conflitos sociais e agravando a luta de classes.

Mas as cidades, assentadas no artesanato dos produtores independentes, não são expressão do capitalismo. Seu desenvolvimento remonta a um processo complexo em que se articulam, tanto quanto as influências do renascimento do comércio mediterrânico, a expansão da propriedade feudal e das relações de troca empreendidas pelos feudos. Constituem-se pela ação dos mercadores como organismos autônomos ou pela iniciativa e sob o domínio das instituições feudais, sobretudo o clero, como parte constitutiva da sociedade feudal e, na maior parte dos casos, como combinação híbrida desses tipos. As violentas lutas entre cidade e campo expressam a tendência das cidades à diferenciação e afirmação como organismos autônomos ou, em outros casos, o interesse dos senhores de submeterem aos seus domínios as cidades outrora livres. Assim, as relações entre campo e cidade aparecem agora de modo mais complexo do que a idéia do assédio do *capitalismo* que desintegra o feudalismo.⁴⁷

⁴⁷ Giuliano Procacci, em suas considerações sobre os estudos de Maurice Dobb e Rodney Hilton, ressalta suas contribuições à crítica ao “modelo mercantil” mas observa os limites da investigação acerca dos motores internos da crise. Concretamente, considera a centralidade da discussão sobre o caráter externo ou interno do comércio e das cidades, para o encaminhamento dos debates. Com efeito, Maurice Dobb não oferece uma solução para o problema do surgimento das cidades e limita-se a apresentar um conjunto de possibilidades. Rodney Hilton ancora-se nas contribuições de Hibbert, e sustenta o caráter endógeno do desenvolvimento do comércio e das cidades. O autor procura demonstrar que o comércio e as cidades foram precedidos e impulsionados, desde o início da época medieval, pelo desenvolvimento agrário e, portanto, seriam um subproduto da expansão geral do feudalismo. As cidades teriam origem senhorial. A contribuição decisiva parece ser de John Merrington. Considerando a divisão entre campo e cidade como momento do processo

Posto isso, Maurice Dobb concluiria sugerindo que a dissolução das relações servis e a desintegração do feudalismo não se identificam imediatamente com o processo histórico de formação do capitalismo. Há um interlúdio. Quando as relações características do modo de produção capitalista emergiram como forma predominante da reprodução da vida social, o modo de produção feudal encontrava-se por demais desfigurado, em avançado estágio de decomposição. O grande capital mercantil estabelece uma relação contraditória no quadro da formação do capitalismo porquanto, como modo de transição, vincula-se ao antigo modo de produção sem transformá-lo em sua essência, ao mesmo tempo em que se afirma como instrumento fundamental da acumulação primitiva de capital. Sua dinâmica própria tende a tornar-se obstáculo diante do pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, quando o capital mercantil desaparece como forma autônoma de existência do capital, subordinando-se à esfera da produção. Neste quadro, as estruturas a ele articuladas e que lhe conferem sentido entram em crise e por fim desmoronam. Para Maurice Dobb, o sentido histórico desse movimento novamente se explica pelas formas diversas de articulação entre o capital mercantil e a esfera da produção, constituindo formas particulares de transição.⁴⁸ Uma das formas remete aos grandes mercadores, cujos lucros formam-se na esfera da circulação, sobretudo, no comércio de longa distância, que se apoderam da produção, sem

geral de divisão do trabalho, John Merrington sustenta que o surgimento das cidades não poderia representar um desenvolvimento linear do feudalismo ao capitalismo, tanto quanto não poderia representá-lo, o aprofundamento da divisão do trabalho. A transformação do mercado e da cidade em elementos propriamente capitalistas implicaria numa ruptura qualitativa. A cidade feudal não seria espaço de indivíduos autonomizados e livres no sentido da cidade industrial capitalista. Seria uma expressão do parcelamento da soberania feudal, fundada na unidade entre política e economia, entre dependência direta e apropriação. Nesse sentido a cidade é ao mesmo tempo externa e interna, ou mais propriamente, é externa por ser interna, pois concretamente autonomiza-se como expressão da estrutura parcelar da soberania. Move-se como um *senhor coletivo*. Essa interpretação permitiria ultrapassar a oposição entre caráter externo ou interno, tanto quanto a idéia do caráter essencialmente agrário e fechado do feudalismo. Permitiria compreendê-lo como modo de produção que cria condições, pela sua estrutura fragmentada de poder, ao desenvolvimento mercantil e urbano, como elemento essencialmente interno, e que, justamente por isso, autonomiza-se, na base de seus monopólios corporativos. Com isso, o autor procura reconsiderar o que qualifica como o *mito* da burguesia urbana revolucionária e do campesinato passivo, procurando apreender o movimento de ruptura em níveis mais profundos de complexidade. Giuliano Procacci: “Uma sinopse do debate”; Rodney Hilton: “Um comentário”; John Merrington: “A cidade e o campo na transição para o capitalismo”, in Paul Sweezy *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁴⁸ “A transição a partir do modo de produção feudal se efetua duplamente. O produtor se torna comerciante e capitalista, em antítese à economia natural agrícola e ao artesanato preso à corporação da indústria urbana medieval. Esse é o caminho realmente revolucionador. Ou, então, o comerciante se apodera diretamente da produção. Por mais que esta última via atue historicamente como transição (...) tanto menos ela, em si e por si, leva ao revolucionamento do antigo modo de produção, pois, antes, o conserva e o mantém como seu pressuposto.” Karl Marx, op. cit, Livro III, vol 4, pág. 239.

transformá-la em sua essência, limitando-se a ampliar a produção artesanal e romper certos monopólios urbanos tradicionais. Outra, aos próprios produtores, saídos da *yeomanry* que, no curso de um longo processo de diferenciação e acumulação, vinculam-se ao mercado e transformam progressivamente as bases da própria produção, instalando novas formas, já capitalistas. Estes tipos, destacados diante da complexidade dos processos históricos concretos, se distinguem porquanto, no primeiro caso, o modo de transição, instaurado sobre o antigo modo de produção, tende a tornar-se obstáculo aos novos desenvolvimentos e mesmo declinam quando estes tomam corpo, ao passo que o segundo constitui-se na via propriamente revolucionária.⁴⁹

Por certo, muitas questões emergem dos debates sobre transição e aparecem em contribuições posteriores. Uma delas, sugerida pelos trabalhos de Ellen Wood, interessa mais, em particular, ao presente capítulo, em virtude de suas implicações subseqüentes.⁵⁰ Ellen Wood propõe retomar o debate sobre a transição noutros termos, procurando ultrapassar o problema da oposição entre forças de ruptura externas ou internas, entre a

⁴⁹ No debate sobre as duas vias, Maurice Dobb e Kohachiro Takahashi posicionam-se segundo uma certa leitura do texto de Marx que conduz à oposição entre as duas formas. O pequeno produtor independente vinculado ao mercado promove a redução dos custos de produção e, portanto, a transformação das bases da velha estrutura produtiva. No limite, viria revolucionar as próprias relações de produção e atuar no sentido da dissolução dos grilhões feudais. O mercador-capitalista, de outra parte, promoveria a ampliação de seu excedente pela manutenção do antigo modo de produção e dos mecanismos extra-econômicos em que se apóia. Assim, as duas formas de transição aparecem como formas que apontam em sentidos opostos, para a transformação ou conservação do modo de produção. A leitura de Paul Sweezy sugere uma interação das duas vias no encaminhamento da transformação do modo de produção e do surgimento da grande indústria, distintas somente pelo ímpeto inicial. As duas vias não revelariam conflito de interesses entre duas forças sociais, mas seriam conduzidas pelos mesmos burgueses e representariam somente diferentes formas técnicas de produzir. Georges Lefebvre segue essa mesma linha ao afirmar que a questão do caráter revolucionário remete a uma dimensão tecnológica e que o problema fundamental residiria na subordinação do trabalhador assalariado. Nesse caso, sustenta que o *putting out system*, que Maurice Dobb (erroneamente, afirma) tende a assimilar à primeira via, implica na transformação do produtor artesanal independente em elemento subordinado ao capital. Pela regularidade e extensão dos negócios, pela sua dependência para a ampliação dos mercados e a aquisição de matéria-prima, o pequeno produtor deixa de ser independente para tornar-se subordinado ao comerciante. Mais ainda, o grande comerciante arregimenta novos produtores nas fileiras dos despossuídos. O ponto central reside na simbiose entre a produção dominada pelo grande negociante, seja no âmbito das manufaturas ou do *putting out system*, e o Estado. Somente essa produção organizada em bases mais amplas poderia fazer frente às necessidades de regularidade, extensão, rapidez e uniformidade das encomendas do Estado. Desse modo, esse tipo de produção realizaria a tarefa histórica do capitalismo de criação da produção mecanizada em larga escala. A oposição dos pequenos produtores independentes diria respeito menos a uma posição distinta quanto à preservação ou derrumbe do antigo modo de produção, e mais à luta contra os monopólios, em favor da possibilidade de penetrar nos negócios do Estado. Paul Sweezy *et alli. A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonnet. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁵⁰ Ellen Meiksins Wood. *A origem do capitalismo*, trad. Vera Ribeiro, apres. Emir Sader. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

centralidade do comércio ou da luta de classes, em favor de uma leitura crítica das interpretações que tendem a considerar a dissolução do feudalismo e a ascensão do capitalismo como um mesmo processo e o movimento de transição, como a ruptura de determinados obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, interpretações que pressupõem um impulso latente à ascensão do capitalismo no interior da sociedade feudal, contido por forças feudais e que se realiza, de forma mais ou menos imediata, no momento em que essas forças são removidas. Aqui, permanece o problema fundamental implícito no “modelo mercantil”, pois considerar uma tendência latente e contida ao capitalismo no interior da sociedade feudal, liberada a partir de determinado momento, implica em prejudicar a compreensão do capitalismo como uma construção histórica e, enfim, tomar como pressuposto justamente aquilo que se propõe explicar.⁵¹ Esse percurso apresenta menos percalços ao discurso de tradição liberal pois que, em última instância, no âmbito do individualismo metodológico, o comportamento do indivíduo socialmente autonomizado aparece como tendência natural ao intercâmbio e as instituições pré-burguesas, como instituições artificiais que impedem a realização plena dessas supostas tendências. Assim, a transição ao capitalismo apareceria como remoção desses supostos limites artificiais e como abertura de possibilidades para a realização dessas tendências, em última instância, assumidas como uma opção. Ora, os percalços ao discurso marxista são mais evidentes, pois a própria dinâmica do mercado perderia seu caráter coercitivo, como imposição objetiva de uma certa racionalidade, produto, não das escolhas de indivíduos maximizadores, mas de imposições de uma estrutura de dominação. Enfim, a interpretação da transição deveria explicar como a dinâmica do capitalismo foi imposta por relações de dominação determinadas e não como se realizam tendências latentes ou desejos de indivíduos ou de uma classe, removidos os grilhões feudais.

Essa perspectiva de Ellen Wood conduz não somente a uma crítica ao “modelo mercantil”, mas sobretudo a uma reconsideração das teses de Maurice Dobb. Pois trata de distinguir os processos de dissolução do feudalismo e de formação do capitalismo, como

⁵¹ Essa questão foi sugerida anteriormente, numa breve passagem de Eric Hobsbawm: “Defrontamo-nos, portanto, com o paradoxo de que o capitalismo apenas pode se desenvolver em uma economia que já seja substancialmente capitalista, pois em qualquer outra que não o seja, as forças capitalistas tenderão a se adaptar à economia e sociedade predominantes, e não serão suficientemente revolucionárias”. Eric Hobsbawm. *As origens da Revolução Industrial*, trad. Percy Galimberti. São Paulo, Global, 1979, pág. 85 e 86.

dois movimentos separados, retomando uma contribuição levada mais adiante por Paul Sweezy. Nas considerações sobre a dissolução dos laços servis, Paul Sweezy procura sustentar que, embora o renascimento do comércio tenha sido elemento fundamental, esse movimento, por si só, não seria suficiente para explicar a formação do capitalismo, de tal sorte que esses dois processos, a dissolução do feudalismo e a formação do capitalismo, deveriam ser interpretados, afinal, como dois processos separados, a partir da concepção de uma estrutura específica de transição. Ellen Wood procura demonstrar que as interpretações de Maurice Dobb não aprofundam o debate sobre a necessidade de separar os dois movimentos e, no limite, teriam conduzido aos mesmos problemas mais gerais do “modelo mercantil”. Pois, nas interpretações de Maurice Dobb, o elemento fundamental é o desenvolvimento da pequena produção mercantil liberta dos grilhões feudais, no sentido de sua conversão em produção capitalista. A centralidade desloca-se da cidade para o campo, do comércio para a luta de classes, mas a tendência ao capitalismo, aquilo que deveria ser explicado, continuaria como pressuposto, não obstante a contribuição nas discussões sobre a posição do comércio e do capital mercantil. Assim, revela-se o sentido da crítica de Paul Sweezy à tendência a tratar a transição a partir do confronto de dois modos de produção justapostos. Com isso, Ellen Wood procura reconsiderar as contribuições de Maurice Dobb, preservando seu propósito geral de crítica ao “modelo mercantil” e de centralidade da luta de classes. E, nesse sentido, propõe recuperar as contribuições de Robert Brenner.⁵²

Robert Brenner explora o sentido mais geral da contribuição de Maurice Dobb, procurando conferir centralidade à dimensão da luta de classes, ou seja, aos processos endógenos constitutivos da transição. Mas compreende a transição, evitando incorporar a tendência a considerar o processo a partir do confronto de forças feudais e burguesas, no quadro de um modo de produção feudal sitiado pelo assédio da burguesia. A transição será compreendida como um movimento de autotransformação dos grandes proprietários em simbiose com os novos arrendatários capitalistas, empregadores de trabalho assalariado e promotores do progresso material, no quadro de um movimento endógeno. O ponto de

⁵² Veja Aston e Philpin, *The Brenner Debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; Ellen Meiksins Wood. *A origem do capitalismo*, trad. Vera Ribeiro, apres. Emir Sader. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000; Eduardo Barros Mariutti. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate*. Tese de Mestrado UNICAMP, Campinas, 2000.

partida será, portanto, a definição da estrutura de classes como o determinante fundamental da dinâmica da sociedade feudal e da transição. Como marco estrutural que explica, em última instância, os movimentos demográficos e a tendência do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, *forças sociais de produção*, relativas às relações dos produtores diretos entre si e destes com os meios de produção, e *relações de propriedade*, relativas à estrutura de dominação e de exploração senhorial, combinam-se para constituir a *estrutura de classes* da sociedade. A estrutura de classes, em particular sua manifestação mais concreta, expressa pelas relações de propriedade, define o quadro da luta de classes, e as possibilidades e limites estruturais do desenvolvimento desse modo de produção. Enfim, essa estrutura, as relações de propriedade feudais deverão explicar, em última instância, o sentido da luta de classes e a dinâmica da transição. E desde logo é necessário considerar duas questões: os movimentos paralelos de declínio e reforço da servidão, que ocorrem respectivamente na Europa ocidental e oriental; a consolidação do capitalismo agrário ou da pequena propriedade livre, respectivamente, na Inglaterra e na França.

As relações servis, caracterizadas pela imobilidade dos produtores diretos, pelos limites à concentração de terras, e sobretudo pelas formas extra-econômicas de coerção e de extração do excedente, definem os limites ao desenvolvimento das forças produtivas. Esses limites manifestam-se, em particular, no sufocamento de qualquer possibilidade de acumulação dos produtores diretos e pela teia de gastos improdutivos, determinados pelas formas diretas de coerção e pelo próprio consumo conspícuo dos senhores. A dinâmica da exploração apresentará sempre caráter redistributivo, sendo determinada pela expansão horizontal dos domínios dos senhores ou pelo aumento da opressão sobre os camponeses. Vale dizer, o modo de produção feudal não pode reproduzir uma dinâmica de exploração fundada no progresso material e no desenvolvimento das forças produtivas. Esse limite estrutural ao desenvolvimento das forças produtivas explica a tendência às crises, em particular crises demográficas, no bojo das quais torna-se mais intensa a luta de classes.⁵³ No quadro da crise do século XIV, está em causa o acirramento dessa tendência à crise e o aprofundamento da luta de classes que explicam, de um lado, a luta dos camponeses pelo

⁵³ Robert Brenner escreve também em crítica ao chamado “modelo demográfico” de Le Roy Ladurie, entre outros, que estabelece a primazia dos movimentos da população na dinâmica da crise. Robert Brenner subordina essa dinâmica ao movimento da luta de classes. Não aprofundamos esta senda, que escapa ao escopo deste capítulo.

abrandamento dos laços servis ou pelo alargamento de sua propriedade, e, de outro, a amplificação da opressão dos senhores. Assim, sobre o eixo da luta de classes, o abrandamento ou o reforço da servidão, a via ocidental ou oriental, serão compreendidos no quadro do mesmo movimento, pela força relativa das classes em luta. A dinâmica da luta de classes acirrada no bojo da crise, ou seja, a força relativa dos camponeses explicará a tendência ao abrandamento das relações servis na Europa ocidental, e seu reforço no feudalismo oriental. Em particular, adquire uma importância fundamental, como meio de fortalecimento dos camponeses, as instituições feudais de solidariedade, responsáveis por tendências ao coletivismo na condução de determinados processos relativos à defesa externa, disputas internas, fixação de padrões de conduta, muito mais fortes na parte ocidental que oriental.⁵⁴

A luta de classes define-se no quadro de uma dinâmica de exploração de caráter redistributivo, em que os rendimentos senhoriais ampliam-se somente pelo alargamento dos domínios ou pela amplificação da opressão sobre os camponeses. Ou seja, pelo desenvolvimento dos meios extra-econômicos de coerção, o que Robert Brenner define como *acumulação política*. O curso da acumulação política, convertido em imposição objetiva na reprodução da sociedade feudal, torna sempre mais intensos os conflitos entre senhores e servos e as disputas intra-senhoriais. No limite, diante da vulnerabilidade dos domínios feudais à constante ameaça externa e da erosão da base camponesa pela exploração exacerbada, o processo de acumulação política conduziria à desintegração da própria propriedade feudal. Um movimento realimentado pela necessidade objetiva de senhores isolados, mas que comprometeria a manutenção de seu domínio de classe. O aprofundamento dessa tendência à desintegração torna necessário ao domínio feudal o

⁵⁴ Essa concepção faz ecoar certas contribuições anteriores de Charles Parain, ao subordinar o sentido do encaminhamento da crise à dinâmica específica da luta de classes em cada circunstância concreta. Assim, na França, consolida-se a pequena propriedade camponesa e a propriedade comum dos bosques e pastagens, na base de forte coesão da comunidade aldeã. Posteriormente, essa mesma via viria entrar o desenvolvimento do capitalismo. No leste europeu, verifica-se a inserção nos circuitos mercantis e o reforço da servidão, que culminaria na *via prussiana* de desenvolvimento do capitalismo. Nas regiões mediterrâneas desenvolve-se a forma da *parceria*, como forma intermediária entre o feudalismo e o capitalismo, em que as rendas feudais, embora determinadas pela dependência, correspondem, em parte, à remuneração de capitais investidos pelos proprietários. Essa forma teria reduzido a vida dos camponeses a níveis extremamente precários. Na Inglaterra afirma-se a presença do arrendatário, que sob o peso dos tributos feudais e diante dos limites ao comércio, mobiliza o trabalho dos camponeses. Essa figura viria tornar-se força contrária à estrutura feudal. Charles Parain: “A evolução do sistema feudal europeu”, in Araújo Santiago (org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975.

desenvolvimento de organismos políticos capazes de conter os particularismos dos senhores. Essa seria a gênese do Estado feudal, cujos desdobramentos fariam culminar no Absolutismo. Uma força política unificadora, capaz de limitar o conflito, de conter as tendências particularistas e desintegradoras dos senhores, e de permitir a vigência da estrutura de dominação feudal. Vale dizer, a dinâmica do modo de produção feudal pressupõe o desenvolvimento de uma unidade orgânica entre economia e política. No entanto, o mesmo desenvolvimento político que contém em certos limites às tendências desintegradoras, possibilita a continuidade da reprodução da sociedade na base desses conflitos e, portanto, permite intensificar esses mesmos conflitos e, contraditoriamente, aprofundar a tendência à crise.

Mas a luta de classes apresenta resultados diversos, em função da especificidade do ambiente em que está inserida e, precisamente, nessa especificidade, Robert Brenner propõe buscar a chave para a compreensão do surgimento do capitalismo. Em particular, na especificidade da dinâmica da luta de classes na Inglaterra, que teria engendrado um capitalismo agrário. Enquanto na França, a força dos camponeses, integrados a partir de sólidas instituições de solidariedade, permitiu a manutenção da pequena propriedade, sob a permanência das exações arbitrárias e dos limites à mobilidade dos produtores, na Inglaterra, o caminho foi outro. Ali, os camponeses derrubaram as exações arbitrárias e os limites à mobilidade, mas não puderam afirmar os interesses da pequena propriedade. O declínio daquelas formas tradicionais de coerção significaram o estabelecimento de limites aos velhos meios de ampliação dos rendimentos da nobreza e potencializaram a crise. Nesse quadro, a crise conduziu ao arrendamento das grandes propriedades. Noutro pólo, os arrendatários defrontam-se com uma massa de trabalhadores despossuídos e livres de exações arbitrárias e de limites à mobilidade. Isso implicou, de um lado, no estabelecimento de novas formas de exploração assentadas no aprimoramento do processo produtivo e no desenvolvimento material, e, de outro, na consolidação de novas relações de dominação baseadas no trabalho livre e assalariado. Essa nova estrutura teria permitido à Inglaterra superar a crise do século XVII e caminhar no sentido da Revolução Industrial.

Portanto, na interpretação de Robert Brenner, a estrutura agrária inglesa, em sua especificidade, apresenta, de um lado, uma simbiose entre os grandes proprietários e os arrendatários capitalistas, e, de outro, uma massa de trabalhadores livres e despossuídos.

Nesse quadro, desenvolve-se um capitalismo agrário, que assenta as bases de uma dinâmica de reprodução material fundada no desenvolvimento progressivo das forças produtivas e na exploração do trabalho livre e assalariado. Essa dinâmica potencializa o desenvolvimento de um mercado interno, de uma integração entre a agricultura e a indústria, que viria engendrar, enfim, um movimento progressivo endógeno. Confere-se, pois, centralidade à estrutura de classes, à dinâmica da luta de classes, para compreender a dissolução dos laços de servidão e a expropriação dos camponeses. Nesse contexto, afirma-se um capitalismo agrário, produto de um processo de autotransformação dos grandes proprietários, em simbiose com arrendatários capitalistas, que, em articulação com a indústria, cria as bases de um desenvolvimento endógeno que culminaria no capitalismo, na Revolução Industrial. Enfim, Robert Brenner elabora uma interpretação da transição que retoma o sentido das teses de Maurice Dobb e procura enfrentar certos percalços trazidos ao ambiente do marxismo pelas influências do “modelo mercantil”. Ao mesmo tempo, deslocando a gênese do capitalismo da cidade para o campo, procura ultrapassar a idéia da transição como remoção de limites ao desenvolvimento do capitalismo, forçada pelo assédio de forças burguesas, de resto pré-existentes, sobre a estrutura feudal. Desse modo, a crise será compreendida a partir da própria estrutura feudal, ao passo que o movimento de transição ao capitalismo, a partir dos desdobramentos da luta de classes no interior da estrutura agrária inglesa, como processo endógeno.

Este quadro geral procura acentuar os principais traços das questões relativas ao debate sobre a crise do feudalismo e o desenvolvimento do comércio, mais ou menos implícitas nas interpretações da colônia. Consiste no primeiro passo para demarcar os limites mais gerais do debate brasileiro, na intenção de compreender o sistema colonial no quadro da Época Moderna. Em particular, na intenção de situar o capital mercantil e a exploração colonial no processo de formação do capitalismo. Com isso, pretende-se aprofundar a discussão acerca das estruturas subjacentes às sociedades coloniais formadas no espaço americano pelos europeus. O quadro geral do debate sobre a dissolução do feudalismo define uma linha de discussão em torno da influência dos desenvolvimentos mercantis desde fins da Idade Média sobre a estrutura feudal da sociedade européia. Em particular, abarca interpretações que, diante desse movimento, conferem centralidade à expansão do comércio, como força exterior, e outras que apreendem a dinâmica nas

contradições constitutivas do modo de produção feudal. Naturalmente, o debate define-se menos na contraposição de posições extremas e mais nas gradações sutis e complexas, entre uma e outra tendência. Cumpre observar os problemas que o “modelo mercantil” trazem ao âmbito da tradição marxista e, assim, compreender a tendência do debate brasileiro de orientação marxista a aproximar-se de interpretações *a la* Maurice Dobb e Rodney Hilton. No entanto, esse mesmo debate revela contrapontos essenciais quanto ao processo de formação do capitalismo e à posição do sistema colonial na dinâmica do Antigo Regime. No âmbito do presente trabalho, isso implica em problematizar essas tensões, o que conduz a considerações acerca das discussões sobre o conteúdo socioeconômico do Antigo Regime, como substrato do Estado absolutista. Novamente, não está em causa uma síntese exaustiva do debate europeu, mas a necessidade de delinear os marcos mais gerais em que se inscreve o debate brasileiro.

Capítulo II

A sociedade do Antigo Regime e o substrato do Estado absolutista

No debate sobre a crise do feudalismo e o renascimento do comércio, a posição dos historiadores brasileiros denota a dificuldade de incorporar a influência imediata do “modelo mercantil” em interpretações de orientação marxista. Com efeito, a exceção de Caio Prado, que não discute diretamente o assunto, todas as referências tendem a reconhecer a contribuição de Maurice Dobb. Em particular, essa seria uma influência mais explícita para Werneck Sodré do que para Alberto Passos. Pois o primeiro ressalta o peso das contradições internas do feudalismo como motor da crise e da desintegração, ao passo que o segundo, embora explicita a distinção entre categorias referidas à esfera da circulação e ao capitalismo plenamente constituído, concretamente atenta mais para certos efeitos desintegradores do comércio, em prejuízo de observações mais detidas em contradições internas. Werneck Sodré confere centralidade aos impulsos endógenos produzidos pelas próprias contradições internas, constitutivas do feudalismo. Ciro Cardoso, de outro lado, parece explorar essas sendas, mais do que Jacob Gorender. Ancorado em determinadas observações de Engels, Jacob Gorender incorpora a atenção às contradições internas, mas reconhece limites à expansão da mercantilização no interior da sociedade feudal, além dos quais entraria em curso um processo de desintegração. Ciro Cardoso, contudo, aprofundaria sua crítica ao “modelo mercantil”, incorporando influências explícitas de Robert Brenner. Noutro pólo do debate, Fernando Novais também toma explicitamente a contribuição de Maurice Dobb, reconhecendo a necessidade de considerar a estrutura interna do modo de produção feudal para apreender o sentido da influência do renascimento do comércio.

Contudo, esses mesmos autores apresentam concepções muito distintas quanto ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo e em particular quanto à posição do capital mercantil e do sistema colonial no quadro da formação do capitalismo. Por certo, esse problema aparece nas formas distintas de se compreender o caráter do Antigo Regime e o conteúdo socioeconômico do Estado absolutista. Assim, Werneck Sodré, Ciro Cardoso e Jacob Gorender aproximam-se porquanto procuram conferir centralidade aos processos internos ao espaço europeu, tomando o capital mercantil como determinação secundária.

Nesse caso, a base social do Antigo Regime, como substrato do Estado absolutista, será compreendida como uma estrutura essencialmente feudal, mesmo que em declínio. Nas interpretações sistêmicas, a posição central do capital mercantil no quadro da transição parece sugerir um percurso diferente, que se afasta das contribuições iniciais de Maurice Dobb. Aqui, o Antigo Regime e o Estado absolutista tomarão a feição de uma época especificamente de transição, regida por uma dinâmica própria. Não temos a pretensão de resolver esse problema, que, de resto, em geral, parece não ter sido aprofundado pelos autores em tela. Apenas sugerimos retomar a chave de leitura proposta por Lúcia Osório. E, nesse caso, trata-se de considerar a própria contribuição de Maurice Dobb, que sugere a necessidade de tratar a crise do feudalismo e a formação do capitalismo como processos distintos, observando que, muitas vezes, o capitalismo afirmou-se apenas quando o feudalismo encontrava-se em avançado grau de desintegração. Mas, segundo demonstrou Ellen Wood, essa questão, que, afinal, foi levada adiante por Paul Sweezy, não fora resolvida no âmbito das teses de Maurice Dobb. Assim, nessa chave de leitura, Lúcia Osório observa que “quando percebemos a crise do feudalismo e o surgimento do capitalismo como dois processos relacionados, porém distintos, e aceitamos a idéia de que o modo de produção capitalista só atingiu uma certa estatura depois que a desintegração do feudalismo já atingira em certas regiões um estágio avançado, as características distintivas da Europa da Época Moderna aparecem com mais clareza”.⁵⁵

Assim, os diálogos do debate brasileiro com o debate europeu não se esgotam na apreciação da relação entre o alargamento do intercâmbio e o processo de dissolução ou reforço dos vínculos servis. Na intenção de determinar a posição dos desenvolvimentos mercantis e a constituição do sistema colonial, é necessário abordar os distintos modos de compreender a dinâmica do Antigo Regime que aparecem nas interpretações da colônia. Isso implica em considerar as diferentes formas de compreender a estrutura social da sociedade europeia do Antigo Regime, como o substrato socioeconômico do Estado absolutista. Trata-se de caracterizá-la como estrutura essencialmente burguesa, feudal, ou ainda como uma estrutura de transição regida por uma dinâmica própria. Esse debate

⁵⁵ Lúcia Osório Silva: “Feudalismo, capital mercantil, colonização”, in João Quartim de Moraes e Marcos del Roio (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, 4 vols., vol IV: Visões do Brasil, Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, pág. 29.

conduz à questão do conteúdo socioeconômico do Estado absolutista e suas conexões com o movimento das classes em cena. Naturalmente, este é um debate amplo, com implicações decisivas para a compreensão da formação do capitalismo. Aqui, a crise do século XVII e os processos de revoluções burguesas aparecem como momentos centrais. No presente capítulo, interessa tomar alguns pontos do debate, em particular certas interpretações paradigmáticas sobre o Estado absolutista, demarcando o modo como o debate brasileiro incorpora essa problemática, para, em última instância, apreender a posição do capital mercantil e do sistema colonial no curso da formação do capitalismo. Assim, faz-se necessário observar as implicações quanto à consideração do caráter da estrutura socioeconômica do Antigo Regime, que se consubstancia em uma discussão sobre o conteúdo do Estado absolutista.

Essa questão aparece já no debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy, que, concentrados no processo histórico em curso na Inglaterra, delimitam o período entre a crise do feudalismo e o século XVII. Abstraindo substanciais diferenças, pode-se dizer que suas posições no debate poderiam ser estendidas para o conjunto continental da Europa além deste ponto, até, digamos, a passagem do século XVIII ao século XIX. Maurice Dobb, ainda que aponte para a necessidade de separar o momento da crise do feudalismo e o processo de formação do capitalismo, situando a discussão na esfera das relações de produção, sustenta o caráter feudal do Antigo Regime. Paul Sweezy, reforçando aquela mesma sugestão, sustenta a vigência de uma época tipicamente de transição, regida por uma dinâmica própria, a que denomina *produção pré-capitalista de mercadorias*. Naturalmente, essa discussão tem implicações no modo de interpretar as revoluções burguesas. Trata-se de um movimento “clássico”, de derrubada de toda a estrutura feudal e tomada do poder pela burguesia? Trata-se de uma reação à contra-revolução das Coroas e das Cortes? Ou da superação de uma etapa de transição?⁵⁶ Do mesmo modo, a crise do

⁵⁶ A interpretação em geral aceita pela historiografia marxista inglesa, em particular a tese de Christopher Hill, postula o conteúdo essencialmente feudal do Antigo Regime e do Estado absolutista, até às vésperas de seu declínio. Assim, compreendem a formação do capitalismo como um processo de gênese no interior do próprio feudalismo, de modo que a plena afirmação da sociedade capitalista seria produto do derrumbe do feudalismo pelas forças burguesas. Trata-se da contraposição entre dois pólos: de um lado, mercadores e industriais, a *gentry* e a *yeomanry*, beneficiários da nova economia mercantil; de outro, uma aristocracia tradicional, assentada em velhas formas de exploração, que viria enfrentar uma crise de rendimentos. Esta aristocracia subjacente à monarquia absolutista promoveria a contenção dos avanços daquela burguesia e do desenvolvimento mercantil. Nesse contexto, a burguesia levanta-se como força revolucionária. E com isso, pode-se conferir sentido e centralidade à idéia de revolução burguesa, como o ponto culminante da transição

século do XVII e as revoltas que se sucedem, de que emerge a Inglaterra que viria produzir a Revolução Industrial. Seria uma crise do feudalismo? Seria um conflito entre Estado e sociedade?⁵⁷ Assim, pretendemos percorrer determinadas interpretações paradigmáticas sobre o Antigo Regime e, em particular, sobre o conteúdo do Estado absolutista, sem a intenção de organizar uma síntese exaustiva, mas para melhor compreender o debate brasileiro em um aspecto particular, qual seja, o sentido da expansão mercantil e colonial que caracteriza a Época Moderna.

A primeira referência são as conhecidas formulações de Engels. O autor define o Estado, em geral, como um organismo produzido no interior da própria sociedade, como expressão de seus antagonismos irreconciliáveis. Trata-se de um poder posto aparentemente acima da sociedade que, contendo os antagonismos nos limites da ordem, permite a reprodução da vida social na base desses mesmos antagonismos e impede que a sociedade devore a si mesma em seus próprios conflitos, numa luta estéril. Somente nesse sentido o Estado se estabelece como organismo de dominação de classe; sobre as classes e ao mesmo tempo pela manutenção dos mecanismos de dominação de uma classe sobre as outras. “Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo

ao capitalismo. Nos desdobramentos do debate marxista, ganha maior relevo a crítica de Robert Brenner. O autor afasta a tendência a compreender a transição como contraposição entre forças burguesas e feudais, e sustenta a idéia de autotransformação da estrutura feudal e da classe dos proprietários na Inglaterra. As formas de dominação da classe de proprietários, assentadas na manutenção da propriedade absoluta, em prejuízo dos meios imediatos e privados de coerção, implicou a necessidade de fortalecimento do Estado como forma centralizada de coerção e de manutenção da propriedade. Mas esse Estado organizava-se como monarquia patrimonial, ou seja, como organismo senhorial independente que tendia a avançar sobre os rendimentos da terra. Com isso, comprometia a própria manutenção da propriedade privada, a sua própria base. Assim, a revolução aparece como produto dessa contradição e revela seu conteúdo burguês porquanto teria significado a dissolução do caráter patrimonial da monarquia e a fundação de um Estado propriamente burguês – emerge das contradições entre o caráter patrimonial da monarquia e da autotransformação da antiga estrutura, que atingem o apogeu na *Era Stuart*.

⁵⁷ O debate sobre a crise do século XVII, profundamente vinculado ao debate sobre a revolução burguesa, traz também grande contribuição da tradição marxista inglesa, sobretudo no trabalho de Eric Hobsbawm. As razões da crise estariam no choque, presente desde séculos anteriores, entre impulsos à expansão econômica e os limites impostos pela estrutura feudal. A posição central da crise do século XVII remete ao seu encaminhamento revolucionário que, na Inglaterra, teria removido os obstáculos feudais e aberto as possibilidades para a Revolução Industrial. Como contraponto, afirma-se a tese de Trevor-Roper, que propõe, como fundamento estrutural da crise, um processo secular de autonomização da esfera do Estado. As monarquias constituem-se como organismos autônomos, na forma de cortes perdulárias e burocracias parasitárias, que ampliam seus rendimentos às custas da opressão sobre o conjunto da sociedade. Assim, os conflitos engendrados na crise do século XVII seriam conflitos entre o Estado e a sociedade, cujo encaminhamento dava-se pelas possibilidades de reforma das monarquias absolutistas ou aprofundamento do mercantilismo. Eric Hobsbawm. *As origens da Revolução Industrial*, trad. Percy Galimberti. São Paulo, Global, 1979; H. R. Trevor-Roper: “A crise geral do século XVII”, in Theo Araújo Santiago (org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975.

que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos (...).”⁵⁸ Tal passagem, que não consiste propriamente produto de estudos sistemáticos sobre o período, revela uma tendência a tratar o Antigo Regime como uma época de transição, de relativo equilíbrio ou impasse no quadro da luta de classes e, o Estado absolutista, com seus conflitos internos, como elemento articulador fundamental, como organismo relativamente autônomo face ao conjunto da sociedade. Perry Anderson demonstrou que essas idéias persistem no curso das reflexões de Marx e Engels, em diferentes passagens – quase incidentais, mais do que sistemáticas, e às vezes contrariadas por outras, não menos incidentais.⁵⁹

Com efeito, a época do Antigo Regime se apresenta complexa e aparentemente ambígua, e diante de tal realidade muito particular, notáveis interpretações, privilegiando aspectos ora feudais ora burgueses, puderam ser edificadas sem prejuízo de sua coerência interna. Neste percurso, um autor como Leo Kofler pôde muito bem sustentar o caráter burguês e progressista do Estado absolutista. Não obstante seu caráter absoluto, sustenta o autor, as monarquias enfrentam os interesses da nobreza em favor dos progressos da burguesia sem, contudo, postar-se nas trincheiras revolucionárias, ao lado dos setores menos favorecidos da pequena burguesia e dos miseráveis, camponeses ou *unhas azuis*.⁶⁰ Suas origens remetem aos príncipes laicos das cidades de Henri Pirenne que, em contraste com os eclesiásticos, consolidam seu poder em aliança com os burgueses, com os comerciantes e industriais citadinos – nesse solo, assenta-se o desenvolvimento do referido

⁵⁸ Friedrich Engels. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, trad. Leandro Konder. 13ª. edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, pág. 194. (Em algumas traduções, a expressão *classe dos burgueses* aparece no lugar de *cidadãos*.)

⁵⁹ Em outro momento, Engels retomaria a mesma idéia: “a condição básica da velha monarquia absoluta” era “um equilíbrio político entre a aristocracia fundiária e a burguesia”; na época do Absolutismo “a nobreza feudal foi levada a compreender que o período de sua dominação política e social chegara ao fim”. No *Manifesto* consideram a burguesia, “(...) no período das manufaturas, contrapeso da nobreza, na monarquia semifeudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias em geral (...)”. No *Dezoito Brumário* e em *Guerra Civil na França*, Marx observa que “sob a monarquia absoluta, a burocracia era apenas o meio para preparar o domínio de classe da burguesia” e, em seguida, que “o poder do Estado centralizado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano de uma divisão do trabalho sistemática e hierárquica – tem a sua origem nos tempos da monarquia absoluta, quando serviu à sociedade da classe média nascente, como arma poderosa nas lutas contra o feudalismo”, *apud* Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, trad. João Martins. São Paulo, Brasiliense, 1985, págs. 16 e segs.

⁶⁰ Leo Kofler. *Contribución a la historia de la sociedad burguesa*, trad. Edgardo Albizu. 4ª. edição. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1971.

*Estado absolutista progressista, portador do espírito burguês.*⁶¹ Uma racionalidade específica própria das relações sociais constitutivas do capitalismo em formação revela o fundamento deste espírito burguês. Em síntese, trata-se de uma racionalidade vinculada aos desenvolvimentos do artesanato e do comércio, aos progressos da circulação monetária e do capital mercantil. No entanto, essa racionalidade não se impõe ainda aos homens como força exterior, objetivada, porquanto a própria esfera econômica não adquiriu um caráter autônomo, plenamente capitalista, assentada que está na dinâmica do capital mercantil e no caráter subjetivo dos trabalhos particulares em relação ao trabalho social. Nesse contexto, a racionalidade guarda um conteúdo subjetivo, de tal sorte que poderá ser combinada com as noções de liberdade individual, tão caras à revolução burguesa – para o autor, as relações entre os homens ainda aparecem (e se constituem) como relações entre homens, e isso explica porque o indivíduo pode preservar a totalidade de sua individualidade, de sua qualidade, sem estar dissolvido na massa homogênea do trabalho abstrato. *“Ante todo, los príncipes del Renacimiento son moldeados de tal forma por el espíritu burgués que podemos hablar de un fenómeno no-feudal y progresista. El fundamento de este espíritu es la relativa racionalización de la sociedad por obra del artesanato y el comercio. Por cierto, este racionalismo aún no ha alcanzado el grado de la legalidad específica, coisificada. Ante todo es racionalidad individual, voluntad – únicamente subjetiva e por eso no concluyente – de configuración racional del tráfico económico; en el mejor de los casos, cultivo de métodos de trabajo más estrictos en el taller y de un cálculo más riguroso en el comercio. Por eso a esta actividad todavía no se le opone ninguna norma objetiva que obligue al individuo a adaptarse a una racionalidad que él no puede alterar: la racionalidad coisificada del todo social”*⁶².

O desenvolvimento do comércio impõe o estabelecimento de uma ordem unitária, que viabilize a sociabilidade fundada na previsibilidade do cálculo, que ofereça segurança e proteção para a circulação de mercadorias e dinheiro e que conforme enfim um tecido social tingido de certa homogeneidade em que se entrelacem e entrecruzem os nexos das relações de intercâmbio. Tal tecido social, relativamente homogêneo e previsível, seria

⁶¹ Nas discussões sobre a relação, linear ou contraditória, entre o desenvolvimento das cidades e as origens das monarquias absolutistas destaca-se a contribuição de Trevor-Roper, que explica a formação das monarquias como usurpação do poder da cidade e sua assimilação às cortes. O vigor das cidades desapareceria, ou seria incorporado pela estrutura parasitária do Estado. H. R. Trevor-Roper, *op. cit.*

⁶² *Idem*, pág. 99.

incompatível com as relações de dominação fragmentadas e arbitrárias próprias do poder feudal – seria necessário, para tanto, um poder centralizado. Para Leo Kofler, essas relações conferem sentido às conexões entre o processo de formação do Estado absolutista e a instituição de uma certa racionalidade burguesa, no curso de um movimento histórico de luta do príncipe, das monarquias em formação contra a nobreza, em favor das cidades. Rompendo com as concepções que apartam os momentos da crise do feudalismo e da formação do capitalismo, discutidas anteriormente, tratar-se-ia, na expressão deste autor, de um movimento simultâneo de *desfeudalização* e *aburguesamento*, sem qualquer interlúdio, porquanto a centralidade da propriedade territorial como fonte principal do exercício do poder se dissolve progressivamente em favor do príncipe e da cidade.

No entanto, o Absolutismo apresenta traços nobiliárquicos, expressões ambivalentes e ambíguas, do mesmo modo que a própria sociedade da Época Moderna apresenta um caráter compósito. A nobreza, com efeito, permanece e, no quadro da presente interpretação, essa permanência haveria de explicar-se pela própria posição da burguesia mercantil e, em última instância, pelo caráter particular daquela racionalidade. Enquanto o capital mercantil esteve restrito à esfera da circulação sem necessariamente penetrar nas formas de produção, a burguesia mercantil pôde estabelecer com a nobreza uma relação de dependência econômica e moral. Os nobres conformavam mercado consumidor para as novas e exóticas mercadorias e ao mesmo tempo ofereciam um modelo de vida para uma classe puramente mercantil, que ainda não havia afirmado uma identidade própria. Dessa forma, chegam mesmo a compartilhar o poder com a burguesia mercantil. Essas relações, propostas pelo próprio autor, explicitam o caráter essencialmente complexo desta sociedade e do Estado e revelam, mesmo reafirmado seu caráter essencialmente burguês, as dificuldades de se defini-los em termos unívocos e excludentes – burgueses ou feudais.

Não obstante a caracterização burguesa do poder absolutista inicialmente proposta, o autor termina por situar no século XVII aquilo que definiu como sendo a *época neofeudal do Absolutismo*, reação da nobreza aos avanços da burguesia mercantil representados pelo desenvolvimento das manufaturas, expressos na Contra-Reforma e, no plano da expressão artística, no Barroco. O movimento de *refeudalização* estaria manifesto nos processos de

exclusão das classes não feudais do poder público e pela expansão de seus privilégios⁶³. Além disso, nesse quadro, o aporte às manufaturas, por parte do Estado, e o mercantilismo, apareceriam como políticas vinculadas aos interesses feudais e suas motivações mais imediatas, às respostas à aguda crise dos Seiscentos que comprometiam os cofres da monarquia. “(...) *la vida económica se paralizó, cesó todo progreso técnico, y las intervenciones en los intereses económicos de la burguesía, ordenadas por Colbert en atención a las necesidades del Estado, no tuvieron otra finalidad que la de restablecer e incrementar la productividad de la manufactura a servicio de los intereses del Estado feudal. De hecho, el mercantilismo procuraba la satisfacción de los intereses feudales; lo prueba su concepción declaradamente belicista (...) Es una mera ilusión, entonces, deducir de la política económica mercantilista que el nuevo Absolutismo fuese progressista. También es uno de esos errores que la historiografía sigue arrastrando de manera acrítica la opinión según la cual la economía burguesa debe su despliegue principalmente a la promoción mercantilista.*”⁶⁴ No entanto, o autor não deixaria de reconhecer, mesmo no quadro da referida *refeudalização*, certos progressos da burguesia. Reconheceria, pois, os avanços persistentes da economia mercantil que viriam abalar as bases da antiga sociedade; a crescente consciência de classe da burguesia, na expressão de seus políticos e teóricos da Ilustração, que viriam minar o domínio ideológico das forças feudais estabelecidas; o papel progressivo dos parlamentos, que viriam impor limites ao poder do rei – enfim, trata-se de reconhecer um conjunto de tensões que tomam corpo no interior da sociedade e viriam comprometer o Absolutismo desta época, aqui chamada *neofeudal*.

No debate brasileiro, a interpretação da monarquia absolutista como aparato estatal burguês aparece explicitamente nas teses, por exemplo, de Roberto Simonsen e Celso Furtado, exercendo menos influência no pensamento de orientação marxista. Naturalmente, porquanto prevalece a perspectiva do “modelo mercantil”, o alargamento dos circuitos mercantis, em particular das políticas mercantilistas, será compreendido como processo constitutivo do desenvolvimento do capitalismo. E a unificação do poder nas monarquias absolutistas será compreendida como obra de uma burguesia mercantil,

⁶³ Notemos que o autor se refere também a uma parte da nobreza que, mesmo diante do referido *novo Absolutismo neofeudal*, assumiria uma posição crítica às monarquias, fato esse que, na ausência de outra explicação, será atribuído às *incompreensões* desta mesma nobreza: “(...) *deposesión política de una nobleza que se muestra rebelde y no comprende el verdadero papel del Absolutismo (...)*”, pág. 320.

⁶⁴ *Idem*, pág. 319 e 320.

portadora dos novos interesses e valores que emergem da dissolução do feudalismo, da desobstrução, para esses autores, da economia fechada europeia. Quanto ao problema de interesse mais imediato, qual seja, a caracterização da sociedade portuguesa que empreendeu os descobrimentos marítimos e a colonização do novo mundo, os reflexos das concepções derivadas do “modelo mercantil” são evidentes. Celso Furtado destaca o caráter particular da sociedade portuguesa que emerge da luta contra os mouros, que se define pela ausência do feudalismo clássico. Com efeito, a presença árabe durante a época medieval e a permanência de sua influência depois da reconquista, isto é, a manutenção do intercâmbio cultural e econômico, permitiriam compreender a especificidade dessa sociedade que não se encerrou em um imobilismo agrário, mas, ao contrário, foi sempre o ponto de contato entre a Europa e outras culturas e economias. Mesmo os novos proprietários, formados na reconquista, seriam os novos ricos, muito mais próximos dos ideais e interesses burgueses do que a velha aristocracia europeia. E, naturalmente, sua luta contra os mouros não representaria a resistência da velha nobreza às mudanças impostas pelo renascimento do comércio.

Nesse desenvolvimento, o elemento fundamental seria a identificação da nova burguesia com o espírito de independência nacional. A centralização monárquica seria sua revolução burguesa. Para Celso Furtado, trata-se de um duplo movimento, em que a ascensão da burguesia mercantil significou a absorção dos interesses dos proprietários territoriais e o domínio do poder estatal, já centralizado, em bases nacionais. Desse modo, a formação da monarquia portuguesa teria o significado de uma espécie de extensão linear em nível nacional daquilo que foi o poder burguês sobre as cidades italianas. Assim, consolidada a centralização monárquica e a independência nacional, a monarquia portuguesa afirma-se como um *Estado nacional mercantil*, cuja orientação revela o sentido dos interesses da burguesia mercantil e consubstancia-se no projeto expansionista. Esse projeto seria, sobretudo, uma política do Estado, muito mais do que um empreendimento de particulares. Desse modo, Celso Furtado explicaria a expansão ultramarina e a colonização como um projeto da coroa, absorvida pelos interesses da burguesia. Com isso, pode-se compreender o sentido da influência da obra de Henri Pirenne, ou do “modelo mercantil” em geral, que circunscreve os desenvolvimentos mercantis dessa época nos marcos do capitalismo como o momento decisivo da ascensão da burguesia. Essa vertente do debate

brasileiro incorpora, em particular, uma determinada interpretação da centralização monárquica portuguesa, como uma revolução burguesa em Portugal e, assim, compreende a expansão ultramarina e a colonização como projeto inscrito nos marcos do capitalismo.⁶⁵

Com efeito, outras interpretações procuraram situar, em nível estrutural, os elementos propriamente feudais na base do Absolutismo, definindo, enfim, a monarquia absolutista como um Estado essencialmente feudal. Demonstra-o, de forma mais paradigmática, a tese de Perry Anderson.⁶⁶ Aqui, o determinante central desloca-se para o processo de comutação, na transição para formas mais brandas de servidão, decorrências da crise do século XIV e XV, já discutidas acima. Precisamente estas transformações nas formas de exploração feudal engendraram novas relações de dominação e poder, e novas formas de organização da ordem política.

Esse movimento paralelo e articulado revela a natureza das próprias relações feudais, que pressupõe uma unidade entre a esfera econômica e política. Pois o modo de produção feudal não pode definir-se pela reprodução de relações de dominação e exploração fundadas nos mecanismos da reprodução econômica, na medida em que a própria economia não se constituiu como esfera relativamente autônoma. Assim, a

⁶⁵ “Sob o ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial, não me parece razoável a assemelhação desse sistema ao feudalismo. Na economia feudal, não há o fito de lucro porque sendo demarcadas as classes sociais, a remuneração se torna função da condição social de cada classe. (...) Ora, por mais que estudemos os elementos históricos, não podemos concluir que o regime das donatarias apresente pronunciada semelhança com o da economia feudal. Em primeiro lugar todos procuravam a nova terra em busca de fortuna; todos visavam a melhorar sua situação econômica. O fito de lucro era a causa primeira da vinda para o Brasil. (...) Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista.” Roberto Simonsen. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª. edição. São Paulo, Editora Nacional, 1977, págs. 81 e 82. “A história portuguesa apresenta assim essa peculiaridade da ascensão completa e definitiva da burguesia em pleno século XIII. (...) O Estado português – e é nisto que ele se aproxima das repúblicas mercantis italianas – foi desde o início dirigido por uma classe social sem ligações com um passado feudal. (...) Todo o sentido da história portuguesa nos começos da Idade Moderna está profundamente marcado por esses fatos fundamentais: a ascensão precoce de uma burguesia comercial cosmopolita e voltada para o mar; a absorção mais ou menos rápida da classe territorial pela burguesia e sua incorporação ao aparelho do Estado comercial. (...) Na época das expedições, Portugal se transforma num Estado nacional mercantil, dirigido por uma monarquia completamente impregnada do espírito da classe comercial que a constituía.” Celso Furtado. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Hucitec, 2001, págs. 27 e segs.

⁶⁶ Perry Anderson, *op.cit.* A tendência a sustentar o conteúdo feudal do Absolutismo, em geral, está presente na tradição dos marxistas ingleses e implica na centralidade das revoluções burguesas como processo de derrumbe do feudalismo pela burguesia, momento culminante da transição. Christopher Hill sustentará o conteúdo feudal do Estado absolutista como reposição do poder da aristocracia diante da crise e da emancipação do pequeno modo de produção, para conter as revoltas camponesas, extorquir pela tributação o camponesinato diferenciado e controlar a força de trabalho. Christopher Hill: “Um comentário”, in Paul Sweezy, *op. cit.*

exploração do excedente feudal revela-se numa relação de dominação extra-econômica, em que a esfera econômica e política fundem-se numa unidade orgânica. Desse modo a comutação, o abrandamento das relações servis pressupõem, para manutenção da reprodução da vida social na base das relações feudais, um reforço dos mecanismos de dominação e coerção. Vale dizer, a debilidade do poder no piso inferior, no chão dos domínios feudais, viria engendrar um fortalecimento no nível superior do Estado centralizado (ou significaria a dissolução completa das relações feudais). Vale dizer que o Absolutismo é a forma política do feudalismo correspondente ao momento em que ganham impulso, em seu interior, os desenvolvimentos da economia mercantil. Portanto, trata-se da instituição de um poder da nobreza não apenas contra a massa dos camponeses, como também, em determinação secundária, contra as classes mercantis em ascensão – mesmo favorecendo estas últimas em circunstâncias específicas. Ou seja, a formação do Estado absolutista é a contrapartida política da comutação, condição de existência do feudalismo após a crise dos séculos XIV e XV e, portanto, um Estado essencialmente feudal.

Em outros termos, o desenvolvimento da propriedade quirítária expresso na expansão das relações mercantis encontrava seus limites na instituição de um poder aristocrático no interior do Estado centralizado, tanto quanto no ressurgimento do antigo direito romano, o direito civil econômico, *jus*, encontrava-se limitado pelo direito público político, *lex*.⁶⁷ “Essencialmente, o Absolutismo era apenas isto: *um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional – não obstante e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. Em outras palavras, o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da

⁶⁷ Numa síntese mais sofisticada da interpretação de Perry Anderson, Ellen Wood sustenta que o sentido do Estado absolutista feudal foi justamente reunir as formas de coerção políticas e jurídicas na esfera do Estado, subtraindo-as dos senhores particulares. Mas isso significou uma transição no sentido da separação definitiva entre a esfera econômica e a esfera política, entre a exploração do excedente e as formas extra-econômicas de coerção, e, portanto, uma transição no sentido da transformação daquilo que para Perry Anderson era essencial no feudalismo: a unidade entre política e economia. Portanto, o Estado absolutista pode ser interpretado como momento crucial da transição, porquanto permite apontar para a ruptura da unidade entre economia e política, constitutiva do feudalismo, para uma tendência à autonomização da esfera econômica, no descolamento das formas de exploração econômica em relação às formas de coerção políticas. Ellen Wood observa nessa tese o mesmo problema da velha idéia da transição como desobstrução, agora conduzida pela formação do Estado absolutista.

burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza amedrontada⁶⁸.

A compreensão desta época como essencialmente feudal tem implicações referentes às formas específicas de articulação das esferas da existência, na dinâmica das relações de dominação, o que significa compreender o conjunto dessas relações como portadoras da unidade fundamental das esferas política e econômica, em articulação indissociável. Como discutimos acima, no quadro das relações feudais a dominação dos senhores não implica em desenvolvimento intensivo e progressivo da técnica e das forças produtivas, mas na expansão horizontal dos domínios pela força e pela conquista. O poderio dos senhores, na dominação sobre os camponeses ou nas lutas intra-senhoriais, cristalizava-se em sua força militar. Explica-se, portanto, o caráter essencialmente belicista do Estado absolutista como a expressão do domínio especificamente feudal, fundado na unidade entre a esfera política e econômica que confere uma racionalidade econômica específica à guerra, como elemento intrínseco da reprodução da vida no quadro deste modo de produção. A referida unidade entre política e economia, própria das formas de dominação feudal, constitui, nesta interpretação, a base do mercantilismo e somente nesta articulação pode-se compreender que seus objetivos residissem antes na expansão do poder do Estado, ao mesmo tempo sujeito e objeto desta política econômica. Trata-se da adaptação da classe feudal ao desenvolvimento de um mercado integrado, por meio da criação de um mercado interno unificado e de uma política belicista e expansionista, sempre na unidade entre política e economia, em favor do poder do Estado. Com efeito, este Estado está muito mais próximo das articulações entre as distintas linhagens, os distintos laços de parentesco, do que de bases propriamente nacionais, e por isso a base dos conflitos será sempre dinástica – expressão do caráter ainda subordinado dos elementos burgueses. Esta interpretação permite em larga medida compreender o processo de dissolução da universalidade da cristandade latina, e a emergência dos particularismos das unidades políticas na forma dos Estados absolutistas, em constante conflito uns contra os outros, ao longo de toda a época⁶⁹.

⁶⁸ Perry Anderson, *op. cit.* pág. 18.

⁶⁹ Não discutiremos o significado particular da formação da monarquia absoluta no espaço europeu oriental, pois esse processo não está diretamente vinculado a nossos objetivos últimos. Observemos apenas que, para Perry Anderson, ele seria compreendido em sua complementaridade em relação ao processo ocidental. O Estado absolutista europeu oriental constituiu-se como forma de reação diante da expansão das monarquias absolutas ocidentais, tornando-se poderoso instrumento de repressão sobre os pobres, que seria instituído em

No entanto, a interpretação de Perry Anderson se apresenta muito mais complexa e distante das simples formulações dicotômicas tão logo o aprofundamento da análise conduz a problemática ao plano das formações sociais. Isto porque estão implícitos nas transformações relativas à comutação os desenvolvimentos do capital mercantil e manufatureiro, estes expressos na emergência de uma burguesia e da vida urbana. Portanto, nessa interpretação, referir-se ao conteúdo feudal do Estado absolutista implica em considerar, abaixo daquela determinação fundamental, uma articulação de *estruturas compósitas* ao nível das formações sociais. “Em sua natureza e estrutura, as monarquias absolutas da Europa eram ainda Estados feudais: o instrumento de governo da mesma classe aristocrática que dominara a Idade Média. Mas na Europa ocidental que as viu nascer, as *formações sociais* que elas governaram eram uma combinação complexa dos *modos de produção capitalista e feudal*, com uma burguesia gradualmente ascendente e uma crescente acumulação primitiva de capital à escala internacional. Foi a conjugação destes dois modos de produção antagônicos em sociedades específicas que deu origem às formas de transição do Absolutismo. (...) Economicamente protegida, socialmente privilegiada e culturalmente amadurecida, a aristocracia ainda mandava: o estado absolutista ajustou sua supremacia à rápida germinação do capital no seio das formações sociais compósitas da Europa ocidental.”⁷⁰

A apreensão de tais complexidades manifesta-se na dimensão mais profunda das articulações entre as múltiplas temporalidades constitutivas dos processos históricos estruturais. Com efeito, a dinâmica das transformações em curso não traduz apenas os desenvolvimentos do modo de produção feudal, originário da Idade Média, mas uma composição destes com o renascimento de elementos emersos dos subterrâneos da Antigüidade. Em sua dimensão mais estrutural, são os elementos medievais combinados com a herança das sociedades antigas que conformam a base fundamental do Renascimento e da Época Moderna. Trata-se de uma composição constitutiva dos processos históricos

lugar das antigas liberdades comunais, naquele espaço que não sofria diretamente os efeitos desintegradores dos desenvolvimentos mercantis e urbanos.

⁷⁰ *Idem*, págs. 427 e 428.

complexos, que articulam elementos de distintas temporalidades e lhes conferem novo sentido, no quadro de uma totalidade histórica concreta⁷¹.

A complexidade das estruturas tem sua expressão na complexidade ao nível da luta de classes. O século XVII seria testemunha do acirramento dos conflitos no interior do Absolutismo, conduzidos por *sua* própria nobreza. Por certo, os poderes das monarquias não se estabeleceram, em sua generalidade, como rigorosamente absolutos. Foram limitados pelas articulações constitutivas de sua própria legitimação como direito divino e pelas resistências dos poderes tradicionais, constituídos anteriormente, na época da descentralização, sobretudo conforme as estruturas de dominação tornavam-se progressivamente, à diferença das formas anteriores, mais centralizadas. Para aquele historiador, as contestações dos nobres, no curso do século XVII, foram sempre parciais e limitadas regionalmente e não chegaram a conformar um movimento da nobreza em seu conjunto pela derrubada do Absolutismo, posto que ligavam-nos os referidos vínculos de classe essenciais. No entanto, foram por demais significativas no quadro das agitações daqueles tempos. O século XVIII oferecerá o contraste, quando a nobreza alinha-se ao lado da monarquia. Os limites à mercantilização das propriedades familiares, afirmação da monarquia em favor da nobreza diante dos interesses mercantis, protegem os grandes domínios aristocráticos dos riscos à fragmentação de seu patrimônio, implícitos na dinâmica do mercado, e assentam as bases da aliança ao longo do século. De qualquer forma, uma visão mais aproximada das realidades contrastantes dos séculos XVII e XVIII

⁷¹ Nesse ponto, emerge a forma sofisticada do materialismo histórico do autor, que procura ultrapassar certas concepções restritas à dimensão das relações de produção. Perry Anderson, partindo das considerações de Marx nas *Formações*, atenta para a necessidade de apreender o modo de produção a partir das relações recíprocas entre estrutura e superestrutura, concluindo que somente no modo de produção capitalista a esfera econômica pode ser compreendida em seu movimento autônomo em relação às outras esferas da existência. Mas nas outras formações sociais torna-se imprescindível compreender o modo particular como os elementos da superestrutura condicionam a reprodução da vida. Essa concepção amplia os horizontes da análise histórica. “A singularidade do feudalismo nunca se esgotou na simples existência de classes senhoriais e servis. Foi a sua organização específica num sistema verticalmente articulado de soberania parcelar e de propriedade escalonada que distinguia o modo de produção feudal na Europa. É este nexos concreto que define o tipo preciso de coerção extra-econômica exercido sobre o produtor direto.” *Idem*, pág. 408. Além disso, em sua análise sobre a síntese entre a antiga herança romana e a sociedade feudal em declínio, Perry Anderson ultrapassa uma concepção linear do tempo histórico, insuficiente para a compreensão de sínteses históricas complexas.

demonstra que as relações entre o poder absolutista e a nobreza não foram lineares, mesmo quando se consideram seus vínculos mais profundos⁷².

Em seu período derradeiro, o Estado absolutista assiste à ascensão da Ilustração e aos decisivos progressos do capital mercantil e manufatureiro, tanto quanto aos avanços da expansão ultramarina – diria o autor, o aumento da importância relativa dos elementos burgueses no interior daquela sociedade. Entre ingleses e holandeses, o poder absoluto fora derrubado. Contudo, permanece o caráter essencial da sociedade, bem como o sentido estrutural da guerra – apenas a guerra anglo-holandesa poderia ser considerada como conflito de novo tipo, já inserido na dinâmica do capitalismo. A França da *Guerra dos Sete Anos*, muito mais atenta ao espaço continental, em prejuízo das disputas de além-mar, revelaria seu caráter tipicamente feudal. Mas a dinâmica, para Perry Anderson, torna-se sempre mais complexa e os conflitos sobrepostos: disputas tipicamente feudais se entrelaçam com outras de caráter mercantil, e essas com as cisões religiosas, entre católicos e reformados. Com efeito, para o autor, burgueses e o capital mercantil estiveram presentes com mais ou menos importância, conformando-se como determinante secundário na dinâmica do Absolutismo. Trata-se do desenvolvimento de elementos burgueses vinculados à formação do capitalismo que se articulam às formas feudais dominantes e que, no quadro híbrido e compósito daquela sociedade, exercem sua influência *à distância*. De qualquer forma, o expansionismo característico do Estado feudal atuava ao mesmo tempo em favor dos interesses mercantis e manufatureiros. “Em outras palavras, cumpriu certas funções parciais na *acumulação primitiva* necessária ao triunfo ulterior do próprio modo capitalista de produção. As razões que permitiram desempenhar este papel ‘dual’ residem na natureza específica do capital mercantil e manufatureiro: (...) podiam desenvolver-se dentro dos limites estabelecidos no quadro do feudalismo reorganizado (...) sempre havia um *campo de compatibilidade* potencial, nesta fase, entre a natureza e o programa do Estado absolutista e as operações do capital mercantil manufatureiro.”⁷³ Tais considerações

⁷² Insistimos neste ponto porque revelam a complexidade das relações entre nobreza e Estado mesmo em interpretações que sustentam o caráter essencialmente feudal do Absolutismo: “Nenhuma classe na história compreende imediatamente a lógica de sua própria situação histórica em épocas de transição: um longo período de desorientação e confusão pode ser necessário para que ela aprenda as regras obrigatórias de sua própria soberania. A nobreza ocidental, na tensa época do Absolutismo do século XVII, não constitui uma exceção: teve de ser amansada na severa e inesperada disciplina de suas próprias condições de governo”. *Idem*, pág. 54.

⁷³ *Idem*, pág. 40.

revelam a emersão inevitável de complexas articulações entre nobres, burgueses e monarquias, mesmo em interpretações notáveis que sustentam o caráter feudal do Absolutismo⁷⁴.

O sentido dessas interpretações está presente no debate brasileiro de inspiração marxista, sobretudo, nas obras de Werneck Sodré, Alberto Passos, Ciro Cardoso e Jacob Gorender. Aqui, o caráter essencialmente feudal das monarquias absolutistas, em particular, da coroa portuguesa do tempo dos descobrimentos, aparece explicitamente, com implicações decisivas para a compreensão da sociedade colonial. O texto de Werneck Sodré oferece um contraponto elucidativo em relação à tradição do “modelo mercantil”, ao situar a sociedade portuguesa, e portanto a monarquia centralizada, no quadro do feudalismo europeu. Com efeito, reconhece, em Portugal, a importância do setor mercantil e dos interesses vinculados ao comércio, mas reconsidera sua conexão com uma classe mercantil ou burguesa. Aqui, está novamente em causa a distinção entre a dinâmica do capital mercantil no quadro de formações pré-capitalistas e do capital como a base do movimento da sociedade burguesa industrial. Ou seja, ao considerar o capital mercantil como um elemento exterior à esfera da produção, como vínculo externo entre extremos apartados, o autor sustenta sua relativa autonomia e desconexão em relação à produção, e, assim, afasta a possibilidade de compreensão do grupo mercantil como classe social – e, menos ainda, como classe burguesa. Classifica-o como grupo, como um conjunto de interesses desvinculados da dinâmica produtiva, sem base política relativamente abrangente, instalada nos interstícios da sociedade portuguesa, sem comprometer-lhe a estrutura básica.⁷⁵

⁷⁴ Cumpre observar que nas sutis mediações presentes nessas interpretações acerca do mercantilismo, as considerações de Leo Kofler e Perry Anderson parecem apresentar-se de modo invertido. O primeiro, que compreende o Estado absolutista como Estado essencialmente burguês, acentuará no mercantilismo um caráter feudal; o segundo, que o compreende como Estado feudal, acentuará um caráter burguês. Com efeito, Perry Anderson, explicitamente nos furtaria do aprofundamento dessas reflexões: “Assim omite-se todo o ciclo de processos e acontecimentos que asseguram o triunfo do modo de produção capitalista na Europa após o início da época moderna. (...) fenômenos não fundamentais como a acumulação primitiva do capital, a eclosão da Reforma religiosa, a formação das nações, a expansão do imperialismo ultramarino e o advento da industrialização – que se inserem adequadamente dentro do âmbito formal dos ‘períodos’ aqui tratados, como contemporâneos de várias fases do Absolutismo na Europa – não são discutidos ou explorados. As suas datas são as mesmas: os seus tempos são diferentes”. *Idem*, pág. 10 e 11.

⁷⁵ “Mas, ainda aqui, há uma confusão corrente: a confusão entre centralização monárquica, processo político peculiar ao declínio feudal, e criação do Estado moderno, processo peculiar à ascensão e triunfo burguês, inerente ao modo capitalista, portanto. A confusão está intimamente associada àquela em que capital comercial e capitalismo são tratados como idênticos ou iguais. (...) A existência de um grupo mercantil não

Assim, na luta pela independência e centralização, o grupo mercantil exerceria papel central, mas não se constituiria como classe dominante, núcleo do poder, e nem viria a apropriar-se dos lucros dessa empresa. Embora participe do poder, a sociedade portuguesa edificada no curso daqueles movimentos seria uma sociedade essencialmente feudal, sob domínio dos grandes proprietários, beneficiários das conquistas territoriais, de transferências de parte dos lucros mercantis, e fortalecidos pelo surgimento de uma área escravista ao sul. Assim conforma-se um quadro de tensões entre novos proprietários de terras, classe dominante feudal, e o grupo mercantil.

Mas essa interpretação deveria enfrentar a questão do relativo abrandamento dos laços servis na sociedade portuguesa, resultado da especificidade de sua formação, a partir da luta militar. Na verdade, o autor sustenta o caráter formal desse abrandamento, reconhecendo o desprendimento dos servos em relação à terra e o concomitante declínio das contribuições em espécies ou em dinheiro, mas atentando para a vigência das obrigações militares. Como se a especificidade da formação portuguesa implicasse numa comutação das exações, no sentido do estabelecimento de obrigações de caráter militar. Portanto, estaria em causa um abrandamento meramente formal dos laços servis. Concretamente, a luta contra os árabes implicaria na aliança entre senhores e camponeses, sob a direção dos primeiros. Assim, ao contrário dos processos de luta contra a servidão, cujos resultados poderiam apontar para o abrandamento ou reafirmação dos laços servis, aqui a vitória sobre os árabes permitiu a reafirmação do poder feudal, e fez-se em benefício dos senhores. Assim, delinearam-se as duas classes, senhores e servos, diante das quais autonomiza-se o capital mercantil e acomoda-se o grupo mercantil, sem referências na produção e sem base política. Nesse percurso, desenvolve-se o capital mercantil, ganhando impulso na época dos descobrimentos e da formação do mercado mundial. Mas se desenvolve nos interstícios de uma estrutura essencialmente feudal, sem transformar-lhe na base.

pode ser confundida com a existência de uma classe social, a burguesia. Nem existe associação causal entre a antecipação no aparecimento de um grupo mercantil e a antecipação no triunfo burguês, como não há relação causal entre capitalismo e capital comercial, este com antecedente obrigatório daquele.” Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pág. 27. “Onde não há trabalho assalariado, não há burguesia, não há capitalismo. O grupo que detinha o capital comercial, como o capital usurário, era relativamente poderoso e exercia influência na Corte, mas não tinha raízes no processo produtivo do próprio país (...). Sem raízes no processo local de produção e sem base política, ficava ilhado e sua tendência era emigrar. Estava reduzido a si mesmo, combatido por forças muito poderosas, sem condições para enfrentá-las.” *Idem*, pág. 30.

A consideração do conteúdo feudal da sociedade e da monarquia portuguesa não implica na idéia da transposição de estruturas feudais para o espaço colonial. A idéia de transposição está presente somente na interpretação de Alberto Passos, que entende a formação colonial como alternativa de extensão do feudalismo português, como forma de contornar os limites impostos pela crescente mercantilização da sociedade. Os outros autores compreendem a formação colonial a partir de um processo particular de gênese que engendra a reestruturação de certas formas clássicas ou a constituição de um modo de produção específico. Assim, sustentando o caráter feudal da sociedade portuguesa, a vertente explicativa do escravismo colonial posiciona-se na mesma linha.⁷⁶ Na verdade, reconhece a especificidade do feudalismo português, porquanto a precoce centralização monárquica significou a separação entre a propriedade senhorial e a soberania jurídico-política, ou seja, a constituição de uma forma superestrutural particular, sobre a base da servidão. Mas a constituição dessa forma particular implicou no enfraquecimento da nobreza em relação ao clero e à coroa, no que se refere à apropriação das rendas, ao mesmo tempo em que não engendrou formas industriais primitivas, como a pequena produção artesanal independente. A conexão entre a monarquia centralizada e os desenvolvimentos do capital mercantil e, portanto, uma simbiose entre interesses da classe senhorial e do grupo mercantil, está na base da expansão ultramarina. Esse movimento seria obra da Coroa, que auferia altos lucros a serem distribuídos à nobreza. Ao mesmo tempo, reforça a posição do grupo mercantil. Esse fortalecimento do grupo mercantil alimenta uma relação contraditória diante dos interesses da nobreza. Assim, a monarquia, como poder da classe senhorial, ao impulsionar a expansão ultramarina, faz enriquecer o grupo mercantil e ao mesmo tempo limita sua expansão por meio de instrumentos repressivos, como, por exemplo, a inquisição.

O predomínio do poder senhorial, reproduzindo essa dinâmica contraditória diante dos grupos mercantis, estaria na base da explicação de Jacob Gorender para o bloqueio das

⁷⁶ Contudo, Jacob Gorender procura demarcar sua posição quanto ao tratamento da categoria “modo de produção”, observando a impossibilidade de reduzir a problemática à dimensão das relações de produção. Isto é, numa crítica a Maurice Dobb, embora incorpore o conjunto de sua contribuição, Jacob Gorender pondera quanto aos riscos de reduzir feudalismo à relação de servidão, sustentando a necessidade de considerar determinações estruturais mais abrangentes. Como veremos, essa posição demarcaria também sua crítica a Werneck Sodré. Assim, considera essencial no feudalismo o caráter eminente e usufrutuário da propriedade da terra; a identidade entre renda da terra e sobreproduto; a presença da pequena produção independente; a presença de propriedade comunal; e o caráter extra-econômico da exploração.

duas vias clássicas do desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Ou seja, a estrutura feudal da sociedade portuguesa, em sua especificidade, viria limitar a introdução na esfera da produção do capital mercantil acumulado e, mais ainda, impossibilitar o desenvolvimento endógeno de uma burguesia industrial egressa das fileiras de pequenos produtores independentes. Jacob Gorender procura, com isso, elaborar um eixo de crítica às teses de Fernando Novais, sustentando que os processos fundamentais da formação do capitalismo seriam produzidos na dinâmica interna de estruturas socioeconômicas estabelecidas nos limites do espaço europeu, não obstante certa contribuição do comércio colonial. Ou seja, a permanência do feudalismo na sociedade portuguesa seria a expressão da possibilidade de acomodação do capital mercantil no interior de estruturas pré-capitalistas. Ou seja, a expressão da centralidade das estruturas socioeconômicas internas, em contraponto à influência do capital mercantil, na determinação do sentido do desenvolvimento daquela sociedade. Assim, esse autor procura relativizar o peso da exploração colonial na acumulação primitiva e na formação do capitalismo. Ora, novamente o que está em causa não é uma dinâmica sistêmica, em que as estruturas instaladas no espaço europeu são partes de um conjunto indissociável, que inclui os nexos mercantis na arena do mercado mundial. Mas pólos, relativamente apartados, dotados de uma dinâmica própria, vinculados por uma força exterior, o capital mercantil. Somente nesse caso, faria sentido a distinção entre “fatores internos” e “fatores externos”, isto é, a consideração do capital mercantil e do comércio colonial como elementos externos.⁷⁷

O último passo seria discutir o modo como os problemas da dinâmica da transição e do caráter das monarquias absolutistas aparecem no outro pólo do debate brasileiro. Aqui, as discussões sobre o caráter burguês ou feudal do Antigo Regime aparecem como visões parciais, entre as quais procura-se definir uma época de transição regida por uma dinâmica específica, que não se reduz ao feudalismo ou capitalismo. Assim, parece necessário um retorno às sendas abertas pelas observações de Marx e Engels e uma apreciação de seus

⁷⁷ “O colonialismo contribuiu em grande proporção, sem dúvida, para a acumulação originária de capital e o conseqüente desenvolvimento capitalista no Ocidente europeu. Mas isso sucedeu somente naqueles países cuja estrutura socioeconômica já vinha sendo trabalhada antes por fatores revolucionários internos conducentes ao modo de produção capitalista. Tais fatores é que são fundamentais no processo. (...) durante toda a era do mercantilismo, atuou Portugal como especialista no comércio de intermediação internacional, no *carrying trade*, sobre o qual escreveu Adam Smith, que retirava o capital do apoio ao trabalho produtivo do próprio país e o desviava para o estímulo à produção em outros países.” Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992, pág. 114.

desdobramentos no debate. De forma mais imediata, Paul Sweezy, nos debates com Maurice Dobb, propõe uma interpretação explicitamente ancorada nas observações de Engels. O eixo interpretativo se desenvolve, tanto quanto as discussões sobre a problemática da crise, a partir da categoria *sistema de produção* e recai sobre o caráter mercantil da produção, segundo a expressão *produção pré-capitalista de mercadorias*. Essa formulação pretende separar, de modo mais decisivo, os processos de crise do feudalismo e formação do capitalismo, definindo um período de transição regido por uma dinâmica específica. Naturalmente, trata-se de um processo desigual, no tempo e no espaço, que teria vigorado na Inglaterra, pelo menos até o século XVII, e, nos outros países da Europa, até mais adiante, na passagem do século XVIII ao XIX.⁷⁸

De modo um pouco mais sistemático, Nicos Poulantzas oferece uma primeira aproximação, porquanto pretende interpretar o período de transição partindo de suas articulações próprias, como problemática específica, mesmo que em crítica às referidas observações primeiras de Marx e Engels. A dinâmica da transição se revela na coexistência de distintos modos de produção em relações de dominância ou subordinação caracterizadas por um *deslocamento contínuo* e muitas vezes oculto. O que essencialmente caracteriza a especificidade da transição seria a não correspondência entre as esferas política e econômica, vale dizer, verifica-se a autonomia da esfera política, ao nível do Estado que, embora constituído também de elementos feudais, aproxima-se da tipologia do Estado capitalista, precisamente no momento em que o modo de produção capitalista não está plenamente constituído e a classe burguesa não se constitui como classe dominante. Subjacente ao descompasso entre as duas esferas desenvolve-se outro: o descompasso entre

⁷⁸ “Chamarei o sistema que prevaleceu na Europa ocidental durante os séculos XV e XVI simplesmente de ‘produção pré-capitalista de mercadorias’ para significar que foi o crescimento da produção de mercadorias o que primeiro solapou o feudalismo e que, *um pouco mais tarde*, depois desse trabalho de destruição se encontrar praticamente concluído, preparou o terreno para o desenvolvimento do capitalismo. (...) Em particular, parece-me que seria exagerado classificar a produção pré-capitalista de mercadorias como um sistema social *sui generis*, equivalente ao feudalismo, capitalismo e socialismo. Não haveria uma relação de produção realmente predominante para caracterizar o sistema como um todo. Havia ainda fortes vestígios de servidão e começos bem definidos de trabalho assalariado, mas as formas de relação de trabalho mais comuns do ponto de vista estatístico eram bastante instáveis e incapazes de fornecer as bases de uma ordem social viável. (...) estamos certos, penso eu, em concluir que, se bem a produção pré-capitalista de mercadorias não fosse nem feudal nem capitalista, tampouco era um sistema autônomo viável.” Paul Sweezy, *op. cit.*, págs. 49 e segs. “Por que não haveria outra possibilidade, não mencionada por Dobb, a saber, que no período em questão houvesse não uma porém várias classes dominantes, baseadas em diferentes formas de propriedade, e engajadas numa luta mais ou menos contínua pelo avanço e, afinal, pela supremacia? Admitindo-se essa hipótese, poderíamos então interpretar o estado da época de acordo com a conhecida passagem de Engels.” *Idem*, pág. 107.

a relação de propriedade e a apropriação real, implícito na forma da manufatura. Na dinâmica da manufatura, sem revolucionar o conteúdo essencial do próprio modo de produção, está pressuposto o domínio do capital sobre as condições técnicas do trabalho – aquilo que Marx denominou *subsunção formal do trabalho ao capital*.

O caráter de transição do Estado absolutista relacionado à referida cisão entre as esferas política e econômica se manifesta em suas funções, em particular no que respeita ao processo de acumulação primitiva de capital. Sua autonomia relativa diante do conjunto da sociedade e em particular da luta de classes expressa uma funcionalidade desvinculada da dinâmica específica de um modo de produção plenamente constituído em desenvolvimento. Na verdade, orienta-se no sentido de produzir as relações constitutivas de um modo de produção ainda em formação, de circunscrever certos limites dentro dos quais deverá se desenvolver a nova sociedade – em particular, trata-se da pedra angular do processo de acumulação primitiva, porquanto esta pressupõe relações de poder e dominação extra-econômicas. “(...) essa não-correspondência pode ser decifrada a partir da função deste Estado de transição: trata-se agora das análises de Marx relativas à acumulação primitiva do capital, cujo objetivo não é, no entanto, apresentar uma teoria da transição, mas uma genealogia de elementos. A função do Estado absolutista não é precisamente a de operar nos limites fixados por um modo de produção já determinado, mas a de produzir relações ainda não determinadas de produção – as relações capitalistas –, e liquidar as relações feudais de produção: a sua função é a de transformar e fixar os limites do modo de produção. A função desse Estado de transição na acumulação primitiva decorre da eficácia específica do político no estágio inicial da transição.”⁷⁹

As trilhas abertas por esta interpretação permitem um passo adiante na tentativa de compreender o caráter do Estado absolutista no quadro da dinâmica do Antigo Regime, como época especificamente de transição. Para apreender a idéia de uma dinâmica específica de transição no quadro das interpretações sistêmicas, seria necessário reconsiderar as contribuições anteriores, em particular a referência primeira de Engels, e as teses de Paul Sweezy e Nicos Poulantzas, na intenção de investigar o significado do conteúdo compósito da sociedade do Antigo Regime e das estruturas do Estado absolutista.

⁷⁹ Nicos Poulantzas. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*, trad. Francisco Silva. Porto, Portugalense, 1971, págs. 156 e 157.

Essa interpretação pode ser discutida a partir da síntese do debate apresentada no trabalho de Vera Ferlini.⁸⁰

No âmbito desse debate, ressalta a necessidade de distinguir o processo de formação do capitalismo da crise do feudalismo e da apreensão das estruturas específicas de transição.⁸¹ Mas nesse percurso, Vera Ferlini propõe a discussão sobre a autonomia relativa do Estado, a partir da distinção entre a compreensão do Estado absolutista como *Estado de transição* ou como *Estado em si*. Vale dizer, trata-se de saber se a impossibilidade de definir de modo exclusivo a estrutura do Estado absolutista como feudal ou burguês implica em compreender sua relativa autonomização como descolamento diante da luta de classes, ou como expressão de um substrato social organicamente compósito. Assim, apresenta uma formulação procurando uma estrutura social compósita, de transição, a que se vincula o Estado absolutista como sua instância política correspondente. Nesse sentido, propõe compreender o Estado absolutista como força irreduzível a uma estrutura feudal ou burguesa, relativamente autônoma em relação às classes feudal ou burguesa, mas não por descolar-se da dinâmica socioeconômica que lhe é subjacente, mas porque expressa o próprio caráter organicamente compósito da sociedade de transição. Nessa base, assenta-se o poder absoluto. Seu aparente deslocamento em relação à sociedade seria, antes, a expressão ideológica daquela sociedade, como aparece no discurso hobbesiano, quando avançava o desenvolvimento mercantil e acirravam-se as tendências conflitivas.

Assim, cumpriria definir a idéia de equilíbrio na estrutura socioeconômica da transição, como a contradição entre as duas formas vigentes de estratificação social, ou seja, a coexistência entre o princípio estamental de ordens e o princípio de rendas. Com isso, propõe-se reconsiderar a tese do equilíbrio entre nobreza e burguesia, procurando contornar a idéia de confronto explícito entre duas classes antagônicas e plenamente definidas, em favor de observações que revelam, antes, um movimento de classes em contínua diferenciação em que grupos burgueses e aristocráticos, em geral, confundem-se. Assim, trata-se de uma sociedade “esquartejada”, em que o Estado absolutista antes de se constituir como força deslocada da base social, arbitrando o conflito ou delimitando os

⁸⁰ Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, EDUSC, 2003.

⁸¹ “Pois o capitalismo, historicamente, não foi mero resultado da expansão do comércio e da dissolução do feudalismo. A gama de instituições sociais e materiais da Época Moderna promovem a acumulação de capitais, muitas vezes contraditoriamente ao próprio surgimento de capitalistas individuais.” *Idem*, pág. 39.

marcos do modo de produção em formação, apresenta-se como expressão daquela mesma sociedade segmentada, reproduzindo e alimentando-se desse conflito. Concretamente, a contradição torna-se mais acirrada porquanto o Absolutismo engendra possibilidades de desenvolvimento da burguesia mercantil e assim amplia a esfera do princípio de rendas. Com isso, mina as bases das relações estratificadas, base de seu poder. Assim, o desenvolvimento dessa mesma estrutura de transição aponta para sua superação, para a negação das próprias bases do Absolutismo. Nessa perspectiva, a transformação qualitativa que funda o modo de produção capitalista significa a superação de uma estrutura de transição. Assim, cumpre conferir centralidade à relação entre o Estado absolutista e o capital mercantil no quadro da transição, investigando suas formas de articulação. “O Absolutismo articulou, contraditoriamente, elementos oriundos da antiga ordem feudal e as novas formas mercantis, fomentando a ambição dos que buscavam acumulação de riquezas. Esta, porém, estava restrita a âmbitos arcaicos. O Estado foi, nesse período, organizador das condições gerais de produção, incentivando novas vias mercantis, de arregimentação do trabalho e a atribuição dos fatores produtivos. A ele coube a extensão permanente de mercados e a criação de colônias.”⁸²

A análise do substrato mercantil da época de transição implica em considerar a forma específica de articulação entre o capital mercantil e a esfera da produção, em suas distintas formas. João Manuel sustenta explicitamente o caráter formalmente capitalista daquela estrutura econômica, em particular no que se refere à produção colonial. O conteúdo concreto daquela relação implicou o domínio do capital em sua forma mercantil sobre a produção, conformando suas formas compulsórias de trabalho, segundo os desígnios da valorização mercantil. Por isso, trata-se de subordinação formal do trabalho ao capital e elemento da acumulação primitiva. Nesse caso, o *putting out system*, a manufatura ou a produção colonial serão articulados, estimulados e muitas vezes criados pelo domínio do capital em sua forma mercantil.⁸³ Enfim, sugerimos que, no quadro das interpretações sistêmicas, as referências a *capitalismo comercial* ou *capitalismo mercantil* denotam uma forma específica de relação entre o capital em sua forma mercantil e a esfera da produção, definida pelo *domínio formal do capital mercantil*, ou pela *subsunção formal do trabalho*

⁸² *Idem*, pág. 38.

⁸³ João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. 9ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1998, págs. 43 e segs.

ao capital. Trata-se de uma forma particular de articulação cujo sentido geral somente pode ser compreendido no quadro mais abrangente da transição do feudalismo ao capitalismo, em suas estruturas específicas. Em particular, nas conexões específicas entre os desenvolvimentos do capital mercantil e a consolidação do poder do Estado absolutista. Ou seja, considerando a posição do capital mercantil, em particular da exploração colonial, no processo de acumulação primitiva, no quadro geral da Época Moderna – e portanto em sua conexão com os meios da acumulação primitiva. Assim, parece não ser possível a identificação imediata entre o que chamamos de interpretações sistêmicas, no contexto do debate brasileiro de inspiração marxista, com as teses derivadas imediatamente do “modelo mercantil”. Ou seja, não parece estar em causa uma definição do modo de produção capitalista situada ao nível da esfera da circulação, mas uma interpretação particular da época de formação do capitalismo, como época especificamente de transição. Retomar a referência a Fernando Novais tornaria mais explícito que “a etapa intermediária que já vai se tornando usual chamar-se *capitalismo mercantil*” implica no “predomínio das formas políticas do Absolutismo”, “persistência da sociedade estamental, fundada nos privilégios jurídicos” e a “dissolução paulatina da estrutura feudal e a eclosão da produção capitalista, com persistências da primeira e elementos peculiares da segunda”.⁸⁴

A discussão sobre a subsunção formal do trabalho ao capital remete, em primeiro lugar, ao caráter manufatura. Parte-se dela porque, em última instância, os limites da acumulação de capital, em seu desenvolvimento, constituem elementos fundamentais na compreensão da transição e da dinâmica do capital comercial. Seu caráter em certo sentido progressivo em relação às antigas formas de produção cristalizadas no artesanato, não implica na eliminação destas por aquela, o que vale dizer, os limites à acumulação próprios da manufatura explicam a possibilidade de coexistência desta com outras formas, compondo um mosaico de formas e relações de produção, que caracteriza a vida econômica da época. O ponto central reside no conteúdo subjetivo do trabalho, que ainda preside o essencial do processo de produção. Vale dizer que as transformações ao nível da técnica são meras adaptações dos instrumentos e ferramentas ao trabalhador. O homem domina o processo de produção, e o trabalho deverá conter a expressão de sua subjetividade. O

⁸⁴ Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995, pág. 62.

trabalhador despossuído se posta diante de instrumentos de produção já convertidos em capital e, no entanto, em última instância, rege de um ponto de vista técnico, o processo de trabalho; trata-se, segundo a conhecida expressão de Marx, da *subsunção formal do trabalho ao capital*.

Esse caráter fundamental da manufatura, o predomínio do elemento subjetivo sobre o processo de trabalho, contém os limites ao pleno domínio do capital sobre a esfera da produção⁸⁵. O que vale dizer, a base técnica assentada na subsunção formal do trabalho impõe limites aos aumentos da produtividade e, portanto, ao processo de valorização do capital e à expansão do predomínio das formas capitalistas no conjunto da vida econômica porquanto não dissolve as formas pretéritas de produção. Isso significa que o curso do processo de acumulação não pode engendrar as condições de sua própria reprodução, em movimento autônomo, o que vale dizer que sua dinâmica está assentada nos mecanismos extra-econômicos de extração do excedente, isto é, na extração de mais-valia absoluta. Isso significa que o processo geral de acumulação consiste num processo de acumulação primitiva, fundado na violência e na desigualdade e anterior à plena autonomização da esfera econômica. Os limites da base técnica aos aumentos de produtividade impõem, por um lado, limites à redução do valor da força de trabalho de tal sorte que o salário se estabelece como elemento determinado exteriormente ao próprio processo de acumulação, o que impõe a extração de mais-valia absoluta. Por outro, limitam a própria formação de um mercado de trabalho na medida em que os limites aos aumentos de produtividade implicam no movimento praticamente paralelo do capital constante e do capital variável (ou seja, a manufatura tem limites para tornar o trabalho redundante), ao mesmo tempo em que não elimina as formas pretéritas de produção, limitando o processo de proletarização. Portanto, também ao nível geral da formação do mercado de trabalho e da subordinação da própria classe dos trabalhadores, está em causa o processo de coerção extra-econômica – a violência atua não somente como criadora dos trabalhadores livres, mas como instrumento de sua subordinação.

Aquele caráter explica também a imposição de obstáculos para que a manufatura possa engendrar a expansão de seu próprio mercado no curso da acumulação. Os limites da base técnica para os aumentos de produtividade implicam numa estabilidade da composição

⁸⁵ Karl Marx, *op. cit.*

orgânica do capital, o que estabelece limites no processo de diferenciação e desenvolvimento de um departamento produtor de meios de produção. Isso impossibilita a afirmação de uma dinâmica de acumulação de capital fundada nas bases de sua própria autodeterminação – os meios de produção são produzidos em grande medida pelas mãos do artesão. Portanto, a expansão das relações de intercâmbio da manufatura é exterior à sua própria dinâmica de acumulação, o que vale dizer, a expansão dos mercados é produto de uma força externa, qual seja, a dinâmica extra-econômica do capital mercantil. Essa é pedra angular da expansão do intercâmbio, da formação do mercado mundial e do antigo sistema colonial. Por isso, a dinâmica mercantil imprimirá o ritmo do desenvolvimento da manufatura, e essa relação está na base da predominância do capital mercantil. Mais ainda, o capital mercantil figura como elemento articulador fundamental sobre a heterogeneidade, sobre o mosaico que compõe a estrutura econômica em seu conjunto, sobre diversas formas de produção – agricultura mercantil parcelar, agricultura capitalista, artesanato, *putting out*, manufatura, produção colonial – e sobre as distintas relações de produção correspondentes – servos ou escravos nas colônias, produtores independentes ou assalariados. Enfim, sobre o mosaico que constitui o corpo da vida econômica, se estabelece o capital mercantil articulando, em conjunto, esses organismos e relações, conferindo-lhes sentido particular, imprimindo-lhes sua dinâmica.⁸⁶

Como discutido acima, nessa interpretação, a dinâmica do capital mercantil na época de transição define-se pelo domínio formal do capital sobre a produção e, portanto, por uma dinâmica de acumulação assentada sobre formas de coerção extra-econômica, ainda não autodeterminada. Portanto, um processo fundado na violência. Assim, para apreender essa dinâmica será necessário compreender as articulações da vida social em sua totalidade, para conferir centralidade aos elementos da superestrutura que, estando umbilicalmente vinculados à dinâmica estrutural do capital mercantil, possibilitam o curso da acumulação. Trata-se de apreender o sentido histórico concreto dessa dinâmica situando-a no quadro da acumulação primitiva de capital. Com efeito, a constituição plena do modo de produção capitalista, ou nos termos de Marx, a *relação-capital*, é uma relação social, e o processo de acumulação de capital pressuposto e historicamente precedente à plena

⁸⁶ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995; e Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: UNESP, Campinas: UNICAMP, 2003.

constituição do modo de produção capitalista, isto é, a acumulação primitiva, se constitui antes como a criação desta relação, em marcos exteriores aos do próprio modo de produção capitalista. Distante das idéias acerca do progressivo acúmulo de riquezas, resultado do esforço continuado, da parcimônia, virtudes dos homens comedidos tão caras aos economistas clássicos; distante dos progressos gradativos do artesanato; a acumulação primitiva de capital consiste essencialmente em um processo de expropriação fundado na violência. E será mais violento e eficaz porquanto seja produzido pela *violência concentrada e organizada da sociedade*: o Estado. Em um pólo, trata-se essencialmente do processo de separação do produtor das condições materiais de produção de sua própria subsistência, um processo violento de expropriação que produz o trabalhador livre. Liberto das formas extra-econômicas de dominação e despojado dos meios de produção, o produtor direto será livre para alienar sua própria força de trabalho. Mas o processo de expropriação significa também um movimento intenso de acúmulo de riquezas nas mãos dos capitalistas, que cria o novo arrendatário capitalista e o capitalista industrial – o próprio processo de expropriação dos camponeses significa a ampliação das propriedades daqueles novos arrendatários capitalistas, ao passo que a dissolução da produção de subsistência e a proletarianização impulsionam a expansão do mercado interno.

A gênese do capitalista industrial, que nos interessa em particular, está vinculada a poderosos mecanismos de acumulação primitiva estabelecidos pela força do Estado, que se consubstanciam na dívida pública e no sistema colonial. O desenvolvimento do sistema de dívida pública, constitutivo da própria formação do Estado, desde os primórdios, significou a consolidação de um instrumento da acumulação primitiva porquanto ampliou as possibilidades de aplicação do capital, em troca de títulos negociáveis cujos juros eram financiados pelos impostos que pesavam sobre o povo – portanto, se constituiu como mecanismo de expropriação por meio da coerção extra-econômica do Estado. Em conexão com a afirmação e a ampliação da esfera de ação da monarquia, o sistema de dívida pública estará profundamente vinculado ao antigo sistema colonial. O domínio sobre as relações do comércio colonial, assentadas no exclusivo metropolitano, constitui pedra angular da afirmação do poderio dos Estados, uns contra os outros, tanto quanto mecanismo fundamental da acumulação primitiva e da formação do capitalismo industrial, cristalizada na política econômica do mercantilismo. Trata-se da manifestação da dinâmica própria do

capital mercantil, valorizado na esfera da circulação em relações desiguais de intercâmbio, empreendidas pela força dos monopólios e possibilitadas pelo poder do Estado. Nesse movimento, eclodem as guerras comerciais, disputas coloniais, protecionismos – veículos da acumulação primitiva. “A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (...) Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizam o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova. (...) Sistema colonial, dívidas do Estado, peso dos impostos, proteção, guerras comerciais etc. esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito se agigantam durante a infância da grande indústria. O nascimento desta última é celebrado pelo grande rapto herodiano de crianças. (...) De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados da Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo.”⁸⁷

Em resumo, as relações das monarquias com os elementos burgueses, portadores do processo de formação do capitalismo, constituem-se a partir de um mosaico de formas de produção, antigas e novas, cuja dinâmica reproduz a heterogeneidade, sem que as formas pretéritas sejam absorvidas ou eliminadas. Sobre esse mosaico, como elemento articulador, desenvolve-se o capital mercantil, cujo movimento não produz de forma autônoma as condições de sua própria reprodução, exigindo a força de mecanismos extra-econômicos atuantes no processo de valorização do capital. Historicamente, o organismo decisivo portador de tais mecanismos, a pedra angular do desenvolvimento do capital mercantil na Época Moderna foi o Estado absolutista, que então adquire relativa autonomia diante das outras esferas da existência. Essa articulação em dimensões objetivas revela as formas de apreensão da realidade que nos legaram aqueles homens, desde Maquiavel. Por que nasce, naquela época, uma ciência política como objeto autônomo de reflexão e não uma ciência

⁸⁷ Karl Marx, *op. cit.*, págs. 275 e segs., Livro I, vol II.

econômica? Certamente, concepções lineares, ocupadas em decifrar algum fio condutor evolutivo de uma história das idéias em si mesma, descolada dos outros aspectos da vida, das totalidades históricas em que são produzidas, não oferecerão uma resposta satisfatória. Joseph Schumpeter procurou fazê-lo. Além disso, por que o pensamento econômico se expressa nas teorias mercantilistas, que compreendem a economia como parte integrante da política? Eli Hecksher situou a finalidade última do mercantilismo na ampliação do poder do Estado, em sua expressão, *sujeito e objeto da política econômica mercantilista* – estava em causa o fortalecimento do Estado e não considerações acerca do bem-estar geral. A política mercantilista representou um instrumento no processo de unificação nacional; pressupondo-o, em grau avançado, e reafirmando-o, ao mesmo tempo. Compreende-se, portanto, as concepções acerca da riqueza identificada com a moeda, dos ganhos produzidos na esfera da circulação, uns às custas dos outros, da balança comercial favorável, das políticas de proteção e intervenção e, enfim, as políticas relativas às colônias, no quadro das relações entre capital mercantil e o Estado⁸⁸.

Nesse quadro, no debate brasileiro, a monarquia portuguesa pode aparecer, nas interpretações sistêmicas, como uma estrutura de poder de uma sociedade compósita, de transição. No curso de seu desenvolvimento, o contexto do processo de reconquista favoreceu a precocidade da centralização monárquica em Portugal, em prejuízo da fragmentação do poder e, portanto, fez-se contra a resistência da classe senhorial. E, na verdade, isso significou o abrandamento da servidão. Mas aqui, a idéia de precocidade reflete também a impossibilidade da burguesia mercantil assumir posição central no desenvolvimento da sociedade portuguesa e subordinar o Estado, mesmo estando ela presente no curso da revolução. Trata-se, ao contrário, de uma burguesia subordinada e assimilada pelo Estado. Assim, o Absolutismo em Portugal será uma força articulada organicamente, ao mesmo tempo, à nobreza e à burguesia mercantil, possibilitando a elevação e o fortalecimento do poder monárquico. Um movimento simultâneo de aproximação e contenção, em que a coroa, em favor da centralização, contém as tendências

⁸⁸ Ver Eli Hecksher. *La época mercantilista*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1943; e Fernando Novais, op. cit.: “Neste contexto, vê-se bem o significado e a posição das colônias. Elas se devem constituir em retaguarda econômica da metrópole. Pois que a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários estados modernos em desenfreada competição, necessário se fazia a reserva de certas áreas onde se pudessem por definição aplicar as normas mercantilistas; as colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, permitindo assim o Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes”. Fernando Novais, op. cit., pág. 61 e 62.

da nobreza à fragmentação do poder, ao mesmo tempo em que reafirma seu caráter nobre, na manutenção da sociedade de ordens e na contenção das contestações populares. Assim, assimila a nobreza em seu interior. De outra parte, assimila uma precoce burguesia mercantil, incapaz de auferir uma posição central, porquanto representa a cristalização do capital mercantil. Ou seja, representa a incapacidade do capital subordinar os processos de produção e revolucionar toda a estrutura social.⁸⁹ Trata-se de uma articulação orgânica, na medida em que estas forças compõem o Estado em sua unidade, ao mesmo tempo em que seu poder somente poderia assentar-se nesse conflito. Assim, a expansão ultramarina configura-se como uma unidade que contém determinações da época de transição, o que permite situar a posição do capital mercantil no quadro da formação do capitalismo.⁹⁰

Fernando Novais discute a questão em termos da possibilidade de assimilação dos estímulos da acumulação mercantil, em vista do alcance da política mercantilista. Aqui, reconhece a precocidade da centralização como fundamento da especificidade do Absolutismo português, que combina uma presença relativamente mais forte da nobreza com um desenvolvimento relativamente insuficiente da burguesia mercantil. Na base dessa composição, assenta-se uma sociedade profundamente estável, que não sofre o impacto da expansão ultramarina, não assimila seus estímulos. Essa estrutura se reflete numa política mercantilista de tipo inferior, restrita aos mecanismos de entreposto, sem levantar barreiras de proteção aos produtores, sobretudo manufatureiros. Uma política mercantilista completa somente viria à baila, tardiamente, na época pombalina. Assim, reaparecem os elementos estruturais, que outras interpretações chamariam “internos”, mas articulados a dimensões

⁸⁹ Ver Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: UNESP, Campinas: UNICAMP, 2003.

⁹⁰ “O trajeto da centralização em Portugal aclara aspectos do Absolutismo. Os elementos contraditórios dessa forma de Estado notam-se, nesse contexto, com maior nitidez: a articulação com a burguesia no esforço de deter avanços senhoriais e aumentar o poderio financeiro da coroa; e, ao mesmo tempo, o arranjo com grupos da nobreza, buscando controlar e absorver as eclosões populares urbanas e camponesas. O Estado emergente não estava autonomizado da sociedade em ebulição, mas era o produto das tensões sociais vigentes. Tanto a burguesia em formação, a aristocracia ameaçada, como a ambição centralizadora da monarquia demarcam o espaço do Estado, constituindo-o em seu proveito. (...) O Estado português forjou-se atado a forças antagônicas: à ambição da monarquia, à nobreza particularista e à burguesia ecumênica. Nas determinações da Expansão as contradições fizeram-se flagrantes: ideal cruzadístico, impulso comercial, interesses fiscais e territoriais da monarquia. Mas tais elementos não foram vetores autônomos da conquista ultramarina, apenas unidos ao nível do Estado, como agregado de diferenças. Formaram o Estado enquanto unidade do diverso, redeterminando o conteúdo dos interesses dos grupos e os próprios grupos. (...) O momento e as condições da centralização portuguesa imprimiram novo caráter à sociedade. A aristocracia, esvaziada completamente de seu poder político local, mantém-se, por privilégios advindos, mais e mais, da máquina estatal. A burguesia, tutelada pelo Estado, tende a converter-se e nivelar-se à aristocracia.” Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, EDUSC, 2003, págs. 62 e segs.

sistêmicas. Pois, a consideração da política mercantilista portuguesa e sua tendência a se tornar mero entreposto, na medida em que se acirra a concorrência internacional, seria fundamental para compreender a posição da economia portuguesa na teia do mercado mundial e a forma como os estímulos progressivos da acumulação mercantil deslocam-se na direção das nações propriamente mercantilistas, em particular a Inglaterra. Assim, a sociedade portuguesa revelaria o exemplo da *crystalização* do capital em sua forma mercantil, da incapacidade, naquelas circunstâncias, do capital mercantil revolucionar a base econômica da sociedade. “À precedência na centralização liga-se a prioridade na expansão (os dois processos se auto-estimulam), mas isto deu lugar a essa primeira forma de capitalismo comercial, dependente do Estado; daí essa também precoce burguesia mercantil, que não desenvolve uma típica mentalidade empresarial, antes tende a assimilar valores aristocráticos. A estrutura que assim se conforma – o Antigo Regime português – mantinha pois uma forte preeminência da nobreza (ainda que fosse nova nobreza) na estruturação da sociedade e na governação do Estado. Aqui parece pois residir o nervo da questão. (...) É pois na configuração peculiar que assumiu em Portugal (e de resto, na Espanha também) a formação social do Antigo Regime (esta combinação de sociedade estamental com poder centralizado, tendo na base o capitalismo comercial) que se devem buscar os motivos do esclerosamento. (...) O *Portugal da época moderna* parece, pois, configurar a situação de *crystalização do capital comercial* que Marx referiu de passagem.”⁹¹

⁹¹ Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995, págs. 208 e segs.

Parte II

Interpretações da colônia

Tudo querem para lá

Frei Vicente do Salvador

Nota Introdutória

A segunda parte deste trabalho apresenta uma discussão mais detida acerca das interpretações da colônia que constituem o debate brasileiro de fundamentação no materialismo histórico, a partir da leitura dos referidos autores. Essa leitura pauta-se pelo tratamento das questões substanciais que perpassam o diálogo entre os autores em tela e por certo não esgotam o conjunto de suas contribuições. Trata-se de uma contraposição de interpretações que procura, além do exercício da sistematização, pontuar determinadas questões centrais que permitam qualificar certas posições e críticas. Ou seja, uma leitura orientada pela contraposição das interpretações em tela, mais do que por uma exegese de cada autor ou vertente explicativa em particular. Isso permite compreender a questão da formação no quadro dos debates no campo do marxismo que, em última instância, orientam-se segundo o debate mais geral acerca do sentido dos dilemas postos à sociedade brasileira contemporânea, que se consubstancia na problemática da revolução brasileira. Assim, sem prejuízo da complexidade de cada interpretação particular, propõe-se organizar as interpretações segundo três vertentes explicativas gerais, que implicam em distintas formas de posicionar a expansão colonial européia no quadro da Época Moderna e de apreender sua estrutura e dinâmica das sociedades coloniais constituídas na América, em particular na América portuguesa. Nessa contraposição, as interpretações definem-se pela tendência de compreender a sociedade colonial como parte de uma articulação sistêmica, ou como uma estrutura específica relativamente assentada em bases próprias. Como dissemos, define-se a primeira vertente explicativa segundo a idéia de interpretação sistêmica, que compreende a sociedade como parte constitutiva de um conjunto mais vasto, definido pelas teias do mercado mundial, no quadro da formação do capitalismo. Nessa vertente, inscrevem-se as contribuições de Caio Prado e Fernando Novais. No capítulo seguinte, discutimos as tendências interpretativas que apresentam a sociedade colonial como uma manifestação concreta de modos de produção universais. Estas, sedimentadas nas obras de Werneck Sodr e e Alberto Passos. Enfim, discute-se o marco explicativo proposto nas obras de Ciro Cardoso e Jacob Gorender, que compreendem a colônia a partir da idéia de um modo de produ o especificamente colonial.

O debate sobre a sociedade colonial impõe o problema da apreensão da estrutura e dinâmica de uma sociedade que se apresenta como extensão do desenvolvimento da sociedade europeia, e ao mesmo tempo conforma-se como realidade concreta particular. Ou seja, inscreve-se nas articulações sistêmicas do mercado mundial, ao mesmo tempo em que edifica relações de produção específicas. Como compreender de modo integrado essas duas dimensões e definir os marcos da totalidade histórica subjacente à sociedade colonial é a questão que perpassa todo o debate. “Em grandes linhas, estes autores se dedicaram a desenredar a difícil combinatória entre a forma de inserção na economia internacional das terras colonizadas pelos portugueses na América e os aspectos concretos assumidos pela sociedade que se monta nessa área no período que vai do século XVI ao século XIX, tarefa para a qual era indispensável apurar as causas da adoção da escravidão colonial e suas relações com o desenvolvimento do capitalismo na Europa.”⁹² Assim, a reflexão brasileira confronta-se com duas tendências polares, quais sejam, considerar a sociedade colonial como parte da expansão da civilização europeia, em particular, em seus nexos sistêmicos mercantis, ou considerá-la como organismo específico, definido sobretudo em suas relações senhoriais e escravistas.⁹³ Naturalmente, o debate apresenta-se complexo, encerrando várias formas de gradação e de articulação das duas tendências. Mas definem-se essas tendências gerais, em reflexões derivadas diversas matrizes, que ultrapassam os limites do pensamento de orientação marxista, ou o campo da história econômica. Assim, por exemplo, as obras de Oliveira Vianna ou de Gilberto Freyre, que se voltam para as relações instaladas no interior da sociedade colonial, seja no *complexo feudo*, ou no *complexo casa-grande & senzala*. Noutro pólo, interpretações de Roberto Simonsen ou Celso Furtado, que privilegiam a dimensão do comércio colonial.

Concretamente, a historiografia de orientação marxista confronta-se com a dupla dimensão da sociedade colonial e mobiliza de formas diversas as categorias marxistas e as interpretações acerca do sistema colonial e da formação do capitalismo, para elaborar distintas interpretações da colônia, que implicam em distintas formas de compreender o movimento estrutural da sociedade brasileira contemporânea. Assim, as interpretações

⁹² Lígia Osório Silva: “Feudalismo, capital mercantil, colonização”, in João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, (4 vols.), vol IV: Visões do Brasil. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, pág 18.

⁹³ José Roberto do Amaral Lapa: “Introdução ao redimensionamento do debate”, in José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

sistêmicas apreendem a estrutura e dinâmica da sociedade colonial a partir dos nexos mercantis que conformam o mercado mundial. A sociedade colonial conforma-se como parte inserida numa totalidade histórica, definida pelos nexos mercantis sistêmicos que constituem o processo de formação do capitalismo. Constitui-se como pólo dependente, como peça na acumulação primitiva de capital, objeto da exploração mercantil. De outra parte, as tentativas de compreender a colônia como manifestação particular de modos de produção universais apontaram para a necessidade de articular a dimensão mercantil da exploração colonial com as formas específicas instaladas na colônia. Seu substrato seria referido à dimensão das relações de produção, de onde derivam diretamente concepções de modo de produção implícitas nessas interpretações. Assim, a colônia apresentaria um mosaico de formas, em particular, formas escravistas, feudais, ou híbridas. Enfim, a perspectiva do escravismo colonial procura enfrentar a questão elaborando um modo de produção especificamente colonial, que seria caracterizado justamente como um modo dependente, de base escravista. As forças dinâmicas dessa sociedade estariam inscritas nas contradições constitutivas desse modo de produção.

Desse modo, as referidas vertentes explicativas definem os marcos estruturais da sociedade colonial. Nas interpretações sistêmicas, o antigo sistema colonial, em suas dimensões estruturais, será o fundamento a conferir sentido à vida colonial. Como pólo dependente, sua organização econômica será marcada por uma profunda extroversão, manifesta na precariedade e instabilidade da vida material. Como peça da acumulação primitiva e objeto da exploração mercantil, verá tolhidas suas possibilidades de acúmulo progressivo de riqueza. Essa extroversão revela-se no conjunto da vida da colônia, pela absoluta anomia social, ou seja, pela ausência de formas elementares de solidariedade.

A dimensão da exploração colonial aparece nas tentativas de definição de manifestações particulares de modos de produção no espaço colonial. Aqui, a dupla dimensão da vida colonial aparece na justaposição de duas dinâmicas determinadas, respectivamente, pelos vínculos de exploração mercantis, constitutivos da acumulação primitiva, e pelas relações de produção escravistas ou servis. Assim, o movimento da sociedade colonial seria determinado, externamente, pela exploração do capital mercantil e, internamente, pelas relações de produção, muito embora as duas dimensões nem sempre

apareçam organicamente articuladas numa unidade. Contudo, há que se reconhecer o propósito de enfrentar as duas tendências gerais nas interpretações da colônia.

A perspectiva do modo de produção escravista colonial propõe articular as duas dimensões pela apreensão de uma dinâmica específica, na forma de um modo de produção dependente, determinado simultaneamente por estruturas externas e internas. Confere-se centralidade à dimensão das contradições implícitas nas relações de dominação escravistas, inseridas no contexto específico do modo de produção colonial. Um modo de produção que não pode encerrar em seu interior os fundamentos essenciais de sua reprodução.

Assim, sob o prisma da dupla dimensão da sociedade colonial, pode-se delimitar o debate marxista, segundo a tendência de definir os marcos da reprodução da sociedade colonial no interior da dinâmica de reprodução do sistema colonial como totalidade ou na base de estruturas internas. Ou seja, pode-se delimitar o contraponto entre a idéia de extroversão e a idéia de um modo de produção relativamente autônomo, como eixo de interpretação da sociedade colonial. Nessa chave, inscrevem-se as distintas formas de compreender o processo de diferenciação subjacente à formação da sociedade brasileira contemporânea. O centro do debate recai sobre a questão da apropriação do excedente. Pois, considerado o problema em termos da reprodução de uma totalidade definida pelo sistema colonial, como peça da acumulação primitiva de capital, a sociedade colonial deverá conformar-se como organismo complementar e reflexo ao pólo metropolitano, definido pela impossibilidade de internalização do excedente, da acumulação. Mas, compreendida como substrato social de um modo de produção relativamente autônomo, a sociedade colonial deveria engendrar formas internas de reprodução e acumulação. Por certo, esse debate tem implicações sobre o problema do desenvolvimento subsequente da sociedade brasileira, seja nos termos da problemática da formação nacional ou do desenvolvimento do capitalismo. A compreensão do passado colonial é fundamental no debate sobre o sentido do desenvolvimento da sociedade brasileira, e propõe como questões fundamentais o problema das conexões entre dinâmicas externas e internas, do padrão de relação com o sistema mundial e da acumulação de capital. Assim, nesse debate, é fundamental discutir a posição do sistema colonial no quadro da transição do feudalismo ao capitalismo e a estrutura e dinâmica da sociedade colonial.

Nos capítulos seguintes, discutiremos as referidas interpretações da colônia, na intenção de demarcar seus contornos gerais, atentando para os problemas da inserção do sistema colonial no quadro da transição do feudalismo ao capitalismo, da definição da estrutura e dinâmica da sociedade colonial e suas implicações sobre a vida econômica e social, e das possibilidades de internalização do excedente. O propósito é sistematizar o debate, qualificando determinadas posições e críticas.

Capítulo III

Sentido da colonização e antigo sistema colonial

Desde a primeira metade do século XV, nos tempos do tormentoso périplo africano, os portugueses puderam edificar, até o Oriente, um vasto império colonial, uma constelação de feitorias, estabelecendo à força seu domínio sobre o comércio das especiarias indianas e, na costa africana, de ouro, marfim e gente. O deslocamento das rotas comerciais terrestres do século XIV, que ligavam terras mediterrânicas ao Mar do Norte, as repúblicas italianas às cidades flamengas, por meio dos Alpes e do Reno, fez deslocar também o domínio comercial das regiões centrais do continente. As revoluções náuticas e a definição das rotas marítimas, que circundam a Europa ocidental pelo Atlântico e penetram no Mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar, fazem emergir, em fins do século XIV, os territórios marítimos, dos holandeses, ingleses, normandos, bretões e ibéricos como eixo central do comércio europeu. Será, entretanto, por força do pioneirismo lusitano, de sua monarquia centralizada precocemente, que os desenvolvimentos destas rotas de comércio ultrapassariam os limites europeus para integrar, pelo mar, as mais remotas paisagens africanas e orientais. Trata-se do entrelaçamento de vastas regiões do globo, de configuração de uma história mundial que se constrói pela expansão européia, das monarquias e da cristandade sobre sociedades africanas ou asiáticas, há muito constituídas, agora tocadas e relativamente integradas por essas forças.⁹⁴ Com efeito, as formas de articulação desse espaços ou a sua colonização significavam para os homens desta época o encravamento de feitorias, pelas mãos dos agentes comerciais, funcionários de administração e militares, para o domínio sobre as linhas de comércio, o controle sobre as condições de oferta e demanda, sobre os preços e as quantidades.

Quando os olhares dos portugueses se deslocam do fascinante Oriente e se voltam para as novas terras americanas, habitadas por ralas populações indígenas, por sociedades

⁹⁴ Não seria necessário aqui retomar as discussões entre Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein acerca do caráter da emergência da economia-mundo no século XVI – se este consiste num fenômeno repetido na longa duração, como sustenta o primeiro; ou num acontecimento inédito, como afirma o segundo. Cumpre apenas observar que na época de formação do capitalismo uma história propriamente mundial edifica-se, integrando de modo sistêmico e progressivo vastas regiões do globo, numa economia-mundo, para utilizar a nomenclatura.

técnica e economicamente primitivas que quase nada poderiam oferecer aos comerciantes europeus, o problema da colonização tornar-se, com o tempo, mais complexo: impõe o povoamento e a constituição de uma organização socioeconômica. Estas terras americanas recém-descobertas apresentavam-se aos navegantes e comerciantes, ávidos pelas riquezas orientais e pelos caminhos das Índias, muito mais como obstáculo físico no oceano a ser atravessado. O povoamento, inicialmente constituiu-se muito mais em função da defesa dos territórios do monarca do que para o aproveitamento econômico. Mais tarde, tratarão de povoá-las para explorá-las.

Isso significa que o espaço americano da colonização ibérica, sobretudo nos domínios portugueses, integra-se na trama da história mundial no curso da formação do capitalismo não como uma sociedade anteriormente estabelecida, abordada pela expansão da civilização européia à maneira africana ou asiática, ou como uma Europa protestante transplantada, como nas colônias de povoamento da América do norte, mas como um organismo social constituído, desde sempre, pela própria expansão européia da época dos descobrimentos. Ao longo daqueles três séculos de colonização, de uma lenta sedimentação emerge um organismo social que viria conformar, às custas do transplante de massas de escravos africanos e de uma intensa imigração de aventureiros e negociantes, uma sociedade complexa e diferenciada, um povo novo do ponto de vista étnico e cultural, que viria manifestar aspirações nacionais – uma sociedade com *características nacionais e qualidade de permanência*.⁹⁵ Um processo contraditório, em que a empresa da colonização cria os fundamentos desta nacionalidade, ao mesmo tempo em que a sociedade pode apenas afirmar-se como uma sociedade nacional, em lenta sedimentação, por oposição à condição colonial. “Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semi-deserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este ‘algo de novo’ não é uma expressão abstrata;

⁹⁵ Caio Prado incorpora esta expressão de Gilberto Freyre, mas inserida em quadro complexo em que a nação não aparece como desdobramento linear e natural da colonização, mas como desenvolvimento contraditório: “De qualquer modo, o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com *características nacionais e qualidades de permanência*. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses”. Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala*. 41ª. edição. São Paulo, Record, 2000, pág. 86 (grifos nossos).

concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente, uma certa ‘atitude’ mental coletiva particular. Tudo isto naturalmente já se vem esboçando de longa data. Os sintomas de cada um daqueles caracteres vão aparecendo no curso de toda nossa evolução colonial; mas é no termo dela que se completam e sobretudo se definem nitidamente ao observador.”⁹⁶

O problema apresenta-se portanto mais complexo do que poderia sugerir a vulgar imagem de um *Descobrimento do Brasil*, anacrônica, por certo, mas tão incorporada ao imaginário e ao vocabulário que, mesmo para o historiador mais rigoroso, seria difícil evitar, por exemplo, o termo *Brasil colonial*. Com efeito, o *Brasil* não existe desde os tempos remotos dos descobrimentos e não poderia haver uma *História do Brasil* relativamente apartada da história de Portugal ou da Europa e exterior ao quadro das articulações sistêmicas constitutivas da expansão européia na época das navegações.⁹⁷ No entanto, no curso de seu desenvolvimento histórico, a sociedade colonial estabelecida nos trópicos, parte indissociável e essencial da história metropolitana, desenvolve-se, torna-se complexa, emergindo, no curso de um longo e lento processo de diferenciação, como um organismo social particular e relativamente distinto de suas matrizes formadoras, com tendências à autonomização. O referido processo de desenvolvimento e diferenciação da sociedade colonial conforma-se no curso da ação colonizadora, do povoamento do território e da organização, ainda precária, de uma vida econômica e social. Mas logo revelaria seu

⁹⁶ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1971, pág. 10.

⁹⁷ O historiador, por não poder apreender toda a história, situado ele mesmo na história, jamais poderia evitar toda a forma de anacronismo, embora deva procurar incessantemente fazê-lo. A memória constitui-se como fenômeno involuntário tanto quanto não seria possível desprender-se completamente do tempo presente para remontar-se a outro tempo sem que o primeiro deixasse no historiador sua marca decisiva, a marca de sua própria memória. O anacronismo torna-se mais grave nas histórias nacionais, quando se afirma a tendência da historiografia remontar as origens da nação a um passado tão longínquo quanto possível, atribuindo ao seu processo histórico de formação certo conteúdo teleológico, provavelmente para legitimá-la. Mas torna-se ainda mais grave quando está em causa a história de países de passado colonial, quando se procura encontrar a nação no interior da colônia. Entre estes, a história do Brasil oferece exemplo *sui generis*, provavelmente em virtude do processo de independência, em que a própria coroa metropolitana se desloca para o espaço colonial. Neste caso, a nação apareceria inscrita desde os princípios da colonização, ou mesmo antes. No limite, a formação nacional definiria o próprio sentido da colonização. (O conteúdo dessa nota refere-se à exposição do professor Fernando Novais, em congresso de historiadores na Universidade de São Paulo, em 2003).

caráter essencialmente contraditório, quando as relações entre metrópole e colônia se manifestassem de modo reverso e o movimento histórico de desenvolvimento e diferenciação apontasse no sentido da negação e superação da própria condição colonial, que lhe houvera engendrado e impulsionado – um *ser e não ser*, que constitui o processo de desenvolvimento e diferenciação da sociedade colonial. Desde a segunda metade do século XVII, depois da expulsão dos holandeses, o regime colonial torna-se marco estreito, invólucro tanto mais opressivo quanto mais insuficiente para conter a relativa complexidade da economia e da sociedade colonial, e começam a se esboçar traços de uma consciência nacional em oposição à metrópole. Essa tensão profunda viria definitivamente à superfície, manifesta em antagonismos decisivos e irreconciliáveis que enfim consubstanciam o processo de emancipação, inscrito no quadro mais amplo das profundas transformações que fazem desmoronar o mundo do Antigo Regime. A síntese de toda a história colonial situa-se nesse momento de emancipação, quando estão definidos os fundamentos básicos da nacionalidade. Enfim, “trata-se de compreender a nação a partir da colônia e por oposição a ela, e indagar as possibilidades de transformação inscritas nesse processo”⁹⁸.

O problema fundamental reside na compreensão da sociedade colonial como parte de um sistema complexo formado e articulado pela expansão da civilização européia na época dos descobrimentos, considerando rigorosamente todas as suas implicações. Caio Prado pode situar a sociedade colonial como parte de uma totalidade, incompreensível sem a compreensão desta totalidade, e, com isso, oferecer uma visão de conjunto da sociedade colonial, ao apreender, como categoria básica, nexos fundamentais da investigação e ponto de partida de toda a exposição, o *sentido da colonização*.⁹⁹ As relações constitutivas dos diversos aspectos da vida colonial, estruturadas em três vastos campos, a saber, povoamento, vida material e vida social, apresentam-se destituídas de qualquer caráter circunstancial ou acidental para adquirir sentido, remetidas às teias da categoria básica. O conteúdo dessas relações revela não cadeias de causalidade unívoca, próprias de relações de necessidade ou determinação, mas *conexões de sentido*, em que a essência do fenômeno, ou seja, o sentido da colonização, explica ao mesmo tempo em que se explica por suas

⁹⁸ Fernando Novais: “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”, in Reginaldo Moraes *et alii* (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pág. 21.

⁹⁹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1971.

manifestações concretas. O momento último de toda a reflexão, a recomposição da realidade em seu conjunto, pressupõe e apenas torna-se possível a partir da apreensão do sentido. Assim, o sentido da colonização está inscrito em cada segmento da realidade concreta, em cada esfera da existência, e preside o conjunto da vida colonial; perpassa-o em todo seu espaço e extensão. Compõe suas tramas fundamentais e constitui sua essência – o povoamento, a vida material e a vida social, em seu conjunto, se explicam, ao mesmo tempo em que enriquecem e atestam a posição da categoria básica.¹⁰⁰

Caio Prado, nesse movimento de compreensão da sociedade colonial a partir de suas determinações estruturais e sistêmicas, como organismo inscrito em uma totalidade mais ampla, nesse exercício de apreensão do sentido da colonização, situa a sociedade colonial como parte, como elemento orgânico da história do comércio europeu. Serão as linhas de intercâmbio esboçadas com mais evidência desde a crise do feudalismo, os interesses dos homens do comércio, que presidirão não somente as feitorias cravadas nos mais remotos espaços do globo, mas também o povoamento e a colonização, a organização da produção, e enfim de toda uma vida material e social nos trópicos.¹⁰¹ Trata-se de um organismo social

¹⁰⁰ Fernando Novais: “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”, in Reginaldo Moraes *et ali* (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

¹⁰¹ Não insistiremos aqui nas diversas formas de compreender o vocábulo *colonização*, tanto quanto as distinções entre colônia de exploração e de povoamento. Valemo-nos aqui, como referência, da síntese elaborada por Fernando Novais. Numa primeira aproximação, ao olhar do geógrafo Maximilien Sorre, a colonização apresenta-se como uma forma mais evoluída de migração humana, inscrita em processo de humanização da paisagem e ampliação da área de expansão dos homens, que envolve povoamento e valorização das novas regiões e que, nos tempos modernos, adquire a forma de valorização econômica dessas novas regiões e europeização do mundo. No entanto para a apreensão do sentido histórico concreto do fenômeno da colonização dos tempos modernos, há que se tomar caracterizações menos generalizantes. Quanto ao problema das classificações, Wilhelm Roshcer, em 1848, designa *colônias de conquististas*, quando o objetivo central é a exploração política e militar dos indígenas; *colônias comerciais*, quando o objetivo central é a exploração econômica; *colônias agrícolas*, quando os colonos se instalam para reproduzir nas colônias seu antigo modo de vida; *colônias de plantação*, no caso da produção de produtos coloniais. Paul Leroy-Beaulieu, em 1874, oferece contribuição ao observar que as colônias de plantação deveriam elaborar produção complementar à economia metropolitana e neste sentido chama a atenção para a necessidade de distinção entre o meio geográfico colonial e metropolitano. George Hardy, em 1938, desvia do critério socioeconômico e empreende uma classificação a partir de um critério étnico sugerindo dois tipos básicos: *colônias de enraizamento*, quando os europeus se fixam no novo território; *colônias de enquadramento*, quando o elemento nativo, governado pelo europeu, conforma conjunto da população. Essa última classificação parece ser insuficiente para a explicação do problema histórico concreto da colonização dos tempos modernos, porquanto dispensa sua dimensão fundamental, qual seja, a dimensão socioeconômica. Com efeito, como está implícito nessa classificação, toda a colonização implica em povoamento e numa certa exploração econômica dos recursos. Mas, no entanto, o ponto fundamental consiste em observar que o elemento essencial predominante da colonização pode ser o povoamento ou a exploração: nas *colônias de exploração* o povoamento serve aos desígnios da exploração; nas *colônias de povoamento* os colonos exploram seus recursos em vista de seus próprios mercados. Com isso, voltamos à primeira classificação que viria a ser desenvolvida por Caio Prado e Celso Furtado. Ver Fernando Novais: “Colonização e sistema colonial:

formado e organizado para produção de gêneros complementares à economia européia, os gêneros tropicais daquelas paisagens distantes e cultivados ou extraídos em geografia singular. Por isso, trata-se de um espaço socioeconômico edificado como um negócio e regido por uma dinâmica que lhe é exterior – uma sociedade destituída de movimento próprio. “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos.”¹⁰² Portanto, em síntese, a colonização portuguesa nas terras americanas ultrapassou os limites da antiga feitoria e engendrou a organização da produção, de uma vida material e social que viria conformar uma sociedade complexa, os fundamentos de uma nova nacionalidade. Mas essa sociedade apenas poderia afirmar-se como sociedade nacional, em oposição à condição colonial, ou seja, quando pudesse subverter sua condição de peça organicamente integrada nas tramas do comércio europeu como espaço subordinado e complementar, sua condição de prolongamento linear da sociedade e mais propriamente da economia européia, para organizar-se em bases relativamente autônomas.

O movimento de inserção da colonização no quadro do comércio europeu torna-se mais rico e complexo quando se compreende, como demonstrou Fernando Novais, a própria dimensão comercial como parte integrante e fundamental de uma totalidade ainda mais abrangente, qual seja, o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, em suas

discussão de conceitos e perspectiva histórica”, in *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo, 1969.

¹⁰² Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pág. 31. Noutra passagem, Caio Prado observa “(...) que não é a economia do açúcar que se conforma e se adapta às necessidades de uma sociedade preexistente que nela procura a base econômica de sua subsistência. E sim é esta sociedade que se origina, dispõe e organiza em função da finalidade precípua de produzir açúcar, e assim realizar um negócio. *Negócio que tem, não como objetivo (pois o objetivo próprio de todo negócio é tão somente o lucro mercantil), mas como objeto, o atendimento de necessidades e de um consumo estranhos ao país e à coletividade nele instalada*, e que se torna assim simples expressão daquele negócio. E assim condicionada, refletirá em todos os seus aspectos econômicos, sociais mesmo culturais e psicológicos e, na medida em que couberem numa simples colônia, políticos também, as injunções determinadas por aquela atividade mercantil”. Caio Prado Júnior. *História e desenvolvimento*. 2ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1978, pág. 37 (grifos nossos).

múltiplas faces, que caracteriza a Época Moderna e se estende até a Era das Revoluções.¹⁰³ Os diversos processos e acontecimentos que compõem o fenômeno da colonização em seu conjunto, compreendidos na superfície das manifestações concretas, são ricos e múltiplos em suas possibilidades, podendo, em sua imponderabilidade, afirmar ou mesmo negar determinado sentido, determinada estrutura, apreendida pelo esforço de síntese. E, no entanto, esses processos, afirmando ou negando a estrutura subjacente que lhes confere sentido, serão sempre explicados, em última instância, pela dinâmica da própria estrutura. O caráter da colonização moderna apresenta-se ainda como essencialmente comercial, mas se torna mais complexo quando o comércio é inserido no quadro mais abrangente da transição do feudalismo para o capitalismo, como elemento fundamental na formação do modo de produção capitalista, como instrumento da acumulação primitiva. Está implícita uma interpretação da época absolutista, à maneira das discussões propostas em capítulo anterior, como momento histórico de transição em que interagem dinamicamente os elementos da crise do feudalismo e da formação do capitalismo numa unidade, regida por uma dinâmica própria.¹⁰⁴

O renascimento do comércio, como discutimos, atua sobre a base das relações feudais estabelecidas, no sentido de sua progressiva dissolução ou reafirmação, como no exemplo da segunda servidão do leste europeu. Os avanços da mercantilização são acompanhados pelo agravamento das condições de servidão no campo e pela diferenciação e proletarianização nas cidades, o que conduz à crise social e às revoltas, expressas, no plano

¹⁰³ “Trata-se de definir com precisão o que deve ser inserido, e em quê; e talvez o Brasil na expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando o olhar até a linha do horizonte. (...) Expansão comercial europeia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal capitalista. (...) A colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva do capital mercantil no centro do sistema.” Fernando Novais, *op. cit.*, pág. 19 e 20. Ver também Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995.

¹⁰⁴ Reafirmamos a diferença entre Caio Prado e Fernando Novais. O sentido da colonização para Caio Prado significa sobretudo a idéia de extroversão. Uma sociedade organizada como negócio mercantil cujo sentido é a atenção a necessidades de consumo alheias. Essa condição retroage sobre a estrutura da sociedade colonial, porquanto o caráter de extroversão conforma uma sociedade marcada pela precariedade da vida material e, portanto, pela estreiteza de seu mercado interno. Diante disso, a própria dinâmica dessa economia, mesmo sem a intervenção das forças colonizadoras, reafirma aquele caráter, voltando-se ao mercado externo. Fernando Novais atribui centralidade à exploração colonial, à externalidade da acumulação, condicionada pelo domínio extra-econômico metropolitano. Rompido este domínio, a sociedade poderia internalizar a acumulação, e a dinâmica de seu desenvolvimento seria alterada. Provavelmente, isso estaria na base do desencontro dessas interpretações no tratamento do período posterior, não obstante partilharem de uma mesma linha de interpretação da colônia.

ideológico, nas contestações heréticas que marcam a época de crise do feudalismo. Em interações recíprocas, a crise social afeta a dinâmica da economia e do comércio o que retroage acentuada pela recorrente escassez de metais sobre as condições de vida, agravando as tensões. O resultado será um recrudescimento da concorrência pelas linhas e centros de comércio, e a busca incessante dos mercadores pela abertura de novas rotas comerciais. No quadro desse movimento, situa-se a formação das monarquias absolutistas como forma de contenção da crise social e das revoltas urbanas e camponesas, e como instrumento da burguesia mercantil, na luta pela proteção de seus mercados e na busca de novas linhas de comércio para a valorização do capital mercantil. Com efeito, a empresa da expansão marítima e da exploração mercantil não poderia ser realizada nos marcos precários da economia medieval, incapaz de reunir as massas necessárias de capital ou de assumir seu alto risco. Somente a instituição do Estado centralizado poderia levá-la adiante e, em nível estrutural, representar o instrumento fundamental de coerção extra-econômica que possibilita o desenvolvimento do capital mercantil. Assim, define-se o quadro da época dos descobrimentos como uma sociedade de ordens e uma economia mercantil, e sobre essas duas esferas, como elemento articulador de um conjunto relativamente compósito, o Estado absolutista, relativamente auto-nomizado em relação ao conjunto da sociedade, mas funcionando como elemento constitutivo e fundamental na dinâmica da transição e da formação do capitalismo. Os mecanismos próprios da reprodução do capital mercantil e da acumulação primitiva constituem-se como os elementos dinâmicos da época de transição. Essas conexões permitem compreender, em sua complexidade, o sentido profundo da colonização. “Examinada, pois, nesse contexto, a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna, apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. (...) Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno.*”¹⁰⁵

A estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial manifestam-se concretamente nos mecanismos da política econômica mercantilista, que encontra plena correspondência, ao nível ideológico, na própria teoria econômica do mercantilismo. O pensamento econômico

¹⁰⁵ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995, pág. 70.

mercantilista não confere à economia o estatuto de objeto autônomo de reflexão, de objeto da reflexão científica, edificada, como no pensamento clássico, a partir da formulação de conceitos pretensamente universais e abstratos, que pudessem permitir, pelo movimento do raciocínio dedutivo, explicar e interpretar a realidade concreta. Ao contrário, expressa formulações imediatamente vinculadas aos interesses do fortalecimento do monarca e do acúmulo de riqueza mercantil, traduzindo-se em conjunto de normas de política econômica, no momento em que o modo de produção capitalista não está plenamente constituído e a esfera econômica não adquiriu uma dinâmica objetivamente autônoma, ou seja, sua própria legalidade. Dessa forma, adquirem sentido, numa época de primado do capital mercantil e de intensa rivalidade entre as monarquias, as concepções metalistas e seus desdobramentos, as considerações do processo de circulação como momento de formação dos lucros, sob relações de troca desigual em que uns ganham às custas de outros. No plano político, essa dinâmica se refletirá nas rivalidades dos Estados em formação, afirmando-se em disputa, uns contra os outros. Explica-se, portanto, um conjunto de normas visando à manutenção da balança comercial favorável, expressas na proteção dos mercados internos e no fomento à produção nacional, e na perspectiva de formação de um espaço econômico auto-suficiente no interior das fronteiras monárquicas. Concretamente, explica-se a tendência à limitação das exportações de produtos primários e ao estímulo às exportações de manufaturados ou, ao contrário, ao estímulo às importações de produtos primários e à limitação das importações de manufaturados. Dessa forma, situa-se a posição das colônias como espaço econômico complementar às economias européias, como fornecedores de gêneros exóticos complementares (e jamais concorrentes) à produção metropolitana, e também como mercado consumidor para seus manufaturados, o que viria contribuir para o projeto de auto-suficiência das monarquias em disputa e, assim, viabilizar a aplicação das perspectivas normativas do mercantilismo.

O mecanismo decisivo da política mercantilista nas relações do comércio colonial - que possibilitava a apropriação, pelas economias metropolitanas, do excedente econômico produzido nos espaços coloniais e com isso o funcionamento e reprodução do sistema - constituiu-se no exclusivo metropolitano, engrenagem essencial da exploração colonial. O monopólio possibilitava aos comerciantes metropolitanos o controle sobre as condições de intercâmbio, traduzido concretamente no controle sobre os preços de compra e venda, nos

dois pólos da relação de troca. Poderiam, no momento da compra, rebaixar os preços dos gêneros coloniais ao nível mínimo necessário para a reprodução do processo produtivo e, ao mesmo tempo, realizar a comercialização destes gêneros no mercado mundial ou dos produtos europeus nos mercados coloniais a preços monopolistas. O exclusivo comportava gradações: do empreendedor único, detentor de condições de monopólio e monopsônio; do conjunto dos negociantes da metrópole, detentores de condições e oligopólio e oligopsônio, como forma típica; ou de parte dos negociantes metropolitanos, à maneira das companhias de comércio. De qualquer forma, o controle sobre as condições de troca constitui elemento fundamental na reprodução do sistema e a história do comércio colonial demonstra que, à parte a multiplicidade das manifestações concretas, o sistema não poderia se reproduzir na base de relações de plena concorrência que determinassem os movimentos de preços e impossibilitassem os ganhos do capital mercantil na esfera da circulação. Com efeito, esses mecanismos explicitam o caráter da exploração colonial, que não se reduz à idéia simples de exploração da colônia pela metrópole, mas revela relações de exploração, situadas na esfera da circulação, em favor de uma burguesia mercantil e em prejuízo de populações coloniais e metropolitanas. Trata-se da expropriação do excedente colonial pela economia metropolitana, mas também da concentração dessas riquezas em mãos de uma burguesia mercantil.¹⁰⁶

Mas as relações de exploração e dominação constitutivas do sistema colonial não se esgotam por aí, e se desdobram de modo específico para o interior das sociedades coloniais. O sentido da colonização, a estrutura do sistema colonial não explicam apenas o caráter mercantil e complementar das economias coloniais, mas também o conteúdo das relações de produção edificadas nesses espaços coloniais, em particular o trabalho compulsório, e como sua manifestação extrema, a escravidão. O quadro completa-se com a consideração do tráfico negreiro, elemento subjacente àquelas relações, mas mais do que isso setor dos

¹⁰⁶ Sobre o comércio colonial português, Fernando Novais constata: “Vê-se que o superávit com as nações estrangeiras, sendo maior que o déficit com as colônias, o resultado era superavitário. Ora, como são sobretudo os produtos coloniais (60% produtos brasileiros) que Portugal exportava, segue-se que eram os mecanismos do sistema colonial que possibilitavam o funcionamento do esquema: o superávit português expressava um efetivo ganho de monopólio, pois fundava-se sobre a diferença dos preços (baixos) desses produtos nas colônias e (altos) nos mercados internacionais. (...) *é em função da exportação dos produtos brasileiros que o comércio internacional português consegue ser superavitário*; noutros termos, *é porque o comércio colonial português é deficitário que seu comércio exterior é superavitário*”. Fernando Novais, *idem*, pág. 293. Sobre os números desagregados do comércio colonial, em toda a sua extensão, veja-se Jobson Arruda. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.

mais lucrativos da exploração comercial. Cumpre discutir por que a aurora do capitalismo e da generalização do trabalho livre na Europa ocidental testemunha, como acontecimento dela contemporânea e indissociável, a introdução e desenvolvimento do trabalho compulsório nos espaços coloniais e a reabilitação da instituição da escravidão. Marx demonstrou como as relações de produção estabelecidas nas sociedades coloniais americanas iluminam o conteúdo implícito nas relações capitalistas. Nas sociedades coloniais, a organização da vida econômica e social choca-se sempre com a possibilidade do estabelecimento de produtores possuidores das condições para a produção de sua subsistência. Vale dizer, são sociedades que historicamente não atravessaram o processo de acumulação primitiva de capital, de expropriação dos trabalhadores proprietários e, portanto, não podem engendrar a relação-capital. Vale dizer, essas sociedades coloniais revelam que a relação-capital, a relação entre capitalistas e trabalhadores livres pressupõe um conjunto de relações sociais produzidas historicamente e que se consubstancia na expropriação prévia dos produtores, na criação de trabalhadores despojados das condições objetivas para a produção de sua própria subsistência, condenados a negociar, no mercado, sua força de trabalho. Relações que aparecem ao olhar do economista político como relações contratuais entre livres e iguais, entre compradores e vendedores, entre possuidores de mercadorias equivalentes na relação de troca. Em última instância, aparecem como relações entre coisas (e nessa concepção, o próprio capital converte-se em instrumento de produção, em coisa). Essas sociedades revelam, enfim, como contraprova, que a produção capitalista reproduz o trabalhador assalariado como trabalhador assalariado e a dependência do trabalhador em relação ao capitalista segundo as necessidades próprias da acumulação¹⁰⁷.

A partir dessas observações de Marx, Eric Williams e posteriormente Fernando Novais puderam discutir o problema do trabalho compulsório nas colônias e suas conexões com o sistema colonial. A questão apresenta-se, pois, em primeiro lugar, na consideração

¹⁰⁷ “Sabe-se: meios de produção e de subsistência, como propriedades do produtor direto, não são capital. Eles tornam-se capital apenas sob condições em que servem ao mesmo tempo como meios de exploração e de dominação do trabalhador. (...) Enquanto o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo – e isso ele pode enquanto permanecer proprietário de seus meios de produção – a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis. A classe dos trabalhadores assalariados, imprescindíveis para tanto, falta. (...) O que nos interessa é o segredo descoberto no Novo Mundo pela Economia Política do Velho Mundo e proclamado bem alto: o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador.” Karl Marx, *op. cit.*, vol. II, págs. 286, 287 e 292.

de que a produção que se instala nas colônias está inexoravelmente vinculada ao mercado mundial e, portanto, deverá ser produção mercantil em larga escala. Isso exclui, de início, o interesse no estabelecimento da produção de pequenos produtores independentes que comercializam excedentes – produzidos sem os ganhos de escala e a organicidade da grande produção – necessários à dinâmica do mercado mundial. O objetivo primeiro da produção deverá ser fornecer ao mercado mundial e valorizar o capital mercantil e somente nessa base propõe-se o problema da forma que assume o trabalho na colônia. O ponto central é que essas sociedades, naturalmente, não haviam ultrapassado historicamente o processo de acumulação primitiva, de expropriação dos trabalhadores, e por isso, as possibilidades de proliferação de uma produção independente para própria subsistência são praticamente ilimitadas – os fatores de produção, sobretudo a terra, são abundantes. O trabalho livre e assalariado seria, portanto, incompatível com o sentido regulador de toda a vida econômica da colônia, pois que, diante daquela abundância de fatores de produção e das amplas possibilidades do desenvolvimento da produção para subsistência, os salários na grande lavoura, para atrair potenciais produtores independentes, haveriam de auferir cifras por demais elevadas, incompatíveis com as necessidades de apropriação do excedente colonial. Neste caso, estava excluída qualquer possibilidade que não fosse o trabalho compulsório e, no limite, a escravidão. No entanto, restaria ainda a pergunta: por que a opção pela escravização do africano? Visto no quadro do sistema do colonial, o problema adquire explicações de caráter socioeconômico que ultrapassam as opiniões tradicionais que recaem sobre a inaptidão ou resistência dos índios ao trabalho na lavoura, e situam o problema da opção pelo africano em conexão com a posição do tráfico negreiro na economia mundial. À diferença da escravização do índio, que representava um negócio interno à economia colonial, o tráfico de escravos figurava como negócio dos mais lucrativos do comércio colonial e, portanto, funcionava como peça das mais importantes na estrutura do sistema colonial, como instrumento poderoso de acumulação primitiva de capital. Assim, como observou Fernando Novais, considerando o sistema colonial como elemento determinante estrutural, será o tráfico negreiro a explicação para a escravização do africano e não o contrário. Com efeito, tal corte metodológico, que toma como ponto de partida o problema do trabalho compulsório em geral, para chegar à escravidão, como sua forma limite, e que em seguida considera a escravidão do negro em conexão com o negócio

do tráfico, pode apreender, precisamente, o problema da produção escravista articulada com a estrutura do sistema colonial.¹⁰⁸

As considerações sobre as dimensões estruturais do antigo sistema colonial, e sobre o sentido profundo da colonização, permitem retornar, com mais rigor, à idéia central de Caio Prado, qual seja, a compreensão do caráter essencialmente mercantil da colonização, que explica a colonização e a formação da sociedade colonial em seus múltiplos aspectos, como negócio mercantil. O conjunto da obra da colonização lusitana nos trópicos explicar-se-á pelo negócio mercantil, e terá gravado, em seu caráter mais profundo e essencial, a impressão de uma estrutural *extroversão econômica e social*.¹⁰⁹ “(...) afora o trabalho constrangido e mal executado do escravo, *não se vai além do estritamente necessário para não perecer à míngua.*” Assim, o *estritamente necessário* para o comércio e exploração estará impresso no próprio caráter da ocupação e povoamento do território, constituído de núcleos de povoamento esparsos e praticamente apartados, cada qual muito mais vinculado, pelo mar, com os portos estrangeiros, como atesta a extrema precariedade das vias de

¹⁰⁸ Parece necessário sublinhar o problema do corte metodológico porquanto a explicação de Caio Prado toma como ponto de partida a questão da introdução do trabalho africano e, justamente por isso, parece não ser suficiente para explicar a necessidade do próprio trabalho compulsório e, no limite, da própria escravidão no quadro do sistema colonial: “Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio para se engajar como simples trabalhador assalariado no campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América”. Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pág. 122. Fernando Novais, posteriormente, oferece essa explicação alternativa e uma crítica, coerente com a perspectiva geral da estrutura sistêmica do processo de colonização: “Assim, argumentava-se, por exemplo, que os europeus haviam ‘recorrido’ ao trabalho africano porque escasseava população na mãe-pátria com que povoar o Novo Mundo. A afirmação refere-se naturalmente a situações como a que se configurava entre o Brasil e Portugal; se invertermos as situações, por exemplo, a metrópole francesa em face das ilhas antilhanas, o argumento não faz sentido, aliás iniciou-se uma colonização de povoamento, que depois deu lugar ao escravismo. Por outro lado, em determinadas áreas prevaleceu o povoamento. Ademais, isso só provaria que os europeus ou que as metrópoles européias não dispunham de contingentes demográficos para povoar a América, e que ‘apelaram’ então para a África... Nada explica, nesse argumento, que o tal ‘apelo’ envolvesse nada menos que a escravização dos negros: o que se tem de explicar, de fato, é o regime escravista de trabalho”. Fernando Novais, *op. cit.*, pág. 98 e 99.

¹⁰⁹ A expressão é de Sérgio Buarque, em diálogo com Caio Prado, estabelecido em *Visão do Paraíso*, cujas implicações ultrapassam os limites desse trabalho. Apenas observamos a presença na obra de Sérgio Buarque da influência decisiva de *Formação do Brasil contemporâneo*. “Tanto quanto as repúblicas italianas, a atividade ultramarina desenvolvida pela monarquia portuguesa tem acentuado cunho mercantil. É certo que não chegariam os lusitanos a libertar-se tão nitidamente como os venezianos, por exemplo, ou sobretudo como os genoveses, do apego à propriedade fundiária, considerada instrumento decisivo de riqueza, em seus estabelecimentos coloniais. Deveria prender-se tal fato à maior distância que separava muitos desses estabelecimentos da metrópole, e também à civilização e técnica rudimentares das populações indígenas nas mesmas partes. Todavia o domínio pleno a que nelas podiam aspirar os portugueses cifrava-se em regra ao *estrito necessário para o exercício livre da atividade comercial ou predatória.*” Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. 4ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1994, pág. 329 (grifos nossos).

comunicação terrestres. São quase sempre litorâneos. O homem se instala contornando a geografia, sem dominá-la ou transformá-la, apenas onde a natureza favorece a ocupação imediata, revelando uma atividade humana que se orienta em vistas, estritamente, à exploração econômica imediata. Será, por isso, uma ocupação sobretudo de grande mobilidade, expressão de uma vida material regida pela oscilação de conjunturas exteriores, pelas oportunidades de lucro imediato oferecidas pelo mercado mundial. E, no entanto, ao longo de três séculos de colonização, terá seus fluxos em direção ao interior, primeiro com predadores de índios, depois com os aventureiros das minas, o *outro Peru*, ou também com a economia pastoril, orientada mais diretamente ao mercado interno, e também com os jesuítas catequistas. Desse modo, desde meados do século XVIII, estará esboçado o desenho do território brasileiro, muito além dos limites de Tordesilhas, mas, por força da própria ocupação, segundo o *uti possidetis*, que viria a se consolidar no Tratado de Madri.

Esses núcleos esparsos, não obstante as forças que naturalmente operam no sentido de torná-los organismos socioeconômicos mais complexos e de particularizá-los como espaços regionais distintos, terão, durante todo o período colonial e por toda a extensão territorial da colônia, a mesma feição econômica básica, conformando uma unidade básica temporal e espacial, característica da organização socioeconômica colonial. Isso encontra explicação na dimensão estrutural subjacente às formas de organização material e à própria dinâmica da produção e distribuição na economia colonial, que se revela pelo sentido da colonização. Edifica-se, pois, uma organização da produção e do trabalho caracterizada por um lado, pela grande unidade produtora, monocultura e escravidão, ao nível da produção, e pela absoluta concentração da riqueza e profunda cisão social que lhe corresponde, ao nível da distribuição. Sublinha-se, com mais rigor, a formulação “grande unidade produtora” ou “grande exploração rural” em lugar da formulação “grande propriedade”, porquanto esta última poderia comportar diversas formas parcelares e autônomas de valorização econômica. Com efeito, a grande exploração e a monocultura conformam, quase sempre, uma unidade no sentido do aproveitamento de todas as energias, de todos os esforços dessa sociedade, reunidos no objetivo da produção de certo gênero tropical lucrativo, solucionando problemas de escala, para melhor proveito do capital mercantil.¹¹⁰ Sua feição

¹¹⁰ Caio Prado discute o problema da grande unidade produtora referindo-se às escalas de produção necessárias para viabilizar o empreendimento de desbravar as terras selvagens e a instalação e reprodução da agricultura mercantil. Interação reciprocamente os fatores relativos à absoluta precariedade do mercado

típica será a da grande empresa do colono branco europeu, edificada sobre a organização coletiva do trabalho de uma massa de escravos, fundamento da profunda cisão social que caracteriza a vida colonial.¹¹¹ No que respeita sua dinâmica, a vida material constitui-se como economia reflexa e complementar à economia européia, dirigida por uma dinâmica que lhe é exterior e orientada essencialmente pelas necessidades do mercado externo. Assim, durante todo o período colonial, persistirá em um movimento quase aleatório e profundamente instável que, como reflexo das oscilações do mercado mundial, vive do aproveitamento imediato de conjunturas favoráveis e passageiras, compondo-se e decompondo-se constantemente, aos solavancos, sem engendrar um acúmulo progressivo de forças produtivas, e sem fixar-se em espaços geográficos definidos.¹¹²

No entanto, seria insuficiente para caracterizar a dinâmica econômica da colônia e seus desdobramentos sobre o conjunto da vida social, reduzir o espaço econômico à grande produção exportadora. Ao lado desta, organizada de modo distinto e orientada em sentido inverso, situa-se a produção de subsistência. Uma produção de caráter secundário no interior da economia colonial, voltada ao abastecimento do mercado, sobretudo em relação ao que não se pudesse importar – alimentos, em geral. Trata-se pois de uma produção para autoconsumo e subsidiária do núcleo econômico colonial, da grande unidade exportadora.

interno, que revela as conseqüências da extrema extroversão econômica, que absorve todas as suas energias para a produção de um único gênero tropical e que, além disso, se organiza em núcleos produtivos relativamente autônomos na produção de sua subsistência. Constituindo-se como um negócio, o movimento de colonização não contaria com gente européia disposta a se instalar nessas terras como pequenos camponeses, produtores de sua própria subsistência e sujeitos a toda sorte de desventuras entre as quais os ataques de indígenas; viriam apenas como empreendedores em negócio lucrativo. Caio Prado, ao lado dessas considerações socioeconômicas, acrescenta o problema da natureza tropical, que viria favorecer e mesmo impor a instalação da grande propriedade, mesmo onde esse não fosse o objetivo primeiro.

¹¹¹ A concentração da renda será elemento estrutural do processo: “(...) é exatamente essa *concentração da renda* necessária na sociedade colonial, que permite seu funcionamento, articulando enfim as várias peças da engrenagem. Atente-se bem: a renda global gera da nas economias periféricas só se realiza em última instância nos mercados da economia central, européia; assim, a sua maior parte se transfere, através dos mecanismos do comércio colonial já analisados antes, para as metrópoles, ou antes, para os grupos burgueses ligados às transações ultramarinas; mas é o fato de a parcela (menor) que permanece na colônia se concentrar na pequena camada senhorial que permite o contínuo funcionamento da exploração colonial. De fato, é essa concentração de renda que faz com que, apesar de os mecanismos do regime de comércio transferirem o maior quinhão para a burguesia européia, os colonos-senhores possam manter a continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa; da mesma forma, e ainda dentro da mecânica do sistema, têm os mesmos colonos recursos para importar os produtos da economia européia.” Fernando Novais, *op. cit.*, pág. 107.

¹¹² Caio Prado traduz esse movimento na expressão “ciclo”. De nossa parte, procuramos evitar essa expressão porquanto a idéia de ciclo poderia sugerir uma dinâmica endógena em que ascensões e declínios explicam-se reciprocamente, o que, como demonstrou o próprio autor, não ocorre na economia colonial, regida por uma dinâmica externa.

Ao mesmo tempo, cumpre a função de retaguarda da economia exportadora quando esta entra em movimentos, não raros, de retração. Como atividade alternativa, permitiu, de fato, que a economia colonial atravessasse longos períodos de crise. Não obstante, a centralidade da atividade exportadora que absorve todas as energias econômicas da vida colonial, cujas razões encontram-se no próprio sentido da colonização, explica o caráter precário e residual daquelas atividades marginais aos limites da produção de exportação. Ocupa as terras de pior qualidade e a gente de mais baixas qualidades econômicas e morais. Trata-se, em todos os aspectos, do resíduo da grande lavoura. Organizam-se no interior ou à margem dos grandes domínios, sendo em geral produção de pequena monta realizada pelo trabalho individual, às vezes com o auxílio de um ou dois ajudantes – na região das minas, assumem proporções maiores. O ponto central consiste em compreender as formas de articulação específicas entre a grande produção e a economia de subsistência. Pois trata-se de uma economia dinamizada pelo mercado externo, destituída de articulações orgânicas ao nível do mercado interno; não existe propriamente um impulso à economia subsidiária ditado pela expansão do setor exportador, mas o contrário. Pois, como dissemos, a produção exportadora absorve todas as energias da vida colonial e nos momentos de expansão tende a incorporar ou deslocar os espaços marginais. Portanto a economia de subsistência reflete inversamente os altos e baixos da exportação, o que explica a tendência crônica à fome e a carestia, precisamente nos momentos de pleno desenvolvimento da atividade exportadora. Por outro lado, a própria conformação social que compõe o quadro da sociedade colonial retroage sobre a esfera econômica, porquanto a escravidão e a precariedade da vida material residual minam as possibilidades de estruturação do mercado interno e, portanto, reorientam a economia para a dinâmica externa.

Configura-se, assim, o essencial da vida econômica na colônia, que termina por recompor necessariamente o ponto de partida, o nexos fundamental de toda a vida colonial: o sentido da colonização. Pois, numa visão de conjunto, o caráter dessa economia explica-se pelas forças fundamentais que atuam na estrutura da vida colonial em sua totalidade e a orientam segundo as estruturas do sistema colonial e o movimento do capital mercantil. Forças que edificam e reproduzem nos espaços coloniais, sobretudo, um negócio lucrativo. O ponto central reside no fato de que, como dissemos, não é a sociedade colonial que edifica uma vida material e social, cuja dinâmica orienta-se no sentido de sua reprodução,

mas o negócio mercantil exterior ao espaço colonial que organiza e dinamiza, segundo seus desígnios, a vida econômica nesta sociedade. Vale dizer, essa economia colonial não se constitui como base material, como infra-estrutura da sociedade colonial, e não compõe, em articulações com elementos de uma superestrutura, uma totalidade orgânica e dinâmica situada nos limites do espaço colonial que pudesse explicar os mecanismos da reprodução e o sentido histórico do desenvolvimento dessa sociedade. Como dissemos, a economia colonial é parte de uma totalidade que articula organicamente a expansão européia e os espaços coloniais, uma peça na estrutura e dinâmica do sistema colonial, na engrenagem da acumulação primitiva e da formação do capitalismo. Enfim, uma peça de uma dinâmica sistêmica. O espaço colonial nos trópicos constitui-se como organismo reflexo e complementar, sem movimento próprio, que não internaliza os mecanismos de sua própria reprodução. A colônia é um negócio, e sua organização socioeconômica não transcenderá o *estrito necessário* para a realização desse negócio. Por isso, uma economia absolutamente instável e precária, incapaz de fixar-se geograficamente e de desenvolver-se por um acúmulo progressivo de riqueza material; uma economia reflexa aos movimentos conjunturais e passageiros do mercado mundial, que se constitui e se desfaz constantemente; uma economia orientada para a produção complementar às economias centrais, alheia às necessidades da sociedade; e, principalmente, uma economia tolhida nas suas possibilidades de acumulação, porquanto é dirigida pelos mecanismos da exploração colonial. Trata-se, por isso, de uma vida material incapaz de assegurar a plena existência material e espiritual do povo, segundo os padrões da civilização ocidental; incapaz de engendrar nexos de sociabilidade estáveis e orgânicos que possam transcender os vínculos humanos primários e elementares. “Como vimos é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apóia, e destinada a mantê-la; o *sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela*; mas um ‘mecanismo’, de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma.”¹¹³

¹¹³ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pág. 128.

Com efeito, os mesmos fatores estruturais determinantes da vida econômica serão constituintes da estrutura da vida social da colônia, revelando a possibilidade de estabelecer as conexões de sentido entre vida material e vida social, como manifestações concretas que se explicam e explicitam, ao fim e ao cabo, o sentido da colonização. Assim, a grande lavoura viria a se constituir como unidade fundamental da vida colonial, transcendendo a condição de simples unidade de produção e absorvendo, em torno de seus domínios, quase toda a trama de relações sociais e políticas da colônia, para enfim converter-se, mais propriamente, em clã patriarcal. Se a grande unidade de produção exportadora representa o único elemento dinâmico da vida econômica, o grande domínio representará o espaço em que se estabelecem relações sociais orgânicas, assentadas em certas forças de aglutinação que o conformam, muito embora na base de laços muito precários, como unidade relativamente integrada da vida social. À margem deles, perambula uma gente, por assim dizer, desclassificada. O mesmo caráter inorgânico e caótico da vida econômica naquela faixa da produção para subsistência verifica-se na vida social dos homens livres e pobres. E esta feição do segundo pólo será também explicada pelo grande domínio, pelo seu caráter asfixiante e absorvente de toda a energia da vida colonial. Uma classe de gente que, no plano econômico, não participa de qualquer processo de divisão do trabalho social fundado em relações de solidariedade orgânica, e que, no plano da vida social, vive na dispersão e desagregação, como indivíduos isolados que não estão submetidos a padrões de conduta pré-estabelecidos em nível superior, que não comungam de um mesmo conjunto de normas ou valores, conformadores de uma sociabilidade relativamente estável e coesa. Uma gente que vive a esmo, ao acaso. O poder monárquico, que mal penetra nos domínios dos senhores, ou o poder eclesiástico, enfraquecido, como se depreende das descrições de um catolicismo reconhecidamente brando e híbrido, ofereceram pouca contribuição como poderes sociais superiores e integradores.¹¹⁴ A feição da vida social será expressão daquele caráter absorvente e asfixiante do grande domínio, do negócio exportador, que marginaliza e deixa à própria sorte tudo o que lhe for exterior, todos aqueles que não forem senhores ou escravos.

¹¹⁴ A própria mudança de nome da colônia de *Santa Cruz* para *Brasil* revela que o vetor mercantil prevalece sobre o vetor salvífico da expansão européia, constituindo o fundamento essencial do sentido da colonização.

Nos grandes domínios constituem-se aquelas relações em alguma medida orgânicas e que, no entanto, edificadas sobre o nexos fundamental da escravidão em sua forma moderna, revelam seu caráter essencialmente primário e violento. A escravidão dos tempos modernos não adquire sentido em correspondência com arcabouço material e moral da sociedade em que se instala, apresentando-se como corpo estranho no quadro da civilização ocidental moderna, em constante conflito com a dimensão da superestrutura, da cultura e dos valores daquela sociedade que, no entanto, necessita reproduzi-la. Portanto, essa instituição não é portadora de qualquer traço de naturalidade e conformidade que caracterizam a escravidão antiga grega ou romana, assumindo o conteúdo de uma exploração econômica e sexual, nua e crua, despojada de qualquer dimensão superestrutural que pudesse conter e legitimar seus antagonismos. Mas esse conteúdo da escravidão moderna, profundamente violento e desagregador, torna-se mais acentuado, porquanto se consubstancia numa cisão étnica. Constitui-se, pois, a partir transplante de povos, ao fim e ao cabo, desenraizados, em níveis inferiores de desenvolvimento material e portadores de matrizes culturais próprias face aos dominadores, o que praticamente sufocou qualquer possibilidade de assimilação plena dos povos escravizados pelas sociedades escravistas. Resultam relações ultraviolentas e mesmo sádicas, fundadas em nexos elementares e primários, vale dizer, em nexos que não se desprendem de sua materialidade. Nas duas dimensões da vida social em que se manifesta, no plano econômico e sexual, a escravidão trará a marca indelével desse caráter. O trabalho não viria ultrapassar a condição de mero esforço físico sob coerção, despojado de qualquer conteúdo ético ou moral e de qualquer perspectiva de realização humana mais elevada. As relações sexuais do senhor branco com a escrava negra não transcenderiam o contato físico meramente instintivo e animal, destituído de qualquer conteúdo afetivo, de qualquer fundo emotivo mais elevado, incapaz de realizar *le miracle de l'amour humain*. A família patriarcal viria, no entanto, amenizar toda a crueza e brutalidade desses nexos primários, constituindo-se em espaço de aproximação mais terna e afetuosa entre brancos e escravos domésticos (mas não do eito). Será o espaço em que o negro poderá transcender a condição de mera besta de carga, a que a escravidão o reduzia, para oferecer a sua contribuição cultural à sociedade em formação. Mas justamente por tornar a dominação mais amena, torna-a mais consentida e, justamente

por isso, vem reforçar, por outro lado, aqueles nexos primários de sociabilidade que caracterizam o grande domínio senhorial.¹¹⁵

Em sua feição geral, que compreende um pólo de relações orgânicas caracterizado por vínculos sociais primários e elementares e outro caracterizado pela quase inexistência de vínculos, pela quase ausência elementos estruturantes e pela mais completa inércia, dispersão e desagregação social; a sociedade colonial apresenta-se, na expressão do próprio autor, como um organismo social destituído de nexos moral; destituído de superestrutura.¹¹⁶ Considerados mais detidamente, os fundamentos da organização e reprodução do conjunto da vida social, em seus elementos primários, quais sejam, os fatores econômicos e sexuais, a sociedade colonial apresentará sempre a mesma feição caótica. O fundamento econômico estará impregnado pelo trabalho escravo, irmão siamês da ociosidade do homem livre. Na sociedade colonial, desse modo, toda a atividade econômica será produto da violência, da coerção – são, afinal, conhecidas as opiniões acerca do significado pouco dignificante e humanizador do trabalho para o homem branco livre ou das dificuldades de assimilação do indígena desenraizado. Com efeito, esse aspecto da vida social encontra-se profundamente vinculado com aquele sistema econômico amesquinizador das energias econômico-sociais. O clima da vida colonial será portanto de uma profunda inércia, apatia e estagnação, sobre um ambiente econômico absolutamente precário. No outro pólo, na dimensão das relações

¹¹⁵ Gilberto Freyre oferece uma visão, por assim dizer, clássica e, de alguma forma, mítica dessas relações de confraternização entre senhores e escravos. Sua construção sociológica, demonstrou Elide Bastos, desenvolve-se por dois fios condutores: o primeiro uma concepção da natureza do conflito na sociedade colonial e em geral na sociedade brasileira, como o equilíbrio e interpenetração de elementos antagônicos, que em unidade conformam uma espécie de contradição sem síntese; o segundo, pela centralidade atribuída ao complexo casa-grande & senzala e que no entanto privilegiava o olhar sobre o espaço da casa-grande, em prejuízo dos escravos do eito. Nesse sentido, pode compreender o caráter violento, sádico, e ao mesmo tempo confraternizador das relações entre senhores e escravos, como elemento constitutivo da formação da nacionalidade, expressa na miscigenação, contribuindo, no limite, para a construção do mito da democracia racial no Brasil. “Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de ‘superiores’ com ‘inferiores’ e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil”. Gilberto Freyre, *op. cit.*, pág. 46.

¹¹⁶ “Tomo aquela expressão ‘nexo moral’, no seu sentido amplo de conjunto de forças de aglutinação, complexo de relações humanas que mantêm ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto.” Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pág. 345.

sexuais, impera a promiscuidade e a precariedade dos laços familiares. Serão a regra, as uniões irregulares, instáveis, atadas por laços frágeis, sem maiores freios morais. Com efeito, as condições de imigração em bases não-familiares, de aventureiros e negociantes, que não procuram essas terras para reproduzirem nos trópicos os modos estáveis da vida européia, explicam a quase ausência de mulheres brancas; a própria instabilidade e incerteza próprias da vida material dos homens livres e pobres impede a constituição de laços familiares sólidos: muitos homens são jogados no crime e na ociosidade; e muitas mulheres, na prostituição. Naturalmente, a escravidão imprime sua marca na constituição da vida familiar, apartando brancos e negros, e dificultando ou mesmo impedindo a união estável entre escravos. Praticamente, o único núcleo da sociedade que pôde desenvolver alguma relação familiar relativamente estável foi a família patriarcal. Mas mesmo ali, sabe-se, imperou a mais absoluta promiscuidade, de tal modo que não pode converter-se em força capaz de estabelecer freios morais ao completo desregramento da vida sexual da colônia.

“Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. (...) Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira estabilidade e equilíbrio. Mal-estar econômico e social de raízes profundas (...) que em última análise derivará de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira.”¹¹⁷

Caio Prado oferece assim uma visão de conjunto da sociedade colonial, em que se entrelaçam a vida material e vida social, numa trama de relações econômicas, políticas e sociais, explicadas em suas estruturas pelo sentido da colonização. Essa visão poderia ser sintetizada negativamente, ou mais propriamente, por oposição à idéia de *integração social*. Durkheim demonstrou que as sociedades edificam normas de conduta que possibilitam a constituição de laços de solidariedade social cuja funcionalidade consiste na congregação dos indivíduos, em suas relações de confraternização e conflito, conformando-se como organismo relativamente coeso e integrado com possibilidades de permanência, em nível mais complexo que o mero aglomerado caótico de indivíduos. Denotam a interdependência

¹¹⁷ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pág. 356.

dos indivíduos e sua dependência em relação à sociedade em sua totalidade. Estabelecem pois aquele conjunto de normas de conduta como força de coesão social; como domínios superiores coercitivos e moderadores dos motivos individuais e egoístas. Em particular, duas ordens de normas, muito mais sobrepostas e simultâneas que excludentes (com maior ou menor preponderância de uma ou outra), congregam os indivíduos em relações de solidariedade social, em sua similitude ou especialização. Em sua similitude, os indivíduos participam da vida em sociedade como partes dependentes da totalidade social. Nessa relação de dependência, são integrados por uma norma de conduta que se consubstancia em força moral compartilhada por todos e que, em cada indivíduo, realiza os traços essenciais do tipo coletivo – trata-se, na expressão do autor, da solidariedade mecânica. O plano da especialização exerce, ainda que em sentido inverso, exatamente o mesmo papel de força integradora, porquanto congrega os indivíduos como partes interdependentes, distintas e complementares entre si e, portanto, em função de suas particularidades. Consubstancia-se na esfera da divisão do trabalho social, como força que integra os indivíduos por seus trabalhos particulares e complementares, numa cadeia de solidariedade orgânica. Esses dois planos de solidariedade social sobrepostos, o nexu moral e o nexu fundado na divisão do trabalho social revelam-se, pois, como forças superiores, como poderes do grupo, que moderam os motivos egoístas, as inclinações particularistas, em favor da integração dos indivíduos num organismo social coeso, aglutinador de suas relações de confraternização e conflito.¹¹⁸

Esses nexos sociais superiores conformadores das estruturas de solidariedade social quase inexitem na colônia. A ausência de nexu moral e de articulações orgânicas ao nível da divisão do trabalho social atesta a impossibilidade do estabelecimento de vínculos de solidariedade, mecânica ou orgânica, como elementos da integração social, nos termos propostos por Durkheim. Ou, nos termos de Marx, Caio Prado refere-se, no plano da vida material, a um conjunto de relações econômicas que não constituem infra-estrutura e base da reprodução material da sociedade sobre a qual se assenta; e no plano da vida social, à ausência de superestrutura. Os mínimos elementos orgânicos ou as mínimas forças de

¹¹⁸ Émile Durkheim. *A divisão do trabalho social*, 2 vols., trad. Maria Mansinho *et alli*. Lisboa, Editorial Presença, 1977 e *O suicídio*; Harry Alpert: “Émile Durkheim and the theory of social integration” e Marvin Olsen: “Durkheim’s two concepts of anomie”; in Peter Hamilton (org.), *Émile Durkheim: critical assessments*, vol. II. London / New York, Routledge, 1990.

aglutinação e coesão social que se edificaram no interior do espaço colonial não foram orientados no sentido da reprodução e integração dessa sociedade, mas respondem, quase como efeito colateral, aos condicionantes estruturais que conferem sentido à colonização. Não ultrapassam, em geral, esse limite. Populações indígenas desenraizadas e contingentes enormes de africanos transplantados seriam expropriados de suas próprias estruturas de solidariedade, arrancados de seu ambiente social, despojados de sua cultura, de seus valores e tradições, para serem inseridos nessa nova trama de relações caracterizada justamente pela inexistência de estruturas superiores daquela natureza: aqueles *moinhos de gastar gente*. Em pólo oposto, o branco europeu, negociante e aventureiro, atravessaria o oceano sem o intento de reproduzir nas paisagens dos trópicos a vida européia. Com exceção dos padres católicos, aqueles europeus não carregariam consigo, além das doenças, os fundamentos integradores de sua civilização. Viriam edificar nessas novas terras uma vida material descompassada em relação às necessidades da reprodução material da sociedade em que se constitui, mas vinculada organicamente aos negócios mercantis. Caio Prado oferece, enfim, a visão, por oposição à idéia de integração social nos termos propostos por Durkheim, de uma sociedade mergulhada em profunda anomia.

Em conclusão, trata-se de uma sociedade que não edifica uma vida material e uma vida social como estruturas permanentes que criem e recriem as condições de sua própria reprodução e que regulem nexos de solidariedade; uma sociedade absolutamente instável e desagregada, empobrecida em seu conteúdo civilizatório. Nas sendas desse jogo de oposições, que poderia estender-se indefinidamente, chegamos a bom porto na formulação sintética proposta por Antonio Candido: “No pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. ‘Civilização e barbárie’ formam o arcabouço do *Facundo* e, decênios mais tarde, também de *Os Sertões*. Os pensadores descrevem as duas ordens para depois mostrar o conflito decorrente; e nós vemos os indivíduos se disporem segundo o papel que nele desempenham”.¹¹⁹ Assim, poderíamos sugerir que o mesmo antagonismo civilização *versus* barbárie consubstancia-se, na reflexão de Caio Prado, na

¹¹⁹ Antônio Cândido: “O significado de *Raízes do Brasil*”, in Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª. edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pág. 12.

contradição nação *versus* colônia e, dessa forma, o sentido da formação de uma sociedade nacional viria a se constituir como percurso civilizatório, como consolidação de fundamentos sociais integradores.¹²⁰

Mas, no entanto, como dissemos, a sociedade colonial, no curso dos três séculos de colonização, vivenciaria um longo processo de diferenciação, uma lenta sedimentação, que viria torná-la um organismo social mais complexo – aquele *ser e não ser* que se afirma e se nega, que se constitui num movimento contraditório. Em primeiro lugar, devido ao próprio crescimento extensivo, e diga-se, ao intenso influxo de gente, seja imigrantes europeus ou negros transplantados. Mas também, devido a transformações qualitativas que viriam a criar as próprias bases de uma nacionalidade nova, um povo novo. À diferença da velha feitoria, que se assenta numa vida social preexistente; à diferença das colônias de povoamento, que implicam na reprodução das paisagens e das gentes européias; a colonização portuguesa nas terras americanas haveria de conformar uma nova organização socioeconômica, que em longo processo de diferenciação fundaria uma nacionalidade. Caio Prado demonstrou as condições de gestação dessa nacionalidade, dessa gente nova, em conexão com a estrutura que confere sentido à colonização. Pois o imigrante europeu, aventureiro e negociante, não busca a colônia na intenção de reproduzir suas formas européias de vida; não traz consigo os elementos integradores de sua civilização, constitui-se num elemento sem família (sabe-se da escassez de mulheres brancas na colônia). Nessa sociedade empobrecida em seus nexos morais, em seus vínculos familiares, abre-se a possibilidade dos intercursos mais irregulares e instáveis, conformando aquele ambiente promíscuo, de onde surgiria a figura do mestiço – gente sem identificação imediata, como demonstrou Darcy Ribeiro. Pois aqueles brasilíndios ou mamelucos do planalto paulista, perseguidores de índios e metais, desbravadores do continente, seriam produto de duas rejeições: dos pais europeus, que os viam como gente da terra, inferior, força de trabalho e contingente para as bandeiras; e das mães índias, que em suas tradições ancestrais consideravam-nos filhos exclusivamente dos pais. Os afro-brasileiros, filhos da gente transplantada, sob a aparência da unidade étnica, viviam em completa diversidade

¹²⁰ Sobre os problemas do processo de formação nacional e seu conteúdo civilizatório no conjunto da obra de Caio Prado, veja-se Plínio de Arruda Sampaio Júnior. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999; Plínio de Arruda Sampaio Júnior: “Os impasses da formação nacional”, in José Luís Fiori (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, Vozes, 1999.

ligüístico-cultural e sem possibilidade de identificação imediata: seriam deculturados e incorporados passivamente ao novo ambiente. Sobre a base das formas de organização socioeconômica instaladas, e dessa gente nova, formariam as comunidades neobrasileiras, que tenderiam a depurar suas primitivas influências indígenas e adquirir feições próprias. Essa gente nova, em longo processo de diferenciação, iria reconhecer-se como gente nova e adquirir consciência de sua própria nacionalidade. Mas o faz a partir de suas rejeições básicas, em primeiro lugar pela identificação negativa: são não-europeus, não-índios e não-africanos; pois trata-se, antes de ser *alguém*, de desafiar a *ninguendade*, na expressão de Darcy Ribeiro. A consciência como expressão positiva virá mais tarde.¹²¹ Como atentou Fernando Novais, em contraste com os *criollos* da colonização espanhola, os nascidos na colônia portuguesa se reconheciam como sendo não-reinóis, portanto, negativamente.¹²²

O primeiro problema é que a própria dinâmica da colonização fazia desenvolver a colônia, e o fazia, a seu modo, sobre aquelas mesmas bases precárias e limites estruturais que, ao fim e ao cabo, correspondiam ao próprio sentido da colonização. Os movimentos de crescimento demográfico, a expansão do povoamento e da produção, uma certa ampliação e sofisticação das relações sociais, a introdução de novas tarefas e novas funções, o próprio aumento das camadas intermediárias; tudo isso atua no sentido de tornar a sociedade um organismo mais complexo e mais diferenciado. Em nível mais profundo, a lenta formação e sedimentação de um povo novo, de uma nova nacionalidade, que aos poucos começa a adquirir a consciência da diferença: entre colo nos e reinóis, e enfim entre os brasileiros e os portugueses. “A colônia é vista como prolongamento, alargamento da metrópole (a mãe-pátria), mas é, ao mesmo tempo, a sua negação”¹²³, sintetizou Fernando Novais. No entanto, persistiria ainda o caráter da vida colonial, precária e instável, marcada pela desagregação social; caráter que é revelador do fundamento estrutural daquela sociedade: sua profunda extroversão. Vale dizer, o desenvolvimento e a diferenciação da sociedade

¹²¹ “Numa primeira instância, essa função é o reconhecimento de peculiaridades próprias que tanto diferencia e opõe aos que a não possuem, como o assemelha e associa aos que portam igual peculiaridade. (...) O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios), curibocas (negros com índios).” Darcy Ribeiro. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª. edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pág. 133.

¹²² Fernando Novais. “Condições da privacidade na colônia”, in Fernando Novais (coord.), Laura de Mello e Souza, (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. I. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

¹²³ Fernando Novais, *idem*, pág. 20.

colonial se assentam nas bases da própria condição colonial, o que lhe impõe limites estruturais. Trata-se de uma tensão que se fará sempre mais profunda, em que se ancora aquele sentimento de mal-estar crônico a que se referiu Caio Prado, e que, ao fim e ao cabo, fará mergulhar a colônia numa trama inextrincável de conflitos. São conflitos entre proprietários devedores e comerciantes reinóis, senhores e escravos, colonos e monarquia metropolitana, mesmo conflitos étnicos, etc., que apontam em direções diversas e indefinidas, entrelaçando-se, sobrepondo-se, compondo um complexo próprio dos momentos de crise, que numa primeira apreciação pode apresentar-se incompreensível ao olhar do historiador que busca o sentido geral do movimento e que conhece os desenlaces, que escapam aos coevos. São expressões, não obstante toda a gama de significados particulares, daquela mesma tensão que revela os limites estruturais da sociedade colonial, no plano econômico e social, que culminariam na consolidação da oposição entre interesses coloniais e metropolitanos e, enfim, no processo de emancipação.

Essas contradições no plano da vida colonial explicitam a dimensão estrutural da crise geral do antigo sistema colonial e das transformações que conduziriam à superação da época de transição e à plena constituição do modo de produção capitalista, como demonstrou Fernando Novais.¹²⁴ Retornamos assim ao ponto de partida da reflexão e à postura metodológica expressa de início. Pois as contradições constitutivas do processo de emancipação podem apenas ser compreendidas no quadro mais abrangente da crise do Antigo Regime.¹²⁵ O caráter belicista das relações entre as monarquias absolutistas da Época Moderna e que constitui o conturbado percurso da consolidação dos Estados nacionais engendrava um conjunto de tensões que culminaria na tendência ao estabelecimento de uma hegemonia. Ao mesmo tempo, na base desses conflitos afirmavam-se, nos domínios dos Estados nacionais em formação, as necessidades de fomento econômico e fortalecimento das camadas burguesas, o que se consubstanciava na acumulação primitiva e culminaria na Revolução Industrial. Os intrincados e infintos debates acerca dos processos que conduzem à consolidação do modo de produção capitalista ultrapassam os limites dessa dissertação, cumprindo apenas delinear seus

¹²⁴ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995; “As dimensões da Independência”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *1822: Dimensões*, 2ª. edição. São Paulo, Perspectiva, 1986; Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota. *A Independência política do Brasil*. 2ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1996.

¹²⁵ Fixa mo-nos aqui, como em capítulo anterior, nas dimensões econômicas e políticas.

contornos mais gerais no plano político e econômico: desde meados do século XVIII pode afirmar-se, como desenlace dos conflitos crônicos da época do Absolutismo, a hegemonia da Inglaterra; e, na passagem ao século XIX, a grande indústria. Em seus contornos mais gerais, isso significou, no plano econômico, a superação dos limites estruturais da antiga manufatura e o domínio do capital sobre a produção. Vale dizer, a máquina elimina o conteúdo subjetivo do trabalho e permite o predomínio da mais-valia relativa, instalando uma dinâmica econômica relativamente autônoma, na base de um processo auto-referido de valorização e acumulação de capital. A partir desse momento o movimento do capital tem em si seu próprio limite e pode penetrar por todos os poros da sociedade e revolucionar a antiga ordem. Desde então, o eixo dinâmico da valorização do capital situa-se na esfera da produção, enquanto a circulação transforma-se em momento subordinado. O significado dessas transformações aponta para a autonomização da esfera econômica, isto é, a dinâmica da economia passa a prescindir dos mecanismos extra-econômicos de coerção, o que faz desmoronar as velhas formas de articulação entre o Estado e a economia. A desarticulação dos nexos entre o Estado e a economia, entre a monarquia e o capital mercantil, desestabilizariam o velho equilíbrio que caracteriza a época de transição, fazendo desabar o poder absoluto junto com as ordens estamentais. Em resumo, sendo a crise de um sistema, deve gestar-se no interior do próprio sistema, como produto de seu próprio desenvolvimento.

Com efeito, no curso dessas transformações, o antigo sistema colonial, como subsistema integrado às estruturas da época de transição, seria atingido em seu âmago. Outrora, o espaço privilegiado de ampliação da economia mercantil revelaria agora seus limites estruturais: seu caráter exclusivista e escravista. O surgimento da grande indústria haveria de derrubá-lo e promover a completa generalização das relações mercantis, e sobretudo do trabalho assalariado. O momento da ascensão da Inglaterra como potência hegemônica, em meados do século XVIII, denota um recrudescimento de sua política expansionista, que se reflete nas tentativas cada vez mais intensas de penetração no espaço colonial ibérico, como discutimos em capítulo anterior, e nas intenções de enquadramento de suas colônias de povoamento na esfera da exploração mercantil – as reações coloniais contra a Inglaterra, que viriam a culminar na independência dos Estados Unidos, são marco inicial da crise do antigo sistema colonial. Mas mais do que isso, os avanços do

industrialismo inglês chocam-se internamente contra os interesses mercantis nacionais e externamente contra os limites estruturais do próprio sistema colonial, o que viria a reproduzir em escala amplificada, na segunda metade do século XVIII, as tensões internacionais. Quanto aos países ibéricos, quando os desdobramentos do sistema aproximam-se de seu ponto crítico, sobretudo a partir da independência americana, a política de neutralidade entra em xeque. Esboçariam então sua reação nas tentativas de recuperação do atraso econômico, superação da condição de meros entrepostos, em políticas, como as pombalinas, de defesas dos interesses nacionais e no recrudescimento do controle sobre a exploração colonial, na intenção de possibilitar a assimilação dos seus impulsos dinâmicos. Como vimos, cada vez mais as colônias tornam-se vitais para a sobrevivência das metrópoles ibéricas. Assim, com relação às colônias intensificariam as políticas de defesa do patrimônio e do exclusivo metropolitano, precisamente no momento de aumento das pressões em sentido contrário, sobretudo inglesas, que agora ultrapassam o plano das disputas intestinas do sistema colonial, para tornarem-se pressões contra o próprio sistema. No espaço colonial, o recrudescimento dos mecanismos do sistema intensificaria as tensões internas em curso, sobretudo agora, estimuladas pela independência das colônias do norte. O contexto de crise assinala pois o acirramento das contradições do sistema em todos os seus níveis.

Nesse contexto opera-se o processo de emancipação, com a vinda da família real e, em decorrência, a ruptura, em primeiro momento provisória e posteriormente definitiva, do exclusivo metropolitano – um movimento *sui generis*, caracterizado não pela separação da colônia, mas pela internalização no espaço colonial da monarquia metropolitana. Esse momento assinala transformações profundas na vida brasileira. Conduz a sociedade a níveis relativamente mais elevados de existência, amplia as perspectivas da vida material, rompendo os limites ao intercâmbio econômico e permitindo a internalização do excedente. Representa pois, passo decisivo naquele percurso civilizatório acima referido. Revela-se, entretanto, na figura da metrópole que se internaliza no espaço colonial, um paradoxo: a afirmação da independência em relação à metrópole faz-se em parte reafirmando a origem colonial: na manutenção do território, da monarquia e da estrutura socioeconômica – revela-se aquele traço essencial de ruptura e continuidade. Mais ainda, imprime um caráter particular à revolução constitucional em Portugal e à formação do Estado nacional no

Brasil. Pois lá os interesses que se levantam contra a monarquia o fazem também em nome da recomposição da velha política colonial; e aqui a formação do Estado nacional faz-se sobre as antigas estruturas e instituições, em particular a escravidão, fazendo do discurso liberal uma idéia ambígua, fora do lugar. Mas essas duas dimensões se interpenetram, pois que a revolução em Portugal terá ecos na colônia e animará os movimentos pela restauração que permaneceriam ativos pelo menos até o fim do Primeiro Reinado. Contra estes articulam-se os senhores proprietários, pela manutenção da nova condição instalada em 1808: em favor das liberdades de comércio e pela preservação da estrutura socioeconômica, sobretudo da escravidão. Os de baixo integram movimentos, no mais das vezes, descontínuos e desconexos, expressões da própria desagregação e dispersão da sociedade que emerge desses séculos de colonização. Far-se-ão ruidosos sobretudo nas revoltas da Regência, derrotados os restauradores, e serão radicalmente esmagados; nesse momento, os antigos liberais poderão converter-se em defensores da ordem.¹²⁶

¹²⁶ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1971.

Capítulo IV

Escravidão, feudalismo e formas híbridas na colônia

Considerando as múltiplas possibilidades de interpretação da colônia derivadas da complexidade da sociedade colonial, ou seja, de referida dupla determinação, externa e interna, da vida colonial, pode-se compreender a afirmação, no pensamento brasileiro, da tendência a delimitar como marco estrutural explicativo a estrutura interna ao espaço da colônia, em particular da grande lavoura. As relações de arbítrio que caracterizam a dominação dos senhores proprietários sobre uma massa de escravos e daquela gente que vegetava na órbita do latifúndio. Nesse universo, afirma-se o predomínio do latifúndio sobre a vida colonial, que asfixia qualquer forma de existência estabelecida fora de seus domínios. Define-se a desagregação e desestruturação do espaço colonial, a ausência de poder estatal, sobre o que se edificam as relações de dependência em relação ao poder privado e absoluto dos senhores. Assim, um conjunto de interpetações da colônia, que derivam de variadas matrizes historiográficas, teóricas e ideológicas, verão no latifúndio o único organismo capaz de estruturar, com mais ou menos organicidade, as bases sociais e econômicas da vida colonial.¹²⁷

A própria idéia de *feudalismo*, que, de resto, expressa conceitos essencialmente distintos, aparece numa vasta gama de obras sobre a colônia. Seja para definir os termos de uma fragmentação do poder, que revela o poder particularista dos senhores, seja para definir uma economia fechada, na base de organismos relativamente autônomos em meio à precariedade do mercado interno, seja para definir uma categoria de modo de produção referida a relações sociais de produção, a imagem de um latifúndio feudal ou semifeudal aparece, de formas mais ou menos explícitas. Duas referências basilares da reflexão brasileira de orientação conservadora, e mesmo autoritária, situam os nexos fundamentais da vida colonial nos marcos do latifúndio, compreendido como universo fechado sobre si mesmo. Oliveira Vianna havia demonstrado o caráter disperso e centrífugo da sociedade colonial, sobretudo no que respeita à ausência de um poder político centralizador, atribuindo ao grande domínio rural compreendido em seus múltiplos aspectos, e sobretudo

¹²⁷ José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

no aspecto político (que ele denomina *complexo do feudo*), papel de única força de aglutinação política e único espaço de solidariedade social orgânica: “(...) o clã rural – o clã fazendeiro, a porção mais importante talvez do nosso ‘complexo feudo’ – *é a única forma de solidariedade do povo-massa dos campos que a nossa nobreza territorial conseguiu organizar*. Não foi esta, porém, a única forma de solidariedade social que o grande domínio organizou. O *clã feudal* é a organização da solidariedade do povo-massa – *da plebe dos campos*; mas, para a elite rural, o grande domínio organizou uma outra espécie de solidariedade social: o *clã parental*. *O clã parental é uma organização aristocrática*. É uma espécie de Ordem da Cavalaria das grandes famílias dominicais. Foi enorme a sua influência no Período Colonial e, ainda maior, no Período Imperial e na República”.¹²⁸ Gilberto Freyre demonstrou também a centralidade do grande domínio e em particular da família patriarcal, em perspectiva sociológica.¹²⁹

O mesmo sentido revela-se nas referências feitas por Werneck Sodré ao universo da literatura brasileira, objeto de seus primeiros estudos.¹³⁰ Portanto, parece ser necessária uma releitura da interpretação de Werneck Sodré, na intenção de qualificar um conjunto de críticas, há muito sedimentadas. Pois quando se observa esse diálogo entre diversas tendências de interpretação da colônia, edificadas sobre diferentes matrizes, pode-se reconsiderar a crítica às tendências de aplicação mecânica de modelos pré-estabelecidos em nível abstrato. Se essas contribuições não são simples reproduções automáticas, correias de

¹²⁸ Oliveira Vianna. *Instituições políticas brasileiras*, 2 vols., Niterói, EDUFF, 1987, vol. I, págs. 181 e 182.

¹²⁹ “A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater familias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (‘tigre’, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. (...) A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta em princípio manifestou para ser dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos. A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. ‘Feias e fortes.’” Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 41ª. edição. São Paulo, Record, 2000, pág. 49 e 50.

¹³⁰ “Mesmo em manifestações artísticas – peças de teatro, romances, contos, crônicas – as relações feudais apareceram, de velhos tempos. Elementos comuns à temática medieval, conseqüentemente, aparecem na ficção brasileira: a mulher que se disfarça em homem para combater ou exercer vingança, os amores contrariados pela rivalidade familiar, as gestas de bandos armados varrendo os sertões. No fundo do amplíssimo painel das guerrilhas narradas em *Grande Sertão: Veredas* está o latifúndio feudal, em seu esplendor.” Nelson Werneck Sodré: “Modos de produção no Brasil”, in José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, pág. 147.

transmissão de idéias estranhas à realidade concreta, e se esses historiadores marxistas não são simples agentes passivos de uma dominação ideológica, a questão seria reorientada no sentido de indagar a base sobre a qual constitui-se aqueles diálogos. Por exemplo, indagar a respeito do possível diálogo entre teses de orientação marxista e cepalina, quanto ao confronto entre o novo e o arcaico na sociedade brasileira. Assim, sem a pretensão de tomar o debate em seu conjunto, sugerimos apenas um caminho para uma releitura crítica, mais atenta às tendências ao dualismo do que ao esquematismo. Com efeito, em resposta aos críticos, Werneck Sodré procurava sustentar a base essencialmente empírica de suas formulações. Isso remete a uma leitura crítica que considere a rela o entre a apreensão da realidade e a formula o conceitual, o que remete ao modo como essa interpreta o propõe incorporar as categorias marxistas, no contexto do marxismo da época.¹³¹

Uma aprecia o das formas de reprodu o da vida na colônia não poderia concluir pela presença de algum modo de produ o conformado e desenvolvido em épocas ou espaços remotos, em diversos contextos históricos, sem a abstra o do conteúdo concreto que constitui a sociedade colonial, em quase tudo diversas de outras tantas formas socioeconômicas. Com efeito, delimitar no interior daquela sociedade edificada pela coloniza o portuguesa no continente americano, na época dos descobrimentos, um modo de produ o escravista ou feudal significa situar, no âmbito de uma mesma defini o, forma es sociais diversas, em termos de seu sentido histórico concreto. Vale dizer, em algum nível de realidade, esses trópicos identificam-se com sociedades desenvolvidas no mundo antigo ou na cristandade medieval. Por certo, seria em certa medida anacr nico um juízo dessas formula es, sem levar em conta serem tais concep es correntes no marxismo daqueles tempos. Pois o próprio debate sobre a transi o entre Maurice Dobb e Paul

¹³¹ “Assim, não apenas os modos de produ o se apresentam, aqui, como formas particulares, que os distinguem do modelo conceitual, como não poderia deixar de ser, mas também do modelo empírico do Ocidente europeu; também são diferentes as formas de passagem de um a outro modo de produ o, de uma a outra forma o social. (...) Claro está que não se nega, de plano, a possibilidade de passagem de um modo a outro de produ o sem intermedia o da seq ncia clássica. (...) Mas o fato   que, no Brasil, no nosso modo de ver, tanto houve escravismo e passagem ao feudalismo, quanto feudalismo e passagem ao capitalismo. Esta seq ncia, por assim dizer normal, porque acompanha o modelo conceitual e o esquema stalinista, decorre da análise do particular brasileiro e não da simples ado o de uma fórmula como se fora universal e obrigatória.” Nelson Werneck Sodré. *Capitalismo e revolu o burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, págs. 24 e 25. Os trabalhos de Paulo Cunha oferecem a possibilidade de identificar concretamente, na biografia do autor, os momentos da observa o empírica, sobretudo em suas viagens pelo Brasil. Paulo Ribeiro da Cunha. *Um olhar   esquerda: a utopia leninista na constru o do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo, FAPESP, 2002.

Sweezy revela, em algumas passagens, idéias sobre *feudalismos*, além das fronteiras da Europa cristã; ou então, toda a querela sobre o modo de produção asiático, que não será objeto desta dissertação.¹³² Importa observar que a categoria modo de produção, limitada pela abstração de seu conteúdo particular e específico, não poderia compreender o quadro de uma totalidade histórica concreta. Vale dizer, o problema das definições de um modo de produção no interior da sociedade colonial, nesse caso, não poderia pressupor aquela relativa cisão entre o espaço metropolitano e colonial. E portanto, pode-se preservar, em alguma medida, as articulações que definem a colônia como peça integrada na dinâmica européia, na Época Moderna.

Nesse sentido, a dimensão das articulações sistêmicas seria ainda peça constitutiva nas formulações do modo de produção colonial, de modo mais ou menos central. Por certo, seria mais central nas interpretações de Werneck Sodré, cujos nexos fundamentais não recaem sobre uma dinâmica interna ao espaço da colonização, referida ao funcionamento de um modo de produção colonial específico, muito embora procurem quase sempre caracterizá-lo. Concretamente, procurou-se compreender a dinâmica da sociedade colonial sob o prisma de distintas dimensões que pudessem expressar um nível de realidade referido à exploração mercantil e outro ao modo de produção americano. Com isso, a sociedade colonial seria compreendida no quadro do desenvolvimento da economia mercantil, como organismo social conformado pela dinâmica do capital mercantil, e portanto, caracterizado por sua profunda extroversão. Resguarda-se pois seu caráter essencialmente complementar e reflexo, e sua decorrente instabilidade, conferindo centralidade aos mecanismos da exploração mercantil, definidos pelo correspondente *fluxo desacumulador*.¹³³ Em paralelo,

¹³² Houve mesmo uma tendência a classificar como feudal qualquer formação mais ou menos situada entre o escravismo e o capitalismo, independente de suas caracterizações específicas. Eric Hobsbawm, em sua introdução a *Formações econômicas pré-capitalistas*, contextualiza essa ampliação no raio das formações feudais, referindo-se à tendência geral que “conduziu a uma revisão formal da lista das formações econômico-sociais de Marx ao omitir o ‘modo asiático’, limitar o campo do ‘antigo’ mas, correspondentemente, ampliando o ‘feudal’”. Eric Hobsbawm: “Introdução”, in Karl Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*, trad. João Maia. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paze Terra, 1977, pág. 60.

¹³³ Nesse ponto, cumpre observar o diálogo com as interpretações sistêmicas, referidas em capítulo anterior. Werneck Sodré, em *Formação histórica do Brasil*, utiliza por mais de uma vez a expressão *finalidade da colonização*, o que remete quase imediatamente ao *sentido da colonização*, de Caio Prado (págs. 70 e segs.). Em *Introdução à revolução brasileira*, faria citação explícita: “Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão

procura-se caracterizar as relações de produção estabelecidas no interior da sociedade colonial, definidas como escravistas ou feudais, sobre as quais elabora-se uma concepção do modo de produção edificado no espaço colonial. “Claro está que, visto o problema na dimensão universal, apresenta-se de determinada maneira; visto na dimensão americana, apresenta-se de outra maneira. Assim, na dimensão universal trata-se de processo de acumulação primitiva, quando eram vigentes as formas pré-capitalistas do capital – no caso, o capital comercial. Mas, na dimensão continental americana – sul-americana, no caso –, trata-se de escravismo puro e simples”¹³⁴.

“(…) escravismo puro e simples”, na opinião de Werneck Sodré. No entanto, certos traços viriam conferir alguma particularidade ao escravismo moderno do espaço colonial diante das formas do escravismo antigo, do dito modelo clássico. Primeiro porque quando se edifica no tempo dos descobrimentos, aparece deslocado na seqüência progressiva do referido modelo clássico, como modo de produção historicamente superado e em algum nível de realidade descompassado em relação ao percurso histórico da transição do feudalismo ao capitalismo europeu. Configura-se pois, como manifestação da *heterocronia*, do desenvolvimento desigual. Mas também por constituir-se não como resultado histórico do desenvolvimento progressivo das comunidades primitivas indígenas, não como etapa histórica subsequente ao comunismo primitivo, mas como realidade social transplantada. Essas duas considerações traduzem desde logo a necessidade de compreender o escravismo

ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”. Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1971, pág. 31, apud Nelson Werneck Sodré, *Introdução à revolução brasileira*. 4ª. edição. São Paulo, Ciências Humanas, 1978, pág. 67. Em *Formação histórica do Brasil*, explicita em suas próprias palavras: “No desenvolvimento da produção colonial brasileira verifica-se, muito cedo, uma enorme capacidade de acumulação. Acontece, porém, que tal acumulação não se opera na área da produção mas na área da circulação, o que decorre do fato fundamental de que a produção depende da circulação, na fase do capital comercial, e do fato conseqüente de que a estrutura açucareira de produção é uma empresa do capital comercial montada para servi-lo. É a circulação, assim, que comanda a produção. Existe um fluxo constante, uma transferência constante de renda da área da produção para a da circulação. Esta não é uma característica apenas do caso brasileiro: toda economia colonial corresponde a uma transferência de renda para o exterior”. Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pág. 85.

¹³⁴ Nelson Werneck Sodré. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina dos Livros, 1990, pág. 12.

do espaço colonial e o próprio tráfico negreiro, em sua especificidade, no quadro histórico da colonização moderna, das relações sistêmicas constitutivas da exploração mercantil.¹³⁵ Em nível mais geral, porque somente o caráter colonial poderia explicar a persistência desse organismo social edificado sobre forças produtivas inferiores, a permanência da forma escravista na época de declínio do feudalismo. Pois trata-se de uma organização econômica isolada internamente pela precariedade do mercado interno, e externamente pelo exclusivo metropolitano. Portanto, desde logo, o escravismo constituído como realidade heterocrônica e transplantada somente poderia edificar-se plenamente porque circunscrito à condição colonial. Como formação concreta, caracteriza-se pela profunda extroversão já referida: conforma-se como espaço econômico essencialmente vinculado ao mercado mundial, como economia complementar e reflexa à dinâmica européia, orientada segundo as necessidades da exploração mercantil, e não como fundamento da reprodução dessa sociedade. Portanto, observa-se a mesma precariedade e instabilidade estrutural acima discutida, de uma dinâmica socioeconômica predatória de seu substrato natural e alheia ao seu substrato humano, que realiza tão somente o mínimo necessário ao proveito do negócio mercantil.¹³⁶ Mesmo no plano das relações de produção, esse escravismo adquire feição

¹³⁵ Werneck Sodré observa com certa ênfase a posição do tráfico negreiro na dinâmica da exploração mercantil como negócio dos mais rentáveis, aproximando-se, em alguma medida, da construção posterior de Fernando Novais. No entanto, não chega a situar no tráfico negreiro as explicações para a própria opção pelo escravo africano: “Estabelecida em tais bases, a colonização confere extraordinário impulso a uma das áreas mais ativas da fase mercantil, a do tráfico negreiro. O problema fundamental da empresa ultramarina estava no fato de que não funcionaria de início como mercado: tinha poucas exigências, necessitava pouco de mercadorias européias, sua demanda era reduzidíssima. Desde logo, entretanto, aparecendo como estrutura escravista, vai representar um mercado para esse produto especial que é o escravo africano, o mais valioso do tempo. A ajuda que a empresa ultramarina empresta ao desenvolvimento do capital comercial não se limita, assim, ao que produz – o açúcar –, mas ao que consome – o escravo. O aparecimento da área escravista americana, no século XVI, é, desse modo, a poderosa alavanca em que o capital comercial se apóia para passar a uma nova etapa em seu desenvolvimento”. Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pág. 72 e 73.

¹³⁶ “Longe, e muito longe, de estabelecer as bases para uma exploração dos recursos que a terra pode proporcionar, e em que fiquem associados os seus moradores ou filhos, a grande empresa comercial da colônia malbarata os seus elementos, relega a um nível baixíssimo a população, desmoraliza o trabalho, concentra os lucros em poucas mãos, está sempre longe de deixar vestígios duradouros, dissipa os recursos locais e apenas complementa a estrutura econômica européia. Trata-se, no caso dessa exploração, de uma tarefa predatória por excelência, de destruição dos recursos naturais, de esgotamento do solo, de derrubada da vegetação protetora – cega, imediatista, quase vesânica se não tivesse existido nela a lógica natural do tempo. Não se trata, a rigor, de agricultura, e nem pode ser comparada, de forma alguma, a qualquer atividade agrária normal. Enriquecendo a uns poucos, empobrece a todos os demais. Não deixa no meio em que se desenvolve os elementos substanciais de acumulação, que conferem estabilidade e possibilitam um desenvolvimento contínuo e ascensional. (...) A população não está de forma alguma associada ao sistema, mas profundamente divorciada dele.” Nelson Werneck Sodré. *Introdução à revolução brasileira*. 4ª edição. São Paulo, Ciências Humanas, 1978, págs. 69 e 70.

particular. Marx demonstrou que os vínculos com o mercado mundial, no contexto da colonização moderna, potencializam a extração do sobretrabalho, tornando as relações de dominação escravistas das colônias mais violentas, à diferença das formas de dominação orientadas para a satisfação das necessidades imediatas. No entanto, isso torna-se mais grave quando atuam os efeitos do tráfico negreiro, que atenuam os efeitos antieconômicos da superexploração e destruição da força de trabalho do escravo, vale dizer, da esterilização de capital previamente invertido.

No entanto, a experiência do ouro traria modificações substanciais na vida colonial. Em fins do século XVII, a colônia está imersa em profunda crise, que remete ao acirramento da concorrência sobre a produção açucareira – sobretudo das colônias holandesas, mas também francesas e inglesas, melhor equipadas para a produção que a portuguesa – que viria minar o monopólio luso, fazendo declinar os preços do açúcar. Os outros espaços da colônia vegetavam naturalmente no baixo nível da subsistência. O milagre do ouro imprimiria um novo impulso à vida colonial. Primeiro, pelo vigoroso aumento da população colonial, do influxo de imigrantes europeus e escravos, e pela nova direção do povoamento, alcançando regiões centrais do território. Mas também por ser empresa de menor vulto, por exigir capitais de menor monta. Com isso, seriam abertas possibilidades para a pequena propriedade e para os empreendimentos dos homens livres e pobres, ao que se acrescenta certo abrandamento das relações escravistas e ascensão espiritual do escravo por conta da própria natureza da atividade. Trata-se de atividade especializada, o que viria a se refletir em impulso ao mercado interno, em maior entrelaçamento das regiões e mesmo nos progressos de uma vida urbana (até artística). Tais articulações implicariam numa pulverização dos lucros, desconsiderado o quinhão da coroa e a formação de uma camada média, embrião remoto, para Werneck Sodré, de uma burguesia nacional. Esses desenvolvimentos, que culminariam nas insurreições, seriam expressões concretas do processo profundo de diferenciação, do qual emerge uma consciência nacional. Por essa razão, a mineração teria representado um profundo e irreversível abalo na ordem escravista.¹³⁷

¹³⁷ Tais distinções entre mineração e grande propriedade açucareira seriam muito mais acentuadas por Werneck Sodré e menos por Caio Prado, que as compreende limitadas e situadas sobretudo em seu período de declínio.

Mas considerando a interpretação em sua dupla dimensionalidade afirma-se, quase em paralelo à compreensão do escravismo em seu marco histórico concreto, como peça da acumulação primitiva, a definição do escravismo puro e simples, como modo de produção. Nessa perspectiva, o escravismo no espaço colonial seria manifestação concreta, expressão particular do fenômeno geral do modo de produção escravista vigente no mundo antigo. Não seria modo de produção específico, um escravismo colonial, diverso do escravismo antigo, com caracterização e funcionamento próprio, mas uma reedificação, descompassada no tempo e espaço do escravismo clássico. Uma Roma tardia e tropical. Por certo estaria implícito um conceito de modo de produção e um tratamento do materialismo histórico, que nesse caso revelaria a centralidade atribuída à dimensão das relações de produção, mais propriamente ao regime de trabalho, como fundamento essencial e definidor da realidade social, em prejuízo da compreensão da totalidade das formas de reprodução da vida. No entanto, ao considerar o escravismo moderno em sua particularidade, o autor observaria, à diferença das formas do escravismo antigo, a ausência de correspondência entre infraestrutura e superestrutura, o que atesta a separação dessas duas dimensões em nível mais estrutural da análise. Mais do que isso, reconheceria nesse escravismo moderno um modo de produção destituído de dinâmica autônoma. Na verdade, na análise, o regime de trabalho destaca-se do conjunto da vida social para definir-se como fundamento desse modo de produção escravista, antigo ou moderno – a dimensão das relações de produção desprende-se da totalidade.¹³⁸

Como vimos, o espaço escravista não esgota as formas socioeconômicas vigentes na sociedade colonial, restando vasta área subsidiária, muitas vezes vinculada às linhas de intercâmbio interno ou, noutros casos, organizadas como espaços relativamente autônomos, orientadas pela economia de subsistência. Ora, mesmo relativamente autônomos, vistos em certo nível de realidade, a própria conformação desses espaços socioeconômicos explica-se,

¹³⁸ Digno de nota o parágrafo de Werneck Sodré, em *Introdução à revolução brasileira*, que contraria sua tese central sobre o escravismo, reafirmada diversas vezes em outros trabalhos (inclusive em críticas diretas a Jacob Gorender): “Outro traço específico do quadro interno apresenta-se com o regime de trabalho escravo. Se atentarmos para o passado das áreas incluídas no campo geográfico da Revolução Comercial, verificamos como a introdução do elemento escravo complementou, em todas elas, a produção dos *gêneros coloniais*, mostrando a íntima associação que existiu entre os dois fatores. Trata-se, no caso, pois, de uma decorrência particular ao desenvolvimento do capital mercantil, *nada tendo a ver, senão a semelhança, com o escravismo de época histórica mais recuada, quando o motivo de sua vigência foi inteiramente diverso*”. Nelson Werneck Sodré. *Introdução à revolução brasileira*. 4ª. edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1978, págs. 68 e 69. (grifos nossos).

em última instância, pela dinâmica sistêmica que rege a vida colonial, vale dizer, pela dinâmica da produção escravista integrada ao mercado mundial. Mas conformam, no plano da organização da vida socioeconômica, relações sociais diversas daquelas estabelecidas nos espaços escravistas. Werneck Sodré identificaria pois, por toda a extensão do território colonial, um mosaico de formações socioeconômicas, a coexistência paralela, na forma metafórica do arquipélago, de distintos modos de produção, assim definindo o fenômeno da *contemporaneidade do não-coetâneo*. Em geral, esses espaços subsidiários, marginais à formação escravista, seriam caracterizados pelo autor, no nível das relações de produção, por formas feudais ou mistas, em definição cuja centralidade recairia principalmente sobre as formas de apropriação do excedente econômico e as relações de dependência social que vinculam senhores e dominados. Assim, o povoamento do sertão teria estabelecido desde o início a reprodução de relações feudais. Trata-se da produção pastoril, circunvizinha e relativamente integrada à dinâmica da economia exportadora de açúcar, algodão ou ouro, autonomizada em certos casos, que conformaria modo de produção diverso, essencialmente feudal, coexistindo em paralelo à exploração escravista. Também a área vicentina assentada na pecuária, constituída como suporte da expansão do bandeirantismo, viria a ser, desde os primeiros tempos, o espaço da reprodução de relações feudais, estendendo-se pelas áreas sulinas e pelas circunvizinhanças da exploração mineira. A colonização dos missionários, demarcada pela economia coletora amazônica ou pela produção ervateira sulina, seria definida como outras áreas feudais (ou mistas), em particular caracterizadas pela produção para o intercâmbio de longa distância. Mas, em geral, esses espaços subsidiários tendiam a tornar-se relativamente autônomos, circunscrevendo-se nos marcos da economia natural, de subsistência.

Com efeito, essa caracterização dos espaços feudais não está limitada à esfera das relações de produção e estende-se a considerações sobre os elementos da superestrutura. Assim, o poder absoluto dos senhores proprietários, que absorviam as funções de justiça, de polícia, de administração e que faziam dos homens pobres seus dependentes diretos, sob a mística da fidelidade, seriam expressões feudais. E também, contendas políticas, disputas pela propriedade, rivalidades entre famílias, e sua contraparte marginal no fanatismo ou no banditismo endêmico. No entanto, esses elementos aparecem na análise muito mais como manifestações exteriores de uma determinada realidade social do que como nexos sociais

internamente articulados, compreendidos como faces de uma totalidade, capaz de explicá-la, aquela realidade, em suas conexões múltiplas e determinações recíprocas. Na realidade, expressam as formas peculiares assumidas por esse feudalismo tropical, pois que, observou o autor, o modo de produção feudal em sua generalidade, assim compreendido, não apresenta mesmo uma forma clássica. Mais ainda, a própria constituição dessas formas não corresponde ao movimento esquemático de concepções mais ortodoxas, porquanto não responde ao desenvolvimento progressivo e ascensional do escravismo, resultado de crescimento acumulativo, mas como uma regressão a níveis inferiores de desenvolvimento das forças produtivas, decorrência da desintegração da produção escravista. Quando tais relações não se estabeleceram no início da colonização, como forma necessária de adaptação às condições do meio, apareceram como resíduo do declínio da atividade exportadora e, portanto, como processo explicado pelos condicionantes estruturais da profunda instabilidade e do caráter itinerante da vida colonial, pela dinâmica sistêmica, em última instância. Novamente, como nas discussões sobre o escravismo, a determinação central do modo de produção recai sobre as relações de produção. Desprendem-se, em certa medida, de sua dinâmica mais concreta, vinculada ao movimento do núcleo exportador, e mesmo das condições estruturais e determinantes, em nível mais profundo de realidade, de sua própria tendência à relativa autonomização, quais sejam, o caráter absorvente e asfixiante da grande propriedade exportadora.

Por certo, essas teses sobre o feudalismo colonial estabeleceriam certos diálogos com outras interpretações, algumas exteriores ao âmbito do próprio marxismo, destacando-se certos pontos de confluência com visões de orientação *cepalina*, conformando o quadro intelectual que procurou compreender as relações entre um Brasil moderno e outro arcaico.¹³⁹ Na reflexão marxista exerceria influência particular na obra de Alberto Passos,

¹³⁹ Além do debate de inspiração marxista, outras considerações sobre um feudalismo colonial tomaram corpo, privilegiando um ou outro aspecto isolado da realidade. Em diálogo dos mais importantes naqueles tempos, a própria interpretação de Celso Furtado, como vimos em capítulo anterior, resvala no problema das relações arcaicas, fazendo-se em alguns casos referências explícitas a relações semifeudais, como em *Dialética do desenvolvimento*. Na verdade, foi profundamente inspirado por Henri Pirenne, que identificou feudalismo e ausência de intercâmbio: “Tanto a causa geral – o desaparecimento entre povos e culturas – quanto a causa econômica particular – a suspensão do comércio – que estão no fundamento da ordem feudal (...)”. Celso Furtado. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Hucitec, 2001, pág. 22. Ora, neste caso, o espaço econômico relativamente autônomo orientado pela produção de subsistência, isolado sobretudo na área de economia pastoril, talvez pudesse ser definido como espaço feudal, segundo os termos da própria definição proposta. No entanto, referências de Celso Furtado explícitas ao *feudalismo* são mais esparsas e ocasionais, preservando em seu lugar a idéia do *arcaico*.

cujas formulações recairiam de modo mais decisivo sobre o caráter feudal da colônia portuguesa, mesmo nas áreas conformadas pelo trabalho escravo. Trata-se ainda de preservar os nexos com a sociedade metropolitana, procurando desviar-se das idéias de um modo de produção especificamente colonial. Feudalismo, puro e simples. Mas essa formulação adquire traços singulares porquanto a sociedade colonial, à diferença da concepção anterior, é vista como extensão do espaço europeu na medida em que é conformada pela transferência das antigas instituições feudais vigentes na metrópole. Portugal apresenta-se como sociedade feudal em processo de transformação, no quadro dos desenvolvimentos do capital mercantil e de certa desintegração das antigas formas de propriedade. Nesse sentido, a colonização representa uma alternativa aos fidalgos, de reaverem o poder e o *status* de outros tempos, procurando estabelecer no novo continente vastos domínios territoriais, sobre os quais mandassem de modo incontestado e absoluto. Teriam pois os fidalgos lusitanos edificado, na colônia, uma *estrutura tipicamente nobiliárquica*, cujo nexo fundamental reside na forma de propriedade da terra, e à qual o próprio capital teria se submetido e amoldado.

No entanto, tal estrutura não reproduziria as mesmas formas vigentes na metrópole, pois, entendida como uma espécie de reação aristocrática aos efeitos transformadores do desenvolvimento mercantil, seria já expressão, em algum sentido, de um *retrocesso histórico*. Vale dizer, como estrutura tipicamente nobiliárquica, a sociedade colonial não incorpora os impulsos dinâmicos relativos aos desenvolvimentos do capital mercantil. Mais ainda, interagem condicionantes específicos, interferem circunstâncias concretas, que conferem caráter particular àquela sociedade nobiliárquica. A transferência das instituições ditas feudais não poderia realizar-se sem se curvar à força das circunstâncias, e desde logo, pela ausência de comunidades produtoras preestabelecidas sobre as quais pudessem instaurar seu domínio; não havia servos. Portanto, a reinvenção da escravidão explica-se, nessas interpretações, pelas necessidades de consolidação de uma sociedade nobiliárquica. Mas esse movimento não poderia realizar-se sem o concurso do capital e, portanto, o projeto aristocrático colonizador haveria de buscar aliança com burgueses, os *homens de calidades*, com os homens do dinheiro.¹⁴⁰ Trata-se pois, de estrutura híbrida e tensa, em que

¹⁴⁰ Observemos apenas que aqui haveria de estar implícita a consideração do tráfico como um negócio mercantil, mas parece não haver referência a respeito.

se mescla o regime feudal de propriedade e o regime escravista de trabalho, conformando um modo de produção *feudal-escravista*: “Essa unidade produtora – o engenho – foi a célula da sociedade colonial, tornando-se, por muito tempo, a base econômica e social da vida brasileira. Era, como a sociedade que dele nascera, *medularmente feudal*. E se se quer dar uma designação mais precisa, tendo em conta os aspectos fundamentais de seu modo de produção, como *feudal-escravista* é que se deve definir tanto o engenho, como todo o período colonial da sociedade brasileira”.¹⁴¹

Precisamente essas formas específicas de organização da sociedade colonial, assim entendidas como retrocesso histórico, possibilitariam, segundo o autor, a consolidação do domínio da metrópole. Pois tratando-se de sociedade essencialmente nobiliárquica, estruturada pela concentração e exploração dos vastos domínios rurais, como resistência à ascensão do capital mercantil e da manufatura, estariam limitadas as possibilidades de desenvolvimento da sociedade colonial. Como se as resistências feudais aos progressos do capitalismo fossem transferidas para o espaço colonial, as formas arcaicas seriam compatíveis com as formas mais modernas e possibilitariam, de modo funcional, o domínio metropolitano. Assim articulam-se os dois espaços, mas as mazelas da colônia seriam atribuídas às resistências da aristocracia local, mais do que aos mecanismos da exploração mercantil.

Fora do engenho, nas fazendas circunvizinhas ou vicentinas e sulinas, outras formas de vida emergiam, sobretudo no vácuo legado pela impossibilidade do domínio absoluto dos senhores estender-se sobre terras tão vastas. Na vastidão das fazendas, onde o poder dos senhores quase desaparecia, surgia uma forma de vida mais livre, ou no caso do centro-sul, propriedades menores, mais acessíveis ao homem pobre; articulavam-se nexos de um mercado interno. Pois nessas regiões das fazendas surgiriam forças renovadoras mais democráticas, que animariam os movimentos pela independência e posteriormente a industrialização. Alberto Passos e Werneck Sodré chegam a conclusões tão parecidas quanto imagens refletidas, e naturalmente invertidas, num espelho: um vê a expressão mais nítida do feudalismo onde o outro vê escravismo mercantil; ao mesmo tempo que vê o germe da reação ao feudalismo, onde o segundo vê a sedimentação das relações feudais!

¹⁴¹ Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª. edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 64 (grifos nossos).

Werneck Sodré criticou a idéia da transferência das instituições metropolitanas para a colônia, como uma forma parcial de compreender a realidade colonial, restrita à esfera das relações jurídicas. Mais ainda, considerando a impossibilidade de valorização econômica das novas terras pela simples posse, posto que lhe faltava o substrato do trabalho, confere justamente ao trabalho, a centralidade na montagem da colonização.¹⁴² Trabalho comprado, por suposto. Por isso, faria recorrentes referências ao problema do investimento inicial da empresa da colonização, em tudo oneroso, reconstituindo de modo detalhado a história da presença do capital mercantil holandês na economia portuguesa, então em declínio. Nessa perspectiva, a terra, sem o investimento inicial e sem o escravo, seria de pouca valia e não despertaria qualquer interesse. Desse modo, a colonização estaria distante da transferência de uma classe aristocrática, para reproduzir nos trópicos suas formas arcaicas de vida. Seria obra de uns tantos fidalgos, oriundos de pequena nobreza, em geral, vinculados à Coroa por serviços prestados. Caio Prado, acrescentando observações sobre o caráter alodial pleno da propriedade, apresentara anteriormente a mesma linha de argumentação: “(...) no Brasil-Colônia, a simples propriedade da terra, independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisto se distingue a nossa formação da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá, encontraram os conquistadores descidos do Norte, uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim *direta e unicamente* da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de

¹⁴² “Não é difícil concluir que tal legislação trazia evidentes marcas feudais. Nem poderia ser de outra maneira, uma vez que a classe dominante em Portugal, na época, era a dos senhores feudais. Não há coincidência, também, no fato de que surgem novos pontos de vista quando estudiosos tomam em consideração os fatos e não as leis, regulamentos e cartas régias. A legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa. Do exame da realidade – como a colonização aconteceu, e não como foi planejada – é que derivam as teses novas, de regime capitalista ou de regime escravista, declinando a de regime feudal. (...) Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo de produção escravista.” Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pág. 81 e 82. “Como problema fundamental, é o trabalho que vai caracterizar a exploração colonial. A coroa doava a terra. Era generosa nessa doação. Mas não doava o escravo. O escravo fazia parte do investimento inicial. Valia mais que a terra; muito mais, pois que a terra nada valia. A riqueza do senhor media-se muito mais pelo número de escravos do que pela extensão da propriedade, embora houvesse uma relação entre um e outro desses fatores. Mais preciosa para o senhor era a propriedade do escravo do que a da terra. Esta era abundante e praticamente gratuita. O escravo só podia ser obtido por compra, e não era barato. Ter ou não ter escravos era a questão fundamental. Aquele que não os tivesse, por mais extensas que fossem as suas terras, nada tinha. O prestígio do senhor media-se por uma só unidade: o escravo. A supremacia do trabalho sobre tudo o mais impunha-se, inexoravelmente.” *Idem*, pág., 71.

dependência dos primitivos ocupantes. Aqui, não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”.¹⁴³

Alberto Passos, privilegiando o regime de propriedade como fundamento do modo de produção ultrapassa, em alguma medida, concepções que se restringem à dimensão das relações de produção. No entanto, sendo esse regime também realidade parcial, isolada do conjunto, o problema se repõe tão logo volta-se o olhar para a realidade concreta. Por isso a necessidade de recorrer às formas híbridas, ao *feudal-escravista*, ao *semifeudal*, que tanto embaraço causaram. Werneck Sodré também não resolve o problema. Pois ao circunscrever a apreensão do modo de produção à dimensão das relações de produção, como elemento separado da totalidade, promove uma cisão definitiva entre dois níveis da análise, relativos a dimensões mais abstratas ou mais concretas. Ou seja, trata-se de uma caracterização do modo de produção que abstrai suas determinações concretas, em favor de conceitos mais abstratos, situados na esfera das relações de produção que identificam, por fim, realidades sociais reproduzidas em diferentes épocas ou espaços, em distintos contextos históricos. O conceito estabelecido em nível estrutural, formulado em abstrato, à maneira das filosofias da história, aparece em paralelo ao nível do movimento histórico concreto, sem que se possa apreender as mediações entre os dois níveis. Assim, as duas dimensões da sociedade colonial acima citadas, relativas à acumulação primitiva e ao escravismo puro e simples, aparecem apartadas na análise sem que se possa transitar de um nível a outro, ou apreender suas determinações recíprocas. Mesmo no tratamento do feudalismo pastoril, que em nível mais imediato aparece apartado do espaço propriamente mercantil, o problema persiste. Como demonstrou Caio Prado, em nível mais profundo, os dois espaços estão articulados, e mesmo sua cisão explica-se por sua conexão estrutural, pelo sentido da colonização – a economia pastoril como resíduo da grande lavoura exportadora. Enfim, o isolamento das relações de produção e a decorrente separação entre os dois níveis de realidade permitem o movimento geral da interpretação: compreender o movimento da sociedade colonial como parte constitutiva da dinâmica européia e, ao mesmo tempo, elaborar considerações sobre o

¹⁴³ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1971, pág. 18.

modo de produção edificado na colônia. O movimento da sociedade colonial não poderia ser apreendido somente a partir de seus nexos sistêmicos ou a partir da dinâmica de um modo de produção especificamente colonial relativamente autônomo pois, nessa interpretação, o modo de produção não é compreendido como totalidade concreta. O problema da dupla dimensionalidade da sociedade colonial, acima referida, torna-se mais evidente e revela-se numa espécie de justaposição sem síntese.

O problema apresenta-se paradoxal, quando se define a categoria *modo de produção* pelos elementos comuns, que identificam as mais variadas formações sociais. Pois então, o que poderia explicar o sentido histórico específico dessas formações, senão as dimensões exteriores ao próprio modo de produção? Nesse caso, o que se perde pelo ralo é o próprio materialismo. Marx considerou as formações pré-capitalistas em discurso retrospectivo, partindo do capitalismo plenamente constituído como a única forma de reprodução da vida social que se assenta sobre relações de dominação estritamente econômicas, vale dizer, única forma em que a esfera econômica adquire relativa autonomia.¹⁴⁴ Nas formas pré-capitalistas, a dominação edifica-se pelas formas de coerção extra-econômica, seja na esfera das relações familiares, jurídicas, políticas, religiosas, etc. Aqui, essas esferas extra-econômicas não funcionam como pressupostos externos de uma infra-estrutura, e menos como suas manifestações exteriores, epifenômenos. Ao contrário, compõe suas determinações estruturais, constituem seu nexo interno, em articulações concretas e, portanto, históricas. Assim, as formações pré-capitalistas apenas podem ser compreendidas no quadro de sua totalidade, com o que se pode apreender o sentido mais profundo de *produção*, como *produção da vida*. No plano das construções históricas concretas, em suas múltiplas possibilidades, as relações de produção são, como diz Eric Hobsbawm, inventadas e reinventadas, e somente em conexão com a totalidade histórica concreta, em seu movimento sempre prospectivo, pode-se apreender o seu sentido histórico. Esse historiador atenta para o fato “das relações sociais básicas, necessariamente limitadas em número, serem ‘inventadas’ e ‘reinventadas’ pelos homens em numerosas ocasiões e de

¹⁴⁴ “Marx não discute estes aspectos da servidão nem as contradições internas da escravidão porque, nas FORMEM, não é seu propósito esboçar ‘história econômica’ de qualquer das duas. Na verdade, como sempre – embora aqui de um modo mais geral – não está preocupado com a dinâmica interna dos sistemas pré-capitalistas, exceto na medida em que explicam as condições prévias do capitalismo.” Eric Hobsbawm: “Introdução”, in Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*, trad. João Maia. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pág. 43.

todos os modos de produção monetários (exceto, talvez, o capitalismo) serem complexos feitos de toda espécie de combinação delas”.¹⁴⁵

¹⁴⁵ *Idem*, pág. 58 e 59.

Capítulo V

Escravidismo colonial

Até este ponto pode-se discutir duas formas gerais de compreender a sociedade colonial, ou duas vertentes explicativas, elaboradas pelo pensamento de inspiração marxista, a saber: as interpretações que privilegiam as relações sistêmicas e as que procuram identificar, no interior da espaço colonial, manifestações históricas concretas de modos de produção concebidos como universais. As primeiras, concedendo uma centralidade aos nexos mercantis e valendo-se do conceito de capitalismo comercial, compreendem a sociedade colonial no quadro geral da formação do capitalismo como peça integrada no processo de acumulação primitiva de capital. As segundas, mesmo considerando as forças sistêmicas dadas pelos nexos mercantis, atribuem papel decisivo às relações de produção ou ao regime de propriedade vigente, como elementos determinantes no conceito de modo de produção. Estas interpretam a formação colonial considerando a existência de um mosaico de modos de produção, em que se destacam formações escravistas, feudais ou mesmo formas híbridas. A terceira vertente a ser abordada nesse trabalho diz respeito às tentativas de elaboração de um conceito de modo de produção colonial que fosse capaz de apreender a realidade colonial em sua especificidade. Trata-se de compreender a sociedade colonial como modo de produção, mas como modo de produção específico e inédito, que confere ao espaço colonial uma dinâmica própria, dada por uma forma particular de articulação de seus nexos externos e suas estruturas internas, da dimensão mercantil e das relações estabelecidas no espaço americano. Assim, sob os nexos mercantis que perpassam a colonização européia no continente americano em seu conjunto, essa última interpretação procura resguardar as particularidades dos vários espaços coloniais, delimitando áreas de predominância de relações servis ou escravistas. Nesse quadro, o espaço de colonização portuguesa, entre outros, será definido como propriamente escravista, em sua forma mais desenvolvida, a partir do qual elabora-se um novo modo de produção, tipicamente colonial e americano, denominado *escravismo colonial*. Essa interpretação encontra seus traços mais gerais delineados nos trabalhos de

Ciro Cardoso e um tratamento exaustivo, numa elaboração teórica completa (ou uma *economia política* do escravismo colonial) no livro clássico de Jacob Gorender.¹⁴⁶

Naturalmente, essa interpretação referida ao modo de produção especificamente colonial pressupõe uma crítica às duas concepções acima discutidas. Sem desconsiderar a vigência de vínculos mercantis, ou mesmo uma certa determinação sistêmica, tratou-se de elaborar uma crítica ao caráter atribuído por determinados autores a estas relações, em particular, ao modo como estes lhe conferiram centralidade. Tais críticas incidem principalmente sobre as interpretações elaboradas por Immanuel Wallerstein e Ferrando Novais, consideradas no âmbito de um mesmo conjunto de interpretações.¹⁴⁷ Em termos mais gerais, essas críticas procuram discutir o conteúdo das relações mercantis, questionando formulações sobre seu suposto caráter *capitalista* ou conceitos como *capitalismo comercial*. Com isso, procuram demarcar os limites dessas interpretações argumentando serem insuficientes no que respeita a considerações sobre o estatuto das contradições internas aos espaços coloniais. Ao mesmo tempo, elaboram críticas àquelas formas de assimilação das sociedades coloniais e aos modos de produção concebidos como universais, como escravismo ou feudalismo. Neste caso, intentaríamos apontar os problemas implícitos nessas teses, sobretudo quanto aos conceitos de modo de produção e ao tipo de leitura que propõem acerca do materialismo histórico e da problemática do desenvolvimento das forças produtivas a partir das discussões de Marx. Essas críticas visam desvendar os descompassos entre o nível dos conceitos e o nível dos movimentos históricos concretos supostamente implícitos naquelas interpretações. A partir dessas

¹⁴⁶ Ciro Flamarion Cardoso. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979; *Escravo ou camponês? – o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987; *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo, Ática, 1985; *A afro-américa: a escravidão no novo mundo*. 3ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1982; “Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas”, in *Estudos Econômicos*, v. 13, n.º. 1. São Paulo, IPE-USP, 1983. Ciro Flamarion Cardoso (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988; Ciro Flamarion Cardoso & Hector Perez Brignoli. *História econômica da América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Graal, 1984; Ciro Flamarion Cardoso et alii. *Modos de producción em América Latina*. 2ª. edição. Córdoba, Passado y Presente, 1974; Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992; “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”, in *Estudos Econômicos*, v. 13, n.º. 1. São Paulo, IPE-USP, 1983; *A burguesia brasileira*. 3ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1990; *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987; *A escravidão reabilitada*. 2ª. edição. São Paulo, Ática, 1991. José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980. Théó Araújo Santiago (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

¹⁴⁷ Embora considere essas explicações como expressões de um mesmo tipo de interpretação – e não obstante guardam diferenças profundas –, seria prudente registrar, para efeito deste trabalho, que essas críticas curiosamente não recaem explicitamente sobre duas referências fundamentais desses dois autores, quais sejam, respectivamente, Fernand Braudel e Caio Prado.

críticas elaboram as teses acerca do modo de produção especificamente colonial, na base de inter-relações entre a dimensão das relações mercantis e a dimensão das contradições constitutivas das relações de produção escravistas, ou seja, aquilo que definem como contradições *externas e internas*.

Ciro Cardoso edifica sua crítica ao conjunto das interpretações sistêmicas, aqui ditas circulacionistas, a partir de uma posição teórica acerca da centralidade da análise econômica para a consideração das estruturas históricas. Em particular, a elaboração dos conceitos que presidem a interpretação das estruturas históricas deve situar-se na esfera da produção. Esse ponto de partida, derivado de certa leitura dos textos de Marx, deverá orientar a formulação do conceito de modo de produção que será a pedra angular para a referida interpretação e portanto estará subjacente a toda a análise. *“Sin embargo, lo que aquí se encuentra en juego es justamente el fundamento de la explicación marxista de los sistemas económicos, y en consecuencia, de la historia económica. La cuestión es la siguiente: ¿debe tal explicación basarse esencialmente en el examen del proceso de producción, en la medida que el funcionamiento del proceso de circulación supone la creación anterior de un excedente económico? La respuesta de Marx es categóricamente afirmativa (...)”*¹⁴⁸. Portanto, desde logo estariam afastadas as interpretações que atribuem centralidade à esfera da circulação mercantil, compreendida como elemento articulador da estrutura sistêmica vigente na época de transição ao capitalismo. E assim, assumido esse ponto de partida, seria possível construir a crítica às teses que associam diretamente capitalismo ao comércio, tanto quanto a crítica ao conceito de capitalismo comercial. Tais concepções seriam descartadas de início por não estarem diretamente assentadas na apreensão das relações estabelecidas na esfera da produção econômica.

Isso implicaria, em primeiro lugar, numa reconsideração da própria interpretação da problemática da transição do feudalismo ao capitalismo na Europa, tomando-se como

¹⁴⁸ Ciro Cardoso: “Severo Martínez Pelaez y el carácter del régimen colonial”, in Ciro Cardoso *et alli*. *Modos de producción en América Latina*. 2ª. edição. Córdoba, Passado y Presente, 1974, pág. 87. Jacob Gorender propõe a seguinte formulação, mais completa: “O materialismo histórico e a Economia Política marxista incluem certas categorias universais ou total-históricas: as categorias, entre outras, de forças produtivas, trabalho, bens de produção e bens de consumo, reprodução simples e reprodução ampliada, relações de produção, modo de produção, superestrutura e formação social. Ao nível mais elevado da abstração, estas categorias vinculam-se em complexos relacionais presentes em toda a história humana, complexos relacionais permanentes que têm sido chamados de leis gerais”. Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992, pág. 151.

referência basilar os elementos constitutivos da esfera da produção econômica. Assim, desde logo, o autor descarta todas as concepções acerca do feudalismo que não dizem respeito às formas de coerção extra-econômicas, como as concepções que privilegiam o caráter fechado da economia feudal ou a fragmentação do poder político, etc. E descarta sobretudo uma tendência à separação das noções de regime feudal e senhorial, que haveria conduzido a uma definição de feudalismo alheia a relações de dependência e exploração, mas situada essencialmente nos seus aspectos sóciopolíticos e jurídicos. Desse modo, o conjunto das transformações que caracterizam a Época Moderna, desde a crise do feudalismo, será compreendido como reposição das mesmas estruturas feudais que, muito embora em franco declínio, não são atingidas em suas dimensões definidas como fundamentais, quais sejam, suas formas de exploração assentadas na dependência e coerção. Assim, procura-se relativizar a profundidade das transformações engendradas pela expansão comercial ou pela centralização monárquica, para reivindicar o caráter feudal das relações de produção então vigentes. Em outros termos, a sociedade européia dessa época não seria regida por uma estrutura e dinâmica própria de transição, mas definida como uma sociedade feudal em seus aspectos fundamentais. Na verdade, uma estrutura feudal que já apresenta alguns traços de um capitalismo em ascensão. E isso, não no que se refere aos desenvolvimentos do comércio, mas a um certo progresso das forças produtivas e de novas relações estabelecidas no âmbito da produção. De qualquer modo, reafirma-se o caráter essencialmente feudal da Europa do Antigo Regime.¹⁴⁹

Naturalmente o conteúdo das relações mercantis que nesse momento entrelaçam regiões distantes, em particular espaços metropolitanos europeus e coloniais, não seria de natureza *capitalista*, a menos que se sustentasse uma relação de identidade imediata entre mercado e capitalismo.¹⁵⁰ Com efeito, compreendida a especificidade do modo de produção capitalista nos termos referidos anteriormente, isto é, como domínio do capital sobre a

¹⁴⁹ O autor refere-se à “(...) *coexistencia del feudalismo aún dominante con el modo de producción capitalista en ascención* (no Ineal)”; *Idem*, pág. 91. Em outras passagens, acrescenta a pequena produção mercantil independente. (Veja Ciro Flamarion Cardoso: “Sobre os modos de produção coloniais da América”, in Théo Araújo Santiago (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975).

¹⁵⁰ Tal crítica refere-se sobretudo às teses de Immanuel Wallerstein e em outros momentos foi dirigida a Gunder Frank. Veja Ciro Flamarion Cardoso: “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração do excedente’”, in José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980; *A afro-américa: a escravidão no novo mundo*. 3ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1982; Ciro Flamarion Cardoso & Hector Perez Brignoli. *História econômica da América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

esfera da produção, essa hipótese estaria desde logo descartada. O avanço da mercantilização, a expansão do mercado mundial e da circulação monetária, nada disso seria suficiente para definir, naqueles termos, o modo de produção capitalista. O que escapa aqui, como discutido em capítulo anterior, é a compreensão da especificidade do capital mercantil como forma pré-capitalista – ante-diluviana. Como forma pretérita de existência do capital, que pode se desenvolver nos poros de qualquer modo de produção, sem promover transformações essenciais. Em particular, escapa a especificidade do processo de valorização do capital mercantil, que pressupõe a vigência de relações de desigualdade, de dominação pela força, pela coerção extra-econômica. E essa forma contrasta com o capital que domina a produção, regulado por um movimento progressivo e auto-referido no quadro da grande indústria e na base do trabalho assalariado.

No entanto, as críticas à idéia de *capitalismo comercial*, e mais explicitamente aos trabalhos de Fernando Novais, parecem ser menos imediatas. Pois, como discutido em capítulo anterior, não se trata aqui da associação equivocada entre capitalismo e comércio, mas de compreender processo à luz de uma estrutura e dinâmica histórica concreta, específica de transição, em cujo centro situa-se o capital mercantil. Ou seja, trata-se da valorização do capital mercantil dinamizada pela força do Estado, na figura das monarquias absolutistas, como elemento da acumulação primitiva. Nesse caso, a crítica, já anunciada na afirmação de uma estrutura essencialmente feudal para a Europa Moderna, desdobra-se numa reconsideração do problema da acumulação primitiva. E aqui, em particular, Ciro Cardoso procura rediscutir o papel do comércio colonial no processo da acumulação primitiva ou, ao menos, reavaliar seu peso. Assim, procura ressaltar os outros elementos que constituem a acumulação primitiva, como a expansão da dívida pública e a expropriação do campesinato, em articulação simultânea com o sistema colonial. Com isso, o autor procura relativizar a importância do sistema colonial e da exploração mercantil no processo de formação do capitalismo atribuída pelo discurso das interpretações sistêmicas.¹⁵¹ Mais ainda, é possível ouvir ecos dos debates sobre a transição, em particular sobre as duas vias de transição ao capitalismo, quando atenta para a possibilidade do capital

¹⁵¹ Certamente essas articulações simultâneas não escapam às referidas interpretações pela simples razão de serem objeto do capítulo conhecido de Marx sobre a acumulação primitiva. Portanto, esta crítica parece apontar muito mais para um problema de ênfase, neste ou naquele fator. De qualquer modo, o sistema colonial aparece sempre como um elemento, entre outros, da acumulação primitiva.

mercantil voltar-se contra as forças que atuam no sentido da afirmação plena do capitalismo, em contraponto à via de transição definida como propriamente revolucionária dos pequenos produtores, como sustentou Maurice Dobb. E assim, o sistema colonial apareceria relativizado no quadro da acumulação primitiva, não somente como um elemento entre outros mas, menos que isso, como um elemento secundário.¹⁵² Na verdade, a idéia supostamente implícita que Ciro Cardoso procura desvendar nesses argumentos aponta para discussões acerca do anacronismo nas interpretações históricas. Ou seja, explicar a estrutura e a dinâmica do sistema colonial e o sentido da colonização como peça da acumulação primitiva e da formação do capitalismo seria um passo anacrônico, como compreender um processo histórico a partir de seus resultados, sem considerar o sentido daquela realidade histórica para os homens que a produziam, sem consciência de seus resultados posteriores. Enfim, para o autor a compreensão do sistema colonial e da formação da sociedade colonial como peça essencial do processo de formação do capitalismo implicaria em pressupor a atuação de forças “a-históricas” que conduzem a história em determinado sentido, uma espécie de enteléquia.

Os desdobramentos dessa perspectiva conduziriam à proposição de novas bases para a interpretação das estruturas da sociedade colonial. Tomada em conjunto, a idéia de *sistema econômico mundial* de Immanuel Wallerstein ou de *antigo sistema colonial* de Fernando Novais considera a estrutura e dinâmica da época de transição a partir de suas conexões sistêmicas e, portanto, como uma única totalidade histórica. Desse modo, cada parte do conjunto somente poderia adquirir sentido se compreendida à luz de suas relações com as outras partes do sistema, ou de sua posição no sistema. De fato, somente essa totalidade, o sistema mundial em seu conjunto, poderia conferir sentido às suas partes

¹⁵² Em sua citação a Pierre Vilar, essa perspectiva torna-se evidente: “O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; *seus aspectos decisivos de expropriação e proletarização se dão na própria Europa*, em um ambiente histórico global ao qual por certo não são indiferentes à presença dos impérios ultramarinos”, Ciro Flamarion Cardoso & Hector Perez Brignoli. *História econômica da América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pág. 74 (grifos nossos). Em outra passagem, o argumento é mais explícito: “É falsa a crença de que as transferências de ‘excedente’ ao núcleo da semiperiferia e da periferia foram o fator central do surgimento do capitalismo. Ao identificar capitalismo e relações de mercado, a articulação centro-periferia coloca-se só em termos de circulação (troca desigual), e a consequência obrigatória disto é uma teoria que faz total abstração da estrutura e das lutas de classes nas definições básicas (e isto tanto no que diz respeito aos países metropolitanos quanto aos periféricos)”. Ciro Flamarion Cardoso. *A afro-américa: a escravidão no novo mundo*. 3ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1982, pág. 77.

constitutivas. Assim, a estrutura das formações coloniais seria apreendida a partir do domínio metropolitano, de sua posição nas relações de exploração mercantil constitutivas do processo geral de acumulação primitiva. Immanuel Wallerstein procura explicar como o sistema mundial, concebido como um *sistema capitalista*, cria e recria diversas formas de produção em distintos espaços de sua esfera de ação, sempre adequadas ao seu próprio funcionamento, como processo referido ao fenômeno do desenvolvimento desigual. Em formulações mais rigorosas, que não abstraem o caráter específico do capital mercantil, Fernando Novais chega a conclusões um tanto próximas sobre a centralidade do mercantilismo na formação da sociedade colonial, em particular na recriação do instituto da escravidão a partir do tráfico. Nos estudos mais gerais feitos por Caio Prado, emerge o sentido da colonização ao cabo das análises de cada aspecto particular da vida colonial, e conferindo sentido aos distintos aspectos do povoamento, vida material e vida social em sua relação com a dinâmica mercantil sistêmica.

Ciro Cardoso procura reconsiderar a idéia da existência de uma única totalidade, de um único sistema cujo funcionamento baste para explicar as especificidades de suas partes constitutivas. Os nexos mercantis conformariam uma *estrutura de estruturas*. Com isso, mesmo reconhecendo a importância da consideração dos vínculos constituídos no espaço mundial e da compreensão das diferentes formações econômico-sociais como organismos interligados, o autor procura atribuir centralidade às suas estruturas internas. Não se trataria mais de uma totalidade, mas de diversas estruturas interligadas, regidas por uma dinâmica própria, um ritmo próprio, na base de contradições específicas que não se reduzem aos nexos sistêmicos. Assim, mesmo como um momento fundamental da análise, a consideração da dimensão mercantil não seria suficiente para compreender as estruturas coloniais. O que se reivindica é a necessidade de uma articulação entre as estruturas externa e interna.¹⁵³ Pode-se dizer que, nos marcos das relações mercantis no plano mundial, os

¹⁵³ “Tais sociedades só revelam seu pleno sentido se forem consideradas como integrantes de um sistema mais vasto, na medida em que surgiram como anexos complementares da economia européia, dependentes de áreas metropolitanas, elementos que devem ser levados em conta na análise que pretenda descobrir a racionalidade das estruturas econômico-sociais das colônias. Mas também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias. Por isso, a sua concepção em termos de anexos complementares, de partes constitutivas de conjuntos mais amplos, mesmo sendo – como é – um momento central da pesquisa, é claramente insuficiente. Sem analisar as estruturas internas das colônias em si mesmas, na sua maneira de funcionar, o quadro fica incompleto, insatisfatório, por não poderem ser explicadas algumas das questões

organismos coloniais configuram-se como estruturas relativamente autônomas. E essa relativa autonomização deveria explicar aspectos fundamentais do desenvolvimento posterior dessas sociedades e desse modo, também, diferenças entre distintas sociedades de passado colonial, que para o autor se apresentam como aspectos fundamentais, como por exemplo revelaria um contraponto entre Brasil e México. “O dilema que com frequência apresenta-se ao pesquisador interessado no estudo das sociedades surgidas na América Latina, em função da expansão comercial e colonizadora da Europa moderna, é fácil de entender. Por um lado, tais sociedades só adquirem pleno sentido se são abordadas como parte de um conjunto mais vasto, posto que surgem como anexos complementares da economia européia, e sob a dependência de núcleos metropolitanos que é preciso considerar para compreender a racionalidade da economia colonial. Por outro, a empresa colonial fez aparecer sociedades com estruturas internas que possuem uma lógica que não se reduz à sua vinculação externa com o comércio atlântico e com as suas respectivas metrópoles políticas: desta forma, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central da análise, mas não o bastante. É necessário também abordar as próprias estruturas internas, descobrir suas especificidades e seu funcionamento.”¹⁵⁴

No entanto, a abordagem das estruturas internas não significou uma tendência à assimilação das sociedades coloniais a manifestações particulares de certos modos de produção arquiconhecidos, concebidos como formas universais. Ciro Cardoso observa, na

mais essenciais.”, Ciro Flamarion Cardoso: “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração do excedente’”, in José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, pág. 110.

¹⁵⁴ Ciro Flamarion Cardoso & Hector Perez Brignoli. *História econômica da América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pág. 63. Nesse ponto, o autor oscila na tentativa de estabelecer uma hierarquia entre as dimensões interna e externa. No mesmo texto, podemos encontrar duas passagens que parecem apontar em sentidos opostos: “(...) a dinâmica desses modos de produção coloniais é particularmente complexa e tem que ser estudada levando-se em conta não somente as contradições internas, mas também os impulsos externos e as formas nas quais se ‘interiorizam’ em função das primeiras”. Ciro Flamarion Cardoso: “Sobre os modos de produção coloniais da América”, in Théó Araújo Santiago (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975, pág. 69 (grifos nossos); “A teoria dos modos de produção coloniais não pode perder de vista um fato central: o caráter subordinado das contradições internas das sociedades coloniais e o caráter geralmente determinante dos impulsos externos no que concerne às importantes mudanças de estrutura ocorridas nessas sociedades.”, *Idem*, pág. 81 (grifos nossos). Na formulação de Jacob Gorender a centralidade das estruturas internas fica explícita: “A esfera da circulação se autonomizou com relação ao modo de produção escravista colonial e, ao mesmo tempo, se adequou a ele, sem determinar suas leis internas, sua natureza essencial. Esta se consubstanciou nas relações de produção que, por sua vez, incorporaram a circulação mercantil como seu pressuposto e estabeleceram relações de distribuição intrínsecas ao modo de produção. Conquanto dependente de um mercado externo, o modo de produção escravista colonial não deixa de ser uma totalidade orgânica, conceitualmente definida como tal pela articulação de leis específicas.” Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992, pág. 164 (grifos nossos).

verdade, que a interpretação de Marx revela um percurso retrospectivo, no sentido de estabelecer uma linha lógica e cronológica de formas cada vez mais desenvolvidas quanto às possibilidades de progresso das forças produtivas, restrita ao espaço europeu-mediterrâneo, tomando como referência seu ponto de chegada, ou seja, o surgimento do capitalismo. Mas para o olhar retrospectivo do historiador, trata-se de um conjunto de formas histórica e geograficamente descontínuas, que não esgotam a multiplicidade das possibilidades da história. Por isso, as formações pré-capitalistas não haveriam de ser concebidas à luz de uma linha evolutiva natural, de uma sucessão progressiva de épocas históricas ou como formas residuais. Ao contrário, deveriam ser consideradas sob o prisma de suas próprias estruturas, de seu próprio processo genético-evolutivo. Somente às custas de ampla generalização do conceito de modo de produção, ou seja, de sua assimilação à dimensão das relações de produção seria possível abstrair, ao nível dos conceitos, a especificidade dos processos históricos concretos. Isso estaria na base das tendências ao choque entre o nível conceitual e o nível dos processos concretos, que procuramos apontar em capítulo anterior.

Assim, o autor procura destacar a insuficiência das interpretações sistêmicas por sustentar que o eixo fundamental para a análise das estruturas sociais deve situar-se na esfera da produção e portanto deve formular-se em termos de uma economia política. Com isso, procura sustentar a necessidade de se considerar, além dos nexos sistêmicos, a dimensão das estruturas internas aos espaços coloniais, sobre a base do conceito de modo de produção. Contudo, isso não implica na assimilação das sociedades coloniais como formas particulares a modos de produção definidos como universais. Na verdade, esse movimento conduz à elaboração de um modo de produção específico. Mais do que isso, partindo de uma articulação específica entre a dimensão dos nexos sistêmicos e a dimensão das estruturas internas, trata-se de um modo de produção cuja especificidade reside em seu caráter colonial. Enfim, trata-se de um *modo de produção dependente*. A ruptura com a idéia de capitalismo comercial e com as tendências ditas esquemáticas permite a elaboração de uma interpretação a partir de um modo de produção especificamente colonial. Trata-se de um modo de produção que conforma uma vida social no espaço colonial irreduzível às determinações sistêmicas, muito embora seja um modo de produção dependente – um

modo de produção no qual a dependência constitui elemento fundamental.¹⁵⁵ Assim, a interpretação relativa ao modo de produção colonial implica numa reformulação dos conceitos de modo de produção, tal como, guardada toda a complexidade dos debates entre exegetas, aparecem nos textos de Marx. O modo de produção dependente não se constitui como organismo social que encerra dentro de seus próprios limites os elementos condicionantes da produção da vida social que lhe é subjacente e da reprodução de suas relações. Em particular, a condição de dependência implica na identificação de um certo *fluxo desacumulador*, referido aos mecanismos da exploração colonial, constitutivos, embora relativizados, do próprio processo genético-evolutivo dessas sociedades. “Parece-me que os diversos sentidos do conceito de modo de produção mencionados anteriormente *não convêm* para a análise dos modos de produção coloniais da América. Para chegar a constituir sua teoria e compreender seu caráter essencial, creio que é necessário propor o conceito – melhor dizendo a hipótese – de outra categoria: a de *modos de produção dependentes*. (...) a dependência – que tem como um de seus corolários a transferência de uma parte do excedente econômico para as regiões metropolitanas –, por circunstâncias do próprio processo genético-evolutivo das sociedades em questão, é um dado inseparável do *conceito* e das estruturas de tais modos de produção.”¹⁵⁶

Enfim, definidas em termos de uma articulação entre uma dimensão externa e outra interna, entre o plano dos nexos mercantis e da condição de dependência e outro relativo às contradições edificadas no interior dessas sociedades, as formações coloniais serão compreendidas como modos de produção dependentes. Isto é, essas sociedades não contêm,

¹⁵⁵ Parece que a expressão *caráter colonial* deve ser tomada no sentido de dependência econômica e não em sentido estritamente político. Isso porque o autor insiste na possibilidade de vigência do modo de produção dependente mesmo depois da emancipação política. No caso do escravismo colonial brasileiro, por exemplo, até a Abolição, décadas mais tarde. (Veja Ciro Flamarion Cardoso: “Sobre os modos de produção coloniais da América”, in Théó Araújo Santiago (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975). Jacob Gorender tornou explícita esta posição: “A esta altura devo precisar que o conceito de *colonial* é aqui puramente econômico. Por isso, tanto pode referir-se a um país colonial também sob o aspecto político, como a um país organizado em Estado independente. O significado *econômico* de colonial, próprio à era iniciada com o mercantilismo, explicita-se, a meu ver, nos seguintes traços principais: 1º – economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2º – troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações; 3º – fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo. Deste ponto de vista, a periodização historiográfica corrente em Brasil-colônia e Brasil-império não tem relevância.” (Veja Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992, pág. 163)

¹⁵⁶ Ciro Flamarion Cardoso: “Sobre os modos de produção coloniais da América”, in Théó Araújo Santiago (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975, pág. 69.

nos marcos de suas estruturas internas, a totalidade dos elementos que se referem à reprodução de suas próprias relações. Mais ainda, a dinâmica subjacente a suas transformações estruturais será determinada pela coincidência entre movimentos engendrados em nível externo e interno, estimulados por razões próprias, distintas.

Concretamente, a elaboração do modo de produção colonial, em seus traços mais gerais, deveria partir das duas dimensões basilares, quais sejam, os nexos externos e as estruturas internas. Assim, *o fato colonial* constitui um dos eixos fundamentais desse modo de produção, como elemento constitutivo no processo de gênese e estruturante em seu desenvolvimento. Refere-se sobretudo aos nexos mercantis: em geral, ao vínculo de exploração comercial entre metrópoles e colônias; e no caso particular das formações escravistas inclui, naturalmente, o tráfico de escravos. Esse é o ponto fundamental na consideração acerca do modo de produção dependente, pois que esse modo de produção aparece explicitamente como um *organismo em constante formação*. A reprodução de suas relações depende em última instância do tráfico, vale dizer, desse vínculo ao nível das relações sistêmicas constitutivas do sistema colonial. Ou seja, o modo de produção colonial, pelo menos nas áreas escravistas, não contém uma dinâmica completamente autônoma definida no interior do espaço colonial – a dependência é constitutiva de sua estrutura. Mas, sob o manto do fato colonial, elaboram-se sínteses complexas, relativas ao conteúdo particular das diferentes experiências colonizadoras. Entram em choque a situação particular das diversas metrópoles em diferentes momentos do processo, os aspectos particulares das distintas formações indígenas encontradas pelos europeus no continente, condicionantes geográficos, etc. A partir dessa síntese, procura-se desvendar as particularidades dos diferentes espaços da colonização européia, distinguindo, além da produção autônoma das colônias britânicas do norte, formas de sobreposição do domínio europeu sobre antigas organizações indígenas ou de formação de uma nova estrutura social. Noutros termos, a elaboração dos novos modos de produção coloniais operou-se pela manutenção das antigas formas de produção indígenas reorientadas pelo domínio europeu, sobretudo por meio de diversos mecanismos de tributação; ou pela destruição da organização indígena e pela constituição de novas formas. As diferenças entre essas duas vias da colonização imprimiriam diferenças consideradas, pelo autor, fundamentais para a análise da problemática dos países latino-americanos, mesmo em período posterior. Tais

diferenças somente seriam apreendidas pela consideração das estruturas internas dessas sociedades.¹⁵⁷

Isso posto, o modo de produção específico que está na base dessa sociedade conformada pela colonização portuguesa no continente americano seria o escravismo colonial. Jacob Gorender assumiria, em seu trabalho clássico, a tarefa de elaborar uma teoria completa e sistemática, nos termos mesmo de uma economia política, desse modo de produção. Mas, de qualquer forma, os vários estudos empreendidos por Ciro Cardoso permitem desde logo delinear o que seriam seus traços mais gerais. Naturalmente, sendo especificamente um modo de produção dependente, fundado na articulação entre nexos externos e estruturas internas, a condição colonial e o escravismo serão os elementos centrais para a análise de sua dinâmica. Em particular procura-se observar as formas de articulação entre esses dois pólos no sentido de se apreender as implicações quanto às possibilidades e limites, nos marcos desse modo de produção para uma acumulação progressiva de riqueza material, para o desenvolvimento das forças produtivas. Para sua compreensão, deve-se observar, em primeiro lugar, que as concepções derivadas das interpretações sistêmicas, que consideram os limites impostos ao desenvolvimento dessas sociedades, em seus múltiplos aspectos, pelo peso da exploração mercantil, serão relativizadas. Mesmo considerando a presença decisiva dos vínculos mercantis, as possibilidades e limites dessa economia serão atribuídos à ação da dupla determinação, relativa à condição colonial e à estrutura do modo de produção escravista. Com isso, como veremos, essa interpretação poderá reconsiderar o peso da exploração colonial na determinação dos destinos dessa sociedade.

¹⁵⁷ Nesse ponto, parece necessário um contraponto em relação à reflexão mais geral de Caio Prado. Como vimos, em sua interpretação, o *sentido da colonização* preside todo o espaço da colonização de exploração e circuncreve as formações latino-americanas do ponto de vista de sua unidade. Por outro lado, quando tomamos as reflexões apresentadas no texto *A revolução brasileira*, em particular, por exemplo, no contraponto entre a dinâmica da luta de classes nas sociedades chinesa e brasileira, notamos ser fundamental considerar a diferença entre sociedades já plenamente constituídas, que são objeto da expansão do capitalismo em formação, e sociedades que são formadas justamente por essa expansão. Neste caso, a problemática reside no processo complexo de *formação nacional e diferenciação*, cuja dinâmica da luta de classes adquire feição particular, irreduzível a modelos europeus ou asiáticos. Assim, a leitura de Ciro Cardoso sugere uma pergunta acerca da centralidade de se considerar as particularidades dos distintos espaços de colonização européia no continente americano. Vale dizer, poder-se-ia estender as conclusões de Caio Prado acerca dos dilemas brasileiros e da dinâmica da luta de classes no Brasil ao conjunto da América Latina abstraindo suas especificidades e considerando a problemática em sua unidade (partindo de seus nexos mercantis)?

Consideremos primeiro a dimensão das relações escravistas. Como pressupostos dessas relações, impõe-se, de um lado, a reificação da figura do escravo; de outro, a alienação de ambos, escravos e senhores. O problema da reificação apresenta-se com traços mais violentos no escravismo colonial, não somente pelo caráter dependente e mercantil da produção, mas pelas cisões étnicas e culturais que a caracterizam. E nessa base, o escravismo colonial criou necessariamente formas precárias de vida material e social. O escravo como figura reificada, despojada de sua condição humana e reduzida a uma existência animal, inclusive juridicamente, não expressará, como discutimos, em sua atividade produtiva, nada além do mero esforço físico sob coerção. Por certo, essa massa de escravos estará submetida a formas rígidas de controle. Aquele equilíbrio de antagonismos, de violência e confraternização, constitutivo do complexo *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, base das relações patriarcais, aparece aqui como forma de dominação e controle necessário à manutenção das relações de produção do escravismo colonial. Violência e patriarcalismo combinam-se, equilibram-se para melhor controle dos senhores sobre a massa de escravos. E as formas de dominação desdobram-se ao nível das instituições. Por exemplo, a Igreja, que imprime uma catequese que acentua aspectos ligados às virtudes da obediência, da resignação, muito mais que as possíveis e perigosas referências igualitaristas ou emancipatórias. Ou, nos domínios do Estado, que prevê as mais severas punições aos cativos e a mais completa omissão diante do poderio dos senhores. Medidas complementares numa sociedade fundada na desigualdade, em que os senhores deveriam estar sempre acima da lei, demarcando sua diferença, exercendo livremente seu arbítrio nos vastos e impenetráveis latifúndios.

Com efeito, a vastidão dos domínios senhoriais e a extensão de sua escravaria aparecem aqui vinculados, não somente às necessidades da grande produção para o mercado mundial, mas como necessidade de afirmação do domínio senhorial numa sociedade de desiguais – e assim, portanto, como produto do escravismo colonial. Aqui, senhores se distinguem e assentam sua superioridade nas dimensões de sua propriedade de terra e de escravos. Do mesmo modo opera seu consumo relativamente suntuoso, como forma de distinção de uma camada superior. Diante disso, contudo, há formas de resistência dos escravos, expressas nas mais diversas formas. Na ironia, nas sabotagens, roubos, fugas, rebeliões, e até em formas violentas de negação da própria existência, nos casos não raros

de abortos intencionais, infanticídios e suicídios. E resistem sobretudo na luta pela preservação de sua cultura e de sua identidade. Mas o processo de reificação em sua complexidade implica não somente na consideração do escravo como *coisa*, mas na aceitação passiva do escravo dessa condição, condicionada pelas próprias condições de trabalho. A idéia de *socialização parcial* permite compreender, no quadro de uma profunda passividade do escravo, a impossibilidade de generalização da resistência dos escravos, isto é, da conversão de seus anseios em ação coletiva. Certamente, ao lado da violência e das formas imediatas de controle, a socialização parcial é fundamental para a contenção da possibilidade de conflitos e para a manutenção das relações escravistas.¹⁵⁸

O escravismo, como pólo interno do modo de produção colonial, seria, em parte, fator explicativo dos limites impostos ao desenvolvimento das forças produtivas dessa economia. Em primeiro lugar, a própria condição do escravo, em particular o fenômeno da socialização parcial, implicava na debilidade do trabalho. Um trabalho absolutamente exterior, feito à força, sem interesse, e necessariamente desqualificado. A qualificação, ou o desenvolvimento dinâmico das técnicas, seria contida pela socialização parcial e pelos níveis ínfimos de existência do escravo, necessários à manutenção do escravismo. E sob essa base técnica precária verifica-se a tendência ao rápido esgotamento do solo, a impossibilidade de uma agricultura científica, desenvolvimentos comerciais, industriais, etc. Enfim, trata-se novamente da tendência à expansão extensiva e quantitativa, que caracteriza a grande propriedade colonial – compreendida agora em termos da estrutura escravista. Mas como contraponto da precariedade do trabalho aparece seu alto custo, em

¹⁵⁸ A idéia de *socialização parcial* foi desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e incorporada por Ciro Cardoso no quadro interpretativo do escravismo colonial. “(...) a sociedade escravocrata dispunha de mecanismos pelos quais moldava a personalidade do escravo, impedindo a formação de atitudes capazes de orientar sua ação para a concretização dos ideais de libertação. A ‘socialização parcial’ do escravo fazia com que, em geral, seu adestramento fosse incompleto, limitado como era à transmissão de técnicas e à inculcação de normas e valores que motivavam o *negro* apenas para o trabalho rude (...). Por todos esses motivos, a possibilidade efetiva de os escravos desenvolverem ações coordenadas tendo em vista propósitos seus era muito pequena. Não tinham condições para definir alvos que levassem à destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes de permitir a consecução dos propósitos porventura definidos. Está claro que o processo de socialização incompleta e deformadora das possibilidades do escravo reagir como pessoa (...) resultava das próprias condições de trabalho, da representação do escravo como coisa e da aceitação pelos cativos da representação de escravo que lhes era imposta (...). Tudo isso, porém, agia de tal forma que tornava o escravo incapaz de reagir coordenadamente contra a situação de espoliação de que era vítima.” Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*. 2ª. edição. São Paulo, Difusão Européia, 1962, págs. 159 e 160.

particular, das imobilizações relativas à manutenção e aquisição do escravo.¹⁵⁹ Sobre a propriedade do escravo pesavam altos custos de vigilância e controle, além dos gastos para a subsistência do próprio escravo. Deve-se pensar em termos de propriedade, pois não está em questão a simples reprodução da força de trabalho, mas custos muito mais rígidos, *vis-à-vis* a rentabilidade da empresa escravista, pois o escravismo, naturalmente, pressupõe a propriedade do escravo, por toda sua vida, ainda que curta. No entanto, as próprias condições de vida do escravo, sua socialização parcial, impedia sua reprodução plena e portanto a renovação da população de cativos no interior dos grandes domínios escravistas. Impunha-se o tráfico, cujos custos também seriam muito elevados.

A renovação da força de trabalho pelo tráfico propõe a questão da dependência constitutiva do modo de produção escravista colonial, em seu aspecto fundamental. Com efeito, trata-se de um modo de produção que não reproduz de forma autônoma suas próprias relações essenciais, o que seria obra dos vínculos orgânicos dessa economia com o mercado mundial. Vistos de um ângulo mais abrangente, esses vínculos remetem à própria condição colonial. Ciro Cardoso considera o fato colonial, que revela o caráter dependente do modo de produção, como força deformadora, que limita as possibilidades de desenvolvimento dessa sociedade. Está em questão o caráter reflexo e complementar, reconhecido, e seu corolário, o fluxo desacumulador. Naturalmente essa dimensão terá seu peso relativizado, em contraponto às concepções sistêmicas, uma vez que todo o processo é visto à luz das articulações entre as estruturas externas e internas. Assim, a estrutura escravista combinada com a condição colonial explicarão o sentido histórico dessa sociedade, em particular as possibilidades e limites do desenvolvimento de suas forças produtivas. Enfim, considerando a precariedade da vida material constitutiva da estrutura escravista, em contraponto com o alto custo de manutenção e aquisição dos escravos, e considerando os limites derivados da condição colonial, esta economia terá estreitas possibilidades de acumulação. O desenvolvimento será muito mais extensivo e quantitativo, de baixo nível técnico, com o mínimo investimento em capital por unidade de superfície. A combinação das duas dimensões constitutivas do modo de produção, a estrutura escravista e a condição colonial

¹⁵⁹ Quanto ao caráter dessa imobilização, Ciro Cardoso modifica sua opinião ao longo de seus estudos. No texto *O modo de produção escravista colonial na América*, a imobilização para a aquisição do escravo é interpretada como aquisição de *capital fixo*. Posteriormente, assimilando às críticas de Jacob Gorender, em sua *História econômica da América Latina*, considera-a como *esterilização de parcela do fundo de investimento*, isto é, gasto exterior e anterior ao processo produtivo.

explicariam, enfim, aqueles limites históricos ao desenvolvimento das forças produtivas. Isso significa que a racionalidade burguesa do capitalismo do século XIX não seria um critério legítimo para a apreciação dessas formas precárias de organização da vida econômica e social. Somente a consideração das estruturas desse modo de produção, escravista e colonial, poderia explicá-las.

Contudo, somente na obra de Jacob Gorender pode-se encontrar uma formulação completa e sistemática acerca do funcionamento desse modo de produção. Somente ali pode-se encontrar a formulação de leis específicas que regem a dinâmica da sociedade colonial, que conferem singularidade a esse modo de produção.¹⁶⁰ Nessa formulação as leis de funcionamento definem um sistema, um nível de articulação que denota uma direcionalidade. Ou seja, não devem ser compreendidas isoladamente, mas somente em conjunto, como peças numa totalidade orgânica. Mas, a partir da forma de interpretar as categorias do materialismo histórico, acima referida, essas leis serão, naturalmente, leis econômicas e portanto o que está em causa é a formulação de uma economia política do escravismo colonial como única forma legítima de apreender uma realidade histórica.

A primeira lei refere-se ao caráter monetário da renda que resulta da exploração do trabalho escravo. O escravismo colonial, à diferença da forma antiga, caracteriza-se pelo caráter monetário da parte do excedente produzido pelo escravo que expressa a produtividade da economia escravista. Por certo, há uma parcela do excedente que assume a forma de renda natural, mas trata-se, ao contrário do escravismo antigo, de elemento meramente subsidiário. Na verdade, essa diferença permitirá compreender a peculiaridade do escravismo colonial. Pois trata-se de um modo de produção dependente, cujos nexos de dependência constituem-se em nexos mercantis, ao nível do mercado mundial. A finalidade mercantil é pressuposto do escravismo colonial e compõe sua estrutura. Por isso, não poderia ser assimilado ao escravismo clássico, pois o caráter mercantil viria imprimir-lhe uma dinâmica distinta. O escravismo patriarcal antigo, assentado na produção para o consumo imediato no interior das próprias unidades produtoras, embora pudesse admitir

¹⁶⁰ Jacob Gorender distingue três níveis de elaboração teórica no materialismo histórico, em termos da formulação de leis históricas de desenvolvimento: as leis onimodais, que têm vigência em todos os modos de produção, como as relações entre forças produtivas e relações de produção; leis plurimodais, que têm vigência em alguns modos de produção, como a lei do valor que rege a circulação mercantil; e as leis monomodais, que se referem a modos de produção específicos. As formulações que se seguem estão no nível das leis monomodais, ou seja, vigoram apenas, segundo o autor, no escravismo colonial.

relações mercantis, em certo nível, não poderia converter-se em escravismo mercantil, dados os limites dos mercados nas condições do mundo antigo. Haveria, pois, um limite à mercantilização, além do qual as formas estabelecidas poderiam desintegrar-se. O escravismo colonial distingue-se pela compatibilidade, e mesmo a necessidade de níveis bem mais elevados, embora não a sua generalização, de desenvolvimento mercantil, posto ser essa a sua finalidade. E isso explica seu conteúdo mais violento. Nos termos de Marx, a economia orientada no sentido da produção de valores de uso estabelece limites ao sobretrabalho segundo as necessidades de consumo da sociedade. A produção vinculada ao mercado, à busca do dinheiro como fim em si mesmo, por outro lado, imprime um sobretrabalho quase sem limites. A brutalidade do escravismo amplificou-se nas colônias modernas.

A segunda lei refere-se à inversão inicial para aquisição do escravo, entendida aqui como esterilização de parte do fundo disponível, a ser reposta às custas do sobretrabalho do escravo, ao longo de sua vida útil, ou permanência nos domínios da unidade produtora. Ou seja, a inversão para aquisição representa uma esterilização de capital. Essa proposição tem implicações decisivas para a dinâmica da acumulação na economia escravista, mas antes, encerra um problema teórico. Pois considerar essa inversão uma esterilização de capital significa dizer que se trata de um gasto realizado fora do âmbito da produção e não se confunde com os custos necessários à reprodução da força de trabalho. A questão teórica implícita se contrapõe à assimilação do escravo ao capital fixo, presente nas teses de certos autores.¹⁶¹ A compreensão do processo de trabalho do escravo em sua generalidade, fazendo abstração de seu conteúdo concreto nesse modo de produção, faz surgir o escravo como elemento subjetivo no processo de trabalho, o que afastaria a possibilidade de considerá-lo meio de produção. Essa inversão não assume a função de capital pois desaparece no processo produtivo, isto é, não representa qualquer elemento concreto do fundo produtivo do proprietário escravista. Trata-se de uma esterilização de fundo produtivo, que funciona como não-capital. Um dispêndio constitutivo da forma de

¹⁶¹ Referimo-nos em particular a Werneck Sodré e Ciro Cardoso, em suas primeiras formulações. A assimilação do escravo ao capital fixo pressupõe uma reconsideração da forma do capital variável. Pois no capitalismo o capital variável funciona como capital circulante, ao passo que no escravismo colonial seria tratado como capital fixo. Essa reformulação das categorias desaparece na nova proposição de Jacob Gorender. Aqui, o problema restringe-se à similaridade entre o capital dinheiro destinado à compra do escravo e o papel da forma dinheiro do capital fixo, somente no sentido de que a compra do escravo é uma inversão que será reposta ao longo do período em que for utilizado o escravo. Mas a aproximação termina aí.

propriedade escravista, inscrito em sua racionalidade específica, que visa garantir a propriedade sobre o escravo e possibilitar sua exploração econômica. Concretamente, essa esterilização assumiria a forma de desconto do sobretrabalho do escravo e, portanto, da renda do escravista, descontado aos poucos, ao longo período de vida do escravo.

As implicações dessa proposição acerca da inversão inicial serão fundamentais para a compreensão da dinâmica do escravismo colonial. Com efeito, o montante desses gastos correspondia a uma grande parcela no conjunto dos custos, embora os números sejam imprecisos e oscilantes ao longo do tempo – depois da suspensão do tráfico, por exemplo, chega a cifras superiores a dois terços do valor das inversões. Esses valores poderiam representar até cinco anos e meio da renda líquida produzida pelo trabalhador escravo, o que significava algo como um quarto ou um quinto da renda total produzida durante sua vida útil. Essa esterilização de capital implicava em limites à acumulação da economia escravista, cujo potencial chegava a ser reduzido à metade. Concretamente a esterilização significava o desvio de parte significativa da riqueza ao circuito do tráfico, seja para a manutenção do próprio tráfico, seja para o enriquecimento dos traficantes. De qualquer modo, esse era um setor da economia controlado sobretudo por negociantes estrangeiros e, portanto, mesmo considerando a possibilidade teórica de que esse fundo fosse reintroduzido nas plantações, concretamente, esse comércio funcionou como uma força de desacumulação da economia escravista. Com isso, Jacob Gorender apresenta um dos pontos centrais da tese do escravismo colonial, em contraponto a outros tipos de interpretação, sustentando a centralidade da escravidão e reafirmando uma explicação assentada nas categorias do modo de produção escravista tipicamente colonial, como modo de produção dependente. Isto é, o autor procura situar os limites à acumulação e ao desenvolvimento das forças produtivas dessa economia nas estruturas do escravismo, como modo de produção dependente, em particular na necessidade e nos custos da importação de braços, ou seja, nos seus vínculos estruturais com o tráfico de escravos, não obstante conceda alguma importância à exploração mercantil. Vale dizer, a estrutura escravista, funcionando segundo sua própria racionalidade, demarcava os limites de suas possibilidades.

Em síntese, o autor afirma: “Não é difícil concluir que a importação de escravos constituía uma *desacumulação*, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento.

Nem é preciso mais do que isso a fim de demonstrar o caráter, não somente pré-capitalista, mas também anticapitalista, do regime do escravismo colonial. É certo que a economia brasileira se expandiu e contou com recursos próprios para fazê-lo, mas o fez com redução substancial de sua poupança, ou seja, do produto líquido não consumido pela população. Se ajuntarmos este efeito desacumulativo aos demais efeitos da conservação da estrutura escravista e à continuação da espoliação colonialista, implícita no escravismo, teremos explicado o retardo do desenvolvimento econômico do Brasil na mesma época em que a economia capitalista avançava impetuosamente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.”¹⁶² E atestando a proeminência da dimensão escravista sobre a dimensão mercantil, e mesmo subordinando a segunda determinação à primeira, o autor continua: “É igualmente improcedente o argumento (...) segundo o qual o obstáculo ao desenvolvimento econômico não adveio do escravismo como tal, mas da agricultura de exportação. Ora, a predominância da agricultura de exportação não foi coincidência acidental, mas *fator intrínseco ao modo de produção escravista colonial*, onde quer que haja existido. Nenhum país onde prevaleceu o escravismo colonial pode desvencilhar-se *do que dele decorria*, isto é, a estruturação da economia em torno do eixo da agricultura de exportação”.¹⁶³

Além disso, a aquisição de escravos não poderia ser adaptada com versatilidade às necessidades de produção impostas pelos movimentos do mercado mundial, ou pelo caráter sazonal da produção agrícola. E isso é expresso na forma de uma outra lei do escravismo colonial, referente à rigidez da mão-de-obra. Pois o proprietário adquire não a força de trabalho do escravo por um período de produção limitado, mas sim o próprio escravo, em geral, por toda sua vida útil. Assim, haverá uma tendência à formação de uma mão-de-obra ociosa nos períodos de baixa produção. Por outro lado, os períodos de alta impunham que se intensificasse a exploração e que se estendesse ao máximo a jornada de trabalho a níveis extenuantes, o que poderia mesmo comprometer a própria disponibilidade de braços, pelo aniquilamento do escravo. Mas, considerado o alto custo das inversões para novas aquisições, a exploração, por certo muito violenta, não poderia ultrapassar certos limites. Assim, as dimensões do plantel deveriam ser determinadas pelas necessidades de produção

¹⁶² *Idem*, págs. 204 e 205.

¹⁶³ *Idem*, pág. 205 (grifos nossos). Neste ponto, o autor dirige explicitamente a crítica à historiografia norte-americana, mas não poderíamos deixar de notar que ele aponta também para os autores que privilegiam os nexos mercantis na determinação das estruturas da sociedade colonial, como Caio Prado, Celso Furtado e Fernando Novais.

dos períodos de alta e, nos períodos de baixa, os proprietários arcaíam com os custos da mão-de-obra ociosa. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, arcaíam, quando necessário, com os investimentos improdutivos da aquisição de escravos nos períodos de expansão da produção. Assim expressa-se aquela tensão na economia escravista: para a expansão da produção nos momentos de pico, exige-se a esterilização de fundos de investimento, para ampliação da mão-de-obra.

Mas aqui está implícito outro aspecto do modo escravista colonial, que diz respeito à sua lei de população. Em particular, trata-se do problema da impossibilidade estrutural da sociedade escravista engendrar um crescimento da população de escravos e, portanto, trata-se da impossibilidade deste modo de produção reproduzir as relações de produção que lhe são correspondentes em seu interior. O crescimento da população de escravos no interior do modo de produção esbarrava em limites estruturais. Em primeiro lugar, a plantagem pressupõe, pelas características do trabalho nas grandes lavouras, o predomínio de contingentes importados masculinos sobre femininos. Ainda que o nascimento de novas gerações tendesse a igualar ambos os contingentes, a necessidade da grande lavoura viria trazer novos escravos, predominantemente masculinos e, com isso, repor o problema.¹⁶⁴ Por outro lado, mesmo que houvesse algum interesse da parte dos senhores no aumento da escravaria pela reprodução das escravas, por certo o longo tempo de gestação e cuidado materno fariam diminuir os braços femininos, necessários, sobretudo em momentos de pico. Além disso, a alforria constituía elemento estrutural do escravismo. Em seu aspecto econômico, permitia aos senhores livrarem-se do gasto com escravos imprestáveis, ou acrescerem suas rendas pela venda das cartas; do ponto de vista sociológico, funcionava como promessa que garantia a obediência e solidificava a dominação. Naturalmente isso também fazia diminuir o número de escravos.¹⁶⁵ Enfim, pode-se dizer que a violência extrema no trato com os escravos viria aniquilar qualquer traço de vitalidade do cativo e assim diminuir sua vida útil e limitar as possibilidades de sua reprodução. E isso seria atenuado somente a partir do fim do tráfico. Assim, o abastecimento de braços seria suprido principalmente pelo tráfico, de onde se define outra lei do escravismo colonial segundo a

¹⁶⁴ Mesmo depois da suspensão do tráfico, essa tendência se verifica nos deslocamentos de escravos no interior do território, quando as regiões mais dinâmicas atraíam predominantemente os elementos masculinos das regiões decadentes.

¹⁶⁵ Além disso, os próprios escravos libertos muitas vezes tornavam-se proprietários de escravos – até como forma de possibilitar uma integração social mais plena.

qual seu volume varia na razão inversa de seu preço, e na razão direta de sua rentabilidade. Com o fim do tráfico, o sistema se recompõe internamente e as regiões decadentes passam a funcionar como fontes externas de abastecimento para as regiões mais dinâmicas, impulsionando um comércio de escravos interprovincial.

A este caráter relativamente dependente de nexos externos do modo de produção escravista vincula-se outra dimensão da economia colonial, já discutida por Caio Prado. Trata-se das relações entre os espaços destinados à produção para o mercado mundial e para a subsistência das plantagens, ou seja, mercantil e natural, aqui elevada à posição de lei do modo de produção. A estrutura bissegmentada da economia colonial foi discutida em capítulo anterior e sua formulação, aqui, não difere muito da formulação de Caio Prado. Por um lado a economia natural está estreitamente vinculada ao espaço mercantil e constitui sua necessidade estrutural. Por outro, estabelece com ele uma relação tensa. Pois a produção orientada para os mercados externos tende a sufocar os espaços da economia natural, ou seja, de sua própria subsistência. Assim, como vimos, justamente os períodos de expansão da produção mercantil coincidem com os períodos de miséria e carestia. Analogamente, o setor subsidiário será a retaguarda da economia colonial nos períodos de baixa produção e permitirá que a plantagem escravista sobreviva a crises relativamente prolongadas. O setor da economia natural constitui-se como espaço dependente do setor mercantil e seus movimentos apresentam-se em sentido inverso em relação a este – e nisso resume-se outra lei do escravismo colonial.¹⁶⁶

Mas cumpre ainda observar que nas discussões sobre o segmento voltado à subsistência da grande lavoura introduz-se na discussão a problemática da economia própria do escravo. Muitas vezes os escravos possuíam pequenos lotes, que cultivavam para seu próprio sustento em seu tempo, digamos, “livre”. Em alguns casos, poderiam até

¹⁶⁶ Ciro Cardoso sugere uma articulação em outro sentido. Em certas passagens, o autor acentua a importância para a dinâmica da economia escravista de um comércio intercolonial. E mais, ao contrário de Caio Prado e Jacob Gorender, apresenta o setor ligado ao mercado interno como espaço relativamente autônomo diante da economia de exportação: “Os ciclos de exportação, e em particular as atividades de mineração, dependem sempre para o abastecimento de sua subsistência e insumos básicos, incluindo a mão-de-obra, de economias subsidiárias que cresceram, se expandiram e declinaram segundo fatores em grande parte estranhos à própria economia de exportação”. Ciro Flamarion Cardoso & Hector Perez Brignoli. *História econômica da América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pág. 123. Ora, se a economia de exportação é dependente deste setor, mas não o condiciona, isto é, se o setor ligado ao mercado interno adquire uma dinâmica própria, independente da economia de exportação, caberia então perguntar: em que medida esse setor ligado ao mercado interno poderia condicionar o movimento da economia de exportação e da economia colonial em seu conjunto?

comercializar algum excedente. A questão que se propõe é a seguinte: seria a economia própria do escravo uma espécie de forma feudal combinada com as formas escravistas, que traria ao escravo um traço camponês? Ou seja, seria essa economia uma “brecha camponesa”?¹⁶⁷ Alberto Passos foi o primeiro a propor uma reflexão mais detida a esse respeito e procurou identificar nesse quadro, aspectos de uma forma híbrida escravista-feudal, ou mesmo “(...) o pano de fundo do cenário feudal”.¹⁶⁸ Para Jacob Gorender trata-se de um elemento organicamente integrado à dinâmica do escravismo, sendo pois concessão sujeita ao arbítrio dos senhores e prática acessória, que produzia somente parte da subsistência do escravo. Portanto, nada que remetesse às propriedades camponesas medievais. Ciro Cardoso retomaria o tema para acentuar a importância da propriedade do escravo, sugerindo que ela poderia ter não somente um caráter eventual e provisório, e servir não somente de complemento ao sustento do escravo, mas que ela poderia ser uma forma permanente de produzir toda a sua subsistência, situada inclusive em terrenos distantes do núcleo central da grande lavoura. Além disso, os escravos poderiam produzir uma quantidade significativa de gêneros comercializáveis ou mesmo, sendo sua propriedade relativamente estável, fazer dela objeto de aluguéis, arrendamento e, com isso, constituir algum pecúlio. O autor sustenta que essas formas eram muito mais presentes e importantes do que sugeriu Jacob Gorender. Com isso, o autor pretende não desconstruir o esquema teórico do modo de produção escravista colonial, introduzindo certos elementos híbridos, mas nuançá-lo; demonstrar que a realidade concreta não poderia ser uma reprodução rígida de uma formulação teórica, ponderando que o fluxo do cotidiano é feito de formas complexas e variadas. Em última instância, procura recuperar um conteúdo subjetivo na existência do escravo, ponderando acerca de sua referida objetivação.¹⁶⁹ Assim, mesmo que essas propriedades fossem, em princípio, concessões arbitrárias dos senhores para redução de custos, os escravos poderiam, ao longo do tempo, vê-las como direitos e sua usurpação poderia ser motivo de conflitos.¹⁷⁰

¹⁶⁷ Sendo este debate muito amplo, restringiremos a discussão às opiniões dos autores que são objeto de estudo mais detido nessa dissertação. Em particular, Alberto Passos, Ciro Cardoso e Jacob Gorender.

¹⁶⁸ Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 29.

¹⁶⁹ Vale notar, que o autor observa uma certa resistência cultural, pois que os métodos de cultivo nessas “brechas camponesas” eram muitas vezes métodos africanos.

¹⁷⁰ Ciro Cardoso apresenta duas interpretações para a propriedade do escravo. A primeira é muito próxima a Jacob Gorender e acentua o caráter *coisificado* do escravo. A segunda é a referida acima, em que o autor

Estes seriam os fundamentos da sociedade colonial. Na verdade, um conjunto de leis econômicas específicas que seriam determinantes da produção material do modo de produção escravista colonial e que, articuladas organicamente, em suas determinações recíprocas, expressariam o sentido do movimento desse modo de produção e portanto da sociedade colonial. Mas somente com a análise da esfera da circulação, entendida desde logo como a forma específica de circulação correspondente à produção material desse modo de produção, a caracterização do funcionamento do escravismo colonial estaria, pelo menos em suas determinações fundamentais, completa. Aqui, parece ser decisiva a consideração da circulação como elemento necessariamente subordinado à produção, em última instância, como seu prologamento. Assim, o conteúdo do comércio colonial, dos nexos que vinculam a economia colonial ao mercado mundial, será compreendido como elemento funcional à reprodução do modo de produção escravista. Vale dizer, o exclusivo metropolitano e a própria condição colonial apareciam como necessidades para a reprodução do modo de produção. Em particular, cumpriria analisar a funcionalidade do caráter essencialmente monopolista das relações mercantis entre metrópole e colônia. Decorre da análise do escravismo colonial que a economia escravista necessariamente pressupunha falsos gastos de produção, relativos ao custo da inversão para aquisição do escravo, ao aproveitamento parcial da mão-de-obra, à vigilância, etc. Com isso, Jacob Gorender afirma que somente a vigência de preços monopolistas poderiam garantir a rentabilidade necessária à reprodução dessa empresa. Portanto, precisamente os lucros de monopólio derivados da própria condição colonial viabilizariam o empreendimento escravista. Ou seja, a condição colonial, ao implicar em preços de monopólio de compra e venda na colônia, seria produto de uma confluência entre os interesses dos produtores manufatureiros europeus, que teriam em seu favor o preço de monopólio na venda de produtos manufaturados na colônia, e dos grandes proprietários escravistas, que teriam em seu favor o preço de monopólio dos gêneros tropicais no mercado mundial.¹⁷¹ Porém, esse

procura relativizar o caráter passivo do escravo, reservando-lhe certa subjetividade, e procurando flexibilizar a idéia do modo de produção, na reconstituição da vida colonial cotidiana. A primeira formulação encontra-se no texto *Modo de produção escravista colonial na América*; a segunda está mais detalhada em *Escravo ou camponês? – o protocampesinato negro nas Américas*.

¹⁷¹ Neste ponto, cumpre registrar uma diferença entre as interpretações de Jacob Gorender e Ciro Cardoso. Pois este não elabora uma discussão sobre a funcionalidade dos preços de monopólio para o escravismo, e apóia-se em Marcello Carmagnani. Aqui, o lucro comercial seria produto das diferenças entre os valores dos

argumento pressupõe uma relação *em nível estrutural* de disputa pelo excedente entre grandes proprietários e mercadores e portanto uma tendência ao conflito ente essas duas partes, mesmo que a força pendesse ora para um lado, ora para outro.¹⁷²

“A classe dominante colonial precisava do monopólio no mercado metropolitano tanto quanto a metrópole precisava do monopólio no mercado colonial. Os plantadores de cada colônia de gêneros tropicais necessitavam da garantia de exclusividade no mercado de sua metrópole e da intermediação desta a fim de atingir outros mercados. Da sua parte, os produtores de manufaturas e os mercadores da metrópole não podiam dispensar a exclusividade nos mercados de suas colônias. Conveniente a ambas as partes, funcionava um sistema de mercados fechados. Exatamente porque necessitava de mercados externos fechados, o escravismo moderno necessitava de uma metrópole que os garantisse com força política. Pela natureza das coisas, só podia ser escravismo *colonial*. (...) O regime de circulação mercantil baseado no preço de monopólio era o único que convinha, do ponto de vista *estrutural*, simultaneamente ao modo de produção escravista colonial e ao capital mercantil pré-capitalista da Europa. (...) O preço de monopólio proporcionava um *terreno de disputa* entre plantadores e mercadores, com vantagens alternantes para uns e outros, mas também permitia, lógica e historicamente que a rentabilidade fosse elevada ou satisfatória para uns e outros nas conjunturas favoráveis do mercado mundial. Não havia nenhuma tendência *necessária* à depressão dos preços ao *plantador* até o nível dos custos de produção.”¹⁷³

Aqui torna-se evidente o contraponto entre a vertente do escravismo colonial e o do sistema colonial. Pois enquanto neste a apropriação do excedente pelos detentores do capital mercantil em detrimento da economia colonial é elemento estrutural, sendo a internalização do excedente acidente conjuntural, naquele, a disputa pelo excedente e portanto a possibilidade de internalização do excedente é estrutural, sendo a completa espoliação mercantil produto de conjunturas particulares. A crítica elaborada por Jacob Gorender a Fernando Novais procura identificar um equívoco, quase matemático, nas teses

produtos coloniais, medidos em horas de trabalho, e seus valores monetários vigentes na Europa. E assim, desaparecem referências ao monopólio.

¹⁷² Esta oposição revelava-se como oposição em nível econômico pela disputa do excedente. Contudo, aparecia também como oposição de tipo estamental, dada pelos privilégios dos senhores, e como oposição de caráter nacional, dada pelo predomínio dos portugueses no comércio colonial.

¹⁷³ Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992, págs. 528 e 530.

sobre a exploração colonial. Como vimos, esta se realiza pelo duplo movimento de monopólio na compra dos gêneros tropicais e monopólio na venda dos manufaturados, viabilizados pela concentração de renda na economia colonial. Assim, Jacob Gorender sustenta que o poder de monopólio dos mercadores, ou seja, a exploração mercantil no momento da compra da produção colonial impossibilitaria o segundo movimento, pois já se teria esvaído todo o excedente a ser dirigido para a compra dos manufaturados. De outro modo, a exploração do capital mercantil no momento da venda dos produtos manufaturados teria como pressuposto a internalização de uma parte do excedente em momento anterior – provavelmente na venda dos gêneros tropicais. Visto desse ângulo, a introdução da concentração de renda somente deslocaria o problema, posto que renda expressa o próprio sobreproduto da economia. No entanto, parece-nos que o argumento da exploração colonial advoga uma tendência estrutural, de caráter geral, constituída de um duplo movimento simultâneo, na compra e na venda, que ao fim e ao cabo, visto em seu movimento simultâneo impossibilita a internalização do excedente necessário para promover um movimento progressivo de acumulação. Ao contrário, a tendência manifesta-se, segundo essa interpretação, no endividamento dos proprietários (que Jacob Gorender procura refutar). Como desdobramento dessa crítica Jacob Gorender procura substituir a tese segundo a qual a escravidão africana explica-se, paradoxalmente, pelo tráfico. Sendo a esfera da circulação funcional à reprodução do escravismo, o tráfico seria naturalmente decorrente das necessidades do escravismo, e comandado pela demanda.¹⁷⁴

Pode-se concluir a análise do modo de produção escravista colonial indagando acerca de suas possibilidades de acumulação, ou de suas possibilidades de internalização do excedente econômico no colonial. A segunda questão, ligada à primeira, diz respeito às

¹⁷⁴ Além disso, a tese do escravismo colonial ainda precisaria oferecer explicações para pelo menos duas questões. Pois se a condição colonial é interesse da reprodução do escravismo colonial e portanto de sua classe dominante, ou seja, dos proprietários escravistas, seria necessário explicar a posição destes em favor da independência. Além disso, seria necessário explicar a manutenção do escravismo no período subsequente. Quanto ao primeiro problema, Jacob Gorender argumenta que a oposição dos proprietários à metrópole portuguesa não ocorreu por sua condição de metrópole, mas por sua condição de metrópole decadente. Pois a metrópole somente figurava como um entreposto, e seu ínfimo mercado nada poderia representar aos plantadores, sobretudo quando amplos mercados se abriam com a Revolução Industrial. Isso explicaria, por exemplo, a posição dos proprietários das colônias antilhanas inglesas em favor do estatuto colonial, contra os interesses dos industriais ingleses. Contudo, essa interpretação advoga a necessidade estrutural de mercados monopolistas para a reprodução do escravismo colonial e, por isso, a emancipação comprometeria sua vigência. O milagre do café explicaria sua sobrevivência. Pois no momento de dissolução do exclusivo metropolitano, o café aparecia como um produto que gozava de condições monopolistas, não legais, mas de fato.

possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas nessa economia. A partir da discussão sobre as conexões entre a esfera da produção e da circulação, a interpretação do escravismo conclui pela possibilidade de acumulação e internalização de parte do excedente produzido. Naturalmente a possibilidade de chegar a essas conclusões passa pela reorientação do enfoque do sentido da colonização para a reprodução de um modo de produção especificamente colonial. “Em suma, não há razão para supor que a economia escravista colonial, considerada em seu conjunto, fosse sempre, em todas as suas fases, irremediavelmente deficitária. Inúmeros senhores de engenho terminaram na falência, porém isso não indica que o escravismo colonial, no plano macroeconômico, sofresse de incapacidade estrutural para a acumulação interna. Nas fases de conjuntura favorável, o modo de produção escravista colonial teve condições de reprodução ampliada com recursos endógenos e, às vezes, em ritmo de notável aceleração.”¹⁷⁵

Na verdade, o problema do movimento histórico do escravismo colonial e da sociedade formada a partir dele, do ponto de vista de seu desenvolvimento econômico, reside na natureza dessa acumulação. E essa natureza somente pode ser compreendida a partir da estrutura do modo de produção escravista colonial. Pois, no escravismo, a acumulação engendrava sempre uma desacumulação, determinada, em primeiro lugar, pela esterilização de capital implícita nos custos iniciais de aquisição do escravo, e estrutural nesse modo de produção. E também pelo custo de manutenção e vigilância da força de trabalho. Assim, diante desses mesmos horizontes limitados para a acumulação produtiva, o escravismo engendrava outra forma de acumulação improdutivo, dada pelo entesouramento, inclusive pela aplicação de riquezas em outros países. Por outro lado, o escravismo necessitava de mais uma forma de gasto improdutivo, determinado pelo consumo de luxo ostentatório dos senhores. Não se trata de mera irracionalidade. Trata-se de uma peça fundamental na estrutura de dominação de uma sociedade de desiguais, fundada na distinção, no privilégio e mesmo no prestígio dos senhores proprietários. Assim, o consumo conspícuo servia como forma de distinção da classe dos senhores, necessária para a afirmação de seu poder sendo, portanto, estrutural para o funcionamento do modo de produção escravista. Enfim, conclui-se que, segundo a interpretação elaborada a partir da formulação do modo de produção escravista colonial, podem-se definir estruturas internas

¹⁷⁵ *Idem*, págs. 568 e 569.

ao espaço colonial, que compõem a explicação de sua dinâmica de modo decisivo. Em particular o problema desloca-se da questão da expropriação do excedente pela via do comércio colonial, para situar-se sobretudo nas estruturas escravistas edificadas no interior do espaço colonial. Estruturas essas que poderiam delinear as possibilidades e os limites da acumulação material e do desenvolvimento das forças produtivas na colônia.

“A questão consiste em examinar a natureza dessa acumulação interna, afastada a idéia simplista de sua obrigatória ausência. Neste ponto, um equívoco possível seria o de atribuir à acumulação escravista caráter idêntico ao da acumulação capitalista. Esta é sempre acumulação de capital, ao passo que a acumulação escravista se manifestava, antes de tudo, na acumulação de escravos. *Expandir a produção implicava, aqui, em primeiro lugar, o aumento do plantel de escravos.* Nisto residia, desde logo, a principal contradição interna da acumulação escravista. O aumento do plantel de escravos significava o aumento do potencial de força de trabalho e, por conseguinte, crescimento quantitativo das forças produtivas e possibilidade de crescimento da produção, possibilidade de reprodução ampliada. Mas significava, ao mesmo tempo, esterilização de parte do sobreproduto apropriado pela classe exploradora sob a forma de inversão inicial na compra de novos escravos. Assim, a acumulação escravista encerrava, por sua natureza intrínseca, um elemento inevitável de desacumulação.”¹⁷⁶ “De todo o exposto fica claro por que a acumulação, em termos de sistema, se fazia acompanhar do endividamento individual de muitos plantadores e, no final de contas, dos escravistas como classe. O endividamento vinha pela acumulação de escravos, cuja compra representava forte dedução da renda apropriada; vinha pelo entesouramento, que tirava à riqueza congelada a possibilidade de servir à criação de novas riquezas; vinha pelo consumo ostentatório, na medida em que assumia o caráter de fim autônomo; vinha pela usura do capital mercantil. Fatores todos que se somavam e se potencializavam reciprocamente nas fases de conjuntura depressiva, quando a economia entrava num processo de reprodução decrescente e, em conseqüência, de desacumulação. Em suma, pode-se dizer que *a acumulação engendrava seu contrário – o endividamento.*”¹⁷⁷

¹⁷⁶ *Idem*, pág. 569.

¹⁷⁷ *Idem*, págs. 575 e 576.

Em texto intitulado *Desventuras da marxologia*, Werneck Sodré elaborou uma crítica às concepções do modo de produção escravista colonial, em particular ao estudo de Jacob Gorender.¹⁷⁸ Naturalmente, sua crítica explicita sua posição, já discutida em capítulo anterior, já que oscila entre os dois pólos de sua interpretação, quais sejam, a centralidade dos nexos mercantis e da estrutura interna como manifestação particular de um modo de produção assimilado como universal. Isto é, a crítica tende a acentuar ora a posição da exploração colonial, ora a universalidade do modo de produção escravista edificado na colônia, no sentido de desconstruir a elaboração teórica acerca do modo de produção especificamente colonial. Além disso, procurando preservar sua idéia acerca da complexidade do espaço colonial, do mosaico de formas de produção desconexas que constituem a colônia, o autor critica a redução da interpretação ao âmbito da plantagem escravista, bem como as tentativas de alargar o domínio das relações escravistas para outras regiões, como a economia sertaneja de produção pecuária. Para Werneck Sodré isso expressa uma tendência à generalização conceitual, em detrimento da apreensão dos processos históricos concretos. Em particular, essa tendência à generalização viria distorcer o conteúdo concreto da luta de classes na sociedade colonial, sobretudo ao limitar as classes dominantes aos senhores de engenho. Esse argumento procura resgatar a idéia do mosaico de formas de produção, sobre a qual Werneck Sodré assenta sua interpretação do sentido da luta de classes na colônia, em particular a tese do feudalismo no Brasil.

Mas o sentido geral de sua crítica parece apontar para o caráter universal em contraponto à idéia de modo de produção especificamente colonial. Portanto, o autor procura demonstrar o caráter geral, e não específico, daquilo que Jacob Gorender define como leis de funcionamento do escravismo colonial. Mais ainda, em alguns casos, como por exemplo no que se refere à lei da renda monetária ou à lei da rigidez da mão-de-obra, Werneck Sodré procura demonstrar que são aspectos de caráter geral, presentes, em maior ou menor grau, em todos os modos de produção. E também a lei da população será despojada de seu caráter de lei específica, para ser vista apenas como constatação empírica que, de resto, formula-se em termos da lei da oferta e da demanda. Por outro lado, a crítica às leis da inversão inicial para aquisição do escravo e da correlação entre a economia

¹⁷⁸ Nelson Werneck Sodré. “Desventuras da marxologia”, in *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo, Global, 1987.

natural e mercantil, aponta no sentido de recuperar a centralidade dos nexos sistêmicos. Pois, ao tratar dos limites à acumulação material e ao desenvolvimento progressivo da economia colonial, Werneck Sodré atribui centralidade ao fluxo desacomulador impulsionado pela exploração mercantil, muito mais que aos custos da inversão inicial. E ao tratar da dinâmica entre os dois setores da economia colonial – além de refutar a distinção entre o escravismo antigo e o colonial em termos do caráter natural do primeiro e mercantil do segundo – atenta para a dinâmica do mercado mundial e da economia européia, em unidade com o espaço colonial, como elemento determinante para a sustentação do setor mercantil exportador.¹⁷⁹ Parece ser necessário observar que as oscilações no sentido da crítica de Werneck Sodré, por certo muito ricas, refletem as tensões entre as dimensões mercantil e escravista ou feudal, implícitas em suas próprias teses, como discutido em capítulo precedente.

Outra possibilidade de crítica à interpretação do escravismo colonial aponta para o problema da necessidade de formulação de uma economia política para o estudo da sociedade colonial, ou das sociedades em geral. Essa perspectiva parece oferecer uma crítica mais abrangente, que considere a interpretação em seu conjunto. O paradigma explicativo do escravismo colonial está assentado sobre uma orientação metodológica derivada de uma certa interpretação dos textos de Marx e, sobretudo, de Engels, que, em resumo, confere à economia política uma posição de centralidade para a análise de qualquer sociedade, de todos os modos de produção. Por certo, essa polêmica conduziria aos debates acerca do caráter determinante da esfera econômica, na base da vida social. Entre as tendências que atribuem à economia um caráter imediatamente determinante, ou aquelas que argumentam pela interdependência entre as esferas e distinguem a esfera econômica como determinante em última instância, há sempre o primado da economia como base de toda a vida social, em todas as épocas históricas. Toda a discussão ficaria restrita ao problema do peso relativo da economia na determinação do movimento das sociedades.

¹⁷⁹ “Explicar o atraso brasileiro, em confronto com o desenvolvimento norte-americano, por um ‘efeito desacomulativo’ ligado à aquisição de escravos é, simplesmente, tornar difícil o que é fácil. Trata-se na verdade, de simples fluxo da renda para o exterior, de acumulação no exterior, peculiar às economias coloniais, uma de suas características, precisamente a fundamental (...)” (Ver Nelson Werneck Sodré: “Desventuras da marxologia”, in *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo, Global, 1987, pág. 48); “O que falta (...) é a correlação entre a economia do ocidente europeu, mercado da produção colonial brasileira, e a economia brasileira: esta só se tornou viável pelo fato daquela ter atingido a fase da manufatura, isto é, as condições para suprir a esta do que esta necessitava e não tinha condições para produzir.” (*Idem*, pág. 50).

Mas seria possível sugerir outra leitura, que reconhecesse a especificidade do modo de produção capitalista, como o momento em que a esfera econômica adquire um movimento relativamente autônomo. Diante dessa especificidade, seria legítimo reconhecer o capitalismo como o modo de produção que a partir da grande indústria produziu a relativa autonomização da esfera econômica, e produziu as relações de classes na forma de personificação de categoria econômica. Assim, somente o modo de produção capitalista poderia ser compreendido a partir de suas relações econômicas. Ou seja, somente no capitalismo a economia poderia adquirir aquela predominância sobre o conjunto da vida social. “A razão fundamental pela qual se pode pensar a época moderna através de uma obra como *O Capital* (dedicado ao estudo ‘das leis naturais da produção’ no período capitalista) provém de que *no capitalismo* a produção e a vida material em geral passam a ser regidas por mecanismos autodeterminados e determinantes. Diante deles, as pessoas e classes são levadas a relacionar-se como a ‘personificação’ ou ‘suporte’ de categorias econômicas.”¹⁸⁰

Com efeito, não se trata somente de distinguir formas de coação econômicas ou extra-econômicas no âmbito das relações de produção, como modo de definir formas próprias de exploração capitalistas e pré-capitalistas. Naturalmente, o trabalho humano é pressuposto da produção da vida material e da vida social em seu conjunto, ou mais precisamente, necessário para a reprodução da sociedade. Mas isso não significa dizer que as forças que conferem sentido ao trabalho em uma determinada sociedade sejam sempre forças de natureza econômica, sejam sempre forças derivadas das condições da produção econômica. Ou seja, o sentido do trabalho somente pode ser apreendido no quadro da totalidade histórica em que está inserido, tanto quanto a compreensão do sentido do movimento de determinado modo de produção haveria de ser apreendido em sua totalidade. O sentido desse movimento não se orienta, em qualquer sociedade, pelas necessidades do desenvolvimento material, ou econômico. Ao contrário, somente no modo de produção capitalista, da sociedade industrial, a reprodução econômica adquire relativa autonomia e o progresso material e a acumulação de capital passam a conferir sentido ao movimento histórico dessa sociedade. E somente nesse contexto os homens tornam-se indivíduos

¹⁸⁰ Antônio Barros de Castro: “A economia política, o capitalismo e a escravidão”, in José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, pág. 75.

isolados e defrontam-se, como vendedores e compradores, sob o prisma de categorias econômicas e de forças econômicas postas objetivamente. Assim, na aurora da sociedade industrial e da dupla revolução que funda a sociedade burguesa, pode surgir a economia como objeto autônomo de reflexão, como discurso em favor da sociedade em ascensão, na forma da economia política clássica inglesa. Assim também, a crítica dessa sociedade, ou seja, a apreensão de seu caráter contraditório e histórico, seria elaborada a partir da *crítica* à economia política, ou seja, ao pensamento clássico. Atribuir um motivo imediatamente econômico ao movimento de sociedades pré-capitalistas implicaria no risco de incorrer no anacronismo e de deixar de reconhecer o sentido histórico concreto e específico das forças que regem a vida social e o trabalho dos produtores nessas sociedades. Com isso, reformula-se o problema da necessidade de compreensão dos modos de produção como totalidades históricas concretas e da categoria *produção* em sentido mais abrangente, como produção da vida em sua totalidade.

Assim, ao definir essa chave de leitura, a economia política, ou propriamente, a *crítica* à economia política seria o eixo adequado para a investigação sobre o modo de produção especificamente capitalista. Essa postura metodológica não poderia conduzir a formulações acerca de um modo de produção escravista colonial, em termos de uma economia política, como nas teses discutidas no presente capítulo. Ou seja, a sociedade escravista colonial não poderia ser interpretada, *a priori*, a partir de determinações econômicas ou, em particular, a partir do *exame do processo de produção*. Por isso, a questão da centralidade dos nexos mercantis sustentada pelas interpretações sistêmicas, aquilo que foi denominado como *circulacionismo*, não seria produto de uma economia política construída a partir do comércio e portanto mais próxima de um Smith que de Marx. A interpretação de orientação marxista fundada na centralidade dos nexos mercantis, ou na idéia do *capitalismo comercial*, advém de uma forma de apreensão da totalidade histórica concreta vigente no Antigo Regime, definida especificamente como época de transição regida por um movimento próprio. O elemento nuclear desse quadro de transição situa-se no Estado absolutista e, portanto, na esfera política. Esse é o eixo para compreender a dinâmica do capital mercantil e do sistema colonial como elemento central para o fortalecimento do poder monárquico e, ao mesmo tempo, como elemento dinâmico na formação do capitalismo. Assim, ainda que seja central onexo mercantil e, portanto, seu

pólo econômico, não se trata de uma esfera econômica autônoma, passível, nessa postura metodológica, de ser interpretada a partir de uma economia política e menos, considerando sua orientação marxista, de uma economia política *a la Smith*.¹⁸¹

Cumpriria por fim observar que a tentativa de compreender a sociedade colonial como um modo de produção especificamente colonial, em que se procura articulações entre nexos *externos* e estruturas *internas*, resultou, mais ou menos explicitamente, na formulação de uma categoria particular: o modo de produção dependente. Vale dizer, trata-se de um modo de produção que não contém em seu interior os mecanismos de sua própria reprodução, sobretudo porque depende da importação de braços. Os vínculos ao nível do mercado mundial em suas conexões com as estruturas internas das distintas sociedades que compõem o sistema conformariam, nas palavras de Ciro Cardoso, uma *estrutura de estruturas*. Jacob Gorender, de forma menos explícita, procura demonstrar que o processo

¹⁸¹ Por certo, é necessário considerar a centralidade das discussões acerca do estatuto da economia política, subjacente às distintas interpretações da colônia. Como observamos, o propósito da tese do escravismo colonial é a elaboração de uma economia política do referido modo de produção. E portanto pressupõe a economia política como marco teórico legítimo para o estudo de qualquer modo de produção pré-capitalista. “Ao abordar o fenômeno do fetichismo da mercadoria e do capital, Marx acentuou a ocultação ideológica das relações de exploração na sociedade capitalista em contraste com a sua transparência nas sociedades que produzem principalmente a fim de obter valores de uso. Em nenhuma passagem, extraiu daí a conclusão de que semelhante transparência dispensasse o estudo dos modos de produção anteriores ao capitalismo por uma teoria econômica (...).” Jacob Gorender. *A escravidão reabilitada*. 2ª. edição. São Paulo, Ática, 1991, pág. 209. (Também reproduzido em Jacob Gorender, “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”, in *Estudos Econômicos*, v. 13, n.º. 1. São Paulo, IPE-USP, 1983.) “Mais importante, contudo, é ressaltar que a ausência de um *pensamento econômico*, com estatuto de ciência, não indica a inexistência de uma *economia*, enquanto instância objetiva da vida social (...). O entrelaçamento do econômico com o político, o jurídico, o religioso etc. só é característico da Antiguidade greco-romana e da Idade Média européia, por se apresentar de maneira mais acentuada e impressiva do que no capitalismo. Se é verdade que, na formação social capitalista, as relações de produção se reificam e, com isso, o econômico ganha uma distinção nítida em face das outras instâncias da vida social, tampouco deixa de ser verdade que o entrelaçamento do econômico com essas instâncias permanece em todos os eventos da vida cotidiana.” *Idem*, pág. 211 e 212. “As relações econômicas, na vida social concreta, se apresentam permeadas de relações jurídicas, políticas, religiosas e outras de natureza ideológica. Isto é particularmente evidente nos modos de produção escravistas (patriarcal e colonial) e no modo de produção feudal, nos quais a coação extra-econômica institucional é indispensável para permitir a extorsão do sobreproduto dos agentes do processo de trabalho. Mas também o modo de produção capitalista, que dispensa a coação extra-econômica sobre os operários, inexistente sem a coesão social garantida pelos aparelhos coercitivos do Estado burguês, inclusive em sua forma liberal mais pura. Só que, seja qual for o caso, *o estatuto do extra-econômico é dado pelo econômico e não o contrário*. A reprodução de um modo de produção é sempre a decorrência imediata da ação de suas leis específicas.” Jacob Gorender: “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica” in José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, pág. 50 (grifos nossos). “A captura de escravos implica o exercício da violência, mas só faz sentido produtivo se existir um modo de produção baseado na exploração do trabalho escravo – assinalou Marx. Numa famosa metáfora, atribuiu à violência o papel de *parteira* de toda velha sociedade que traz em si uma nova sociedade. É por demais óbvio que as parteiras não realizam nenhuma função *criadora* em sua profissão, conquanto sem a intervenção delas, o ser recém-criado possa perder a vida ou nascer aleijado.” Jacob Gorender. *A escravidão reabilitada*. 2ª. edição. São Paulo, Ática, 1991, pág. 214.

de reprodução material, determinado pelas condições de acumulação no interior da economia colonial, em particular, as conexões da economia colonial com o tráfico de escravos, constitui simples relação comercial, de importação. Isto é, a possibilidade de importação de braços é dada pela capacidade de acumulação da economia escravista e portanto atesta sua possibilidade de reprodução endógena.¹⁸² Mas nesse caso, restaria perguntar se a possibilidade de comprar braços seria suficiente para atestar as condições de reprodução desse modo de produção, posto que as condições de *produção* dessa mercadoria são dadas, nesta interpretação, pela dinâmica de um outro modo de produção, seja africano ou europeu, ou seja, de outra *estrutura parcial*, de algum modo, integrada ao mercado mundial.

Com efeito, essa dicotomia entre elementos externos e internos somente teria lugar no quadro de uma interpretação como a do escravismo colonial, que procura, em certa medida, conferir centralidade às relações escravistas que constituem o espaço colonial, compreendendo a sociedade colonial dentro dos limites do próprio espaço colonial. Com isso, os vínculos mercantis aparecem como elementos *externos*. Fernando Novais, em contraponto, observa que esses nexos constituem a própria especificidade de uma sociedade colonial, sem o que a própria denominação *colonial* não teria sentido. Assim, desapareceriam a cisão entre vínculos externos e estruturas internas, entre espaço colonial e sistema mundial e, com isso, as tensões decorrentes da categoria modo de produção dependente.¹⁸³ João Manuel, do mesmo modo, propõe o problema em termos da unidade entre colônia e metrópole, que constituem, ao fim e ao cabo, uma única totalidade. Vale

¹⁸² “A procedência externa dos fatores da reprodução – trabalhadores e elementos materiais da produção – não indica, em absoluto, que um modo de produção seja incapaz de reproduzir-se, uma vez que a importação daqueles fatores tenha a contrapartida da renda gerada e poupada no seio do próprio modo de produção. Na medida em que os agentes de produção sejam capazes de *pagar* a aquisição dos fatores importados de que careçam, nesta medida o modo de produção se revela também capaz de reprodução e o processo de reprodução tem natureza genuinamente endógena.” Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992, pág. 564.

¹⁸³ “Externalidade de acumulação originária de capital autônomo refere-se à área de produção (as colônias) em direção às metrópoles; nada tem que ver com um processo externo ao sistema, que envolve por definição metrópoles e colônias. Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com as relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas (...). Uma questão que sempre me ocorre diante desses argumentos é esta: se não são essas as características (extroversão, externalidade da acumulação, etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então as define? Ou será que se não definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas?”; Fernando Novais : “Condições de privacidade na colônia”, in Fernando Novais (coord.), Laura de Mello e Souza, (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. I São Paulo, Companhia das Letras, 1999, pág. 448, nota 15.

dizer, somente ao nível das relações sistêmicas seria possível apreender a estrutura e dinâmica que conferem sentido à sociedade colonial, como um dos pólos do processo de acumulação primitiva. “De outro lado, não se pode perder de vista o caráter subordinado das contradições internas das economias e sociedades coloniais e o caráter determinante, para seu movimento, das contradições que não se definem no seu espaço, mas no das economias metropolitanas, e mais especificamente no espaço das relações entre umas e outras. (...) Todas essas reflexões parecem tornar impossível conceber um Modo de Produção Colonial ou Modos de Produção Coloniais. Que modo de produção é este que não parece reter *em si* qualquer especificidade quanto ao tipo e ao nível das forças produtivas e correspondentes relações de produção. Que modo de produção é este que não se reproduz e cuja dinâmica depende, quase que inteiramente, de contradições que lhe são próprias? (...) tanto a acumulação de capital e sua concentração nas mãos da burguesia comercial metropolitana quanto a criação de mercados coloniais foram *fatores essenciais* (digo essenciais, não únicos ou mais importantes) à constituição do capitalismo. O que há, portanto, é uma única totalidade, ou melhor, um único processo, em que o ‘sentido’ e os rumos são determinados pelas contradições que animam as economias metropolitanas. Se economia colonial e economia metropolitana são faces da mesma moeda, empresa colonial e manufatura (tomada como a estrutura produtiva que apanha o ‘sentido’ da marcha rumo ao ‘capitalismo industrial’) também o são. Na metrópole, a libertação do trabalho, o trabalho assalariado; na colônia, a ‘reinvenção’ de formas de relações sociais pré-capitalistas. Progresso e, ao mesmo tempo, aparente retrocesso – aparente porque ingrediente indispensável ao progresso.”¹⁸⁴

¹⁸⁴ João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. 9ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1998, págs. 41, 42 e 43.

Considerações finais

Essa dissertação definiu, como ponto de partida, que o debate sobre a sociedade colonial é parte do debate mais geral acerca do sentido das transformações estruturais da sociedade brasileira, que, no quadro de vasta tradição, se consubstancia no debate sobre o conteúdo da Revolução Brasileira. Circunscrita ao pensamento de inspiração marxista, a presente leitura procurou abordar o problema da mobilização da categoria modo de produção, para a compreensão de processos históricos estruturais. Sem aprofundar discussões metodológicas, o que ultrapassaria os limites impostos a esta dissertação, procuramos sistematizar e qualificar as distintas formas de mobilização daquela categoria nas interpretações da colônia. Assim, entre as duas dimensões constitutivas da formação colonial, quais sejam, os vínculos mercantis sistêmicos e as estruturas econômicas e sociais internas, as distintas interpretações propõem formas de compreender o sentido do desenvolvimento da sociedade colonial e suas projeções para a compreensão do Brasil contemporâneo. Não resta dúvida quanto à centralidade do tema para a compreensão dos processos estruturais subjacentes ao desenvolvimento da sociedade brasileira e, direta ou indiretamente, aos seus dilemas contemporâneos.

A compreensão da sociedade colonial nos marcos de estruturas pré-capitalistas, conformadas sob o feudalismo europeu em declínio, na base de relações pré-capitalistas, escravistas ou feudais, conduziu à interpretação do passado colonial como um resíduo histórico, obstáculo ao desenvolvimento da sociedade nacional, em bases tipicamente capitalistas. Assim, o problema apresenta-se na forma do choque progressivo e gradual entre forças portadoras do progresso burguês contra a resistência de reminiscências arcaicas, em aliança com o imperialismo. Portanto, apresenta-se um movimento análogo às interpretações clássicas das revoluções burguesas européias, que revela o choque das forças burguesas apoiadas no povo, contra resistências feudais e as investidas externas. Na base dessa tese subjaz uma interpretação da colônia. Nesse quadro, a consideração do capital mercantil como elemento meramente exterior conduziu ao descolamento das formas ao nível das relações de produção, e ao impasse de definir, nos mesmos marcos interpretativos, sociedades cujo sentido histórico apresenta-se essencialmente diverso. Ou seja, definir a

colônia como *escravismo* ou *feudalismo puro e simples*, ou manifestação de *formas híbridas* – tampouco resolvem o problema. Assim, é possível que uma revisão crítica orientada no sentido de compreender a dinâmica específica da articulação entre a dimensão do capital mercantil e as diversas formas de produção que pode reproduzir, justamente por ser mercantil, representasse um passo adiante no propósito de abordar as dimensões da vida colonial.

A consideração da dimensão mercantil apresenta-se com percalços também na interpretação do escravismo colonial. Pois a tentativa de elaborar um modo de produção colonial não poderia prescindir de considerar em nível estrutural o caráter colonial. No que respeita aos vínculos mercantis, não estaria em causa simples relações de troca, mas a impossibilidade de reprodução interna desse modo de produção. Isso implica numa reformulação da categoria e, ao fim e ao cabo, na elaboração de um *modo de produção dependente*. O funcionamento desse modo de produção explicaria as possibilidades de acumulação interna, que criaria a condição para o surgimento do capitalismo brasileiro. Mas como o escravismo colonial engendra o capitalismo? O escravismo colonial seria considerado uma variante específica na formação do capitalismo. As possibilidades de acumulação e a inexistência de qualquer entrave além das relações de produção conferem certa linearidade ao processo. Assim, o problema da constituição do capitalismo passa a ser um problema de desobstrução, de remoção dos obstáculos definidos pelas relações escravistas. Conferindo essa linearidade, desloca da discussão o problema da revolução burguesa. De outro lado, a linearidade da acumulação sobre as bases de relações de interação entre condicionantes internos e externos, com preponderância dos primeiros, retira da discussão o problema da revolução nacional. No limite, conduz a idéia pouco plausível, sobretudo hoje, de um imperialismo brasileiro.

A interpretação da colônia na concepção sistêmica apresenta uma articulação que subordina as relações edificadas na colônia à dinâmica do sistema colonial, fundamento da expansão mercantilista européia na época de formação do capitalismo. Ou seja, a própria idéia de oposição ou interação entre condicionantes internos e externos à colônia desaparece, porquanto *todas as relações passam a ser internas ao sistema*, e atuam no sentido da reprodução do sistema como um todo. O espaço colonial não existe, a não ser como parte indissociável do sistema mercantilista. Isto é, as relações mercantis revelam-se

no quadro de uma única totalidade, definida como uma sociedade específica de transição ao capitalismo, sob domínio formal do capital mercantil. Assim, a dinâmica da exploração colonial é constitutiva do processo de formação do capitalismo, como meio da acumulação primitiva. A posição da sociedade colonial no quadro dessa totalidade confere o sentido específico de sua vida material e social e de seu desenvolvimento como processo de diferenciação. O sentido da especificidade e a dimensão da totalidade parecem ser as chaves que permitem captar a contribuição da interpretação sistêmica em confronto com as outras. A idéia de formas residuais cede espaço para a compreensão de problemáticas específicas de desenvolvimento, como processos contraditórios que pressupõem uma unidade. A inserção da sociedade colonial numa totalidade orgânica permite captar o sentido concreto da formação nacional como processo de diferenciação, compreendendo a formação de um organismo relativamente autônomo como construção histórica e prospectiva.

O presente trabalho não propõe oferecer caminhos para os problemas brasileiros que se encontram, de qualquer modo, nas grandes interpretações do Brasil. Se a presente leitura ofereceu alguma contribuição para a sistematização do debate sobre a colônia, qualificando certas posições e críticas, e com isso reformulou velhas indagações, mais do que apresentou novas respostas, cumpriu-se o propósito inicial.

Bibliografia

- ALPERT, Harry: “Émile Durkheim and the theory of social integration”, in HAMILTON, Peter (org.). *Émile Durkheim: critical assessments*, vol. II. London / New York, Routledge, 1990.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*, trad. João Martins. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. 2ª edição. Porto, Afrontamento, 1982.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.
- _____: “Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial”, in *Revista de História*. São Paulo, n. 115, jul/dez, 1983.
- _____. *Revolução Industrial e capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. *A revolução inglesa*, col. Tudo é História. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E., *The Brenner Debate: agrarian class structure and economic development in pré-industrial Europe*, Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BASTOS, Elide Rugai: “Gilberto Freyre e a questão nacional”, in Reginaldo Moraes *et alli* (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BLOCH, Marc. *Sociedade feudal*. Lisboa, ED70, 1982.
- _____. *Apologia da história* (ou o ofício do historiador), trad. André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?*, trad. Reginaldo di Piero. Bauru, EDUSC, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, 2vols., trad. Mario Toledo *et alli*. 2ª edição. Ciudad de México, Fondo de Cultura, 1976.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII*, 3 vols., trad. Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- _____. *A dinâmica do capitalismo*, trad. Carlos Ferreira. Lisboa, Teorema, 1985.
- _____. *Escritos sobre a história*, trad. Tereza da Mota. 2ª edição. Col. Debates, São Paulo, Perspectiva, 1992.
- CÂNDIDO, Antônio: “O significado de *Raízes do Brasil*”, in HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____: “Post-Scriptum”, in HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____: “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”, in CÂNDIDO, Antônio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. *Escravo ou camponês? – o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo, Ática, 1985.
- _____. *A afro-américa: a escravidão no novo mundo*. 3ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____: “Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas”, in *Estudos Econômicos*, v. 13, no. 1. São Paulo, IPE-USP, 1983.
- _____ (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- _____ & BRIGNOLI, Hector Perez. *História econômica da América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- _____ *et alli*. *Modos de producción en América Latina*. 2ª edição. Córdoba, Passado y Presente, 1974.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*. 2ª edição. São Paulo, Difusão Européia, 1962

- CARDOSO de MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 9ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- CARONE, Edgar. *O PCB*, 3 vols.. São Paulo, Difel, 1982.
- CASTRO, Antônio Barros de: “Agricultura e desenvolvimento no Brasil”, in *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, vol I. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Forense, 1972.
- COSTA, Iraci del Nero da, & PIRES, Julio Manuel: “Considerações sobre o capital escravista-mercantil” in *Estudos Econômicos*, vol. 24, n. 1. São Paulo, IPE-USP, 1994.
- _____: “A fórmula do capital escravista-mercantil”, in *Estudos Econômicos*, vol. 24, n. 3. São Paulo, IPE-USP, 1994.
- _____: “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior”. *Cadernos N.E.H.D.*, São Paulo, FEA-USP, 1996.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo, FAPESP, 2002.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 9ª. edição, trad. Manuel Braga. Rio de Janeiro, LTC, 1987.
- DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*, 2 vols., trad. Maria Mansinho *et alli*. Lisboa, Editorial Presença, 1977.
- _____. *Suicídio: estudo e sociologia*. 2ª. edição. Lisboa, Presença, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, trad. Leandro Konder. 13ª. edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colônial*. Bauru, EDUSC, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FRAGOSO João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 41ª. edição. São Paulo, Record, 2000.
- FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Hucitec, 2001.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 25ª. edição. São Paulo, Nacional, 1995.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro, Pallas, 1976.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia.
- _____. *Os descobrimentos e a economia mundial*, (4 vols.). 2ª. edição. Lisboa, Editorial, 1991.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª. edição. São Paulo, Ática, 1992.
- _____: “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”, in *Estudos Econômicos*, v. 13, no. 1. São Paulo, IPE-USP, 1983.
- _____. *A burguesia brasileira*. 3ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- _____. *A escravidão reabilitada*. 2ª. edição. São Paulo, Ática, 1991.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- HECKSHER, Eli. *La época mercantilista*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1943.
- HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*, trad. Maria Teixeira *et alli*. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

- _____. *As origens da Revolução Industrial*, trad. Percy Galimberti. São Paulo, Global, 1979.
- _____: "Introdução", in MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*, trad. João Maia. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª. edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Visão do Paraíso*. 4ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- D'HONDT, Jaques. *Ideología de la ruptura*, trad. Esteban Inciarte. Ciudad de México, Premiá, 1983.
- IANNI, Octávio: "O ciclo da revolução burguesa no Brasil", in *Temas de Ciencias Humanas*, out. 1981.
- IGLESIAS, Francisco (org.). *Caio Prado Júnior: História*. São Paulo, Ática.
- D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo, UNESP, 1989.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Júnior, historiador e editor*. Tese, USP, 2001.
- KOFLER, Leo. *Contribución a la historia de la sociedad burguesa*, trad. Edgardo Albizu. 4ª. edição. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1971.
- KULA, Witold. *Teoría económica del sistema feudal*, Siglo XXI, 1974.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____: "Caio Prado Júnior – Formação do Brasil Contemporâneo", in MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, vol I. 3ª. edição. São Paulo, Metha, 1999.
- MARCONDES, Renato Leite: "Resenha bibliográfica: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, *Homens de grossa aventura na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*" in *Estudos Econômicos*, V. 24, N. 1, Jan/Abr, 1994.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate*. Tese de Mestrado UNICAMP, Campinas, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe, col. Os economistas. 3ª. edição. São Paulo, Nova Cultural, 1988. 5 vs.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (grundrisse) 1857-1858*. 14ª. edição. Ciudad de México, Siglo XXI, 1986.
- _____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo, Difel, 1980. 3 vs.
- _____. *A ideologia alemã*. 11ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1999.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*, trad. João Maia. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____ & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou, Edições Progresso, 1987.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1995.
- _____.: "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira", in Reginaldo Moraes *et alli* (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____.: "Caio Prado Júnior, historiador", in *Novos Estudos Cebrap*, 1983.
- _____.: "Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica", in *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1969.
- _____.: "As dimensões da Independência", in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª. edição. São Paulo, Perspectiva, 1986.
- _____.: "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial", in MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 20ª. edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- _____.: "Condições da privacidade na colônia", in NOVAIS, Fernando (coord.), SOUZA, Laura de Mello e, (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. I. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

- _____. & MOTA, Carlos Guilherme. *A Independência política do Brasil*. 2ª. edição. São Paulo, Hucitec, 1996.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: UNESP, Campinas: UNICAMP, 2003.
- OLSEN, Marvin: “Durkheim’s two concepts of anomie”, in HAMILTON, Peter (org.). *Émile Durkheim: critical assessments*, vol. II. London / New York, Routledge, 1990.
- PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*, trad. Lycurgo Motta. 6ª. edição. São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- POULANTZAS, Nikos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*, trad. Francisco Silva. Porto, Portugalense, 1971.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1971.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1971.
- _____. *História econômica do Brasil*. 25ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____. *A revolução brasileira*. 6ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- _____. *História e desenvolvimento*. 2ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *O sentimento do Brasil: Caio Prado Jr – continuidade e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas, UNICAMP, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª. edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- RICÚPERO, Bernardo. *Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora34, 2000.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de ‘O capital’ de Karl Marx*, trad. César Benjamim. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. “Os impasses da formação nacional”, in FIORI, José Luís (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- SANTIAGO, Theo Araújo (org.). *Capitalismo: transição*, Rio de Janeiro, Eldorado, 1975.
- _____. (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.
- SCHWARZ, Roberto: “As idéias fora do lugar”, in *Estudos: CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP, n. 3, jan. 1973.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2ª. edição. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.
- SILVA, Lígia Osório: “Feudalismo, capital mercantil, colonização”, in QUARTIM de MORAES, João e ROIO, Marcos Del (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, (4 vols.), vol IV: Visões do Brasil. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. *Terras devolutas e latifúndio : efeitos da lei de terras de 1850*. Campinas UNICAMP, 1996.
- SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, EDUSC, 2001.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª. edição. São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- SMITH, Adam *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, trad. João Baraúna, col. Os economistas. 2ª. edição. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 2 vs.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *História da Burguesia Brasileira*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- _____. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Introdução à revolução brasileira*. 4ª. edição. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

- _____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- _____. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo, Global, 1987.
- _____. *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- _____. *Síntese de história da cultura brasileira*. 13ª edição. São Paulo, DIFEL, 1985.
- SWEEZY, Paul *et alli*. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, trad. Isabel Didonnet. 4ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*, 2 vols., Niterói, EDUFF, 1987.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*, (2 vols.), trad. Carlos Leite *et alli*. Porto, Afrontamento, 1974.
- _____. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*, trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, trad. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. 14ª edição. São Paulo, Pioneira, 1999.
- _____. *História econômica general*, trad. Manuel Sanchez Sarto. Ciudad de México, Fondo de Cultura, 1956.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Americana, 1975.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*, trad. Vera Ribeiro, apres. Emir Sader. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo, Vértice, 1988.
- _____. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo, Global, 1985.